

ESPAÇO FEMININO

CADERNO



CADERNO ESPAÇO FEMININO	UBERLÂNDIA-MG	VOLUME 22	N. 2	p.1-280	Ago./Dez. 2009
--------------------------------	---------------	-----------	------	---------	----------------

ISSN 1516-9286

Editora:

Profa. Dra. Vera Lúcia Puga (INHIS/UFU)

Conselho Editorial:

Eliane Schmaltz Ferreira (DECIS/UFU)
 Jane de Fátima Silva Rodrigues (UNIMINAS/UDI)
 João Bosco Hora Góes (UFF/RJ)
 Kênia M. de Almeida Pereira (UNITRI/UDI)
 Maria Lygia Quartim de Moraes (UNICAMP/SP)
 Mirian Goldenberg (UFRJ/RJ)
 Mônica Chaves Abdala (DECIS/UFU)
 Vera Lúcia Puga (INHIS/UFU)
 Vânia Aparecida Martins Bernardes (FACIP/UFU)
 Suely Gomes Costa (UFF/RJ)
 Suely Kofes (UNICAMP/SP)
 Eli Bartra (UNAM/México)
 Margara Millan (UNAM/México)

Conselho Consultivo:

Eni de Mesquita Sâmara (FFLCH/USP)
 Glória Careaga (PUEG/México)
 Joana Maria Pedro (UFSC/SC)
 Luzia Margareth Rago (IFCH/UNICAMP)
 Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)
 Rachel Soihet (UFF/RJ)
 Sônia Missaggia Mattos (UFES/ES)
 Sonia Montecino Aguirre (CHILE/ Fac.Ciências Sociales)
 Tânia Navarro Swain (UNB/DF)

Comitê Editorial:

Cláudia Costa Guerra
 Carla Denari Giuliani
 Dulcina Tereza Bonati Borges
 Edmar Henrique Dairell Davi
 Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior
 Maria Elizabeth Ribeiro
 Marta Regina Alves Pereira

Tradução: Sandra Chaves Gardellari

Capa: Maria José da Silva

Imagem da capa: Graça Shack. Escultura - 30cm alt. Porcelana branca.
 Intervenção gráfica: Lucas Andrade

Diagramação: Eduardo M. Warpechowski

CADERNO ESPAÇO FEMININO é uma publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHS), da Universidade Federal de Uberlândia, EDUFU.

EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia
 Av. João Naves de Ávila 2121 – Bloco A Sala 1A – Santa Mônica – Uberlândia – MG
 Cep 38408-100 | Telefax: (34) 3239 4293 | Fone: 3239 4512
 www.edufu.ufu.br | livraria@ufu.br

Revista Indexada em Data Índice de Ciências Sociais – IUPERJ; SUMÁRIOS de Revistas Brasileiras; Portal Feminista www.portalfeminista.org.br; CLASE-CICH-UNAM – México; Hispanic American Periodicals Index – HAPI; Base de Dados Francis – INIST; Portal Iberoamericano – LATINDEX.

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

REITOR: Alfredo Júlio Fernandes Neto **VICE-REITOR:** Darizon Alves de Andrade

DIREÇÃO EDUFU: Humberto Guido

EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia
 Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco A, Sala 1A – Santa Mônica
 Cep 38408-100 – Uberlândia-MG
 Telefax: (34) 3239-4293 / Fone: 3239-4512
 www.edufu.ufu.br / e-mail: livraria@ufu.br

CADERNO ESPAÇO FEMININO, v. 21, n. 1, Jan./Jul. 2009
 Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHS), NEQUEM.
 Semestral

Versão eletrônica disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem>

SUMÁRIO

Apresentação 5

DOSSIÊ: GÊNERO E VIOLÊNCIA

Direitos dos homens e deveres das mulheres 11

César Castro e Coelho

Vera Lúcia Puga

Entre o legal e o necessário: tempo de processamento do crime de estupro no Sistema de Justiça Criminal – Aracajú-Brasil 27

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa

Miriam Pillar Grossi

Maria Helena Santana Cruz

Generificação da violência nos meios de comunicação do Oeste do Paraná (1960-1990) 45

Tania Regina Zimmermann

“Mães desalmadas”: infanticídio e amor materno no norte de Minas na década de 1970 61

Cláudia Jesus Maia

Elizeth J. Pereira Vieira

Equipamentos públicos de apoio às mulheres vítimas de violência: experiências no Cariri 87

Joselina Silva

Nicácia Lina do Carmo

Marta Benjamim da Silva

ARTIGOS

Uma amostra da produção científica da enfermagem no que tange ao aleitamento materno 110

Aline Mesquita Amaral

Carla Denari Giuliani

Eliana Faria de Angelice Biffi

Dizer sim a experiência 129

Rosamaria Giatti Carneiro

Identidade de gênero e filmes infantis: um panorama sobre as novas perspectivas da construção da identidade 149

Heitor Tavares Zanoni

Eliane Schmaltz Ferreira

Futebol e gênero no Brasil 171
Denaldo Alchorne de Souza

Diferentes corpos se apresentam: fragmentos da história
do futebol feminino no Brasil 183
Enny Vieira Moraes
Maria Odila Leite da Silva Dias

Desterradas da própria terra? O nacional e o estrangeiro nos
diários de Helena Morley e de Cecília de Assis Brasil... 205
Daniela Kern

Situación económica y social de las juventudes urbanas
desde una visión de género: el caso de los Jóvenes
Universitarios de la Unidad Académica Profesional UAEM
Universidad Autónoma del Estado de México, Campus
Ciudad Nezahualcóyotl 223
Carlos Fonseca Hernández
Ma. Luisa Quintero Soto

Participação política feminina em cargos públicos decisórios
municipais: um estudo de caso 241
Gisele de Cássia Galvão Ruaro
Guilhermo Alfredo Johnson
Flávio Ramos

ENSAIO

A construção dos corpos. Perspectivas feministas.
STEVENS, Cristina M. T. e SWAIN, Tania Navarro.
Florianópolis: Mulheres, 2008. 269
Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro

NEGUEM

Av. João Naves de Ávila 2121 Bloco Q – CDHIS
Campus Santa Mônica – Uberlândia – Minas Gerais
Cep 38400-902
Telefones: (34) 3239-4236 / 3239-4204 / 3239-4501
E-mail: neguem@inhis.ufu.br ; cdhis@ufu.br
Website: www.neguem.ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História
Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS
Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher – NEGUEM

Pede-se permuta
Pédese cange
On demande échange
We bitten um austausch
Si richiede lo scambio

Periodicidade: Semestral
Tiragem: 600 exemplares

APRESENTAÇÃO

O tema da violência é assunto corrente na mídia, nas conversas, nas universidades e em diferentes setores da sociedade. Muito se tem falado e mostrado com relação ao número de mortos em conflitos, como no Oriente Médio, e em chacinas, assassinatos e seqüestros nas grandes e médias cidades brasileiras. Os debates sobre segurança pública apresentam-se como pontos centrais em discussões políticas tanto no Brasil quanto na comunidade internacional como um todo.

A violência, porém, não nos cerca somente como algo longínquo ou abstrato, acompanha-nos até mesmo, às vezes, nas expressões estéticas, como nos filmes e músicas. A violência se converteu em algo cotidiano, que podemos encontrar em toda parte, na rua, no *shopping center*, diante de casa e na família. Essa temática tem mobilizado a sociedade, mas não suscita respostas fáceis.

A compreensão de outros tempos históricos e análise de diferentes temáticas, através do referencial teórico-metodológico da análise de gênero, nos ajuda refletir sobre o significado que atribuímos na atualidade à violência. No Brasil, o campo de pesquisa sobre gênero e violência tem a marca do diálogo, debate e colaboração entre grupos feministas autônomos, organizações não-governamentais feministas e mais recentemente o Estado. Nos anos 1990, constata-se que o tema ganha visibilidade e isto se dá particularmente no campo de saúde coletiva, uma vez que os trabalhos pioneiros desenvolvidos nas décadas anteriores tinham a marca das ciências sociais, particularmente a Antropologia.

Observa-se que muitas pesquisadoras no Brasil, desenvolveram estratégias eficazes para consolidar áreas de pesquisa e de ação, para transformar idéias em projetos e/ou em ações concretas para combater a violência contra as mulheres, garantindo o respeito à determinados temas nos campos de estu-

dos de gênero visto como marginais em algumas disciplinas.

A alta incidência da violência de gênero na atualidade e, especificamente a violência contra as mulheres, tornou-se, como foi enfatizado, um problema de segurança pública e dos direitos humanos por estar disseminada em todas as esferas da sociedade e causar impactos no bem estar dos indivíduos e grupos. Desse modo, o *Caderno Espaço Feminino* trás neste número um dossiê sobre este debate, por meio de artigos que articulam gênero e violência enquanto fenômeno complexo, cotidiano e disseminado.

O primeiro artigo desse dossiê, *Direitos dos homens e deveres das mulheres*, analisa as relações de gênero e de poder na sociedade brasileira da primeira metade do século XX. Utilizando o Código Civil de 1916 e a jurisprudência da época demonstra-se o controle sobre as relações sociais e sexuais dos indivíduos com intuito criar uma sociedade civilizada e trabalhadora. O segundo texto, *Entre o legal e o necessário: tempo de processamento do crime de estupro no Sistema de Justiça Criminal - Aracaju-Brasil*, investiga o tempo necessário aos Operadores do Direito para a resolução do crime de estupro no Sistema de Justiça Criminal de Sergipe. Para isso, as autoras realizaram pesquisas de processos criminais registrados na década de 80 do século XX.

Já o artigo *Generificação da violência nos meios de comunicação do Oeste do Paraná (1960-1990)* discute formas de violência perpetradas por mulheres. No entanto, a análise centra-se sobre a “inversão simbólica” que estas ações acabam por sofrer à medida que são relacionadas ao riso e ao deboche. A autora aponta como consequência deste processo a reprodução de velhos estereótipos e a naturalização da dicotomia vítima versus agressor.

A perspectiva de desnaturalizar conceitos e estereótipos também se encontra no artigo *“Mães desalmadas”: infanticídio e amor materno no norte de Minas na década de 1970*. Aqui, as autoras discutem o infanticídio como um tipo de violência de gênero. E, a partir de casos e notícias analisados questionam categorias sociais como “amor materno” e “maternidade” como algo inerente ao ser mulher.

Além de discutir a violência em si, se faz necessário analisar os instrumentos sociais de suporte aos agentes que militam e trabalham para reduzir os danos causados por ela. O artigo *Equipamentos públicos de apoio às mulheres vítimas de violência: experiências no Cariri* se propõe a constituir um mapeamento das instituições públicas que atuam no apoio às mulheres vítimas de violência, em três cidades do Cariri cearense. As autoras investigam as ações e as atribuições dos diversos aparatos públicos com o intuito de analisar a qualidade dos serviços prestados às mulheres vítimas de agressão.

Outros artigos também compõem este número além daqueles que foram agrupados neste dossiê temático. Para demonstrar a diversidade de abordagens pela discussão de gênero, apresentamos abaixo textos diversos que comprovam a riqueza e o caráter interdisciplinar deste campo de estudo.

Temos inicialmente dois artigos ligados à área da saúde: o primeiro, *Uma amostra da produção científica da enfermagem no que tange ao aleitamento materno* apresenta uma análise bibliográfica sobre a prática da amamentação; o segundo, *Dizer sim à experiência* discute a questão do parto e as práticas obstétricas à luz de conceitos de Michel Foucault e Gilles Deleuze.

Em outra perspectiva, a análise de filmes é utilizada para discutir a construção da identidade de gênero em crianças. Os autores do artigo *Identidade de gênero e filmes infantis: um panorama sobre as novas perspectivas da construção da identidade* trabalharam com os clássicos *Cinderella* e *A Bela Adormecida*, e os mais recentes *Shrek* e *Deu a louca na Chapeuzinho*. A investigação aponta a força das construções de gênero que envolve personagens dos filmes e acaba por influenciar a consolidação da identidade das crianças que assistem a estas produções.

Mais dois textos com a abordagem diferenciada são apresentados, *Futebol e gênero no Brasil*, e *Diferentes corpos se apresentam: fragmentos da história do futebol feminino no Brasil*. No primeiro, o autor investiga a relação entre a idéia de nação verde-amarela, traduzida pelo futebol, e a dominação

tradicional masculina no Brasil utilizando as relações hierarquizadas contidas entre os gêneros e que se apresentam na prática deste esporte. No segundo, as autoras trazem alguns elementos e impressões iniciais sobre a história do futebol feminino no Brasil.

A análise literária do artigo: *Desterradas na própria terra? O nacional e o estrangeiro nos diários de Helena Morley e de Cecília de Assis Brasil* temos aí uma investigação sobre hibridismo cultural e como o ponto de vista feminino se faz presente na análise de temas diversos presentes nos escritos de duas mulheres.

A contribuição estrangeira deste número é representada pelo texto *Situación económica y social de las juventudes urbanas desde una visión de género: el caso de los Jóvenes Universitarios de la Unidad Académica Profesional UAEM Universidad Autónoma del Estado de México, Campus Ciudad Nezahualcóyotl*. Os autores apontam os estereótipos perpetuados em relação aos estudantes da cidade de Nezahualcóyotl e as poucas oportunidades de desenvolvimento presentes nesta localidade. E indicam que a educação universitária pode ser o caminho para vencê-las.

A política é o tema do artigo *Participação política feminina em cargos públicos decisórios municipais: um estudo de caso*. Neste texto analisa-se a participação feminina no primeiro escalão na gestão pública municipal de Blumenau (Santa Catarina), comparando-se às gestões de diferentes partidos nos anos de 2000 e de 2006.

Finalizando este número da revista temos a resenha do livro *A Construção dos Corpos. Perspectivas feministas*. A autora apresenta os capítulos presentes na obra e discute as contribuições deste livro para o debate e os estudos em relação à questão de gênero no Brasil.

A todos (as), uma boa leitura.

Edmar Henrique Dairel David
Eliane Schmaltz Ferreira
Membros do NEGUEM

**DOSSIÊ:
GÊNERO E VIOLÊNCIA**

Direitos dos homens e deveres das mulheres

César Castro e Coelho

Vera Lucia Puga

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as relações de gênero na sociedade brasileira da primeira metade do século XX. Para isso, tomamos como ponto de partida da investigação o Código Civil de 1916, que em seus artigos deixam de uma forma clara e evidente os direitos e deveres do homem e da mulher na sociedade. Desta forma, tanto o comportamento masculino quanto feminino tinham que seguir padrões desejáveis, e os que fugiam a estes eram imediatamente condenados pela sociedade e pela jurisprudência. Esta última tinha como missão defender a moral e os bons costumes. Na sua interpretação, a família era a base da sociedade brasileira que não poderia ser corrupta, ou, degenerada, pois poderia produzir indivíduos doentes que iriam contaminar todo tecido social. Portanto, o Código Civil e a jurisprudência da época achavam que controlando as relações sociais e sexuais dos indivíduos poderiam criar uma sociedade “civilizada” e trabalhadora. Do outro lado, vamos observar como estas práticas foram percebidas e resignificadas no seu cotidiano.

Palavras-chave: Código Civil Brasileiro. Gênero e Jurisprudência.

César Castro e Coelho. Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Prof. Ens. básico técnico e tecnológico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto.

Vera Lucia Puga. Doutora em História Social pela USP; Professora no Programa de Mestrado e Doutorado em História da UFU; Coordenadora do NEGUEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Violência e Mulheres da UFU). E-mail: verapuga@inhis.ufu.br

Texto recebido em 01/02/2009.

Abstract: This paper aims at analyzing relations of gender in the Brazilian society during the first half of the twentieth century. The studies were conducted based on the Civil Code of 1916 which evidences de Rights and Duties of Man in society. This way, both male and female behaviors would have to follow desirable patterns, and those who would hide from them would immediately be condemned by society and jurisprudence. At the time jurisprudence had the mission to defend morality and good habits. It would have family as the base of the Brazilian society. The family couldn't be corrupted or degenerated for it could generate sick individuals who would contaminate society. This way, Civil Code and Jurisprudence of that time would controlled social and sexual relations in order create a "civilized" and working society. On the other way, we verify the way those practices were noticed and re-signified in everyday life.

Keywords: Civil Code Brasil. Gender. Jursprudence.

O Código Civil Brasileiro de 1916¹ trata o homem e a mulher de uma forma diferenciada a partir do momento que realizam seu contrato de núpcias. No segundo capítulo, intitulado dos DIREITOS E DEVERES DO MARIDO, em seu primeiro artigo, o 233, está escrito que *o marido é o chefe da sociedade conjugal*, explicitando no início de uma vida a dois, onde o amor e a felicidade eram esperados pelo casal, e o homem recebe plenos poderes para mandar e decidir sobre a vida da esposa.

Nesta sociedade conjugal, o homem e a mulher ainda têm outros direitos e deveres que devem ser cumpridos e monitorados pelo olhar desconfiado da sociedade. Portanto, percebem-se pistas importantes na compreensão do ideário masculino e feminino que a sociedade brasileira do período procurava estabelecer. E como forma de melhor compreender estas diferenças fazemos uso do conceito de gênero abordado por Saffioti. Segundo ela:

O gênero, assim como a classe social e a raça/etnia, condiciona a percepção do mundo circundante e o pensamento. Funciona, assim, como um crivo através do qual o mundo é apreendido pelo sujeito. Logo, a atuação desse sujeito sobre o mundo deriva de sua maneira

¹ BRASIL. *Código Civil*. [S.l:s.n.], 1916.

² SAFFIOTI, Heleieth. I. B. e ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero – poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

específica de compreendê-lo. A postura aqui exposta não consiste em reduzir tudo a gênero, mas em afirmar que ele, como também a raça/etnia e a classe social são fundantes das relações sócias, pois regulam as relações homem-mulher, as relações homem-homem e as relações mulher-mulher. Socialmente construído, o gênero corporifica a sexualidade (não o inverso), que é exercida como uma forma de poder. Logo, as relações de gênero são atravessadas pelo poder. Homens e mulheres são classificados pelo gênero e separados em duas categorias: uma dominante, outra dominada, obedecendo aos requisitos impostos pela heterossexualidade. A sexualidade, portanto, é o ponto de apoio da desigualdade de gênero.²

Tal conceito é possível de ser compreendido se observarmos o artigo 233 do Código Civil Brasileiro de 1916, quando a mulher na sociedade conjugal é declarada apenas como uma colaboradora e, inclusive, neste pacto social perde o direito até de administrar os seus bens particulares que porventura houver:

Artigo 233: O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos. Compete-lhe:

- I a representação legal da família;
- II a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial;
- III o direito de fixar o domicílio da família, ressalvada a possibilidade de recorrer a mulher ao Juiz, no caso de deliberação que a prejudique;
- IV prover a manutenção da família, guardadas as disposições dos arts. 275 e 277.³

Na medida em que o marido é o escolhido para chefiar o núcleo familiar vem à tona toda uma carga de preconceitos que subtendem que a esposa não é capaz de realizar este tipo de “função”. Tal jurisprudência reflete apenas aquilo que é aceito e determinado socialmente. E não se pode esquecer que estas leis foram feitas e discutidas por vários juris-

³ BRASIL. *Código Civil. Op. cit.*, p. 67.

tas homens; o que evidencia que a sociedade brasileira era patriarcal, paternalista e moralista por excelência. Neste momento da história do Brasil, as mulheres ainda eram confinadas em seus lares, metaforicamente concebidas como “senzalas particulares”. Pois, conforme Marilena Chauí:

Se examinarmos, portanto, o contrato de casamento, podemos fazer três observações: em primeiro lugar, estabelecendo a subordinação da esposa ao marido, o casamento não é um contrato legítimo, ainda que seja legal; em segundo lugar, o Estado reproduz na forma civil a perspectiva religiosa, em vez de romper com ela; em terceiro lugar, a fórmula civil inclui no contrato os filhos, exatamente como na fórmula religiosa do cresceu e multiplicai-vos, embora dito de outra maneira (o marido será pai responsável e a esposa será mãe cuidadora).⁴

A vigilância sobre os corpos femininos era constante e se fazia presente inclusive no cotidiano familiar, pois também cabia ao marido autorizar ou não o trabalho de sua mulher fora do esforço doméstico. Mais uma vez, a vontade e liberdade da mulher estavam subjugadas à vontade masculina, que a todo instante poderia utilizar de meios legais e ilegais para vigiar e controlar a sua sexualidade. A justificativa dos homens era a de proteger suas mulheres das crueldades do mundo, todavia protegiam a si mesmos da possibilidade da traição constituir-se em realidade, o que os exporiam negativamente, originando neles atitudes mais violentas. De acordo com Adler, a sociedade brasileira até a primeira metade do século XX imputava, somente à mulher, o crime de adultério, pois se compreende que o homem é por natureza infiel e isso é uma atitude normal, aceitável que lhe permitia transitar entre o dever e o prazer. A mulher quando trai, trai inteira, da razão à sua compulsão sexual e põe em risco o controle do matrimônio. Assim, relata a autora:

⁴ CHAUI, Marilena. *Repressão sexual essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

No casamento não se fornicava, praticava-se o coito, para procriar. No adultério fornicava-se por prazer, sem procriar. Encontram-se mais mulheres adúlteras que ma-

ridos infiéis. Sem dúvida porque o homem infiel é de uma tal banalidade que não chega a ascender à categoria de herói. (...) O adultério é, efetivamente, um crime que perverte e degenera a família e tende, por isso mesmo, a perverter e a degradar a natureza, o Estado, o corpo social. A criminosa é a mulher. Existe, de alguma forma, uma natureza adúltera na mulher, um excesso sexual a que não pode dar vazão no casamento. Isto não significa que mereça ser desculpada. Mostra apenas que ela não soube canalizar as suas pulsões de forma a elevá-las moralmente no casamento.⁵

Em relação à administração dos bens do casal, o homem saía mais uma vez à frente da mulher, pois além de dotado de inteligência era preparado pela vida, apto a lidar com os negócios da família. Concebe-se aqui uma sucessão de transferência de poder das mãos de um homem para o outro, em outras palavras, anteriormente o pai cuidava dos bens da família, na medida em que sua filha se casa, ele transfere para o seu marido o direito e o poder de cuidar dela e dos bens que foram herdados. A alegação mais comum era de falta de experiência e vocação para lidar com esse tipo de atividade, a ela prescreviam-se as atividades do lar. Contornando esse cenário, existem pesquisas que demonstram como a mulher, em situações extremas, foi capaz de inverter essa lógica.⁶ Como exemplo, citamos o caso de Dona Joaquina do Pompéu, que com a morte do marido toma em suas mãos a administração dos bens da família e dos seus agregados, foi tida ora como uma dama do Sertão avançada para o seu tempo, ora como mulher transgressora de normas e de condutas.⁷

A desigualdade existente entre os sexos fica mais clara quando se observa que à mulher não cabia opinar sequer em relação ao melhor lugar onde a família devia residir. E, no caso de sentir-se prejudicada com a escolha do marido, não se recorria a ele e sim a um juiz que, ouvindo as partes, deliberaria de acordo com o que julgasse melhor para a família. No momento da realização desta pesquisa, não foi encontrado nenhum processo desta natureza entre os milhares de processos criminais existen-

⁵ ADLER, Laure. *Segredos de alcova (história do casal) 1850-1930*. Portugal: Terramar, 1983, p. 158.

⁶ SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989; *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁷ NORONHA, Gilberto Ceazar de. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias*. Dissertação de Mestrado, Uberlândia: UFU, 2005.

tes no Fórum Abelardo Penna de Uberlândia-MG.

Diante de todas estas evidências, fica difícil negar a posição dominadora sustentada pelo homem, muitas vezes em benefício próprio. Nestes termos, a idéia de violência simbólica perpetrada contra as mulheres é sustentada por mecanismos legais e culturais que perpetuam socialmente este tipo de pensamento machista, pois é escamoteado sob a forma de proteção. O homem como portador do poder não tem como justificar seus atos ou atitudes, já a mulher torna-se secundária nesta hierarquia familiar, desempenhando apenas o papel de mãe que tenta, a todo custo, mediar as relações entre o pai e os outros membros da família. Conforme afirma Rachel Soihet, “o essencial é identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como ‘natural’ e biológica a divisão social dos papéis e das funções”.⁸

A relação de violência entre os gêneros foi estruturada pelo lugar que cada um representou na vida cotidiana. Discorrendo sobre o assunto, Albano e Monteiro ridicularizam essas ações:

Ao homem é dado o direito de extravasar sua agressividade “natural” sobre os “objetos” de sua propriedade. Nada mais “normal”, portanto, que a mulher se torne o objeto privilegiado de sua violência. A ela é dado somente submeter-se em silêncio a esta violência que ao tornar-se presente lhe suprime a palavra, lhe nega a qualidade de interlocutor numa relação falsamente dual. Na verdade, o homem vê a mulher como uma extensão ou complemento de si mesmo; ela é um objeto de sua propriedade e por não lhe serem reconhecidas as qualidades de autonomia e alteridade o homem se vê desobrigado a justificar seus atos e decisões.⁹

Nesta perspectiva, o homem incorpora para si todas as qualidades que a sociedade julga necessárias, como: ser racional, trabalhador, honesto, honrado, provedor, entre outros, de uma forma às vezes consciente ou não, mas que lhe são atribuídas pelo caldeirão cultural em que cada um encontra-se imerso. Isso não quer dizer que estas são as melhores qualidades que um homem deveria ter, mas são as

⁸ SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. (Org.). *Gênero e Ciências Humanas*. Desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 1997, p. 107.

⁹ ALBANO, Celina; MONTERO, Paula. Anatomia da Violência. In: LUZ, Madel T. (Org.). *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.115.

que se requeria da maioria deles, neste período, e que ainda hoje se fazem presentes na sociedade atual.

As disputas que por ventura houvesse na esfera privada entre o casal determinavam, rapidamente, a vantagem que o homem levava em relação à mulher. E no momento em que estas passam a assumir posições na esfera pública, percebe-se um outro nível de disputas pelo poder, o que, certamente, confunde e constrange o homem que só foi preparado para agir entre iguais. O constrangimento oriundo da mudança é real, porque o espaço público torna visível o reconhecimento de suas ações, de seu sucesso e por isso é o lugar do exercício da masculinidade, enquanto a esfera privada, só quando exteriorizada pode conferir-lhe e confirmar o brilho da sua competência.

Se o trabalho, num contexto que reforça sua nobreza, era uma das formas para o homem conseguir respeito e sucesso perante seus semelhantes, da mesma forma que poderia trazer-lhe a glória também poderia tirá-la num “pisar de olhos”, bastava perder seu emprego ou não conseguir nenhum. O trabalho dava ao homem o meio de reforçar sua superioridade em relação à mulher, pois seu trabalho produzia valor, o que era necessário para manter a si e a sua família, e o que reafirmava sua posição de provedor e dominador da casa. Enquanto que as mulheres que conseguiam um emprego, na maioria das vezes em serviços considerados inferiores, apenas complementavam a renda da família.

A desigualdade entre os sexos fica cada vez mais clara dentro da jurisprudência brasileira e não é falso afirmar que os doutos expressavam o socialmente aceito e, por isso, tendiam para a permanência desta desigualdade, uma vez que julgavam que cada um dos sexos deveria seguir suas capacidades naturais e, mais ainda, achavam que a lei deveria acatar estas determinações naturais e universais para ter eficácia. Como afirma Bevilacqua: “É, como diz o código, sua companheira, a consorte e a auxiliar nos encargos da família, isto é: os dois são sócios que assumem, cada um, segundo a sua capacidade natural, a sua organização física, e suas funções que a sociedade lhe compete”.¹⁰

¹⁰ BEVILACQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, V. 2, 5. ed., Livraria Francisco Alves, 1937.

A interpretação corrente na jurisprudência era de que a mulher deveria cumprir com seu papel social de mãe dedicada aos filhos e esposa fiel, somente assim seria possível criar uma sociedade civilizada e trabalhadora. A família¹¹ representava o porto seguro para o homem, o que subtende que ao chegar em casa deveria encontrar sua mulher ali, com o jantar pronto e seus filhos ao redor da mesa, esperando pelo pai trabalhador para jantar. Esta era uma maneira de se evitar que este ficasse perambulando pelas ruas e pelos cabarés, bebendo até o dia amanhecer e, no dia seguinte, agredindo sua família, além de não produzir corretamente em seu trabalho.¹² Este era o medo corrente nas mentes brilhantes dos juristas e, por isso, defendiam veementemente a preservação da família e do poder masculino sobre seus corpos. Desta forma, reforçava-se a desigualdade entre os gêneros, como sustenta Tânia Swain:

A diferença em si não é nem positiva nem negativa, pois somos diferentes mesmo em relação a nós mesmos, em nosso caminhar histórico. As instituições de uma diferença política criam, porém, a desigualdade quando se erigem hierarquias e valores sociais, instituindo referentes, desenhando corpos, perfis ideais, estabelecendo exclusões, demarcando espaços, limites de ação e posições, mapeando e classificando o social.¹³

Numa sociedade machista como esta, a obrigação pelo sustento da família era do homem e à mulher cabia realizar seus trabalhos domésticos no lar, e este uma vez realizado fora deste espaço privado poderia indicar a derrota do homem, que recorreu a ela para ajudar no sustento do lar. Esta situação era difícil de ser aceita por vários homens que se achavam incapazes e até mesmo envergonhados por estar passando por este tipo de situação, ainda mais porque tinham que autorizar a atividade extra de suas mulheres. Em seu comentário sobre o artigo 233, Bevilacqua deixa clara sua preferência pelo comportamento ideal a ser seguido pelos homens:

Na sociedade moderna, ao marido incumbe o dever de sustentar a mulher. É uma obrigação, e ele a assume

¹¹ PERROT, Michelle. Figuras e papéis. ARIES, Philippe e DUBY, Georges. *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

¹² Observa-se o papel da mãe educadora, responsável pelo destino moral de sua família e a partir do desenvolvimento de um mundo capitalista, que lhe confere a tarefa de preparar homens morais para o trabalho. DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

¹³ SWAIN, Tânia Navarro. Identidade, para que te quero? *História e escrita*. Intelectuais e poder. Goiânia: UFGO, 2004.

ao casar-se. É uma promessa, que se supõe contida na proposta de casamento pelo homem: ele se compromete a promover o bem-estar da família, que vão constituir. É seu dever de honra desenvolver todos os esforços de que é capaz, a fim de tornar suave a vida da mulher e dos filhos.¹⁴

A autorização do marido para que a esposa pudesse trabalhar fora do lar foi fundamental para a política de baixos salários e péssimos empregos. Uma vez que o trabalho sempre foi uma constante no cotidiano feminino, e não foi dada a ela oportunidade para mostrar suas qualidades, o que lhe sobrava eram atividades degradantes e de baixos salários.¹⁵ Isso pode ajudar na compreensão do porquê a mulher continuar até os dias de hoje recebendo salário inferior ao homem, mesmo desempenhando a mesma função em uma mesma empresa e até mesmo sendo mais preparada do que ele ou sendo mais escolarizada.

Observando o Código Civil Brasileiro de 1916, nota-se que a desigualdade entre os gêneros era gritante. Para começar, o homem tem sete artigos que regulamentam suas ações, enquanto que para mulher existem dezessete artigos. Não é necessário ser um gênio para constatar que a mulher tem dez artigos a mais que o homem e estes objetivam controlar suas ações. Portanto, se “os homens são iguais perante a lei” o que justifica esta diferença exorbitante para o feminino? Assim, o próprio Código Civil sustenta as hierarquias de gênero na sociedade brasileira, na qual o homem manda e a mulher obedece, por bem ou por mal. Nesse sentido, o dirteito, como dizia Marx, não é neutro.

No momento em que a mulher deixa a casa dos pais, ou seja, deixa de ser “protegida” por estes e passa após o casamento a ser “vigiada” pelo marido, os seus direitos e seus deveres estão estabelecidos pela lei. O artigo 240 determina as primeiras medidas: “A mulher assume, com o casamento, os apelidos do marido e a condição de sua companheira, consorte e colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta”.¹⁶

¹⁴ BEVILACQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Op. cit.

¹⁵ MATOS, Maria Izilda. *Por uma história da mulher*. Bauru: Edusc, 2000.

¹⁶ BRASIL. *Código Civil*. Op. cit., p. 69.

Por tal assertiva, fica evidente que a mulher adquire uma função secundária numa vida a dois, pois se submete a uma condição de “consorte e colaboradora”, é reconhecer que a querem em um lugar de menos importância em relação ao homem, que é o “chefe” da família. Referendado por esta estrutura de poder, o homem passava a ter um maior campo de ação em relação à mulher, que para quase tudo tinha que pedir sua autorização. Como consta no artigo 242:

- A mulher não pode, sem autorização do marido:
 - I praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher;
 - II alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens;
 - III alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;
 - IV contrair obrigações que possam importar em alheação dos bens do casal.¹⁷

A subordinação da mulher neste tipo de relação evidenciava a formação da masculinidade e da feminilidade que era construída no processo histórico do contrato sexual, que é social por excelência. Portanto, a mulher tornava-se, em certo sentido, um ser que abdicava de sua vontade e liberdade, para realizar as vontades do homem, mas isso não quer dizer que apesar de toda vigilância masculina, a mulher não conseguisse fugir desse controle.

O conjunto de leis dedicadas às mulheres representava o anseio dos juristas e da sociedade da época em atingir o maior número possível de mulheres, para que elas fossem mães e esposas zelosas. Em outras palavras, cercavam-nas de todos os lados e de todas as formas tidas como lícitas, para controlar seus desejos e suas ações. Para tanto, a sociedade brasileira cria inúmeras estratégias legais com o objetivo de controlar os comportamentos tidos como desviantes e orientar os errados para a boa conduta. Portanto, qualquer atividade feminina que não se encaixasse no papel de mãe e esposa, e que era realizada fora do seio familiar, era passível de ser compreendida como uma ação desviante.

¹⁷ BRASIL. *Código Civil*. *Op. cit.*, p. 69 e 70.

O perfil desejado da mulher honesta também era expresso nos jornais, como neste poema:

A mulher deve ser como a palha miúda com que se encaixotam porcelanas; palha que não se conta, palha que ninguém sente, palha que mal se vê, e sem a qual se quebraria tudo...

A mulher deve ser como a rosa vermelha que nesta tarde quente de dezembro põe um quê de conforto e de perfume no canto do salão. A mulher deve ser como a árvore no deserto, que tem um gesto de bondade em cada folha, e espalha ventura à sua sombra.

A mulher deve ser como um vinho precioso, que aquece e reconforta quando o sangue para nas veias geladas, nas horas do desânimo, — e que refresca e acalma nas horas de canícula em que o sangue ferve; como o licor generoso que ajuda a esquecer nas horas de amargura, e que auxilia a sorrir nos momentos de prazer.

Chama que exalta e purifica, bálsamo que consola e que alivia, esposa que ama e que acompanha, mãe que vela e que abençoa, anjo da guarda que perdoa e redime: isto é que a mulher deve ser.

Oliveira R. Neto¹⁸ (sic)

Tais qualidades requeridas deixam entraves no célebre ditado que diz: todo homem de sucesso tem por trás de si uma mulher, silenciosa, passiva, resignada, que reconforta e alivia, perdoa e redime. Talvez idealizada demais, sem a possibilidade real de ser concreta.

O casamento era usado para controlar a sexualidade feminina, impossibilitando o nascimento de filhos ilegítimos. A virgindade era vista como um certificado de pureza, honestidade e honra, qualidades desejadas para todas as mulheres como uma forma de impedir um caminho desviante em suas vidas. Para o discurso jurídico, a sexualidade feminina deveria estar restrita ao casamento, o que evitaria os perigos da vida moderna; em contrapartida, a sexualidade masculina poderia abranger o casamento, a casa da concubina e as casas de prostituição.

O trabalho feminino fora do lar desafiava os juristas, para o qual despendiam a maior parte de suas

¹⁸ *CORREIO DE UBERLÂNDIA*. Para a mulher. Uberlândia: 10 dez. 1940, n. 600, p. 4.

preocupações, porque o objetivo final eram as atitudes morais e civilizadoras. Reinava absoluta a representação da mulher ideal, ou seja, a do lar, ao passo que o homem cumpriria seu papel de provedor da família. O trabalho fora do lar pela mulher poderia levar à dissolução da família, justificada pela falta que a mãe fazia aos filhos, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de vícios e atitudes imorais, a marginalidade e a mais temida delas, a prostituição, ou como diziam no período “mulheres de vidas alegre”. O medo social era desproporcional à realidade vivida, pois só a crença que os maus hábitos poderiam levar as mulheres para uma vida de prostituição, ajuda a elucidar estas medidas normativas.¹⁹

Como as mulheres eram consideradas as “cabezinhas de vento”, achava-se que sua moral era fraca e poderia, a qualquer momento, ser influenciada por maus costumes, por isso a necessidade de mantê-las sobre a proteção masculina. O discurso médico também concordava com este tipo de atitude, como nos relata Maria Izilda: “O discurso médico aconselhava a retirada das mulheres da fábrica e de outras atividades, já que eram consideradas mais propensas a cair na prostituição: operárias, costureiras, criadas de servir e empregadas no teatro”.²⁰

No momento em que o trabalho feminino era necessário para o sustento da família, a autorização do marido só existia pela necessidade da sobrevivência familiar. Talvez, por isso, as medidas que regulavam este trabalho não permitiam que as mulheres trabalhassem à noite, nem no último mês de gravidez. Delineia-se a dupla jornada para as mulheres, como trabalhadoras e mães, uma forma encontrada para superar as adversidades e os conflitos e, acima de tudo, resguardar a honra das mulheres.

O discurso científico tratava as mulheres como seres inferiores, incapazes de realizar atividades intelectuais mais relevantes, além do mais disseminavam idéias de que as mulheres que insistissem em realizar tais atividades poderiam gerar filhos com problemas mentais. Esta era mais uma estratégia para que a mulher concentrasse suas forças na atividade reprodutiva, que viria pelo casamento e,

¹⁹ MACHADO, Roberto; e outros. *Danação da norma* – medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

²⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

muitas vezes, era a forma de sair da “barbárie” para a “civilização” e o “progresso”. A menstruação e a gravidez eram vistas como fatores desqualificantes para elas, pois reafirmavam a inferioridade feminina e legitimavam as ações masculinas de poder.²¹

Com a onda desenvolvimentista da segunda metade do século XX há um afrouxamento na política repressora sobre a mulher, que passa a circular por espaços anteriormente restritos aos homens. Isso exigiu novas formas de comportamento tanto feminino quanto masculino, espelhado nos perfis hegemônicos de cada sexo.

No que tange a educação dos filhos, a maior parte ficava a cargo da mulher, enquanto o homem exercia sua vocação de chefe da família, também cabendo a ele a representação legal sobre os filhos e somente na sua falta a mulher poderia exercer essa função. Mais uma vez, a desigualdade entre os gêneros é evidente, pois a última palavra era privilégio do homem. Como comenta Bevilacqua:

Se a lei da preferência é a vontade do pai, é porque este é o chefe da família. Não é, entretanto, ocioso o parecer materno. Além da deferência, que se deve à sacerdotisa do lar, ela pode fazer ponderações preciosas que podem fazer desistir o filho do casamento, ou convencer o marido de que não tem razão de se opor ao projeto do filho.²²

O poder do pai cessava na medida em que os filhos chegavam à maioridade, mas a sua influência continuava de uma forma sutil. A mãe exercia sua influência sobre os filhos de uma forma indireta, que lhe era dada pela posição que ocupava no lar e no coração deles. E sua condição só era modificada quando se tornava viúva, pois passava a ter em suas mãos o pátrio poder, além de receber de volta a condição de ser capaz perante a lei. Mas, se casasse novamente passava à condição de subordinada e dependente.

Referências

ADLER, Laure. *Segredos de alcova (história do casal) 1850-*

²¹ LIMA, Agostinho J. de Souza. *Tratado de Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938.

²² BEVILACQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Op. cit.

1930. Portugal: Terramar, 1983.

ALBANO, Celina; MONTERO, Paula. Anatomia da Violência. In: LUZ, Madel T. (Org.). *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BEVILACQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, V. 2, 5. Livraria Francisco Alves, 1937.

BRASIL. *Código Civil*. [S.l.:s.n.], 1916.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Para a mulher. Uberlândia: 10 dez. 1940, n. 600.

LIMA, Agostinho J. de Souza. *Tratado de Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938.

MACHADO, Roberto e outros. *Danação da norma – medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MATOS, Maria Izilda. *Por uma história da mulher*. Bauru: Edusc, 2000.

NORONHA, Gilberto Cezar de. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias*. Dissertação de Mestrado, Uberlândia: UFU, 2005.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. ARIES, Philippe e DUBY, Georges. *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero – poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. (Org.). *Gênero e Ciências Humanas*. Desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 1997.

SWAIN, Tânia Navarro. *Identidade, para que te quero? História e escrita*. Intelectuais e poder. Goiânia: UFGO, 2004.

Entre o legal e o necessário: tempo de processamento do crime de estupro no Sistema de Justiça Criminal – Aracaju – Brasil

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa

Miriam Pillar Grossi

Maria Helena Santana Cruz

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa. Aluna do Programa de Doutorado Interdisciplinar da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Possui Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe e atua na área de violência e gênero. Possui publicações em revistas e em 2008 publicou o livro: *Entre o Fato e a Lei: Representação, Justiça e Gênero no Crime de Estupro*. E-mail: patricia.ufs.se@bol.com.br

Miriam Pillar Grossi. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1981), mestrado em *Anthropologie Sociale Et Culturelle – Universite de Paris V (Rene Descartes)* (1983), doutorado em *Anthropologie Sociale Et Culturelle – Universite de Paris V (Rene Descartes)* (1988) e pós-doutorado no *Laboratoire d'Anthropologie Sociale do Collège de France* (1996/1998). É professora adjunta IV da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1989, foi representante da Área de Antropologia na CAPES (triênio 2001/2004) e Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (gestão 2004/2006). Antropóloga atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, violência contra mulheres, homossexualidades e parentesco, ensino de antropologia, história da antropologia francesa e da antropologia brasileira.

Maria Helena Santana Cruz. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (1973), mestra (1979) e doutora (1999) em Educação pela Universidade Federal da Bahia; Área de Concentração Trabalho e Educação; Professora associada do Departamento de Serviço Social da UFS, do programa de Pós-Graduação em Educação (NPGED) e do Programa de Sociologia (NPPCS); Coordenadora e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG) integrado à REDOR/UFBa.

Texto recebido em 03/03/2009.

Resumo: O presente artigo faz uma abordagem sobre o tempo necessário aos Operadores do Direito para a resolução do crime de estupro no Sistema de Justiça Criminal de Sergipe. Para tanto procedeu à investigação de processos criminais registrados na década de 80 do século XX.

Palavras-chave: Estupro. Violência Sexual. Cidadania. Sistema de Justiça Criminal.

Abstract: This paper approaches the time required for Law Workers to deal with situations related to rape in the criminal justice system of Brazil. The study proceeded to an investigation of legal procedures of the 80s in the twentieth century.

Keywords: Rape. Sexual Violence. Citizenship. Criminal Justice System.

Introdução

O presente trabalho realiza uma análise sobre o andamento do crime de estupro no sistema de justiça criminal no município de Aracaju na década de 80, do século XX. Procura compreender qual o tempo necessário utilizado pelos operadores do direito para a construção das peças processuais levando em consideração duas instituições do sistema de justiça criminal: a Delegacia de Polícia e o Ministério Público, além do tempo total para a conclusão do processo criminal no Poder Judiciário.

Na delegacia observamos o tempo entre a formulação do boletim de ocorrência (BO) e a conclusão do inquérito policial. No Ministério Público, analisamos o tempo entre o recebimento do inquérito policial e a formulação da denúncia pelo (a) Promotor (a) de Justiça e, no Poder Judiciário, utilizamos como referência todo o tempo necessário para que o processo fosse concluído, desde a Delegacia de Polícia passando pelo Ministério Público e o trâmite no Poder Judiciário. Para alcançar tal propósito, calculamos o tempo a partir do registro das datas de entrada e saída em cada peça processual (do boletim de ocorrência à conclusão do inquérito policial; da distribuição do processo no poder judiciário à formulação da denuncia pelo Ministério Público; e

por fim, calculamos todo o tempo que o processo de estupro leva para receber a sentença final no Poder Judiciário, ou seja, o tempo necessário ao Sistema de Justiça Criminal. Esse cálculo considerou a data entre a formulação do BO e a sentença proferida pelo (a) Juiz (a) de direito).

No Brasil, o estupro está tipificado no Código Penal Brasileiro (CPB) como

O primeiro dos crimes contra a liberdade sexual, é definido no artigo 213 do CPB, alterado, com relação à pena, pelo artigo 5º da lei número 8.072/90, lei dos crimes hediondos: “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça: pena — reclusão de 6 a 10 anos.¹

É um delito em que apenas a mulher pode ser vítima, e só o homem pode ser o autor, pois, de acordo com a legislação penal, configura-se através da conjunção carnal. É necessário, que, além da agressão física e de forte ameaça se efetive a penetração pênis-vagina para ser enquadrado como estupro no sistema de justiça criminal brasileiro. No entanto, o estupro tem a característica de ser um crime geralmente praticado sem a presença de testemunhas, no qual a comprovação do fato depende quase exclusivamente da palavra da ofendida. Vargas (2004)² argumenta que, por conta da dificuldade em se comprovar a materialidade do crime, existe por parte dos Operadores do Direito um processo de estereotipagem de vítimas e autores baseado em valores morais relacionados às exigências dos papéis sociais de homens e mulheres, fato que inibe as vítimas a procurarem as instituições policiais e jurídicas para denunciarem a violência sexual sofrida.

Nesse sentido verifica-se que o crime de estupro envolve questões relevantes tais como as posições feminina e masculina na sociedade, o aumento da violência e o papel das instituições responsáveis pela sua elucidação. A luta do movimento feminista, a Delegacia especializada no Atendimento a Mulher (DDM), criada no Brasil em 1985, mais especificamente na cidade de São Paulo; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a lei dos crimes hedion-

¹ MIRABETE, J. F. *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Atlas, 1991, p. 417.

dos — Lei 8.072/90, ambos instituídos na década de 90, podem ter contribuído nos últimos anos para o crescimento do número de denúncias de práticas de violência contra a mulher, uma vez que estabeleceram um suporte social mais amplo no âmbito dos aparelhos policial e judiciário, de modo a favorecer três grupos de vítimas: mulheres, crianças e adolescentes. Não obstante esse tipo de esforço, a imprensa e as autoridades que compõe o sistema de justiça reconhecem que as denúncias não correspondem ao universo que o crime de estupro atinge, uma vez que tal prática abrange questões éticas e morais como a reputação e a honra da mulher e as humilhações que esta sofre, principalmente quando o crime ganha publicidade. De acordo com Izumino³,

Há muito que a violência contra a mulher é objeto de denúncia, mas nunca se viu tamanho esforço para seu combate e prevenção como passou a ocorrer nos anos 80, quando esse tema transborda para a cena política e social e passa a integrar a agenda política de grupos feministas e governantes.

No Brasil, o sistema de justiça criminal é composto por algumas organizações, que Kant de Lima (1999)⁴ identifica como subsistemas, e a comunicação entre os mesmos ocorre por conta do processamento dos diversos tipos de crime. Como subsistemas do sistema de justiça criminal, destacam-se a Polícia Judiciária, o Ministério Público e o Poder Judiciário, que juntos trabalham para a solução e pacificação dos conflitos, sendo que, cada qual, possui atribuição própria e é responsável por formas diferentes de investigação dos delitos.

A descrição das funções dos subsistemas do sistema de justiça criminal revela que a justiça no Brasil envolve um processo de integração e disjunção junto as suas instituições (Kant de Lima, 1999)⁵. A disjunção refere-se à lógica e as funções divergentes dos diversos subsistemas que compõem o sistema de justiça criminal. A Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário têm atribuições diferentes na busca da verdade. No entanto, a constituição da veracidade dos fatos depende da comunicação dos mes-

² VARGAS, J. D. *Estupro: que justiça? fluxo do funcionamento e análise do tempo de justiça criminal para o crime de estupro*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. 2004 (Tese de Doutorado), Ciências Humanas / Sociologia. IUPERJ, 307p.

³ IZUMINO, W. P. 2004. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2004, p.05.

⁴ KANT DE LIMA, R. *Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, 1999, p. 23-38.

⁵ *Ibidem*.

mos, ou melhor, da comunicação dos resultados obtidos por cada parte. É nesse ponto, onde existe o processo de integração, que se revela através da comunicação entre estas instituições realizada sob a forma de procedimentos burocráticos.

No contexto da Justiça Criminal, a busca pela constituição da verdade do fato típico começa a partir do procedimento da queixa na delegacia. À Polícia Judiciária cabe a apuração acerca da existência, circunstâncias e autoria das infrações penais.

Após a formulação da queixa no espaço da delegacia e do preenchimento do BO, procede-se a abertura do inquérito policial. A produção deste documento está sujeita às diferentes tipificações de crimes, ou seja, nos delitos de ação penal privada, como é o caso do crime de estupro, tais ações dependem do requerimento de quem tem qualidade para intentá-la — a vítima, no caso de ter maior idade ou, ao contrário, os seus representantes legais, que podem fazer a queixa-crime diretamente no Poder Judiciário, nesse caso tornam-se querelantes. *Nos Crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la*⁶. Já os crimes de ação pública, iniciam-se independentemente da autorização da vítima ou de seu representante. Uma vez produzido, o BO é encaminhado ao Ministério Público que decidirá se apresentará a denúncia ao Poder Judiciário. O Ministério Público promoverá e fiscalizará a execução da lei. No Poder Judiciário, o juiz é responsável de prover à regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos, podendo, inclusive, requisitar a força pública.

Como se observa, cada subsistema do sistema de justiça criminal tem diferentes atribuições na busca da verdade dos conflitos. Os documentos que são produzidos representam fases distintas da composição do auto processual, que vai do boletim de ocorrência (BO) até a sentença e reunidos possibilitam uma visão panorâmica do ato criminoso.

⁶ ANGHER, A. J. *Vade Mecum Acadêmico de Direito: Código de Processo Penal*. 2. ed. São Paulo: RIDEEL. 2005 p. 487.

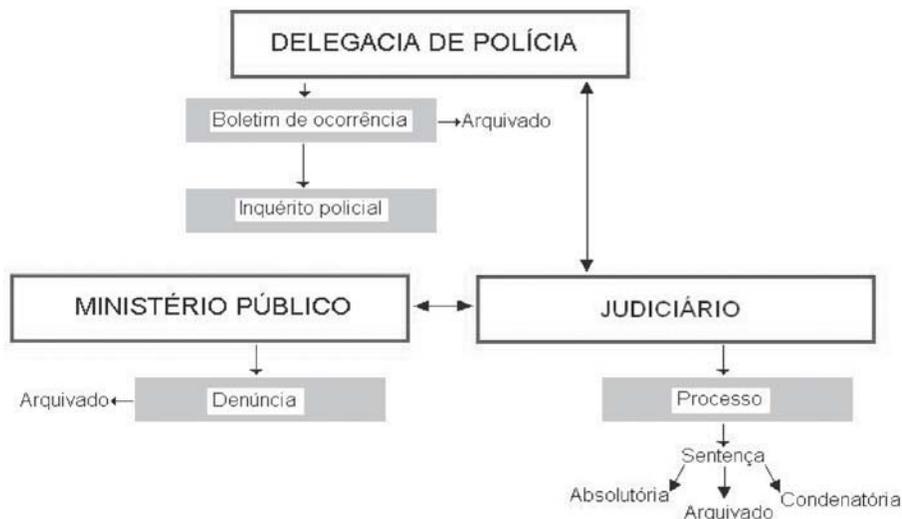


Figura 1. Fluxo do crime de estupro no sistema de justiça criminal brasileiro (Costa, 2008).⁷

Nos processos judiciais, é possível apanhar, com riqueza de detalhes, o tempo e o fluxo do crime de estupro, uma vez que reúne todas as peças que compõem o processo. Os autos processuais dos crimes de estupro são normalmente constituídos pelas seguintes peças: boletim de ocorrência, depoimentos e interrogatórios na fase policial, relatórios policiais, depoimentos e interrogatórios no Judiciário, acusação, defesa e sentença. Para essa pesquisa foram encontrados noventa e sete processos dos quais tivemos acesso a cinquenta e seis processos referentes a década de 80 do século XX.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, foram pesquisados os processos presentes em quatro varas criminais da Comarca de Aracaju que são responsáveis pela resolução do crime de estupro no marco temporal estudado. Foram coletados nestas varas criminais 57,7% dos processos sobre crime de estupro, registrados e presentes nos cartórios intermediários e no Arquivo do Poder Judiciário.

⁷ COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa. *Entre o fato e a lei: representação, justiça e gênero no crime de estupro*. Guarapari-ES: Ex Libris, 2008, p. 82.

Das normas e dos atos: Código do Processo Penal e o crime de estupro

A apuração do crime de estupro no sistema de justiça criminal começa com a denúncia que a vítima ou algum familiar apresenta na delegacia policial. Tal procedimento enseja a abertura de um inquérito que deve ser enviado ao Judiciário que, por sua vez, encaminha ao representante do Ministério Público, podendo este órgão pedir o arquivamento, efetuar a denúncia do inquérito policial ou solicitar nova diligência à Polícia Judiciária, ato imprescindível ao oferecimento da denúncia.

A partir do primeiro procedimento — a queixa policial — o Código do Processo Penal (CPP) estabelece os prazos que devem ser seguidos pelos Operadores do Direito em cada fase do sistema de justiça criminal. Porém, raramente, esse tempo determinado pela lei é cumprido, o que faz desaguar, segundo, (Sadek, 2001)⁸ no mais visível problema que afeta a justiça, qual seja, o processamento moroso dos processos judiciais na busca pela solução dos conflitos.

Há o tempo ordenado e definido por regras do processo penal que estabelece a cronologia de intervenção da justiça e que deve ser conhecido e, em princípio, seguido pelos seus operadores. Segundo os manuais de direito, esse tempo ritualizado tem por finalidade permitir a aplicação de um direito que proteja as garantias institucionais.⁹

De acordo com Ribeiro e Jatobá¹⁰, na realidade cotidiana dos tribunais, esse tempo nem sempre é respeitado, sendo sempre alargado por seus operadores. Pesquisa realizada por Sadek,¹¹ demonstra que um dos problemas apontados pelos juízes que explicariam a falta de agilidade no Judiciário seria o elevado número de processos, o burocrático procedimento traçado pela lei, além do reduzido número de magistrados.

No sistema de justiça podemos pontuar que os prazos estabelecidos por lei para a busca de solução dos conflitos são diferenciados em cada fase dos

⁸ SADEK, M. T. *Acesso à Justiça*. São Paulo: Konrad Adenauer, 2001.

⁹ VARGAS, J. D. *Op. cit.*, p.207.

¹⁰ RIBEIRO, L. M. L., JATOBÁ, D. A Emenda Constitucional n° 45 e a ampliação do acesso à justiça: uma análise institucional. XXV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Mimeografado). 2005.

¹¹ SADEK, M. T. O Poder Judiciário na Reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C., WILHEIN, J., SOLA, L. (Org.). *Estado em Transformação*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista/Imprensa Oficial, 1999.

subsistemas da justiça criminal. Na fase circunscrita à polícia judiciária, por exemplo, o inquérito policial — documento que deve ser produzido pelo delegado de polícia e finalizado com o relatório sobre as investigações realizadas — tem o prazo legal de dez dias para ser concluído e enviado ao Ministério Público, caso o indiciado esteja preso. O prazo estende-se para trinta dias se o indiciado estiver em liberdade, mediante o pagamento de fiança ou não. O CPP destaca que, o tempo citado não é fixo, podendo ser prorrogado mediante autorização estabelecida pelo juiz de direito. A Tabela 1 identifica os prazos estabelecidos pelo CPP para a investigação e conclusão do processo de estupro.

Tabela 1. Ritos processuais: o tempo do processo no Código de Processo Penal Brasileiro (Vargas, 2004).¹²

Ritos Processuais	Réu Solto	Réu Preso
Inquérito Policial (Art. 10)	30 dias	10 dias
Denúncia do M.P. (Art. 46)	15 dias	5 dias
Interrogatório do Réu	A Lei não determina	
Defesa Prévia (Art. 395)	3 dias	3 dias
Despacho do requerimento (Art. 499)	10 dias	10 dias
Audiências de testemunhas (Art. 401)	40 dias	20 dias
Diligências Defesa e M.P (Art.499)	2 dias	2 dias
Alegações finais das partes (Art. 500)	6 dias	6 dias
Diligências de Saneamento (Art. 502)	5 dias	5 dias
Sentença (Art. 800)	20 dias	20 dias

Com relação ao crime de estupro em Aracaju, esses prazos raramente foram respeitados no período estudado. Os documentos produzidos nas diferentes etapas subordinaram-se ao tempo considerado necessário aos delegados (a), promotores (a) e juízes (a).

Dos processos de estupro registrados e encontrados na década de oitenta, os boletins de ocorrências foram produzidos em oito Delegacias Metropolitanas (DM), de diferentes bairros (Primeira DM, Segunda DM, Terceira DM, Quarta DM, Delegacia de Roubos e Furtos, Delegacia de Homicídio, Delegacia de Investigação Criminal (DEIC) e Delegacia da

¹² VARGAS, J. D. *Op. cit.* p. 223.

Mulher, conforme Figura 2 do município de Aracaju. É importante pontuar que a Delegacia da Mulher só foi instituída em Aracaju no ano de 1989 (Costa, 2008)¹³ e contribuiu para um melhor atendimento às vítimas de violência.

No entanto, é preciso salientar que, apesar de haver melhorado o acolhimento às mulheres, a prática de atendimento nessas instituições ainda constitui, em muitos casos, de maneira agressiva, e não possibilita um apoio abrangente às vítimas.

A leitura do mapa evidencia que as maiores concentrações de denúncias que chegaram ao conhecimento do Poder Judiciário ocorreram na primeira delegacia metropolitana, segunda delegacia metropolitana e na delegacia da mulher, ambas apresentaram de onze a doze casos registrados presente no Poder Judiciário. É necessário também chamar a atenção para o fato de que a delegacia da mulher, criada na capital sergipana em 1989, foi responsável por um total de 12 denúncias que transformadas em Inquérito Policial foram encaminhadas ao Ministério Público gerando processos de estupro. Este fato pode demonstrar duas vertentes, primeira: a população recorreu mais a Delegacia da Mulher em Aracaju, denunciando casos de agressão sexual, o que gerou, em apenas dois anos mais inquéritos policiais sobre o estupro na DDM do que as demais delegacias registraram no período de uma década.

A segunda hipótese refere-se ao fato de que a seleção das queixas de estupro por parte dos delegados nas demais delegacias é bastante expressiva, representando um extenso processo de escolha das vítimas que devem, segundo eles, ser encaminhadas ao Poder Judiciário. É o que (Vargas, 2004) denomina de processo filtragem que pode ocorrer pela desistência da vítima ou de seu representante legal de prosseguir com a queixa. Outro ponto diz respeito também a falta de identificação do acusado da prática do delito o que gera um número elevado de arquivamento do Boletim de Ocorrência.

¹³ COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa. *Op. cit.*, p. 65.

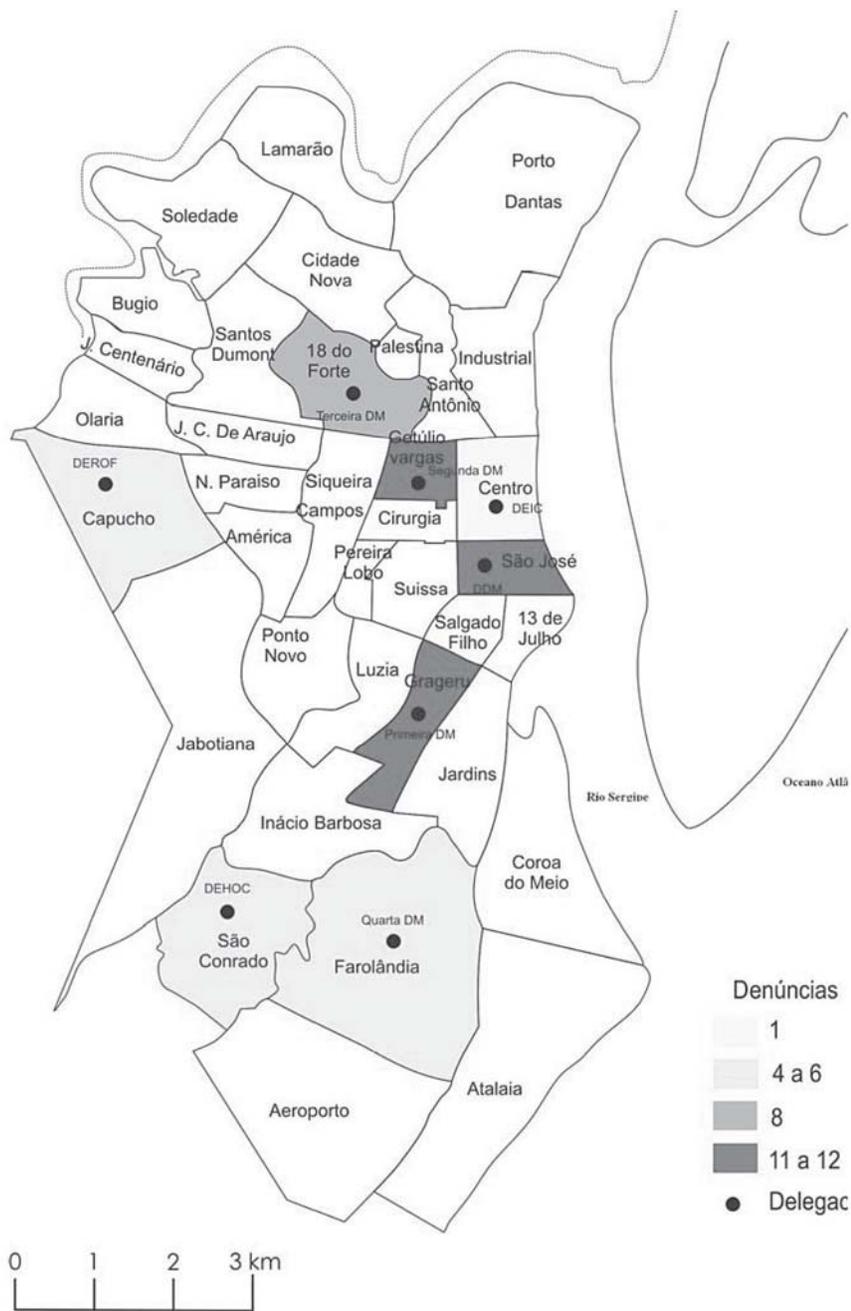


Figura 2. Mapa do município de Aracaju-SE, Brasil, com bairro das denúncias e locais das Delegacias Metropolitanas.

A segunda maior concentração de registro de BO (oito casos) de estupro na década de 80, ocorreu na região norte, especificamente na terceira DM que estava localizada no bairro 18 do forte. É uma região ainda, atualmente, considerada de baixa renda, na qual, a população tem dificuldade em acessar os mecanismos necessários para o exercício da cidadania.

Utilizaremos as letras (A, B, C, D, E, F, G e H) para identificar as Delegacias e informar o tempo necessário à produção dos documentos nessa fase, preservando o caráter do segredo de justiça referente ao crime de estupro.

As Tabelas 2 e 3 demonstram o tempo processado entre o registro do BO e a finalização do inquérito policial, na década de 80, por Delegacia Metropolitana de Aracaju. O tempo foi computado considerando a categoria Indiciado preso e indiciado solto respectivamente, uma vez que o CPP determina tempo diferente para as categorias.

Tabela 2. Tempo entre a formulação do Boletim de Ocorrência e a produção do Inquérito Policial na década de 80, Indiciado preso, no município de Aracaju-SE, Brasil.

Delegacia de origem	Menor tempo (dias)	Maior tempo (dias)	Processos com fluxo superior a lei (%)
Delegacia A	1	1	0
Delegacia B	1	1	0
Delegacia C	1	29	50
Delegacia D	—	—	—
Delegacia E	1	29	50
Delegacia F	1	1	0
Delegacia G	—	—	—
Delegacia H	—	—	—

Fonte: processos de estupro do município de Aracaju registrados e encontrados no Poder Judiciário do Estado de Sergipe na década de 80.

A partir dos resultados podemos observar que das oito delegacias, três cumpriram o prazo estabelecido em lei (A, B e F); duas (C e E) 50% dos processos ultrapassaram o prazo estabelecido de 10 dias para indiciado preso e Três DM's, não apresentaram processos com réu preso, são elas D, G e H.

Tabela 3. Tempo entre a formulação do Boletim de Ocorrência e a produção do Inquérito Policial na década de 80, Indiciado solto, no município de Aracaju-SE, Brasil.

Delegacia de origem	Menor tempo (dias)	Maior tempo (dias)	Processos com fluxo superior a lei (%)
Delegacia A	22	114	40
Delegacia B	13	84	50
Delegacia C	29	62	80
Delegacia D	49	151	100
Delegacia E	46	197	100
Delegacia F	85	283	100
Delegacia G	30	324	66,7
Delegacia H	59	354	100

Fonte: processos de estupro do município de Aracaju registrados e encontrados no Poder Judiciário do Estado de Sergipe na década de 80.

Nos processos em que os indiciados estavam soltos na fase policial, todas as delegacias apresentaram casos em que os prazos foram superior ao estabelecido em lei. As delegacias (D, E, F e H) não cumpriram os prazos em nenhum caso registrado, totalizando 100%. A delegacia B obteve o menor prazo com 13 dias para conclusão do inquérito, enquanto a delegacia H chegou a utilizar 354 dias para concluir um Inquérito Policial.

O que se pode destacar do fato é que quando não é efetuada a prisão do indiciado para investigação do crime, os (as) operadores (as) do direito tendem a flexibilizar muito mais o tempo necessário para a conclusão das peças, revelando que existe o tempo estabelecido pelo rito do CPP, mas que nem sempre, o mesmo, é seguido pelos operadores (as) do direito, fato que ocasiona prejuízos para a vítima e autor do processo, na medida em que há um desrespeito enorme aos direitos constitucionais.

A agilidade por parte dos delegados com os inquéritos em que os indiciados estão presos, pode demonstrar uma maior preocupação com presos acusados de crime de estupro. Essas pessoas quando reconhecidas pela comunidade carcerária sofrem todo tipo de violação dentro da prisão. O estupro é um crime que não é entendido, muito menos perdoado pelos apenados. O ritual pelo qual os presos acu-

sados desse crime passa, consagra-se como forma de humilhação nas instituições carcerárias. Segundo (Grossi, 2004):

A violência sexual atinge o sujeito no âmago mais profundo do que ele imagina, do que ele aprendeu, do que ele sabe que é ser homem.¹⁴

De acordo com o CPP, O Ministério Público tem um prazo de 5 dias para oferecer a denúncia caso o indiciado esteja preso e 15 dias se o acusado estiver solto. O Juiz ao receber a denúncia designará dia e hora para o interrogatório, ordenando a citação do réu e a notificação do Ministério Público, e se for o caso, do querelante ou do assistente. O réu ou seu defensor poderá, logo após o interrogatório ou no prazo de 3 dias, oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas, que poderá ser no máximo oito. Esse número compreende tanto as testemunhas de acusação, quanto às de defesa. O artigo 396 do CPP pontua que as testemunhas de acusação deverão ser ouvidas primeiro, e conforme o artigo 401 do CPP deve-se respeitar o prazo de vinte dias quando o réu estiver preso e de quarenta dias quando o réu se encontrar em liberdade. O Ministério Público ou o querelante, ao ser oferecida a denúncia, e a defesa, logo após o interrogatório, ou no prazo de 3 dias, poderão requerer as diligências que julgarem convenientes.

Com relação ao tempo necessário para que o Ministério Público denunciasse o crime de estupro em Aracaju, os dados mostram que em todas as varas esse tempo foi ultrapassado, quando o indiciado encontrava-se detido ou em liberdade, conforme Tabelas 4 e 5. Para identificação das Varas Criminais no Poder Judiciário, utilizamos as letras A, B, C, D.

O artigo 800 do CPP pontua que os juízes singulares devem prolatar suas sentenças num prazo de 20 dias, após a execução de todos os procedimentos burocráticos. As partes poderão oferecer documentos em qualquer fase do processo e sempre que o juiz concluir a instrução fora do prazo, deverá de acordo com o artigo 402 informar nos autos o motivo do

¹⁴ GROSSI, Miriam Pillar. 2004. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em primeira mão*. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 1995, p. 9.

Tabela 4. Tempo de denúncia do Ministério Público, Indiciado preso, no município de Aracaju-SE, Brasil.

Ministério Público	Menor tempo (dias)	Maior tempo(dias) (dias)	Processos com fluxo superior a lei (%)
Vara A	8	8	100
Vara B	1	13	33,33
Vara C	4	7	50
Vara D	6	25	50

Fonte: processos de estupro do município de Aracaju registrados e encontrados no Poder Judiciário do Estado de Sergipe na década de 80.

Tabela 5. Tempo de denúncia do Ministério Público, Indiciado em liberdade, no município de Aracaju-SE, Brasil.

Ministério Público	Menor tempo (dias)	Maior tempo(dias) (dias)	Processos com fluxo superior a lei (%)
Vara A	13	1403	88,89
Vara B	29	1803	100
Vara C	15	565	94,12
Vara D	156	305	100

Fonte: processos de estupro do município de Aracaju registrados e encontrados no Poder Judiciário do Estado de Sergipe na década de 80.

atraso. Na década de 80, apenas um processo tinha essa informação. O parágrafo 3º do artigo 800 do CPP destaca que em qualquer instância, declarando motivo justo, poderá o juiz exceder por igual tempo os prazos a ele fixados no código de processo penal. Findo os respectivos prazos, os juízes responsáveis pelo retardamento, perderão tantos dias de vencimentos quantos forem os excedidos. No computo dos prazos para o termino da instrução criminal, o processo do réu preso deve acabar em 81 dias. Enquanto que o réu que estiver em liberdade terá 131 dias para ser concluído.

Em todos os subsistemas do Sistema de Justiça Criminal, Delegacia, Ministério Público e Poder Judiciário houve atraso na conclusão das peças processuais. Em todas as Varas Criminais os processos ultrapassaram o tempo estabelecido pelo CPP. A Delegacia, o Ministério Público e o Poder Judiciário são responsáveis pelo atraso e a morosidade da conclusão do processo de estupro, o que gera inúmeras

Tabela 6. Tempo total entre o Boletim de Ocorrência à Sentença, Indiciado preso, no município de Aracaju-SE, Brasil.

Do Boletim de Ocorrência à Sentença	Menor tempo (dias)	Maior tempo (dias)	Processos com fluxo superior a lei (%)
Vara A	352	405	100
Vara B	23	293	33,33
Vara C	291	291	100
Vara D	190	194	100

Fonte: processos de estupro do município de Aracaju registrados e encontrados no Poder Judiciário do Estado de Sergipe na década de 80.

Tabela 7. Tempo total entre o Boletim de Ocorrência à Sentença, Indiciado em liberdade no município de Aracaju-SE, Brasil.

Do Boletim de Ocorrência à Sentença	Menor tempo (dias)	Maior tempo (dias)	Processos com fluxo superior a lei (%)
Vara A	517	3621	100
Vara B	370	3169	100
Vara C	528	3077	100
Vara D	202	647	100

Fonte: processos de estupro do município de Aracaju registrados e encontrados no Poder Judiciário do Estado de Sergipe na década de 80.

conseqüências para as partes envolvidas, sejam as vítimas ou os autores do delito.

Considerando o tempo legal para os operadores do direito concluírem toda a instrução criminal, apenas a Vara B obteve um índice de 33,33% dos processos com prazo superior ao estabelecido, considerando que o réu encontrava-se privado de liberdade nessa fase. As demais Varas se igualam, todas em 100% dos casos em que o réu estava preso ou respondendo o processo em liberdade.

Em apenas um processo da década de 80, foi encontrada a justificativa do juiz quanto a falta de cumprimento dos prazos estabelecidos pelo CPP. Observamos que os mesmos são aplicados de acordo com a necessidade dos operadores do direito nas suas práticas cotidianas, ou seja, a maioria ultrapassou o tempo ordenado e definido por regras do processo penal de vinte dias, que deve em princípio, ser seguido pelos operadores, como afirma (Vargas, 2004)¹⁵.

¹⁵ VARGAS, J. D. *Op. cit.*

Em todos os subsistemas do Sistema de Justiça Criminal, na década de 80, o tempo do percurso do processo que abrange os procedimentos técnicos e burocráticos necessários à conclusão dos autos está relacionado ao tempo necessário à instituição jurídica e não à delimitação temporal definida em lei. Isso aconteceu na Polícia Judiciária, no Ministério Público e no Poder Judiciário.

Uma questão que deve ser levantada é quanto ao tipo de decisão proferida pelo Poder Judiciário nos processos referentes ao crime de estupro na década de 80. Do total de processos estudados, 50% foram absolvidos, 27% tiveram a extinção da punibilidade, 13% foram arquivados e apenas 7% dos réus foram condenados. Esse fato demonstra que existe profunda seleção dos casos que chegaram até a sentença final. Esse processo de afunilamento, segundo (Vargas, 2004)¹⁶, acontece em todas as fases, tanto na polícia quanto no Ministério Público e no Poder Judiciário.

Para concluir, chamamos atenção para o fato de que a complexificação das sociedades contemporâneas desencadeou um processo de mudança social, por meio do qual foram re-configuradas as relações interpessoais entre os indivíduos, nas diversas relações sociais que ocorrem, tanto em espaços públicos quanto no âmbito privado/doméstico. Acompanhando esse fenômeno, a efetivação de uma série de direitos sociais transpassou as décadas do século XX, e contribuiu para um aumento na demanda por justiça por parte da população, antes afastada da instituição judiciária. As mulheres estão inseridas na parcela populacional que não tinham acesso nem garantias de direito, sendo que, através da luta no movimento feminista, conseguiram garantir medidas que colocassem em pauta os problemas que vivenciavam, principalmente os relacionados à violência. Esse fato consolidou-se, especialmente, a partir da década de 80, com a institucionalização das DDM's. No entanto, as transformações rápidas que contextualizam a contemporaneidade não atingiram e, conseqüentemente, não provocaram mudanças efetivas que respondessem aos anseios da sociedade, principalmente no que diz respeito às suas instituições.

¹⁶ VARGAS, J. D. *Op. cit.*

O sistema de justiça criminal se insere nesse processo, na medida em que não consegue efetivar os prazos mínimos necessário para garantia dos direitos constitucionais dos cidadãos em um país cuja democracia se diz consolidada. O caso apresentado sobre o tempo de processamento do crime de estupro em Aracaju demonstra um hiato grande entre o prazo legal e o necessário aos Operadores (as) do Direito na construção das peças processuais do crime de estupro em todos os subsistemas. A morosidade apresentada pode ser um dos pontos que ajude a compreender a ínfima quantidade de condenação, o alto número de absolvição, extinção da punibilidade e arquivamento de processos.

Referências

ANGHER, A. J. *Vade Mecum Acadêmico de Direito: Código de Processo Penal*. 2. ed. São Paulo: RIDEEL, 2005. p. 449-525.

BRASIL. Ministério do Bem Estar Social. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, 1993.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. *Entre o fato e a lei: representação, justiça e gênero no crime de estupro*. Guarapari, ES: Ex Libris, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. *Masculinidades: uma revisão teórica. Antropologia em primeira mão / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 1995 v., 2004.*

IZUMINO, W. P. 2004. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2004.

KANT DE LIMA, R. *Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, p. 23-38, 1999.

MIRABETE, J. F. *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Atlas, 1991.

RIBEIRO, L. M. L., JATOBÁ, D. A Emenda Constitucional nº 45 e a ampliação do acesso à justiça: uma análise institucional. In: *XXV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA*, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Mimeografado), 2005.

SADEK, M. T. O Poder Judiciário na Reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C., WILHEIN, J., SOLA, L. (Org.). *Estado em Transformação*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista / Imprensa Oficial, 1999.

SADEK, M. T. *Acesso à Justiça*. São Paulo: Konrad Adenauer, 2001.

VARGAS, J. D. *Estupro: que justiça? fluxo do funcionamento e análise do tempo de justiça criminal para o crime de estupro*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro / Ciências Humanas / Sociologia. 307 p. (Tese de Doutorado), 2004.

Generificação da violência nos meios de comunicação do Oeste do Paraná (1960-1990)

Tania Regina Zimmermann

Resumo: O presente artigo discute formas de violência perpetrada por mulheres, mas que nos meios de comunicação aparecem pelo inverso, ou seja elas são ridicularizadas pelas suas ações através da violência simbólica articulada com uma linguagem risível e de deboche. Esta linguagem reproduz velhos estereótipos de que a violência associa-se a masculinidade e a fragilidade à feminilidade e assim a dicotomia vítima x agressor continua a ser naturalizada.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Imprensa.

Abstract: This article discusses forms of violence perpetrated by women, but that in the media appear by the inverse, or they will be ridiculed for their actions through the symbolic violence articulated with a language risible, debauchery. This language reproduces old stereotypes that violence associates-if masculinity and the fragility of femininity and thus the dichotomy victim x aggressor remains naturalized.

Keywords: Gender. Violence. Press.

Tania Regina Zimmermann. Professora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e doutoranda pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua na área de História Contemporânea e Ensino de História. E-mail: zimmermanntania@hotmail.com.

Texto recebido em 17/02/2009.

No Oeste do Paraná, notícias de 1960 a 1990 construíram identificações para homens e para mulheres como, por exemplo, a violência como característica masculina e a maternidade como função exclusiva do feminino. Sentimentos como docilidade e resignação, as próprias tarefas domésticas e o espaço privado para as mulheres fizeram e ainda fazem com que muitas delas deixem de ser cidadãs para existirem enjauladas nas identidades femininas construídas nos discursos que enfatizam o sujeito universal masculino. Um dos exemplos desta distinção dos gêneros pelo sexo está no Jornal do Oeste na matéria *Nem Feminismo nem Machismo: justiça*. Conforme o excerto abaixo verifico que os papéis são contrastantes nas relações de gênero¹:

A mulher cumpre fazer do lar um pedaço do céu, entrevistado na terra. Ali o homem retempera as forças consumidas na dura peleja travada no teatro das competições, em busca do pão de cada dia. (...) O sexo forte tira sua energia do sexo denominado fraco. Deste paradoxo depende a estabilidade da família e segurança social. (...) Os movimentos feministas têm se revelado inoperantes, pelo menos até hoje, uma vez que não conseguiram incutir na mulher, a compreensão sublime da tarefa que lhe cabe na preparação da humanidade do porvir. (...) A mulher deve permanecer naquilo que foi chamada; permanecer como rainha do lar e sacerdotisa da família.²

¹ Utilizamos aqui a categoria gênero como relacional na medida em que constrói identificações para homens e mulheres. O uso desta categoria possibilita questionar como o sexo e a sexualidade constroem por dentro do gênero estas identificações. Para tanto se referencia os estudos de BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

² *Jornal Oeste*. Nem Feminismo, nem Machismo: justiça. n. 850, 26 jul. 1988, p. 6.

³ *O Paraná*. Homossexualismo é ideologia. N. 521, 6 jul. 1976, p. 4.

Outras possibilidades para os corpos e sexualidades quase sempre foram desconsideradas em discurso e, na maioria das notícias das décadas de 1960 a 1980, o tema teve pouca visibilidade. Um dos impressos de *O Paraná* apresenta o tema sob o título: *Homossexualismo é ideologia*. Na matéria, segue-se a visão de Peter Fry advogando que o uso do termo é errôneo, uma vez que *essa criação cultural não existe na natureza, devendo ser abolida*.³ Acredita Fry que, por não estar na ordem discursiva racional das ciências da natureza, essa criação cultural não tem nomeação. Margareth Rago expôs recentemente esta problemática da seguinte maneira:

Afinal, lembrando Baudrillard, se os americanos precisam ter a Disney para não perceber que são a própria Disney, nós precisamos ter a prisão para não percebermos que vivemos enjaulados nas identidades e classificações categoriais, nos esquadramentos sociais, sexuais, espaciais, físicos e imaginários.⁴

Estas construções identitárias e de outras distinções sociais também adentraram a literatura e a escritura da história. Segundo Bhabha, estamos em um *momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e de identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão*.⁵

É nas tramas de mulheres e homens em situação de violência que também despontam algumas diferenças, exclusões, trânsitos e linhas de fuga que constroem corpos e sexos. Para esse universo da pesquisa, parto do pressuposto de que os estudos nesta área nos trazem indícios da atuação de mulheres e homens na violência e de que esta não é intrínseca ao ser humano, e sim cultural. A violência, como sugestiona Peter Burke, tem uma história cultural, pois tem sido vista como irrupção de um vulcão ou expressão dos impulsos humanos. A proposta de Burke indica também uma leitura das mensagens enviadas pelas violentas e violentos revelando o significado do sem significado e as regras que governam seu emprego.⁶

Documentar a vida de pessoas negligenciadas nas narrativas dos escritos abre um leque múltiplo de temas, assim como outras histórias que desmentem visões hegemônicas de mundo enaltecidas de homens brancos, da naturalidade da monogamia, dos sentimentos, dos papéis sociais e sexuais e da certeza da inevitabilidade do progresso. Scott observa que:

O desafio à história normativa tem sido descrito, em termos de entendimentos históricos convencionais de evidência, como uma ampliação de um quadro, uma correção do que foi negligenciado como resultado de uma visão incorreta ou incompleta, e tem reivindicado legitimidade sobre a autoridade da experiência, a expe-

⁴ RAGO, M. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, Cesar A. B. et al. (Org). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 50.

⁵ BHABHA, Homi. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 19.

⁶ Burke, Peter. *O que é História Cultural*. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 139.

riência direta de outros, bem como a do historiador que aprende a observar e iluminar a vida desses outros em seus textos.⁷

Assim pode parecer estranho historiar a violência de mulheres, uma vez que a quantidade destas notícias corroboram para não priorizar tais estudos. Este é um dos aspectos observados nas pesquisas em que existem mulheres protagonistas em situação de violência.⁸ Diante disso, é notória a pergunta: qual é a relevância do tema? Por que dar historicidade a estas vivências? Como justificativa, apoio-me em Scott que afirma que o resgate destas experiências, com seus incontáveis pequenos detalhes, permite perceber como a diferença é estabelecida entre mulheres e homens, como ela é operada em grande parte dos escritos, como e de que maneira constitui sujeitos que vêm e atuam no mundo.⁹ Neste sentido, o estudo de jornais, revistas e noticiários de rádio em relação às violências contra e das mulheres ajuda a entender as diferentes operações que nivelam as formas de vermos o mundo e, na pior das hipóteses, contribuímos para as desigualdades de gênero.

Embora haja um destaque para a atuação de mulheres consideradas violentas nas notícias, reforça-se que a violência é coisa de homens. Esta posse masculina se dá, em parte, em virtude de suas frustrações ou não, assim como a partir de condutas e práticas identificadas socialmente como masculinas e que podem estar relacionadas a experiências perigosas.¹⁰ Ainda segundo Mihaely, esta violência cristaliza todos os não-ditos e, mesmo que haja culpa e vergonha por parte dos homens diante das posições que reproduzem as relações de vítima e opressor, ainda existe uma tendência em considerar as mulheres como vítimas e os homens como biologicamente determinados à prática da violência.¹¹ Nesse sentido, a observação de Scott torna-se relevante:

Por isso precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se,

⁷ SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*. São Paulo: Edusc, n. 16, 1998, p. 300.

⁸ Ver obras citadas de autores como Soyka (2005) e Kun (2005).

⁹ SCOTT. *Op. cit.*, p. 302.

¹⁰ OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 248. Segundo o autor o aumento dos índices de criminalidade urbana está relacionado ao reforço nos caracteres viris. p. 271.

¹¹ MIHAELY, Gil. *Masculinidades: corpo, natureza e poder*. (Texto traduzido após palestra na UFSC em 2006) s.p.

então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz.¹²

Os atos ou as situações de violência de mulheres são experiências no sentido apontado por Scott, pois estes atos representados nas notícias têm, em sua maioria, a defesa de si, de familiares e da sobrevivência em relação a sofrimentos, privações e violações. Convém ressaltar que, embora a violência esteja relacionada à defesa de uma causa, ela não significa um direito a estes atos, mas, em determinados momentos, uma possível saída para opressões, sofrimentos e injustiças.

Na pesquisa de Natalie Zemon Davis, sobre os ritos de violência coletiva na França do século XVI, a autora tece importante consideração no sentido de atentar mais sobre a mudança de valores e menos na pacificação dos desviantes. Essa preocupação de Davis relaciona-se com a pesquisa que desenvolvo sobre a violência perpetrada pelas mulheres. Não se pretende defender o direito das mulheres à violência, e sim tentar desatar o nó górdio para os atos cometidos por inúmeras mulheres e para o fato de como estas ações e personagens revelam a contradição das diferenças instituídas entre sexos operada pelas notícias e algumas mudanças, mesmo que instantâneas, na condição do ser mulher.¹³

Com o cuidado para tatear as construções discursivas históricas, parto da visibilidade de alguns desvios de mulheres postos nas notícias, desvios esses imbricados com pesquisas de historiadoras e historiadores, assim como com exemplo da literatura. Estes desvios, considerados como experiências, continuamente são de gente que dificilmente de outra forma apareceria com rostos, nomes e, às vezes, sobrenomes nas notícias cotidianas. Para Foucault, são vidas de algumas linhas ou de algumas páginas. Vidas breves, achadas a esmo em notícias e, portanto, infames. Também o autor apresenta vidas com me-

¹² SCOTT. *Op. cit.*, p. 304.

¹³ DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

nos lições a serem meditadas do que vidas como daquelas histórias que os sábios recolham:

Pretendi também que estas personagens fossem elas mesmas obscuras; que nada as tivesse predisposto a uma qualquer notoriedade; que não tenham sido dotadas de nenhuma das grandezas como tal estabelecidas e reconhecidas — as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; que pertencessem aquelas milhões de existências que estão destinadas a não deixar rastro; (...) que, contudo, tenham sido atravessados por um certo ardor, que tenham sido animados por uma violência, uma energia, um excesso na malvadez (...).¹⁴

A vida das mulheres que matam ou que estão envolvidas em conflitos e crimes aparecem em poucas páginas, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Em contrapartida, estas personagens recebem lugar de destaque nos títulos, no tamanho das letras e nas imagens fotográficas. Por que se dedicou frases, fotos e, às vezes, páginas inteiras a essas mulheres infames? Embora a violência nas relações de gênero tenha incidido principalmente sobre as mulheres, seja ela física (estupros, espancamentos e mortes) ou através de formas de violência simbólica (incapacidade política e civil, restrições da sexualidade), elas também reagiam e violentavam com ou sem instrumentos. Para escrever histórias na quais as mulheres agiram e reagiram pela violência, tateamos pela construção de notícias sobre estas experiências de mulheres.

Concordo com Foucault ao afirmar que o encontro com o poder transformou os atos das pessoas infames em palavras e, posteriormente, objeto deste estudo. *Sem este choque, é indubitável que nenhuma palavra teria ficado para lembrar o seu fugidivo trajecto.*¹⁵ O mesmo poder que tentou controlar foi o poder que suscitou as palavras sobre estas vidas. E é justamente no confronto com o poder que elas encontram o único momento que alguma vez lhes foi concedido um breve clarão que as traz até nós. As mulheres infames escolhidas e analisadas nesta pesquisa podem contribuir para dialogar com o limite,

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992. p. 97.

¹⁵ *Idem*, p. 97.

o intervalo da produção de recursos da história, da linguagem daquilo que nos tornamos ou, como Hall expôs, *como nos temos sido representados e como essa representação afeta a forma como nos podemos representar a nos próprios*.¹⁶

Ações de mulheres em notícias no Oeste do Paraná aparecem com notoriedade, talvez pela novidade deste tipo de comportamento, apesar de que mulheres consideradas fatais¹⁷, não eram novidade na literatura. Nas notícias dos jornais e da rádio estes feitos continuam a chamar a atenção até os dias atuais, mas estas mulheres praticantes de violência são consideradas infames, porque não possuem as mesmas qualificações das mulheres fatais e aparecem em breves instantes.

Mulheres infames e a violência física e simbólica

As ações de mulheres em situação de violência são destaques nas notícias ao longo dos anos pesquisados. Essas mulheres são descritas como possuidoras de vidas obscuras, infelizes, raivosas, ciumentas, malfeitoras e desafortunadas. Também são relatos quase sempre anedóticos, curiosos, grotescos e que fizeram parte de inúmeras histórias minúsculas. E em grande parte das notícias, tendeu-se a tratar muitos dos casos com uma linguagem risível e em tom de deboche. Ressalta-se que o período em que aparece esta linguagem de deboche são frequentes as matérias relacionadas ao feminismo, principalmente após a metade da década de 1970. Esta forma de linguagem também estava presente em jornais do período nos grandes centros como, por exemplo, o *Pasquim*, que ridicularizava a ação de feministas no Brasil.¹⁸

Na notícia *A Mulher batia no marido com vara*, citada abaixo, temos um exemplo de zombaria. O jornal *O Paraná* registra um evento passado há anos e que fora comentado por um antigo político de Cascavel. O narrador descreve o texto como um teatro, seguido das seguintes cenas:

O marido após o trabalho freqüentava bares da cidade de Cascavel e bebia como um gambá e sua esposa teria

¹⁶ HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 109.

¹⁷ MENON, Mauricio. A bela imagem do mal na representação da mulher. In: MEDEIROS, Márcia M. (Org.). *Ensaio sobre o feminino*. Passo Fundo: UPF, 2008. Segundo Menon são consideradas mulheres fatais aquelas representadas como belas e sedutoras que usam destes poderes para governar e manipular os homens. Os homens manipulados caem em desgraça, desgosto, infelicidade e alguns morrem no final do enredo. p. 99.

¹⁸ SOIHET, R. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 84, 2008. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/084/84soihet.htm. Acesso em: 20 jan. 2009.

inventado um jeito original de conduzi-lo para casa com uma vara, conduzia o seu hoi particular e amado. As cenas já eram tradicionais. A mulher vara no lombo do marido, levava não muito pacientemente o seu amado até a sua residência. Era um dia, depois do outro se formando realmente uma cena bem folclórica. Os viajantes já diziam pelos cantos do Oeste que Cascavel tinha um fato curioso: a mulher da vara. Após alguns anos o marido faleceu e não se sabe se foi das varadas ou das tremendas bebedeiras do guarda.¹⁹

Na cena a seguir, descreve-se a mulher ao lado do caixão abraçada ao cadáver e dizendo: — *Ai, ai, ai! Pra quê ocê morreu? Nós que nunca encrenquemo!* A notícia finda com (...) *isso aconteceu. Há testemunhas oculares, inclusive.* Este discurso perpassa a estratégia da produção do verdadeiro, pois o político conta, o jornal edita e há testemunhas oculares do fato.

O uso frequente de adjetivos e advérbios no texto acima, como *já, muito, se, realmente, bem* e *inclusive*, intensifica, neste discurso, a desqualificação das atitudes que supostamente invertem ações exclusivas de homens. Para Fairclough²⁰, a linguagem, como prática social, contribui para a dominação de umas pessoas sobre as outras. Desta forma, as práticas linguísticas estão imbricadas com o poder e a dominação. Para o autor na redação de relatos acerca de acontecimentos, estão associados conhecimentos e posições específicas para cada tipo de sujeito social que participa desta prática. Também a fala autorizada, do político no jornal, revela que o poder e a dominação estão organizados e institucionalizados e, deste modo, alguns têm acesso particular ao discurso e, como consequência, asseguram o poder de dizer algo, ou seja, quem pode falar, sobre o que, quando e como.²¹

A notícia sobre a mulher com a vara também participa de convenções que foram e são naturalizadas como, por exemplo, a exclusividade da violência como masculina. Ao atentar para as propriedades do texto, seja no vocabulário, nas metáforas, no aspecto gramatical ou no estilo, percebe-se que algumas convenções são mecanismos eficazes de

¹⁹ Jornal *O Paraná*. Mulher batia no marido com vara. N. 520, 11 fev. 1978, p. 11.

²⁰ FAIRCLOUGH, Norman. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. M. (Org.). *Análise Crítica de Discurso*. Lisboa, 1997, p. 80.

²¹ VAN DIJK, T. *Análisis Crítico del Discurso*. Disponível em: <http://www.bachillerato.uchile.cl/files/historia/ANALISIS%20CR%C3%8DTICO%20DEL%20DISCURSO.doc>. Acesso em: 04 abr. 2004.

produção do senso comum que podem manter e reproduzir padrões de comportamentos. Na atuação de mulheres em situação de violência física, e posteriormente também adicionada à violência simbólica, a inferioridade é instaurada a partir das diferenças sexuais e estende-se por todo seu ser e atuações. Neste outro exemplo, que tem por título: *Mulher espancou a vontade o seu marido*, destacam-se as ações da esposa, conforme observado no texto:

(...) que os vizinhos estavam alarmados com a gritaria e pancadaria e todos ficaram surpresos quando os patrulheiros prenderam M. de L. A., que estava espancando brutalmente o seu marido. Ela foi presa e ele convidado para lá comparecer e oficializar a queixa de agressão.²²

Segundo o jornal, consta no boletim o relato das testemunhas:

(...) constantemente a mulher que possui um físico avantajado espanca seu esposo que em momento nenhum reage a tamanha brutalidade por se tratar de uma pessoa de boa índole. E desta vez todos os vizinhos decidiram se unir e chamar a polícia, já que a gritaria estava infernal e pelo que parecia Airton estava sofrendo mais do que as vezes anteriores.

Neste texto, a motivação para a ação de violência indica que a esposa abandonou o marido, mas retorna várias vezes para a casa do companheiro que a aceitava, pois juntos tinham um filho. Palavras como *surpresos* atentam para o espanto dos vizinhos com a presença policial para averiguar um ato de violência cometido por uma mulher, efetuar o posterior encaminhamento de ambos para a delegacia e executar a prisão de uma mulher. A linguagem nesta notícia generifica o uso da violência, pois descreve o físico da mulher como fora dos padrões, define sua ação como brutal, qualifica a gritaria como infernal, destaca o espancamento ilimitado e expõe o sofrimento do homem de boa índole. Nas páginas policiais pesquisadas, não há registros de homens que são presos por espancamento, mas apenas por homicídio.

²² Jornal *O Paraná*. Mulher espancou a vontade seu marido. n. 822, 11 fev. 1979, p. 4.

Para Carmen Rosa Caldas-Coulthard, algumas palavras e construções sintáticas revelam diferenças sexuais. Nas notícias acima, as mulheres são sujeitos de uma ação, mas qualificadas de forma negativa em suas atitudes. Os homens, nestes episódios relatados, vítimas de violência, são em muitos casos qualificados positivamente. O primeiro deles tem profissão, é guarda, também é caracterizado como marido e amado, o segundo também é caracterizado de modo positivo, visto que tem boa índole. Desta maneira, a linguagem ajuda a definir, depreciar e, muitas vezes, excluir as mulheres linguisticamente. As mulheres foram consideradas deficientes linguisticamente por terem sido socializadas como mulheres. Para Caldas-Coulthard, os homens ainda são os guardiões da linguagem como editores, jornalistas, lexicógrafos, apresentadores de rádio, tv e políticos.²³ Neste sentido, a análise de discurso contribui para investigar como as práticas sociais constituem homens e mulheres e como esta constituição constrói, por dentro do gênero, algumas desigualdades. No exemplo *Mulher surrou I. da S.*, o jornal desqualifica a atitude de um marido agredido, conforme segue no texto transcrito abaixo:

I. da S. mostrou que realmente é um “cara de pau” e se apresentou na 15^a. SDP para apresentar queixa contra M. L. M. que deu uma surra na base de “ripa e enchada” no “seu” Bernardes. Ele, que apanhou da mulher para valer, ainda teve a coragem de ir a Delegacia pedir a prisão do “diabo de saia”.²⁴

O discurso da notícia acima revela que homens, em situação de violência, que não se submetessem às regras impostas nas relações de gênero também são punidos pelas notícias através da violência simbólica relacionada ao comportamento masculino. Esta violência simbólica também deveria ser exemplar, ou seja, que nomeasse ações distintas para o masculino e para o feminino. Sob o título *Mulher Acaba Marido*, o jornal Alento apresenta um discurso cômico sobre a passividade do marido:

L.L.J que vivia agredindo seu marido I. J, causando-

²³ CALDAS-COUTHARD, C. Linguagem e estudos de gênero In: Fortkamp, M.B. M. et al. *Aspectos da Linguística Aplicada*. Florianópolis Insular. 2000, p. 277.

²⁴ Jornal *O Paraná*. Mulher surrou Irineu da Silva. n. 860, 1 de abr. 1979, p. 4.

lhe sérios ferimentos e constrangimentos morais. (...) novamente a fera agrediu o castigado marido (...) Cualé a tua ô I.? Vê-se te manca e dá o pinote, caso contrário a mulher acaba te matando falô? Desse jeito meu cha- pa, num há marido que agüente, né ?²⁵

Deste modo, os discursos cômicos confirmam as relações de poder instituídas nas relações de gênero, visando reconstruir, nas notícias aqui apresentadas, o cotidiano perpassado pelos mitos de inferioridade e domesticidade feminina.

Os discursos cômicos, nos estudos de Bakhtin, demonstram as diferenças do riso festivo popular renascentista evidenciando a igualdade, uma vez que se ria dos próprios burladores, mas a sátira moderna burguesa transforma o riso em um fenômeno particular que perpassa o caráter moralizante e hierárquico através da ridicularização. No Renascimento, o riso tem um profundo valor de concepção de mundo através do qual se exprime a verdade na sua totalidade, mas, a partir do século XVII, a atitude em relação ao riso pode ser caracterizada da seguinte maneira:

O riso não pode ser uma forma universal de concepção de mundo; ele pode referir-se apenas a certos fenômenos parciais e parcialmente típicos da vida social, a fenômenos de caráter negativo; o que é essencial e importante não pode ser cômico. (...) O domínio do cômico é restrito e específico (vícios dos indivíduos e da sociedade); (...) o riso é um divertimento ligeiro, ou uma espécie de castigo útil que a sociedade usa para os seres inferiores e corrompidos (...).²⁶

Nos exemplos das notícias acima, fica evidente que algo aparentemente inofensivo como a zombaria e o deboche configuram-se como forma de violência, inoculando representações com vistas à conservação do *status quo*, através da ridicularização em relação aos papéis exercidos por mulheres e homens de determinados segmentos da sociedade e de espaços geográficos. Na notícia *Inquilina do Barulho* do jornal *Fronteira do Iguçu*, o subtítulo remete ao espaço geográfico e social da personagem prin-

²⁵ Jornal *O Alento*. Mulher acaba marido. N. 39, 09-15/05 de 1980, p. 6.

²⁶ BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François de Ra-belais*. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 57-8.

cipal: *De novo aparece a Vila Coqueiral no noticiário*. Conforme a transcrição do excerto textual, pode-se observar a imagem estereotipada da personagem.

Desta feita o problema é com D. P. T., que está separada do marido e vem causando problemas a sua vizinha, pois costuma chegar altas horas, acompanhada de “amiguinhos”, ocasião que promove insuportáveis algazarras e atenta contra o pudor. (...) D. não comparece com o Tutu dos aluguéis há dois anos e com o agravante de transformar o local em verdadeiro “rendez-vous”. Tai, agora vai entrar pela tubulação.²⁷

A personagem acima é desqualificada por ser moradora de um bairro que é frequente nas notícias, fato este reforçado por outras características: é separada, não paga o aluguel, não é uma mulher bem comportada, pois chega altas horas e atenta contra o pudor. O uso de linguagem zombeteira é recorrente quando se refere a alguns atos de moradores de bairros periféricos das diferentes cidades analisadas.

No Oeste do Paraná, o projeto de modernização, proposto em meados do século XX, produziu uma ordem na qual instituições como judiciário, polícia e família perpassavam a imposição de normas e valores considerados burgueses. Nestes valores, figurava a honra e a moral burguesas, principalmente sobre as mulheres. A honra masculina relaciona-se a atitudes como valentia e coragem, e a feminina se caracteriza pela defesa de sua honra por um homem. Deste modo, a honra de um homem também estava relacionada com a pureza sexual e com o pudor de mulheres de seu convívio, como esposa, filha e mãe. Neste contexto, reivindicava-se o direito de reputação moral de si, da família e do grupo social ao qual pertence. Nas notícias acima, a moral defendida pelos jornais pode ser entendida, conforme explica Michel Foucault:

Por “moral” entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhe são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pelo qual eles obedecem ou

²⁷ *Jornal Fronteira do Iguacu*. Inquilina do barulho. n. 106, 22 de jul. 1972, p. 16.

resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margem de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara.²⁸

Mas o comportamento de mulheres em situação de violência transgredia as margens esperadas pelos jornalistas. Os enfrentamentos cotidianos, ou seja, a luta pela sobrevivência diminuía a reclusão do lar, o culto ao amor romântico e a submissão. Suas vidas eram de intrigas, de amores, de lutas nas ruas e em suas casas, nas pequenas fábricas, de várias jornadas, de resistências e também de conformações com os valores dominantes. Mulheres estas que construía sonhos e sensibilidades para um casamento formal e um par harmônico, e nem sempre assumiam a maternidade e as tarefas do lar como funções suas. Os homens mantinham a concepção de prover o lar e aprendiam, pelos estereótipos dominantes, que a mulher era sua propriedade e a frustração desta expectativa social foi considerada por Soihet (1997) e Chaloub (1986) como uma das motivações para a violência doméstica. Nas fontes judiciais analisadas por estes autores, a violência incidia em casos nos quais as mulheres exigiam ganhos dos companheiros para o sustento da casa e dos filhos, que assumissem a condição de pai e que fossem fiéis. Elas reagiam e matavam como resistência à manutenção de papéis tradicionais ou não e contra os maus-tratos dos companheiros.

As notícias de jornais do Oeste do Paraná revelam que a condição masculina poderia ser questionada quando homens tinham atitudes consideradas socialmente passivas. Segundo Oliveira, a masculinidade deve ser entendida como

(...) algo dinâmico em relação com os ideais societários dos quais faz parte e que ajuda a constituí-los do mesmo modo que este a ela. Sua face social aparece ao agente como um lugar simbólico, transcendente, mas

²⁸ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 6.ed. Tradução de Maria T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 26.

ela vive inscrita nos corpos, nas posturas, nos juízos de gosto e percepções dos agentes, como lugar imaginário de sentido estruturante, participando de seus processos de subjetivação e sendo continuamente reatualizada nas vivências interacionais masculinas.²⁹

Como parte das vivências interacionais masculinas, as idas freqüentes para o bar após o expediente de trabalho não deveriam ser questionadas, principalmente pelas mulheres. Mesmo que bebessem *como um gambá*, a eles permitia-se continuar com as bebedeiras que poderiam ser impossíveis de evitar, pois a medicina reconhecia ao homem o caráter autoritário, altivo, menos amoroso e mais duro.³⁰ Quaisquer excessos deveriam ser perdoados, pois o homem era o provedor do lar, e a mulher era responsável pelo conforto em casa e pela felicidade do homem. A zombaria em torno das atitudes de mulheres nas notícias pretendia reforçar a fragilidade e uma suposta incapacidade de assumir os embates da vida e de assumir responsabilidades como os homens. Assim as notícias, ao trazerem atos de mulheres em situação de violência, tornavam o fato risível e, como resultado, tendia a emoldurar as identidades em padrões dados.

Pelos exemplos das notícias, percebo que escrever outras ações, que não as dadas como socialmente aceitas de homens e de mulheres em situação de violência, talvez justificasse para os jornalistas o uso de uma linguagem risível e que se traduz como uma forma de violência simbólica. Analisar esta situação revela que tornar o outro visível certamente (...) *quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevaletentes e abre novas possibilidades para todos*.³¹ Escrever sobre a história destas mulheres é tornar histórico aquilo que fora escondido da própria história. Acrescenta-se que escrever sobre mulheres e os usos da violência é escavar mais nos recônditos do humano e no aparentemente ininteligível.

Referências

²⁹ OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 255.

³⁰ SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, 1997, p. 20.

³¹ SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*. São Paulo: Edusc, n. 16, 1998, p. 304.

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François de Rabelais*. São Paulo:

Hucitec, 1987.

BHABHA, Homi. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Burke, Peter. *O que é História Cultural*. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDAS-COUTHARD, C. Linguagem e estudos de gênero. In: Fortkamp, M.B. M. et al. *Aspectos da lingüística aplicada*. Florianópolis Insular. 2000.

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. M. (Org.). *Análise crítica de discurso*. Lisboa, 1997.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 6. ed. Tradução Maria T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

KUN, Cornelia. *Ende des Schreckens*. Oldenburg: Universität Oldenburg, 2005.

MENON, Mauricio. A bela imagem do mal na representação da mulher. In: MEDEIROS, Márcia M. (Org.). *Ensaio sobre o feminino*. Passo Fundo: UPF, 2008.

MIHAELY, Gil. *Masculinidades: corpo, natureza e poder*. (Texto traduzido após palestra na UFSC em 2006).

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, Cesar A.B. et al. (Org). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*. São Paulo: Edusc, n. 16, 1998.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 84, 2008. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/084/84soihet.htm. Acesso em 20 jan.2009.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, 1997.

SOYKA, Michael. *Wenn Frauen Töten*. Stuttgart; New York: Schattauer, 2005.

VAN DIJK, T. *Análisis Crítico del Discurso*. Disponível em: <http://www.bachillerato.uchile.cl/files/historia/ANALISIS%20CR%20DEL%20DISCURSO.doc>. Acesso em: 04 abr. 2004.

“Mães desalmadas”: infanticídio e amor materno norte Minas na década de 1970*

Cláudia Jesus Maia
Elizeth J. Pereira Vieira

Resumo: Neste artigo propomos discutir o infanticídio como um tipo de violência de gênero e, ao mesmo tempo, uma atitude que nos permite questionar o amor materno e a maternidade como algo da essência e da natureza feminina. Para tanto, utilizamos processos criminais e notícias de infanticídios ocorridos em Montes Claros.

Palavras-chave: Infanticídio. Corpo. Gênero. Amor Materno. Violência de Gênero. Montes Claros – MG.

Abstract: In this article we intend to discuss the infanticide as a type of gender violence and, at the same time, an attitude that allows to question us the maternal love and the maternity as something of the essence and of the feminine nature. For so much, we used criminal lawsuit and news of infanticides happened at Montes Claros.

Keywords: Infanticide. Body. Gender. Maternal love. Violence of Gender. Montes Claros – MG.

Cláudia Jesus Maia. Graduada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); mestre em extensão rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB) com período sanduiche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris. Professora do Departamento de História e do Programa de Mestrado em Estudos Literários da Unimontes; coordenadora do Grupo de Pesquisa Gênero e Violência. Bolsista BIP/FAPEMIG. Atua nas áreas de história cultural e social com os temas gênero, corpo, subjetividade, feminismo, família, violência e poder. E-mail: cjmaia@gmail.com.

Elizeth J. Pereira Vieira. Licenciada em História pela Unimontes, onde atuou como bolsista de Iniciação Científica/FAPEMIG no projeto “Violência de Gênero no norte de Minas”. lisavieira9@hotmail.com.

Texto recebido em 01/03/2009.

* Este trabalho é parte do projeto “Violência de gênero no norte de Minas (1970-2000)”, desenvolvido com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG – a qual agradecemos.

Introdução

A possibilidade de procriar e reproduzir a espécie fez com que as mulheres fossem constituídas como seres mais próximos da natureza e, portanto, capazes de um “instinto maternal”, o que equivale dizer: proteger e amar naturalmente e incondicionalmente sua cria. Os estudos, especialmente aqueles desenvolvidos a partir das perspectivas feministas e de gênero, têm sublinhado o caráter histórico da maternidade e da sua produção como elemento constitutivo do “ser mulher” e *locus* ideal do feminino¹. Um sentimento conquistado, conforme argumentou Elizabeth Badinter², o amor materno e o desejo de ser mãe são desde muito cedo, moldado, estimulado, manipulado e produzido nas mulheres como uma “vocação natural” por variadas práticas discursivas. A maternidade “tornou-se evento obrigatório na constituição de uma autorepresentação positiva para as mulheres e fator crucial de inserção social”.³

As mulheres que rejeitaram as representações da maternidade estavam condenadas à angústia e a culpa, pois conforme adverte Badinter, “enclausurada em seu papel de mãe, a mulher não mais poderá evitá-lo sob pena de condenação moral”.⁴ Ao desacatar o papel de mãe, idealizado e esculpido para elas, as mulheres eram (são) acusadas de egoístas, malvadas ou desequilibradas, e não podiam ser consideradas normais, visto que, contrariavam a própria natureza. Por outro lado, a negação da maternidade pelo aborto ou infanticídio pode ser percebida não apenas como uma “monstruosidade” ou um delito criminal, mas principalmente, como uma subversão de códigos patriarcais instituídos. As mães infanticidas são, assim, exemplos históricos concretos que nos permitem desvelar os discursos instituidores de representações e ideais femininos, atrelados a uma suposta natureza, assim como a desnaturalização do amor materno.

Na tentativa de contribuir com essas discussões, o presente artigo tem por objetivo analisar casos de infanticídios ocorridos na cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais, na década de 1970, assim

¹ Cf. SWAIN, T. N. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História*. Brasília, UnB, v.8, n.1/2, 2000, p. 54.

² BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

³ MAIA, C. Corpos que escapam: as celibatárias. In: STEVES, C. M.T.; SWAIN, T. N. (Org.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2008, p.79.

⁴ BADINTER, E. *Op. cit.*

como a construção de representações sociais sobre mães infanticidas no jornal *Diário de Montes Claros*, que era o de maior circulação na região durante o período estudado.⁵ As fontes utilizadas foram processos-crimes e jornais, ambos abordados não como espelhos do passado, como relatos verídicos de fatos, mas como discursos que produzem sentidos sobre as mulheres e a violência feminina.

A construção social da maternidade

Tradicionalmente, as mulheres possuem conhecimentos relativos às práticas contraceptivas e abortivas. Regina Célia Caleiro e Márcia Pereira a Silva sublinham que,

(...) as mulheres aprendem com suas congêneres, que ouviram de suas mães, tias e madrinhas, que ouviram de suas avós que para “menstruação atrasada” nada melhor que “chá de buchinha do norte” que pode ser comprado para tratar de sinusite “e ninguém desconfia”. Receitas que, sem autoria definida, foram transmitidas oralmente entre as gerações, e compartilhadas nos momentos de “aflição”.⁶

Foi com a emergência da higiene social e da idéia de que a criança pertence ao Estado, segundo Raquel Soihet, que emergiram os debates em torno da carga criminológica da prática de infanticídio e sua definição como um crime contra o Estado.⁷ Ao mesmo tempo intensificaram-se os discursos médicos, morais, jurídicos e religiosos que procuravam estabelecer a maternidade como o tempo essencial e divino da mulher “onde realização física e papel social se encontram”.⁸ A figura da “mãe” tornou-se central nesses discursos, devido a sua responsabilidade na manutenção da família, na saúde e na educação dos filhos que daria ao Estado.⁹ Nesses enunciados, a maternidade, assim como o casamento, foi construída “como o fundamento da vida das mulheres, o único caminho possível da felicidade e o meio pelo qual elas cumpririam as determinações do seu gênero”.¹⁰ Os médicos propunham que as mulheres fossem convencidas “cientificamente” de sua “voca-

⁵ O conceito de representação social foi entendido neste trabalho na acepção de Denise Jodelet, como uma “forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada”, com objetivo prático e “contribuindo à construção de uma realidade comum a um conjunto social”. JO-DELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). *Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 17-44. .

⁶ CALEIRO, R. C.; SILVA, M. P. da. Amor materno: questionamentos filosóficos e históricos. *Iniciação a História*. Montes Claros: Unimontes, 2005, p.17.

⁷ SOIHET, R. *Op. cit.*, p. 334-336.

⁸ FARGE, A. *Lê temps fragiles de la solitude des femmes de la travers le discours médical du XVIIIe siècle*. 1984, p. 251. No original «(...) où accomplissement physique et rôle social se rejoignent ».

⁹ A este respeito cf. MAIA, C. J.; COUTINHO, E. K. *Filhos do Estado: crianças e organização familiar em Montes Claros (1889-1930)*. v.10, n.1, 2005.

¹⁰ MAIA, C. J. *A invenção da solteirona: conjugabilidade moderna e terror moral – Minas Gerais, 1890-1946*. Brasília: UNB, 2007. Tese (Doutorado em História), p. 102.

ção natural” para a maternidade e de que “o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado”.¹¹

No jornal *Diário de Montes Claros*, estes ideais eram constantemente reforçados, sobretudo no mês de maio em que se comemora o dia das mães. Além de matérias que ocupavam toda uma coluna, publicava também poemas em que os requisitos exigidos pelo padrão normal pudessem ser claramente percebidos. “Mãe verdadeira é aquela que protege, que fica de prontidão para o que vem e virá... heroína que se oculta no recesso do seu lar em holocausto cotidiano”.¹²

As mulheres eram assim, impelidas a compreender sua missão de zeladora do lar, aceitando as tarefas de esposa, dona-de-casa e mãe-de-família. Para tanto,

(...) só o teu esforço, a tua fé, a tua submissão às leis divinas permitir-lhe-ão possuir tão almejados poderes. Porém, se já trazes contigo o rei da harmonia, se tens guardado em teu coração este inestimável tesouro, toma a tua cruz e segue em rumo ao gólgota.¹³

A missão de ser mãe tornava-se sagrada, estando à frente de qualquer projeto de vida pessoal das mulheres. O projeto mais importante destinado a elas era o de manter a família nuclear moderna, vigiando, cuidando da saúde, e da educação dos filhos. Submissas, passivas e dessexualizadas, a nova mulher que os interesses burgueses desejavam constituir, se contrapõe à pecadora sensual, que escandalizava o espaço público, conforme ressaltou Margaret Rago.¹⁴

A maternidade se constituiu, segundo Rachel Soihet, “num dos principais mitos da nossa cultura, exercendo-se em seu nome forte manipulação sobre a mulher que deste muito cedo, é bombardeada com estímulos para o exercício de tal mister...”.¹⁵ Para se tornarem boas condutoras do lar, as meninas, deveriam aprender a lidar com qualificativos de docilidade, com o romantismo inato, e principalmente despertar seu instinto de maternidade. Para isso, a educação exemplar, conforme Rousseau, deveria não fugir a natureza pré-determinada, “desenhar,

¹¹ RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.76.

¹² APAM. Poema intitulado “Modelo de mãe”. *Jornal Diário de Montes Claros*, 27 jun. 1976, p.5.

¹³ APAM. Poema intitulado “Mãe, Anjo mulher”. *Jornal Diário de Montes Claros*, 12 maio 1974, p.5.

¹⁴ RAGO, M. *Op. cit.*, p.52.

¹⁵ SOIHET, R. É proibido não ser mãe: opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, R. (Org.). *História da sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.191.

bordar, cozinhar, mas não se meter nos negócios públicos”.¹⁶

Os brinquedos dados às meninas não fugiam ao objetivo de produzir nelas o desejo pela maternidade e assim, consolidar papéis sociais dados.

As bonecas, destacam ainda os psicólogos e psiquiatras, representam mais que simples brinquedos, podem servir para educar a criança-futura-mãe, despertar-lhe o sentimento maternal. Mãezinha ainda no embrião, vê assim na boneca o filhinho amado.¹⁷

Sentidos semelhantes foram observados por Maia em matéria publicada em 1945 pela revista *Alterosa* de Belo Horizonte, onde o autor Alberto Olavo manifestava a preocupação com o que chamou de “crise da maternidade”, assinalando alarmado que as mulheres não queriam mais ser mães¹⁸. Tal fato foi atribuído à “decadência da boneca”, título da matéria:

Um dos fatores que provocam o amortecimento do instinto maternal é a decadência do prestígio da boneca entre as crianças e as jovens. Isto constitui uma modificação na fisiologia do matrimônio, significando, sem dúvida alguma, que há no mundo, entre as muitas crises profundas que o atormentam, a crise da maternidade. A mãe tende a desaparecer na essência de suas virtudes, nascidas do seu instinto, o qual se vai extinguindo pela pressão das influências econômicas, pelo abaixamento do nível moral e pelas solicitações da atração mundana. A maternidade não se improvisa, antes se delinea e desenvolve desde a mais tenra idade, ao tempo em que, na alma sensível da menininha, se agitam os mais confusos sentimentos maternos...¹⁹

O sentido produzido pelo enunciado é o “instinto materno” como natural, mas o enunciador reconheceu que tal sentimento deveria ser moldado, estimulado e difundido às jovens, através da boneca, para ele não amortecer e a mãe não desaparecer.

Por outro lado, pode-se concluir pela preocupação manifesta no enunciado que nem todas as mulheres foram sensíveis aos apelos do amor materno

¹⁶ ROUSSEAU *apud* RAGO, M. *Op. cit.*, p.81.

¹⁷ APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*. 24 e 25 dez. 1972, p. 12.

¹⁸ MAIA, C. *Corpos que escapam: as celibatárias*. In: STEVENS, C. SWAIN, T. *A Construção dos corpos: perspectivas feministas*, 2008, p.77. Sobre o uso da boneca na constituição do feminino consultar: NEPOMUCENO, M. A. *Brincando de boneca: o sexo plástico e a plástica do sexo*. In: MACHADO, C. J. dos S.; NUNES, M. L. da S. (Org.). *Gênero e sexualidade: perspectivas em debate*. João Pessoa: Universidade, 2007, p. 71-84.

¹⁹ ALTEROSA, Belo Horizonte, 1945, p. 41 *apud* MAIA, id. *ibid.* p.77-78.

²⁰ Sobre as críticas às mulheres celibatárias que recusam a maternidade e os enunciados médicos sobre a deformidade do corpo da celibatária, cf. MAIA, 2007 e MAIA, 2008.

²¹ BADINTER, E. *Op. cit.*, p. 367.

²² FAUSTO. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo 1880/1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 224.

²³ Sueann Caulfield ressalta que no código penal de 1890 as ofensas sexuais como o "defloramento" deixou de ser classificado como crime contra a pessoa, passando a figurar como crime contra "a segurança da honra e honestidade das famílias". (Cf. CAULFIELD, S. *Em defesa da honra*. Campinas: Unicamp, 2000, p.75). Dos processos-crimes pesquisados no Arquivo do Fórum Gonçalves Chaves de Montes Claros e no Arquivo do Fórum Bias Fortes de Janaúba a maioria em que as mulheres estiveram envolvidas durante a década de 1970 eram processos de "sedução". A partir a década de 1980 surgem os processos e estupro, muitos deles, porém com as mesmas características do crime de sedução em que o casamento era reivindicado pelo pai ou mãe da moça como forma de reparação.

²⁴ ABBOTT, E. *Histoire universelle de la chasteté et du célibat*. Quebec: Fides, 2001, 329.

como algo instintivo, ou foram totalmente convencidas a desempenhar com nobreza e abnegação os papéis da maternidade. Essas mulheres, porém, em especial as "solteironas", eram condenadas à angústia e a culpa. Desafiando a ideologia dominante, eram acusadas de egoístas ou desequilibradas, e não eram consideradas normais já que, contrariavam a própria natureza, que, por sua vez, punia a desviante com o ventre seco, o corpo estéril e inútil.²⁰ Em geral, eram mulheres que simplesmente optavam por pautar suas escolhas de vida, em contraposição aos cuidados e ao interesse de seus filhos, evidenciando que o instinto materno não é algo inato às mulheres, mas algo que foi construído socialmente.²¹

As mulheres pobres foram, provavelmente, as que menos assimilaram o novo modelo de mãe vigilante, pois devido a necessidade de trabalhar fora, pouco puderam ocupar-se com o cuidado dos filhos e do lar. Em casos mais extremos, os encargos econômicos e morais trazidos por uma criança, fizeram com que muitas mães buscassem se livrar dela, abandonando-a, ou mesmo recorrendo à práticas infanticidas²², seja como uma estratégia de sobrevivência, seja como forma de preservar sua honra.

A idealização da maternidade estava cerrada dentro das relações matrimoniais, pois tinha como objetivo a sexualidade reprodutiva e a constituição da família sadia e higienizada. Fora da vida conjugal, ela era motivo de vergonha da moça e sua família, pois era a prova visível da sua desonra. Assim, ao lado da idealização da maternidade, cresceu a valorização da honra feminina ligada à virgindade. A virgindade feminina era, então, algo precioso que necessitava ser protegido pelo Estado, preservado, guardado e zelado pela moça e sua família até o casamento.²³ Por não se tratar de algo natural o princípio da virgindade, como lembra Elizabeth Abbott, era inculcado nas jovens desde sua tenra infância ou proscrito como uma obrigação religiosa²⁴. A punição para aquelas que desviassem essa norma era o casamento forçado, quando não eram mais frequentemente expulsas de casa, pois, sua desonra era a vergonha da sua família. Apesar da propalada revolução sexual dos anos 1960, tais valores ainda

estavam amplamente presentes e fecundos no período estudado nesta sociedade do interior mineiro.

A prática do aborto e do infanticídio foi para muitas mulheres uma tentativa desesperada de escaparem a esse destino cruel traçado para elas pela moral burguesa, religiosa e patriarcal. Essa moral é severa demais com as mulheres, sobretudo as mais pobres. Ao mesmo tempo em que cobra delas valores como recato e honra baseada em um tipo de comportamento sexual, as expõem e as subjugam à sedução, ao desejo e a volúpia da sexualidade masculina – que deve ser afirmada o tempo todo. Nas pesquisas sobre aborto e infanticídio as histórias dramáticas de vida da maioria das mães criminosas em geral se repetem: mulheres pobres, solteiras, empregadas domésticas, provenientes do interior ou da zona rural, muitas seduzidas e utilizadas sexualmente pelo patrão.²⁵ Dissimulam a gravidez e quando não conseguem sucesso na tentativa de aborto, matam o filho ao nascer se livrando do feto, de forma violenta, como último recurso dada a eminência de perder o emprego e se verem abandonadas na rua.

Nesse sentido, propomos considerar a prática do infanticídio, não apenas como uma mera violência feminina, mas como um tipo de violência de gênero uma vez que ela, na maioria das vezes, é praticada pela mulher contra ela própria, seu corpo e seu filho na tentativa de esconder sua vergonha, preservar sua honra e cumprir os preceitos de uma mulher honesta, casável – atributos de gênero socialmente e culturalmente construídos. Sua atitude desesperada é resultado de pressões sociais, de um tipo de *terrorismo patriarcal* que coage as mulheres (pelo medo do abandono, da exclusão social e da vergonha moral) a cumprir papéis normativos – o que a sociedade espera delas – ou em último caso, acionar medidas (como o aborto e o infanticídio) que possibilitem mantê-la dentro de tais papéis/modelo.

Conforme Esperanza Bosch y Victória Ferrer, o termo *terrorismo patriarcal* foi proposto por Michel P. Johnson (1995) como substituto de termos como mulher maltratada, uma vez que o foco recai sobre a vítima desviando a atenção do fato de que, são os valores patriarcais e a moral, responsáveis pela vio-

²⁵ Dos casos pesquisados em Montes Claros na década de 1970, todas as mulheres são domésticas, pobres e apenas uma era casada.

lência cometida ou sofrida. Assim, o termo serve para se referir a “um tipo de violência que está basicamente enraizada em pressupostos patriarcais relativos a que as mulheres são propriedades dos homens”²⁶, ou no caso específico do objeto desta análise, a apropriação do corpo das mulheres, representado pela virgindade e procriação que as qualifica como respeitáveis ou não pela sociedade. Essa apropriação faz parte do dispositivo da heterossexualidade compulsória, nos termos propostos por Collete Guillaumin.²⁷

Não obstante, reconhecer o caráter de coerção e de violência que conduzem às práticas infanticidas, não significa retirar ou escamotear o caráter de brutalidade deste ato.

A maternidade negada

Ao vasculhar os arquivos em busca de fontes sobre aborto e infanticídio, percebemos que não há uma quantidade grande de documentos reveladores de tais práticas. Devido à sua natureza, o que aparecem são registros esparsos que, quase sempre, tratam de mulheres de condição social baixa. Isso não significa, porém que mulheres de condição social privilegiada não pratiquem tais delitos, mas apenas que estes casos dificilmente chegaram ao conhecimento da justiça. Da mesma forma, podemos sugerir que muitas práticas de infanticídios cometidas por mulheres pobres não chegaram a ser denunciadas, mesmo os casos que vieram a público. É o que revela a comparação entre o número de casos de infanticídios noticiados pelo jornal *Diário de Montes Claros* na década de 1970 e o número de processos instaurados. Nesse período, o jornal noticiou 12 casos, enquanto que, somente cinco foram denunciados à justiça. Isso revela que nem todos os casos foram apurados, até mesmo aqueles em que a ré era conhecida da polícia, uma vez que o jornal divulgou informações da mãe infanticida, como nome, suposto endereço, além das circunstâncias do crime. Ao lado, tabela com dados dos documentos analisados.

Estamos certas, portanto, que os dados que encontramos sobre os crimes de infanticídio durante a

²⁶ BOSCH, E.; FERRER, V. A. *La voz de las invisibles. Las víctimas de un mal amor que mata*. València: Cátedra, 2002, p. 35.

²⁷ GUILLAUMIN, C. *Sexe, race et pratique du pouvoir. L'idée de Nature*. Paris: Côté-femmes, 1992.

Tabela 1. Infanticídios noticiados no jornal

Diário de Montes Claros						
Caso	Ano	Nome	Idade	Local do crime	Ocupação	Estado Civil
1	1970	M. F.	24	Montes Claros	Doméstica	Solteira
2	1971	M. A.	26	Francisco Sá	—	Solteira
3	1972	Ana G.	30	Francisco Sá	—	Solteira
4	1972	T. G.	39	Montes Claros	Doméstica	Casada
5	1973	A. M.	18	Montes Claros	Doméstica	Solteira
6	1973	M. J.	21	Montes Claros	Doméstica	Solteira
7	1973	T.	menor	Montes Claros	—	Solteira
8	1973	T. R.	23	Sapé/Varzelândia	Doméstica	Solteira
9	1975	M. E.	19	Montes Claros	—	Solteira
10	1976	M. G.	—	Nova Esperança	—	Solteira
11	1978	Z.	—	Aparecida do Mundo Novo	Doméstica	Solteira
12	1979	A.	26	Montes Claros	Doméstica	Solteira
13	1980	M. T.	—	Montes Claros	—	Solteira

Fonte: APAM/ Jornal Diário de Montes Claros – 1970 a 1980.

Obs: Em cinco casos a notícia não citou informações sobre a mãe infanticida.

Tabela 2. Processos-crime/ Infanticídios

Processos-crime — 1970-1980							
Caso	Ano	Nome	Idade	Local do crime	Ocupação	Estado Civil	Situação final do processo
1	1970	M. F.	24	Montes Claros	Doméstica	Solteira	Sem conclusão
2	1973	A. M.	19	Montes Claros	Doméstica	Solteira	Internamento
3	1973	M. J.	21	Montes Claros	Doméstica	Solteira	Absolvida
4	1973	T. R.	23	Sapé/Varzelândia	Doméstica	Solteira	Absolvida
5	1978	M. N.	—	Santo André	Doméstica	Solteira	Sem conclusão
6	1980	Z. R.	—	Aparecida do Mundo Novo	Doméstica	Solteira	Absolvida

Fonte: Divisão de Pesquisa e Documentação Regional.

Obs: O caso número 6 ocorreu em 1978, mas só encontramos carta precatória de 1980 (processo n. 000.018) e o processo de julgamento iniciado em 1980 (processo n. 000.019).

pesquisa, correspondem muito pouco à realidade, pois não foram raras as vezes que o infanticídio e o aborto foram utilizados como solução, desesperada, para se livrar de uma criança indesejada. Haja vista

que, o nascimento de um filho ilegítimo maculava a reputação feminina, não sendo incomum as mulheres, nos casos de infanticídio, esconderem a gravidez e passarem pelo processo de parto sozinhas e escondidas, buscando logo após se desfazerem do recém-nascido.²⁸

Na década de 1970, apesar da expansão e divulgação dos métodos contraceptivos e do uso da pílula anticoncepcional, introduzida no Brasil em 1963, o número de abortos que vinham a público tornou-se cada vez mais crescente. Em 1966, a revista *Realidade*, publicou um artigo em que tratava da questão do uso dos métodos anticoncepcionais no Brasil, chegando à estimativa de que os mais utilizados eram o coito interrompido, os preservativos, a abstinência periódica, as lavagens, o uso de comprimidos espumantes, cremes e geléias, os diafragmas e a esterilização. Apesar disso, a revista estimava que o número de abortos provocados no Brasil chegasse, no período, a um milhão e quinhentos mil por ano.²⁹ A imprensa de Montes Claros em 1978, também se alarmava com o número de casos de infanticídios cometidos na cidade, concluindo que:

(...) depois do fechamento da clínica pertencente ao médico Romildo Mendes, acusado de aborto criminoso, cresceu em muito o número de fetos atirados em lotes vagos, barrocas e fossas. Esses casos de o filho nascer e ser morto pela mãe solteira se vem repetindo quase que diariamente em Montes Claros, causando a pergunta: “onde está o direito de nascer?”³⁰

O médico, que figura no artigo, foi processado após ser denunciado por uma mulher, que passou pelo processo abortivo em sua clínica médica. A imprensa relacionou o fechamento da clínica ao aumento de assassinatos de recém-nascidos por suas mães, provavelmente pelo fato de que as mulheres, que antes recorriam à assistência do médico – possivelmente as mais afortunadas – para realizar o aborto, não mais poderiam fazê-lo, recorrendo assim a outros métodos como o infanticídio. Os “marrons”, qualificação pejorativa dada aos médicos de péssima reputação, operavam no maior segredo, em

²⁸ FAUSTO, B. *Op. cit.*, p. 85.

²⁹ A.D.H. *Revista Realidade*, maio, 1966, p. 18.

³⁰ APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 27 jul. 1979, p. 5.

condições péssimas de higiene, o que, não raras vezes, levava as mulheres ao risco de perderem suas próprias vidas.³¹

As notícias analisadas são evidências que era constante a ocorrência de crimes dessa natureza. Em uma manchete o jornalista destaca que “em Montes Claros está virando rotina mulher solteira dar à luz e assassinar o filho”.³² Cita também, uma fala do delegado local, que afirma que apesar dos casos de infanticídios serem muito comuns, “a maioria fica sem solução devido tratar-se de um crime praticado sem testemunhas e difícil de ser investigado”.³³

Além da dificuldade de se provar a materialidade do crime de infanticídio quando a mãe é localizada, houve casos em que, provavelmente, a sociedade nem sequer quer tomou conhecimento do ocorrido, já que, comumente as infanticidas buscavam ocultar o crime enterrando o feto em quintais, ou jogando-o em lotes vagos, privadas, chiqueiros, lagoas, no mato, etc. Quando encontrado tardiamente, muito pouco se tinha a apurar, dado à falta de informações sobre a mãe, e ao estado de decomposição em que o recém-nascido era encontrado.

Um artigo publicado em 1980 relata a surpresa da polícia que, objetivando apurar uma denúncia de furto feita contra Maria T., encontrou um feto que havia sido enterrado perto de uma cisterna no quintal da casa da mesma. Embrulhado em um plástico, numa profundidade de trinta centímetros, o feto já se encontrava em decomposição. O crime havia sido consumado há vinte dias, e provavelmente teria ficado desconhecido não fosse a visita inesperada da polícia para uma busca.³⁴ Em junho de 1970, o filho de uma moradora do bairro Major Prates encontrou em um mato próximo à avenida Castelar Prates os restos de uma criança. De acordo com os autos, a região central do corpo da vítima havia sido devorada, provavelmente por animais, permanecendo apenas a cabeça e os membros inferiores, mais adiante foi encontrada a placenta e o cordão umbilical. A autora só foi encontrada dias depois, uma moça que havia se mudado a pouco para o bairro com sua família.³⁵

Em 13 de junho de 1978 mais um caso de in-

³¹ PERROT. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I.; SOIHET, R. (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 8.

³² APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 27 jul. 1979, p. 5.

³³ APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 30 jul. 1970, p. 4.

³⁴ APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 20 ago. 1980, p. 8.

³⁵ DPDOR, Processo-crime: Infanticídio. Ré: Maria Fernanda de Souza. Vítima recém-nascido. Cx.210, n.000.013, 12/06/1970.

fanticídio ganhou espaço na página policial do *Diário de Montes Claros*. A acusada, empregada de uma fazenda no distrito de Aparecida do Mundo Novo, zona rural do município, é descrita logo na manchete da notícia como uma “mãe desalmada”³⁶, que entregou o filho à alimentação dos porcos. Segundo a imprensa,

(...) para se livrar do bebê a que acabara de dar a luz debaixo de umas mangueiras, a doméstica Z., também conhecida por “Fia”, teve uma idéia macabra: jogou o recém-nascido no chiqueiro da fazenda em que trabalhava (...) Já madrugada o fazendeiro J. C. C. (patrão da indiciada) foi despertado pelo barulho provocado pelos porcos. Eles estavam devorando a pequena criatura, que foi encontrada com o corpo semi-destruído. A esposa do fazendeiro desmaiou quando soube do caso (...). Este é mais um drama social que choca o ser humano e retrata a maldade de **uma mãe que ainda não aprendeu a amar seus filhos** como maior dívida da natureza.³⁷ (grifos nossos)

A mãe declara que não queria o menino, não sabendo como e onde o havia “arranjado”, negando, nesse sentido, a intencionalidade do crime que cometeu. Dissera apenas, em depoimento reproduzido pelo jornal, que ficou louca no momento do parto não recordando que a criança havia nascido no chiqueiro dos porcos. A imprensa, no entanto, não parece satisfeita com a versão da acusada, já que constrói uma versão do crime passo a passo, atribuindo a infanticida um caráter calculista, conforme percebemos no trecho abaixo.

(...) como não queria o nascituro, engendrou um plano maquiavélico para tirar-lhe a vida quando nascesse. 1) Procuraria dar a luz no quintal da fazenda; 2) Imediatamente jogaria a criança no chiqueiro dos porcos; 3) Os porcos naturalmente, devorariam o inocente em poucos minutos; 4) Voltaria para o seu quarto; 5) No dia seguinte, apresentaria restos de placenta e algum sangue, batizando a ocorrência do aborto natural. 6) Finalmente estaria livre do filho e do crime. Achando o plano exequível e eficiente, executou-o em todas as suas fases.³⁸

³⁶ APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 13 jun. 1978, p. 6.

³⁷ APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 13 jun. 1978, p. 6. Apesar dos nomes dos/as envolvidos nos crimes analisados já tenham sido divulgados pelo jornal que os tornou público, optamos por indicar somente as iniciais dos nomes para manter o sigilo exigido nos estudos com processos-crimes recentes.

³⁸ APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 22 nov. 1978, p. 6.

Apesar do infanticídio cometido por Z. ter sido destaque nos jornais por algumas edições, ao recorrer ao processo-crime referente à indiciada, notamos que a preocupação da justiça com o seu caso não se deu na mesma proporção da imprensa. Em seu processo constam apenas seis páginas, sem informações relevantes. Consideramos um processo pequeno, se comparado a outros infanticídios que não foram tão divulgados. As duas testemunhas interrogadas tomaram conhecimento do crime pela imprensa, sendo que uma delas relatou conhecer os pais da ré, sendo eles de “família tradicional da região e embora pobres são pessoas honestas e trabalham”.³⁹

A presença de Z. na delegacia, para depoimento, foi aguardada com bastante interesse, pois muitos queriam constatar se ela era realmente normal ou louca, uma vez que uma mãe sadia, mentalmente, não seria capaz de cometer tal delito.⁴⁰

Nem mesmo o fato da criança ter sido jogada aos porcos foi citado no processo. A palavra “porcos” somente foi citada quando a indiciada afirmou que: “saiu da casa da tia, que ao saltar uma cerca do mangueiro onde havia uns porcos a criança nasceu”.⁴¹ Segundo o processo foi uma fatalidade o bebê ter caído dentro do chiqueiro, enquanto que, para o jornal o ato foi totalmente intencional e arquitetado pela indiciada.

O julgamento foi realizado em 28 de agosto de 1984, seis anos após o acontecido e quando provavelmente a imagem negativa da ré, produzida e difundida pela imprensa no período, já não era tão marcante. Por seis votos a um, a ré foi absolvida, considerando-se que “o recém-nascido morreu por causas outras e não em consequência das lesões corporais produzidas pelos animais”.⁴²

Ocultar a desonra – as justificativas

A vergonha da gravidez e da desonra quase sempre é usada como justificativa para o ato desesperado de infanticídio. Assim, a condição de solteira das infanticidas aparece como o principal argumento usado pelo *Diário de Montes Claros* como provável motivo que levou as mães a cometerem o crime. O

³⁹ DEPDOR. 1980, caixa 210, Processo-crime n. 000.018.

⁴⁰ APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 18 jun. 1978, p. 14.

⁴¹ DEPDOR. 1980, caixa 210, Processo-crime n. 000.018.

⁴² DEPDOR. 1980, caixa 210, Processo-crime n. 000.018.

jornal supõe, em praticamente todos os artigos analisados, que uma mãe jovem, em desespero, para esconder a sua condição, teve a criança e a matou, escondendo o caso. “Ou é mãe solteira, ou largada do marido ou o filho não era do marido legítimo, uma das hipóteses poderá ser verdadeira”.⁴³ A condição de solteira pode ser um fator, segundo o jornal, quase certo para que ocorra o crime, conforme trecho abaixo:

M. de J. S., empregada doméstica, 21 anos, morena, estava grávida há oito meses, mas sempre escondia dos patrões e das amigas seu estado. Sendo solteira não queria que soubessem que ela iria ter um filho. Naturalmente ela já planejava matá-lo tão logo nascesse, como geralmente acontece com as mães solteiras.⁴⁴ (grifos nossos)

O jornal pressupõe que o caminho “natural” para toda menina solteira que não pode ou não quer tornar pública sua gravidez é se livrar do bebê através do assassinato, desconsiderando outras possibilidades como entregá-lo para adoção, criá-lo e etc. Mas sem dúvida, que a maioria das mulheres que se encontram nessa situação eram solteiras, apenas uma das mulheres que encontramos nas fontes (ver Tabela 1/caso 4) era casada, e mesmo assim o filho assassinado não era legítimo. Michele Perrot sublinha que,

O infanticídio, praticado sobretudo em situação de sedução que cria o perigo do nascimento ilegítimo, é o recurso de camponesas, jovens, sozinhas, na maioria das vezes criadas, no campo ou na cidade, que tendo procurado dissimular a gravidez sob as pesadas dobras da saia ou do avental, ou tentando “livrar-se” da criança com prática de exercícios violentos, vêem-se literalmente coagidas a matá-la para preservar a honra.⁴⁵

A preservação da honra é levada ao extremo e reforçada pela própria família. Em um dos casos (ver Tabela 2/caso 1), que pesquisamos nos processos, a mulher quando indagada sobre os motivos que a levaram a cometer tal delito justificou, conforme

⁴³ APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 04 fev. 1973, p. 8.

⁴⁴ APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 08 abr. 1973, p. 8.

⁴⁵ PERROT. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I.; SOIHET, R. (Org.). *Op. cit.*, p. 7.

consta no Termo de Declarações, da seguinte maneira: “Era namorada de A. B. R., tendo ele lhe dito certa ocasião que ia casar-se com ela declarante; que, contudo, A. suspeitava de que a declarante com a idade de vinte e três anos não era virgem”⁴⁶. O namorado não acreditando, disse que “só se uniria a declarante se ela deixasse verificar se era moça”. De tanto insistência, a moça acabou por concordar em manter relações sexuais com ele. Após ter cedido a “sedução” do namorado, este desapareceu não tendo a procurado mais. Alegou ter tomado conhecimento de um outro homem, pretendente da indiciada.

O namorado, que abandonou a indiciada deixando a ela apenas um pequeno bilhete onde explicou o motivo de seu abandono, nos propiciou construir um modelo dos outros personagens masculinos, não identificados nos demais casos de infanticídio. Em praticamente todos os casos as mulheres figuram sozinhas e não citam sequer o nome daqueles que tiveram a mesma atitude de A.: a necessidade de comprovar a pureza da companheira sobre a qual algum outro homem lançou dúvidas. O abandono pode significar que...

(...) uma vez alcançado o objetivo, as dúvidas ganham novo conteúdo. Não seria arriscado casar-se com uma mulher que se revelou fácil, cedendo as suas propostas? Como assegurar a fidelidade dela após o matrimônio? Tudo se passa como se as figuras masculina e feminina devessem desempenhar papéis dentro de limites socialmente prescritos para que um casamento feliz pudesse ser assegurado (...).⁴⁷

Após a constatação da gravidez indesejada inicia-se um processo de silenciamento da situação por parte da família e da própria moça, justamente por se tratar de um ato não admitido pelas regras de conduta social. Conforme foi constatado nas pesquisas de Fausto, “familiares mais ansiosos correm, na dúvida, aos médicos ou parteiras, outros relutam em enxergar o óbvio, atribuindo a supressão das regras, o inchaço da barriga, a alguma doença não identificada”.⁴⁸

⁴⁶ DEPDOR. 1970, caixa 210, Processo-crime n.º. 000.013. Esta história é semelhante a quase todas narradas nos crimes de sedução.

⁴⁷ FAUSTO, B. *Op. cit.*, p. 227.

⁴⁸ *Idem*, p. 224-225.

Esse foi o caso da maioria das mulheres que encontramos. Uma delas, ao ver aumentar seu ventre suspeitava ser barriga d'água, chegando a consultar o farmacêutico para que ele receitasse medicamentos que resolvessem o problema. A suspeita de gravidez seria uma hipótese levantada em último caso, visto que uma moça solteira não poderia estar grávida.⁴⁹

Em outro caso de infanticídio, que encontramos no *Diário de Montes Claros*, podemos constatar que não era incomum a gravidez ser confundida com alguma doença que provocasse inchaço, já que os familiares da infanticida Maria, ao serem indagados sobre a gravidez,

(...) disseram ao delegado que recentemente Maria foi levada para ser examinada por um médico, no Hospital Municipal, tendo ele declarado que ela tinha um tumor no estômago e tinha de ser internada para ser operada. Agora ficou evidenciado que Maria se encontrava grávida e não tinha problema algum no estômago.⁵⁰

Ao falar, ou confessar o crime, as mulheres em geral assumem uma postura de passividade e ingenuidade frente aos acontecimentos. Quase sempre argumentam não saber que estavam grávidas, que ficaram surpresas ao dar a luz quando foram ao banheiro, que pensavam estarem acometidas por alguma doença em função do inchaço, os incômodos e as dores, e principalmente que estavam fora de si ou perderam os sentidos no momento do parto. É o caso de Maria, que interrogada pela polícia, disse que havia sido seduzida por um rapaz, quando ainda morava em uma fazenda próxima à cidade o que resultou na gravidez. Disse que no início, ao perceber o inchaço de seu corpo procurou um médico que lhe receitou remédios para os rins e para o fígado, mas como continuou a engordar passou a desconfiar que estivesse grávida. Entretanto, suas regras continuaram a aparecer com irregularidade, até que na madrugada do dia 12 de junho começou a sentir fortes dores na barriga o que a fez sair desatinada para um mato próximo à sua casa, onde che-

⁴⁹ DEPDOR. 1970, caixa 210, Processo-crime n. 000.013.

⁵⁰ APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 27 jul., 1979, p. 5.

gou a desmaiar, recobrando os sentidos aproximadamente uma hora depois.⁵¹

Ana, nada soube informar ao delegado sobre o crime do qual estava sendo acusada e disse não lembrar-se de absolutamente nada do que ocorreu no dia do crime, o que levou as autoridades suspeitarem de “debilidade mental”, por isso a indiciada foi conduzida a exames de sanidade mental.⁵² T. R., solteira, professora na zona rural, ao ser interrogada sobre o corpo do bebê pelo delegado que, após a denúncia foi a sua casa, foi até o quarto buscá-lo e o apresentou ao delegado na presença do médico, que identificou marcas de esganadura no pescoço e hematoma na cabeça. Ela alegou que a criança nasceu morta e que não tinha pai, “pois tinha entrado em seu ventre sem nenhum homem encostar na mesma”.⁵³ Esta postura das rés, possivelmente, orientadas pelo advogado ou defensor, fazia com que elas fossem absorvidas de seus atos ou tivessem suas condenações atenuadas.

As condenações

Através da análise dos processos-crime percebemos que o tratamento dado às processadas foi bastante favorável, até mesmo nos casos que tiveram maior repercussão na imprensa, como o da doméstica da zona rural Z.

Em outro caso (ver Tabela 2/caso 4), a já citada T.R., “pessoa sem maiores recursos, sem grande destreza intelectual”,⁵⁴ esconde o filho dentro de uma mala em seu quarto após o parto. A mesma é descrita, no processo, como uma pobre vítima do pecado carnal. O promotor ao apresentar a denúncia, narra em detalhes e de forma comovente a triste história da jovem indiciada:

Solteira, filha de família honesta, namorou D., residente em São Paulo e que foi a Sapé com a finalidade de posuí-la. T. R. a ele se entregou. Veio a gravidez e D. recuou... T. R. desesperou-se. A sua reputação estava em jogo perante a pequena comunidade onde vivia. Ia ser mãe solteira. E essas contingências todas lhe perturbaram o espírito, o seu psique. E foi levada, após o nasci-

⁵¹ DPDOR. 1970, caixa 210, Processo-crime n. 000.013.

⁵² DPDOR. 1973, caixa 210, Processo-crime n. 000.014.

⁵³ DPDOR. 1973, caixa 210, Processo-crime n. 000.016.

⁵⁴ DEPDR. 1973, caixa 210, Processo-crime n. 000.016.

mento daquele que fora fruto de um amor proibido e que o pai negara-se a considerá-lo ou a reparar seu erro, aquele estado puerperal que, sob influência do mesmo, fê-la eliminar seu próprio filho.⁵⁵ (grifos nossos)

Retirar das mulheres a consciência de seus atos, atribuindo-os à uma outra instância – de um espírito perturbado conforme o processo – é também uma forma de reiterar a idéia do amor materno como natural, instintivo às mulheres – portanto partilhado e sentido por todas – pois, somente fora de sua normalidade, tomada por algum desvio de consciência, por “perturbações momentâneas” ou por “privações sofridas” uma mãe seria capaz de matar seu próprio filho. Essas são as justificativas mais frequentes nos processos para o ato praticado, retirando das mulheres a “culpa” ou responsabilidade sobre o mesmo. No caso de T.R. o promotor descreveu as caudas da sua perturbação:

T.R teria que se perturbar. A gravidez que lhe trazia vergonha. Gravidez que era substituída, segundo informações, pela tal ‘barriga d’água’; D. em São Paulo e fugido à responsabilidade; hemorragia, muito sangue no chão, sobre a cama de seu quarto. Tudo isso, circunstâncias que levaram a acusada a perturbações psíquicas para, sob a influência do estado puerperal, matar seu próprio filho⁵⁶.

Em outros processos, os argumentos são muito semelhantes:

(...) queremos referir a gestante normal mas a quem as dores do parto, as emoções do abandono moral, as privações sofridas, levou a paciente a degolar o filho durante ou logo após o parto. Isso depende da perturbação momentânea, quer pelo fato moral (teve o filho sozinha, numa casa estranha), quer pelo fato físico (dores do trabalho de parto, hemorragia) (...) são crimes cometidos por mães solteiras, a maioria dos casos abandonadas a sua própria sorte, pela família, amantes e pelas pessoas, talvez com quem prestava serviços (domésticos) – logo, não são alienadas mentais nem semi-alienadas. Fazem parte da escória da sociedade. Após

⁵⁵ DEPDOR. 1973, caixa 210, Processo-crime n. 000.016.

⁵⁶ DEPDOR. 1973, caixa 210, Processo-crime n. 000.016.

voltar ao seu estado normal demonstram arrependimento pelo fato cometido.⁵⁷ (grifos nossos)

A ignorância da indiciada influi, a nosso ver, no seu comportamento criminoso. M. F. S criou-se num meio cuja cultura tem um índice quase negativo, e talvez não soubesse que um ser humano não pode ser abandonado sem uma possibilidade de sobrepor-se as dificuldades que se lhe apresentarem.⁵⁸ (grifos nossos)

Assim, a responsabilidade pelo crime é atribuída quase sempre às perturbações moral e física, ao abandono moral, a pobreza, ou ainda, no caso do terceiro enunciado o fator causador do delito é a ausência de cultura, de civilização, pois, o comportamento da ré seria fruto do meio inculto em que viveu. Ou seja, somente em estado “anormal” ou de “selvageria” as mulheres teriam suspenso seu instinto maternal, sendo levadas a praticar o infanticídio.

Percebe-se, nesse sentido, que os discursos dos agentes da justiça (advogados, delegado, promotores) nos processos-crime de certa forma favoreceram o julgamento das mulheres processadas. Nesses discursos, as mulheres tendem a ser homogeneizadas, pensadas e tratadas como “idênticas”, por isso partilham as mesmas experiências e dramas, vitimadas pelas mesmas circunstâncias. Elas são assim descritas como pobres indefesas, ingênuas ou ignorantes, aspectos que reforçam ou traduzem as construções e os papéis de gênero. Esse processo de homogeneização das mulheres infanticidas fica evidente nos pareceres do juiz criminal ao aceitar a denúncia contra T.R. em maio de 1973 e M.J. em junho de 1974. A citação é extensa, mas vale a pena transcrevê-la na íntegra. Vejamos:

Indubitavelmente, fora de qualquer dúvida, a acusada a meu vêr, quando matou o recém-nascido, se encontrava sob influência do estado puerperal. Vejamos:

Moça solteira, tida e havida como honesta, professora na zona rural, filha de família respeitada na região. Como ‘soi o destino pode engendrar’, vem a conhecer e enamorar-se por D., com intenções matrimoniais. O

⁵⁷ DEPDOR. 1973, caixa 210, Processo-crime n. 000.014.

⁵⁸ DEPDOR. 1970, caixa 210, Processo-crime n. 000.013.

tempo passa e Terezinha, jovem, simpática, a êle se entregou. Triste destino. Veio a gravidez. D. recuou, haja vista a carta. Não estava mais disposto a aceitar Terezinha como sua esposa.

Evidentemente, o obsedante receio da descoberta do seu erro, que nossa hipócrita sociedade ainda não perdoa, criou na moça engravidada fora do matrimônio, e que não perdera o pudor, um ‘estado de angústia’ facilmente calculável, em que, gradativamente, se lhe foi apagando o próprio instinto maternal e de piedade para com o fruto do amor ilegítimo. Esse, sem dúvida alguma, o drama íntimo da desventurada Terezinha, que, um dia se surpreendeu grávida.

Descreve-o, com viva eloquência, em belíssima página literária, MIGUEL LONGO: [segue a citação extensa do autor].⁵⁹

Indubitavelmente, fora de qualquer dúvida, a acusada, a meu ver, quando matou o recém nascido, se encontrava sob a influência do estado puer-peral. Vejamos:

Moça solteira, tida como honesta, empregada em casa de família respeitável da cidade. Como ‘soi o destino pode engendrar’, veio a se perder. Triste destino. Advem a gravidez.

Evidentemente, o obsedante receio da descoberta do seu erro, que nossa hipócrita sociedade ainda não perdoa, criou na moça engravidada fora do matrimônio, e que não perdera o pudor, um ‘estado de angústia’ facilmente calculável, em que, gradativamente, se lhe foi apagando o próprio instinto maternal e de piedade para com o fruto do amor ilegítimo. Esse, sem dúvida alguma, o drama íntimo da desventurada M. J., que, um dia se surpreendeu grávida.

Descreve-o, com viva eloquência, em belíssima página literária, MIGUEL LONGO: [segue uma longa citação].⁶⁰

Não se trata nessa citação de um erro na transcrição do processo. Nos casos descritos acima, o juiz utilizou não só os mesmos argumentos para justificar a atitude da ré, mas também usou literalmente as mesmas palavras, o mesmo parágrafo e a mesma citação de Miguel Longo para reforçar sua posição.

⁵⁹ DPDOR. DPDOR. 1973, caixa 210, Processo-crime n. 000.015.

⁶⁰ DPDOR. 1973, caixa 210, Processo-crime n. 000.016.

Assim, não importa se uma é professora e a outra empregada doméstica, se uma vive na zona rural e a outra na cidade, mas ambas são mulheres e vítimas pela mesma circunstância e fatores. Por isso, partilham a mesma desventurada história de vida. Por outro lado, a repetição do juiz nos sugere serem estes, casos banais, tratados com menor importância pela justiça, o que dispensaria a atenção, o esforço e dispêndio de tempo por parte do juiz em redigir textos distintos em seus pareceres.

O juiz aceitou a denúncia de infanticídio apresentada pelo promotor contra T.R e M.J, “(...) outrossim, no caso dos autos, afastada está a hipótese da figura do crime de ‘homicídio’, estando bem configurado o delito previsto no art. 123 do cód. Penal, isto é, o “infanticídio”. No entanto, os argumentos que ressaltou – influência do estado puerperal, sociedade hipócrita, “estado de angústia”, instinto materno apagado – já apontam para uma futura absolvição das rés.

O jornal por sua vez, assume postura diferente ao dar uma atenção exacerbada aos casos de infanticídio, certamente de grande repercussão entre o público leitor⁶¹, passando, de certa forma, a trabalhar pela condenação das rés. Ao noticiar o julgamento de M.J. o *Diário de Montes Claros* ressaltou que o acontecimento estava sendo bastante aguardado justamente porque...

(...) este será o primeiro julgamento de crimes desta natureza em Montes Claros. Por isso mesmo, e levando-se em consideração que dezenas de casos de infanticídios são registrados anualmente pela polícia, em Montes Claros, este julgamento está cercado de expectativas, servindo seu resultado como exemplo as mães solteiras que normalmente cometem esse tipo de crime, impunemente.⁶² (grifos nossos)

Observando-se que a pena visa conter a possibilidade do/a malfeitor/a ter imitadores, sendo a prevenção uma de suas funções mais importantes,⁶³ certamente o jornal esperava que houvesse uma condenação nesse caso, no entanto, a ré foi absolvida, não servindo essa de exemplo para as demais mu-

⁶¹ Para exemplificar, no processo 000.019 todas as testemunhas afirmaram terem conhecimento do crime praticado por Z. em 1978 através do jornal.

⁶² APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 19 jun. 1973, p.4.

⁶³ FOUCAULT. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 78.

lheres que pensassem em cometer tal delito. A falta de condenação das réis também foi assunto tratado pelo jornal:

Com a prisão da menor T.C.S. todo o mistério seria descoberto, mas, no entanto, ela encontra-se em liberdade, do que se deduz que dificilmente haverá um inquérito para apurar as responsabilidades do possível infanticídio.⁶⁴

Não encontramos nos processos analisados nenhum caso de aplicação da pena de 2 a 6 anos, determinada no Código Penal, pelo crime de infanticídio (ver Tabela 2). Assim, dos seis casos denunciados à justiça somente dois foram a julgamento, sendo que, em ambos, as indiciadas foram absorvidas. De acordo com o Código Penal de 1940, para se determinar a materialidade do crime de infanticídio é necessário precisar em que momento teve início o parto, uma vez que, antes do início do parto o que existe é o aborto, a partir de seu início, o infanticídio. O parto é constituído de várias etapas como, a dilatação, a expulsão do nascente da placenta. A morte do sujeito passivo, em qualquer uma dessas fases do parto, constitui o delito de infanticídio. Ou seja, os crimes de infanticídio além de não contarem, em sua maioria com testemunhas, são difíceis de serem dados como fatos certos.⁶⁵ A difícil comprovação do crime, pode explicar o fato de os diversos registros que encontramos nos jornais sobre infanticídio, não corresponderem em números aos processos encontrados no arquivo do Fórum. Apesar de públicos, muitos crimes não chegaram a ser denunciados.

Além disso, segundo o Código Penal, existem as situações em que a pena pode ser atenuada ou até não aplicada em decorrência de perturbação psicológica ou doença mental.

Considerações finais

As histórias das mulheres infanticidas que encontramos nos documentos analisados se assemelham. Nos deparamos com moças pobres que, em sua mai-

⁶⁴ APAM. *Jornal Diário de Montes Claros*, 28 ago. 1973, p.4.

⁶⁵ JESUS. *Código Penal anotado*, p. 107.

oria, trabalhavam em casas de família como empregadas domésticas (ver Tabelas 1 e 2). A situação de gravidez, portanto, poderia levá-las ao desamparo por parte dos patrões e da família, e elas, conseqüentemente, tendiam a esconder a gravidez até o dia em que chegava o momento do parto. Se para muitas mulheres, especialmente as casadas, esse era um momento de alegria suprema, de realização plena do sonho de ser mãe, para estas pobres infelizes arroladas nos processos, era um momento de medo, desespero, aflição e culpa. Nas palavras do referido Miguel longo, citado pelo Juiz:

(...) E chega o dia fatal, e a hora se aproxima: à agitação sucede o desvario, o desatino do naufrago à procura, na desesperada agonia, de uma tábua de salvação; enfim, a surpresa do parto tira à infeliz o último raio de luz mental, o derradeiro baluarte de defesa, a esperança de um remédio imprevisto; e ela, num momento relativo de conservação instintiva, é impelida, automaticamente, a suprimir a prova da vergonha, do êrro infame, da desonra... e o infanticídio se consuma!...⁶⁶

As notícias do jornal *Diário de Montes Claros* deram conta de um número maior de crimes de infanticídio que a justiça. O jornal, por sua vez, pareceu querer exercer o papel da justiça, na medida em que, ao dar publicidade aos casos e expor as mulheres de tal maneira a causar-lhes constrangimento diante da sociedade, lhes aplicou talvez a maior das penas: a taxação pública. Afirmar nas redações uma punição que na prática não era aplicada, não surtiu efeito na tentativa de tentar reduzir o número de casos, e então aliado a isso, além de alertar sobre a punição, passaram também a punir moralmente as indiciadas. Assim as mulheres acusadas de tal crime eram frequentemente descritas pelo jornal como “mães desalmadas”. Quanto a essa posição adotada, o objetivo era a defesa de um modelo naturalizado de mãe que estava instituído, sendo que os crimes de infanticídio colocavam a prova tal modelo. Colocava em risco, sobretudo a concepção de amor materno e do desejo de ser mãe como parte da natureza feminina, sua essência.

⁶⁶ Miguel Longo *apud* E.T.P Juiz de Direito Criminal In: DPDOR. 1973. Caixa 210, Processo-Crime, n. 000.016.

Por outro lado, a não punição ou o abrandamento da pena, por considerar que as réas estavam fora de sua normalidade, acometidas por alguma perturbação momentânea ou mental, é uma forma de reforçar a idéia do amor materno como algo instintivo, ou seja, somente fora da normalidade as mulheres poderiam agir contra sua natureza. Não só renegando, mas assassinando seu próprio filho.

Fontes

APMMF. *Jornal Diário de Montes Claros*. Montes Claros, 1970 a 1980.

DPDOR. 1970, caixa 210, Processo-crime n. 000.013.

DPDOR. 1973, caixa 210, Processo-crime n. 000.014.

DPDOR. 1973, caixa 210, Processo-crime n. 000.015.

DPDOR. 1973, caixa 210, Processo-crime n. 000.016.

DPDOR. 1978, caixa 210, Processo-crime n. 000.017.

DPDOR. 1980, caixa 210, Processo-crime n. 000.018.

DPDOR. 1980, caixa 210, Processo-crime n. 000.019.

Referências

ABBOTT, E. *Histoire universelle de la chasteté et du célibat*. Quebec: Fides, 2001.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOSCH, E.; FERRER, V. A. *La voz de las invisibles*. Las víctimas de un mal amor que mata. Valência: Cátedra, 2002.

CALEIRO, R. C.; SILVA, M. P. da. *Amor materno: questionamentos filosóficos e históricos. Iniciação a História*. Montes Claros, Unimontes, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*.

Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FARGE, A. *Lê temps fragiles de la solitude des femmes à travers le discours médical du XVIIIe siècle*. 1984.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo 1880/1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUILLAUMIN, C. *Sexe, race et pratique du pouvoir. L'idée de Nature*. Paris : Côté-femmes, 1992.

JESUS, D. *Código Penal anotado*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). *Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 17-44.

MAIA, C. J. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais, 1890-1946*. Brasília: UNB, 2007. Tese (doutorado em História), p. 102.

MAIA, C. Corpos que escapam: as celibatárias. In: STEVES, C. M.T.; SWAIN, T. N. *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2008, p.51-84.

PERROT. M. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I.; SOIHET, R. (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 13-27.

RAGO. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REALIDADE. Rio de Janeiro, maio de 1966.

SOIHET, R. É proibido não ser mãe: opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, R. (Org.). *História da sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 191-212.

SOIHET, Raquel. *Condições femininas e formas de*

violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (Org.). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

SWAIN, T. N. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História*. Brasília, UnB, v.8, n.1/2, 2000, p. 54.

VAINFAS, R. (Org.). *História da sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Os equipamentos públicos de apoio às mulheres vítimas de violência: experiências no Cariri

Joselina Silva

Nicácia Lina do Carmo

Marta Benjamim da Silva

Resumo: Este texto é parte de uma pesquisa em andamento que se propõe a constituir um mapeamento das instituições públicas que atuam no apoio às mulheres vítimas de violência, em três cidades do Cariri cearense, procurando observar as ações e atribuições daqueles diversos aparatos, a partir dos dados disponibilizados e de entrevistas com autoridades locais.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Mulheres. Gênero. Cariri-PE.

Abstract: This article is part of an on going research which aims to constitute a mapping of the public institutions that

Joselina Silva. Prof^a. Adjunta do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará – UFC/Campus Cariri. Professora Permanente do curso de Pós-Graduação da Faced/UFC Fortaleza. Coordenadora do N'BLAC – Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais – UFC/Campus Cariri. Esta pesquisa está no âmbito do N'BLAC da UFC/ campus Cariri, com o apoio da Funcap, na bolsa BPI. E-mail: joselinajo@yahoo.com.br

Nicácia Lina do Carmo. Aluna do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará – UFC/Campus Cariri. E-mail: nicaciaufc@yahoo.com.br

Marta Benjamim da Silva. Aluna do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará E-mail: marta_karine@yahoo.com.br

Texto recebido em 03/03/2009.

give support to violated women, in three cities of the States of Ceará with the objective of observing the actions and attributions of those different official places based upon the data and interviews with local authorities.

Keywords: Domestic Violence. Women. Gender. Cariri-PE.

O universo do estudo tem como delimitação observar as ações e atribuições dos diversos aparatos oficiais de apoio às mulheres vitimadas por violências e residentes na Região do Cariri Cearense, mais precisamente nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Esta é uma investigação em andamento, no âmbito do N'BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais), da Universidade Federal do Ceará, campus avançado do Cariri. Este texto é parte integrante da pesquisa *Os equipamentos públicos de apoio às mulheres vítimas de violência*.

Nosso campo de observação se estrutura a partir da análise dos dados relativos à violência na região, disponibilizados pelos setores públicos de apoio às vitimadas. Nossa atenção se volta para os documentos disponibilizados pelos órgãos públicos como também em entrevistas cedidas pelos gestores em posições hierárquicas nos órgãos pesquisados. As Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM) de Juazeiro do Norte e do Crato, o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Juazeiro do Norte, o Conselho Municipal da Mulher do Crato, o Conselho Municipal da Mulher de Barbalha, o Abrigo da Mulher de Barbalha e o Posto Avançado II de Combate ao Tráfico de Seres Humanos (Aeroporto/Juazeiro do Norte) foram alvo preferencial de nossas pesquisas e análises.

Os dados e as reflexões aqui apresentados referem-se aos estudos preliminares na DEAM da cidade do Crato, no Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, de Juazeiro do Norte, no Conselho da Mulher de Barbalha e no Posto Avançado II de Combate ao Tráfico de Seres Humanos (Aeroporto/Juazeiro do Norte), todos no Ceará.

Para a realização deste trabalho investigativo, tem nos guiado perguntas iniciais tais como: Quando foram criados estes aparatos públicos? O que deflagrou seu surgimento? Que ações vêm desenvolvendo? Qual a estatística de casos atendidos? Qual o perfil de violências mais recorrentes, na região? Qual o perfil das mulheres atendidas? Em algum período do ano há maior ocorrência de casos? O órgão conta com estrutura apropriada para o desempenho de suas funções precípuas? Há um treinamento e formação específica dos seus agentes quanto ao atendimento ao público?

Diante destes e outros indicadores estabelecidos a partir das formulações citadas, vimos desenvolvendo quadros analíticos que possibilitam perceber o âmago daquelas instituições e o seu desempenho mediando ao público para o qual foi criado. Referimo-nos às mulheres vitimadas por atos violentos de diferentes ordens.

Violência contra a mulher: um panorama sobre o tema

Uso de força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo, sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.¹

A perspectiva apresentada nesta epígrafe nor-teará a reflexão neste trabalho nas relações de poder, da forma como nos fala Foucault que permeiam as relações de gênero e se traduzem no seu extremo, no âmbito da chamada “violência contra as mulheres”. Esta, por sua vez, desde as travestidas nas nuances mais sutis até aquela que subtrai a vida, possui entre outras manifestações, o cerceamento aos direitos e às individualidades, mesmo nas manifestações coletivas. Dito de outra forma são as violências manifestas contra as mulheres.

Tendo como pano de fundo esta ferocidade que não reconhece fronteiras nacionais ou soberanias dos

¹ TELES, Maria Amélia de Oliveira. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense de 2003, p. 15.

respectivos estados, estaremos nos referindo às violências várias que vulnerabilizam — em seu perímetro — mulheres já fragilizadas socialmente. Inicialmente acreditamos que seja um ponto fulcral, relembrar aqui, as diversas formas conhecidas de violência contra a mulher: *assédio sexual, estupro, lesões corporais, ameaças e assassinatos*,² além da violência psicológica.

A violência contra a mulher, na visão de Teles e Melo é um processo de ordem social e de saúde pública. Pode ser manifestada de forma *verbal, física e sexual*. Os autores podem ser, em muitas vezes pessoas do convívio diário e familiar, tais como parceiros atuais ou passados, parentes (pais, irmãos, primos). Os parceiros sentimentais, amigos e familiares estão entre os principais violentadores³. Assim, podemos observar o quadro seguinte proposto por Schraiber (2005), onde tem-se uma visão mais ampliada sobre a caracterização das violências de gênero.

² *Ibidem*, p. 10.

³ FERREIRA, Luciana da Silva; ESMAEL, Mariane Gonçalves. *Violência doméstica: um crime contra a mulher no espaço casa/lar*. Universidade Federal do Rio de Janeiro; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Escola de Serviço Social; Rio de Janeiro, 2005.

<i>Violência física</i>	<i>Violência psicológica</i>	<i>Violência sexual</i>
Tapas	Humilhações	Expressões verbais ou corporais que não do agrado da pessoa
Empurrões	Ameaças de agressão	Toques e carícias não desejados
Chutes	Privação da liberdade	Exibicionismo e voyerismo
Bofetadas	Impedimento ao trabalho	Prostituição forçada
Puxões de cabelo	Danos propositais a objetos queridos	Participação forçada em pornografia
Beliscões	Danos a animais de estimação	Relações sexuais forçadas
Mordidas	Danos ou ameaças a pessoas queridas	*****
Queimaduras	*****	*****
Tentativa de asfixia	*****	*****
Ameaça de faca	*****	*****
Tentativas de homicídio	*****	*****

A detida observação deste quadro traz à luz um aspecto ainda pouco abordado — em números massivos — no que refere aos diferentes perfis assumidos pela chamada violência contra as mulheres. Ou seja, os aparentemente pequenos e pouco atentados ges-

tos que corroboram com a solidificação da violência, sem que a mulher vitimada ou as pessoas em seu entorno vejam como tal. O quadro em questão demonstra situações como beliscões, mordidas, danos a objetos de estimação, toques e carícias não desejadas. Só para citar algumas das menos abordadas na literatura acadêmica sobre o tema.

Prosseguindo na apreciação crítica sobre o quadro acima, podemos também perceber que para além da violência física, já mais refletida, denunciada e atentada pela sociedade, há aquelas no âmbito da agressão psicológica. Por conseguinte são de difícil quantificação e visibilização. Um dos maiores aliados da manutenção deste tipo de violência reside no fato de estar enclausurada, na maioria das vezes, no interior dos lares e, por conseguinte, com menores possibilidades de conseguir testemunhos a respeito. A violência da mesma ordem refugia-se ainda mais no recôndito do senso comum que tende a não reconhecer sua ocorrência. Sem maiores dificuldades, mais das vezes entende-se atitudes de isolamento da mulher, em relação à família como um ato demonstrativo de carinho ou cuidado, por parte do namorado, marido ou companheiro.

Por ocorrer no interior dos lares, onde se almeja uma convivência “harmônica” e que reinem os laços afetivos, as violências domésticas costumam deixar a mulher vitimada constrangida em denunciar. Isto ocorre, às vezes por temor de se ver exposta diante da sociedade. O medo e a vergonha de exposição ainda dominam a cena e o ambiente. Como consequência, um alto índice de ocorrências segue mantido em sigilo pelas vítimas e mediante os demais familiares. Assim, acabam por contribuir para que estas situações se perpetuem e com a impunidade dos agressores. Segundo Teles, no Brasil mais de quinze milhões de casas abrigam estes atos criminosos em seu interior, sem que tais fatos venham a público, como seria de se esperar mediante tamanha e assustadora cifra. Por sua vez, SHRAIBER⁴, informa que a faixa definida pela medicina como idade reprodutiva (dos 5 aos 49 anos) é quando grande parte da violência contra as mulheres é praticada.

⁴ SCHRAIBER, Lilia Blima et al. *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Unesp. 2005.

A violência contra a mulher deve ser abordada no plural. Schraiber utiliza duas categorias para descrevê-la: a violência doméstica (VD) e as violências praticadas por parceiros íntimos (VPI). A obra aponta a existência de uma linha explicativa que devolve à mulher a responsabilidade pelo ato de agressão. Dito de outra forma, atitudes incompatíveis para a sociedade — morais, sexuais ou comportamentais — tomadas pelas mulheres seriam as geradoras das agressões cometidas.

Segue a autora, lembrando que para melhor entender as violências várias que se abatem sobre as mulheres é necessária uma análise que abarque para além de cada caso e procure estudar um contínuo de características assemelhadas presentes em todos eles. De acordo com o Ministério da Saúde⁵ há um ciclo de violência que — embora varie num mesmo casal e entre casais distintos — guarda em si performances comuns que permitem dividi-lo em três fases distintas. A primeira denominada de *aumento de tensão* tem como característica principal *pequenos, mas freqüentes, incidentes de violência*.⁶ É também aí, segundo a publicação do MEC, onde as humilhações e as acusações verbais se tornam mais usuais. Contraditoriamente a mulher acredita que pode superar a situação e que os acontecimentos violentos são ocasionados por razões externas ao convívio do casal. A atitude passiva da mulher acaba por ser um convite à passividade do agressor. A fase dois, ou aquela do *incidente agudo da violência* costuma ter uma duração menor que a primeira.

Diante desta posicionalidade de iminente agressão física com possíveis seqüelas a tensão psicológica é inevitável, sendo muitas vezes seguida de ansiedade e depressão. A publicação informa que, nestes casos, freqüentemente a mulher busca refúgio fora de casa. A terceira e última fase, também chamada de *apaziguamento/ lua de mel* ocorre no momento em que o agressor reconhece a inadequação de suas atitudes e busca reconciliar-se com a mulher, por ele violentada. Além de mudar para uma atitude de cuidado e carinho o companheiro (marido, esposo, namorado, amante) compromete-se a não mais permitir a ocorrência de situações semelhantes. Ao mes-

⁵ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde, 2003.

⁶ *Ibidem*, p. 57.

mo tempo, a mulher acaba por aceitar a reconciliação pautando-se numa crença de que a paz perdurará eternamente entre ambos.

As três fases têm durações diversas, mas são recorrentes entre casais que vivem sobre a “dinâmica da violência”. Assim sendo, o pensamento dos agressores sobre as mulheres seria um dos lugares onde se pode deter o olhar analítico sobre o tema. Lembra Schraiber, sobre uma banalização da violência presente na sociedade (sobretudo incutida nas mulheres) de que maridos, companheiros, namorados, parceiros violentos e familiares são “coisas da vida” ou do “destino”. Portanto, não passíveis de mudança. Em outras palavras, fazem parte constante da vida cotidiana das mulheres.

Sobre os aparatos legais: um breve recorte

De acordo com Ferreira e Esmael os movimentos feministas foram os grandes responsáveis por trazer a público e dar visibilidade para a opinião pública, sobre o problema da violência contra a mulher, ocorrida no âmbito privado e no interior das casas, a partir do ano de 1970. Neste mesmo período, foram organizadas passeatas a favor das muitas mulheres assassinadas pelos maridos. O ano de 1975 marca a realização de conferências internacionais com a participação ativa das mulheres, tratando das reformas e melhorias dos direitos da mulher. O documento de Viena e o Programa de Ação aprovados pela Conferência de Direitos Humanos de junho de 1993, estabelece:

A violência baseada no gênero e em todas as formas de ataque sexual e exploração, incluindo aquelas resultantes do preconceito cultural e tráfico internacional, são incompatíveis com a condição da pessoa humana, e têm que ser eliminadas. Isto pode ser alcançado por meios legais, ações nacionais e através da cooperação de desenvolvimento social, educação, maternidade, cuidados com a saúde e todos os tipos de apoio social.⁷

A inserção da violência de gênero (incluindo o tráfico de mulheres) na agenda dos direitos huma-

⁷ Documento de Viena e o Programa de Ação aprovados pela Conferência de Direitos Humanos de junho de 1993, parágrafo 1/8.

nos é uma vitória política. Significa o reconhecimento de que a conservação da mulher numa posição subordinada é uma realidade socialmente construída, mantida por interesses patriarcais ideológicos e institucionais. Obviamente, pode ser destituída.

Assim sendo, todos aqueles eventos — nacionais e internacionais — têm concorrido para a formação de políticas públicas pautadas nas agendas advindas das lutas das mulheres organizadas. Almeida⁸ informa que são políticas públicas aquelas que se estabelecem a partir de uma permanência em conjunto com uma série de medidas e que paralelamente contêm com o concurso dos governos em diferentes esferas. Ocorrem, segundo a autora mediante dois fatores definidores: uma refere-se à vontade política e outra necessita uma dose de pressão social. Arremata todos estes fatores, um aparato legal que lhes dê sustentação.

Destarte, passamos a ter, na Constituição Federal de 1988, a ampliação dos direitos da mulher. Nesta linha, incluem-se os direitos ao planejamento familiar, ao casamento estável, aos filhos fora do casamento, entre outros.⁹ Desta forma foi possível desenvolver uma ampliação do olhar do estado sobre o crime da violência contra a mulher. Tornou possível o surgimento de locais próprios para o atendimento às vitimadas e foram melhor estabelecidos os serviços de apoio, marcadamente a partir dos anos oitenta. Complementado uma série de medidas legislativas em âmbito nacional e internacional, a lei 10884/04 de 2004 passou a reconhecer “a violência doméstica” como um tipo penal.¹⁰

O trabalho de Ferreira e Esmael demonstra — na cidade do Rio de Janeiro — a presença de vários equipamentos públicos de apoio às mulheres vitimadas pela violência. No decorrer da pesquisa é destacada a constituição de vários deles, entre os quais o CEDIM (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher /RJ). Trata-se de um órgão para assistir e lutar pela criação e consolidação de políticas públicas com o objetivo de validar os direitos da mulher para a sua capacitação no ingresso ao mercado de trabalho.

Outro órgão de apoio é CIAM (Centro Integrado

⁸ ALMEIDA, Suely de Souza (Org.). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

⁹ FERREIRA e ESMAEL. *Op. cit.*

¹⁰ ALMEIDA, Suely de Souza (Org.). *Op. cit.*

de Atendimento à Mulher) voltado a dar suporte moral e psicológico à vítima de violência, caso esta decida interromper o relacionamento com o agressor. As vitimadas são conduzidas a compreender os seus direitos legais. Ainda, na mesma cidade, as autoras apontam à atuação do NIAM (Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher), cujo trabalho se assemelha ao do CIAM e objetiva a constituição de um maior número de locais de atendimentos em diferentes pontos do estado.

Dentre os diversos aparatos legais, encontrados pela pesquisa, há ainda a Defensoria Pública do Estado que se propõe a auxiliar as mulheres impossibilitadas de arcar com os honorários advocatícios. Há também o JECRIM (Juizado Especial Civil do Rio de Janeiro) dedica-se a julgar crimes, cuja pena seja inferior a um ano.

Por meio de pesquisas feitas nas DEAMs (Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher), dos municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Niterói, São Gonçalo, e na cidade do Rio de Janeiro — todas no estado do Rio de Janeiro — as autoras constataram que no período entre 2001 a 2004, muitos dos agressores foram os maridos, namorados, companheiros e pessoas próximas às vítimas. Em 2004, ainda de acordo com a pesquisa, das mulheres que sofreram lesão corporal, 85,8% foram vitimadas por pessoas próximas e 53,8% pelos maridos.¹¹ Nas DEAMs do centro da cidade do Rio de Janeiro os Registros de Ocorrência (RO) mais frequentes são relativos às violências ao pudor e sexual, ao lado do assédio.¹²

Os aparatos legais na região do CRAJUBAR

A abrangência de categorias como igualdade de oportunidades de salário, de acesso à educação e à saúde, ao lado das denúncias de assédio sexual e moral têm se tornado termos comuns e recorrentes na literatura midiática e acadêmica. Por conseguinte, passam a ser emitidos oralmente por grande parte da população, bem como pelas mulheres, seu alvo principal. Fica, no entanto, o questionamento de até que ponto estas novas inserções vocabulares podem

¹¹ FERREIRA e ESMAEL. *Op. cit.*

¹² *Ibidem.*

ser traduzidas em comportamentos diferenciados, em relação às mulheres. Dito de outra forma, de que maneira se pode aferir a diminuição ou mesmo a erradicação das relações de poder entre os gêneros, se comparadas às inúmeras produções sobre o tema.

Estas novas agendas têm seu espaço maior abrigado pelas lutas por políticas públicas que se detinham a atender aos direitos das mulheres.¹³ Por seu turno, o estado e a sociedade podem ter grande participação quanto à solução dos casos de violência contra a mulher. Nesta direção, pesquisar os aparatos legais da região, aqui abordada, pode auxiliar na observação da relação entre ocorrência de casos e ação estatal e o quanto esta última vem se articulando a uma agenda nacional e internacional de erradicação deste tipo de violência. Acreditamos que pode haver uma conexão direta entre o aumento da quantidade e qualidade no atendimento e a diminuição das ocorrências violentas. Permite-nos também, analisar quais ações preventivas vêm sendo desenvolvidas pela autoridade pública, aqui representada pelo estado, na figura das DEAMS, do Conselho da Mulher (Barbalha), do juizado, aqui referido e do Posto Avançado II de Combate ao Tráfico de Seres Humanos (Aeroporto/Juazeiro do Norte).

A década de oitenta, do século XX, marca o surgimento das primeiras delegacias especificadas de atendimento às mulheres, no Brasil. Almeida referindo-se a elas, informa que há mais de trezentas espalhadas, de forma desigual, por todo o território nacional. Neste sentido, só em São Paulo encontram-se 40,7% delas. Outras 13% foram instaladas no Estado de Minas Gerais, 2,3% no Rio de Janeiro e as demais em outras regiões. Ferreira,¹⁴ por seu turno, aponta a inexistência de uma padronização metodológica de coleta de dados, a fim de permitir a constituição de uma base nacional uniformizada. Além da precariedade das instalações presente em grande parte das DEAMS, Almeida também nos proporciona uma análise sobre a inconsistência de definição das ações para as quais foram criadas. Afirma a autora que em relação às delegacias, tratam-se de serviços cujas concepções são construídas na tensão entre as políticas de segurança pública dos diversos

¹³ ALMEIDA. *Op. cit.*

¹⁴ FERREIRA e ISMAEL. *Op. cit.*

governos estaduais, as políticas dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher, a sua capacidade de interlocução com os demais serviços voltados para vítimas de violência de gênero, e os programas de formação de delegadas e de policiais desenvolvidos em âmbitos federal, estadual e, em menor escala, municipal.

No que se refere à pesquisa aqui abordada, foram realizadas visitas na DEAM do Crato, sendo a primeira de forma exploratória e ainda sem o uso do gravador. Na delegacia, a autoridade entrevistada é pessoa de cargo e função exponencial na hierarquia, do referido órgão. O primeiro contato ocorreu no segundo semestre de 2007 e a entrevista em março de 2008. Segundo nossa entrevistada, o órgão foi fundado em agosto de 2002 mediante o alto índice de violência contra a mulher registrada na cidade.

Trabalham na DEAM do Crato, neste momento, uma delegada, duas escrivãs e cinco inspetores, num total de três mulheres e cinco homens. Segundo fomos informados(as), o perfil mais recorrente entre as mulheres que chegam à delegacia como vítimas, encontram-se na faixa etária entre vinte a trinta anos, sendo “morenas” e de baixa escolaridade e financeiramente dependente dos companheiros. Ainda de acordo com nossa entrevistada, os companheiros estão entre a maioria dos agressores.

Os casos de registro de violência entre mulheres são encaminhados — conforme nossa informante — à Delegacia Regional. A DEAM registra os eventos de agressão às mulheres, feitos por mulheres, apenas em caso de co-autoria com homens. Fomos esclarecidos, neste primeiro contato, sobre o grande número de mulheres que ao fazerem a denúncia, sofrem o mesmo tipo de violência, no retorno aos seus lares. Dentre as pessoas que buscam os serviços da DEAM, do Crato, encontram-se, homens, também.

Tivemos acesso ao relatório de quantidade de infrações penais instauradas da referida DEAM¹⁵, referente aos anos de 2002 a 2006. Lembra o documento que os dados de 2002 contabilizam apenas aqueles a partir do mês de agosto, período de fundação da referida delegacia, estão relacionados 48

¹⁵ O presente relatório data de 12 de fevereiro de 2007, e está assinado pela Delegada de Polícia Civil, Fernanda Gomes de Matos e Souza.

tipos diferentes de infrações penais, sendo que 33 têm apenas de zero a dois registros, ao longo de cada ano. Reproduzimos aqui, um breve extrato daquele quadro comparativo.

INFRAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006
Lesão corporal de natureza leve	31	103	92	79	84
Lesão grave	02	02	01	00	04
Ameaça	14	126	120	156	129
Estupro	02	09	07	03	12
Injúria	00	01	03	01	13
Difamação	00	01	05	24	21

Vemos que no ano de 2003, as lesões corporais de natureza leve superaram todos os demais. Chama atenção o número de apenas quatro registros de lesão corporal grave em 2006 contra os de natureza leve (84) no mesmo período. Poderíamos nos perguntar quais são os critérios estabelecidos, em âmbito legal, para as definições entre grave e leve, no momento do registro na DEAM.

De todas as infrações penais quantificadas no relatório, a mais recorrente em todos os anos (2002 a 2006) é a ameaça, chegando em 2005 a 156 registros. O crime de estupro tem demonstrado crescimento marcante, ao longo dos quatro anos. Outra das infrações penais, que segundo o relatório tiveram aumento significativo, foi a de injúria. Tendo passado de zero, em 2002 para 13, no último ano do quadro estatístico (2006). Já a difamação passou de zero, quando do estabelecimento da referida DEAM (2002) para 24 ocorrências, em 2005. Houve um pequeno decréscimo, no ano de 2006, concretizando 21 registros.

Outro documento produzido pela DEAM do Crato é o relatório estatístico referente aos meses de janeiro a dezembro de 2007. Os dados apresentados se referem a vinte e duas atividades realizadas pelo referido órgão. Destas ressaltamos aqueles que mais proximidade guardava com nosso trabalho investigativo. Ou seja, nos interessa aqui atender o objetivo principal desta pesquisa que é constituir um

mapeamento dos equipamentos jurídicos e institucionais que atuam no apoio às mulheres vítimas de violência, em três cidades da Região do Cariri, buscando compreendê-los a partir das ações e experiências demarcadas pela seqüência de ações e acontecimentos balizados pelos diversos atores sociais que se dedicam a combatê-la.

ATIVIDADE	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	TOTAL
Boletim de Ocorrência	52	17	49	36	43	30	42	52	37	59	29	37	483
Guia de exame ao IML	24	07	23	13	16	20	20	16	20	25	15	19	218
Inquérito remetido à Justiça	15	08	09	10	16	15	19	18	18	21	15	14	178
Intimação	04	02	38	09	10	09	10	04	05	06	05	05	107
B.Os. arquivados por desinteresse da vítima	17	13	08	14	14	04	07	32	17	23	08	21	178
B. Os em andamento	-	-	-	-	-	-	36	29	31	39	17	16	168
Medidas preventivas	-	-	-	-	-	-	-	06	02	08	03	01	20

Podemos observar que no período de doze meses, 483 registros de ocorrência. Destes, 178 representam o quantitativo de mulheres que desistiram das queixas e os inquéritos acabaram arquivados. Cabe aqui uma interrogação, a ser futuramente respondida, através do aprofundamento dos estudos: Que fatores contribuiriam para que um número tão referencial de vitimadas interrompesse o processo que se inicia na denúncia e que pode culminar com a condenação de seu algoz? A literatura acadêmica sobre o tema informa sobre um grande número de mulheres que interrompe o processo de encaminhar à justiça o seu agressor, por medo de conseqüências relativas. Vale notar o grande percentual de mulheres encaminhadas a exames no Instituto Médico Legal, 218.

Por sua vez, no Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, recentemente criado, na cidade de Juazeiro do Norte, nosso interlocutor foi uma pessoa de nível mediano no organograma da instituição. Ainda não tivemos oportunidade de entrevistar a autoridade máxima, ali atuante. O órgão foi o segundo inaugurado no

Estado do Ceará, em fins de 2007, o primeiro foi em Fortaleza. Surge, a partir da instalação, quatro meses antes, no Tribunal de Justiça do Ceará de uma comissão para implementar juizados.

Sua constituição se deve ao atendimento à Lei Maria da Penha (11340/06) que preconiza a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre os quais a instalação de juizados especializados. Neste sentido, sua *criação atende a uma demanda gerada pelos inúmeros casos de violência contra a mulher, na região.*

Um dos objetivos do juizado é de agilizar o julgamento dos processos que apuram casos de violência contra a mulher. Neste sentido — informa nosso entrevistado — espera-se que os agressores sejam punidos. Em sua opinião, a maioria das pessoas que buscam o juizado é de menor poder aquisitivo e de trabalhadores braçais, entre dezenove e quarenta anos de idade. Em termos raciais, a maioria é de cor branca, lembra o entrevistado.

Estabelecido provisoriamente em uma das salas do Fórum Desembargador Juvêncio Santana, no bairro Lagoa Seca, o juizado foi projetado para funcionar de forma totalmente virtual, mas até o momento o trabalho é desenvolvido manualmente, de acordo com nosso informante. Atuam, além do juiz, três funcionários do tribunal, um oficial de justiça, dois funcionários da Secretaria de Educação e três estagiários de Direito.

No que se refere à forma de atuação, a vítima deve procurar a DEAM e registrar a queixa. O processo é encaminhado, ao juizado pela delegacia. As audiências são realizadas às terças e quartas-feiras. O horário de funcionamento é das 8 às 14h, de segunda a sexta-feira. Há um plantonista que atende até às 18h. Nosso entrevistado, nos informou que desde sua fundação, até o momento de nosso inquérito haviam sido realizadas cerca de quarenta audiências. De acordo com uma entrevista concedida pelo Juiz José Mauro Lima Feitosa, desde sua fundação até os dois meses subsequentes foram realizados 34 processos, com uma média diária de duas audiências¹⁶.

¹⁶ DIREITOS DA MULHER, DIÁRIO DO NORDESTE, FORTALEZA, CEARÁ, QUINTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2008.

O Conselho da Mulher em Barbalha tem uma coordenadora eleita pelos membros do conselho. O mesmo existe desde 6 de dezembro de 2006, funciona na sala de conselhos da Secretaria de Trabalho e Ação Social, onde as reuniões acontecem uma vez por mês, geralmente na última sexta-feira no período da manhã. Ressaltando que o horário não é fixo, pois existem reuniões de outros conselhos neste mesmo local. Possui como objetivo discutir, elaborar, reivindicar e fiscalizar políticas públicas relativas aos direitos da mulher. Nas suas atribuições e competências tem como função fiscalizar o cumprimento de leis federais, estaduais e municipais que atendam aos interesses das mulheres. Propõe-se também a promover a defesa dos direitos da mulher, eliminar as discriminações e promover a plena integração na vida sócio-econômica, política e cultural.

É composto por diversos representantes como: Secretaria Municipal de Educação, Delegacia da Mulher de Juazeiro, Câmara Municipal, OAB, Entidades Filantrópicas, Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Barbalha (SINDMUB), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, União das Associações de Barbalha e Secretaria de Saúde. Sendo que de cada segmento existe uma titular e uma suplente. E o período do mandato é de dois anos.

O conselho atua em parceria com a Secretaria de Trabalho e Ação Social, o Conselho da Mulher do Ceará e com a polícia. Realiza também encaminhamentos para a delegacia, hospitais e exame de corpo de delito; organiza ouvidorias e palestras, que funcionam em escolas, onde foi lançado pelo conselho o projeto: Mulher Vida Cidadã, em 42 escolas para disseminar a lei Maria da Penha. As mesmas receberam uma cópia da lei e foram orientadas. No entanto deve-se observar, de acordo com nossa entrevistada, que a procura pelo conselho é pouca e existiam apenas cinco processos que haviam sido julgados no Fórum, quando de nossa entrevista em agosto de 2008.

Afirmávamos, no início deste trabalho, que este apresenta resultados ainda não conclusivos de uma pesquisa em andamento. Neste sentido, o aparato mais recentemente incluído nesta investigação é o

Posto Avançado II de Combate ao Tráfico de Seres Humanos (Aeroporto/ Juazeiro do Norte). Antes de prosseguir apontando nossos achados sobre o referido órgão, gostaríamos de aduzir aqui breves considerações sobre o tráfico internacional de mulheres, a partir do ponto de vista de alguns(mas) autores(as).

A partir da década de noventa, paralelamente às conferências sociais da ONU, as ONGs de mulheres têm buscado colocar o problema do tráfico internacional de mulheres na agenda, como violação aos direitos humanos. Desta forma, este tema passou a ser mencionado na maioria das declarações finais e planos de ação. No entanto, os estudos sobre esta temática, informam que o Brasil é o país, na América Latina, que mais exporta, estando algumas capitais do Nordeste entre os principais pontos de saída. O tráfico está entre aquelas que podem ser incluídas nas situações que colocam sempre a mulher numa posição de total vulnerabilidade. A maioria das mulheres traficadas é afro-descendente, pobre, de baixa escolaridade, e sujeita à violência doméstica e psicológica.

As mulheres vitimadas pelos traficantes passam por muitas formas de violência: agressão física, opressão moral e psicológica, engodo, chantagem, isolamento, cerceamento da liberdade e exploração financeira. Há uma percepção, cada vez maior, em âmbito global, destas manifestações de violência, insidiosamente presentes em diversas situações de vida e de trabalho, nas quais as mulheres têm posição de dependência. Como por exemplo:

- Um casamento comercialmente arranjado, onde a mulher não tem direito a escolher o parceiro e torna-se totalmente dependente dele;
- Uma situação de trabalho doméstico, onde as mulheres não possuem direitos trabalhistas, contratos legais e não têm onde recorrer quando estes são violados;
- Finalmente, a forma de tráfico de mulheres mais visível e historicamente reconhecida, tem lugar na indústria do sexo, onde as mulheres trabalham como prostitutas sob coação e /ou em condição de exploração.

Afirma-se que há ocorrência de tráfico de mulheres quando estas não têm possibilidade de decidir, ao serem coagidas física ou psicologicamente a se prostituir. Casos há quando o uso da violência e seus ganhos são apropriados pelos traficantes ou pelas agências. Outra constatação da existência deste crime é quando são enganadas, não sendo suficientemente informadas sobre as condições e o tipo de trabalho que vão realizar. O tráfico de mulheres, como algo que ocorre em todo o mundo, é internacionalmente reconhecido como uma violação aos direitos humanos das mulheres. O refinamento e a sofisticação da ação dos traficantes se acentuam a cada dia, fazendo com que novos tipos de tráficos sejam registrados. O verdadeiro número de mulheres envolvidas não é muito claro. Quatro, são os tipos mais comuns e mais facilmente comprováveis de tráfico internacional de mulheres: (1) Indústria de entretenimento, (2) Casamento e turismo sexual, (3) Serviço doméstico e (4) Prostituição.

Fundado em maio de 2008, o Posto Avançado II de Combate ao Tráfico de Seres Humanos (Aeroporto/Juazeiro do Norte) havia registrado cerca de dez casos, quando da visita de nossa equipe (outubro de 2008). Fomos informados(as) que Juazeiro do Norte foi escolhida para sediar um posto avançado, por possuir aeroporto e ser porta de entrada e saída do Cariri. Segundo o agente entrevistado, a partir de uma pesquisa realizada, percebeu-se que a maioria das mulheres traficadas sai de avião, embora haja aquelas que o façam de ônibus ou de carros particulares. Assim, no interior, o posto de Juazeiro é o único. O primeiro órgão da mesma natureza no Estado do Ceará foi estabelecido na capital. Também fomos informados(as) da existência de planos, por parte das autoridades competentes, da constituição de outros postos em outras cidades turísticas litorâneas que seriam apontadas, por pesquisas preliminares, como locais onde há uma ocorrência de tráfico de mulheres, em maior monta.

Ainda de acordo com nosso informante, houve uma ampla divulgação nos meios de comunicação falada (rádio e televisão) conclamando a população a informar sobre casos de tráfico de pessoas na re-

gião. A atuação do órgão é deflagrada a partir de denúncias telefônicas (identificadas ou anônimas) para um número local (do posto) ou um nacional que se comunica diretamente com Brasília. No segundo caso, há o número 100 pertencente ao Ministério da Justiça para recebimento de denúncias específicas sobre este tema. Por objetivar uma ação preventiva uma vez efetuada a denúncia, um e-mail é transmitido para Fortaleza, dando conta do ocorrido. Caso se refira a um fato já ocorrido, após a comunicação por e-mail, para Fortaleza, após reunirem outros documentos sobre o mesmo fato, é organizada uma comitiva para operar na cidade. Neste sentido, a atuação do posto é de ordem preventiva, dar e receber informações sobre o problema do tráfico de pessoas

A diligência deflagrada a partir da denúncia e organizada por Fortaleza costuma ser composta por uma equipe de cerca de uns três carros, sendo da Polícia Federal, Polícia Rodoviária e do escritório do TSH (Tráfico de Seres Humanos), da Secretaria de Justiça. Geralmente, de forma sigilosa vão até a casa onde a denúncia informava a existência de meninas e adolescentes em situação de prostituição. Neste sentido, afirma o agente, nosso entrevistado, no Posto Avançado II:

Muitas vezes as mães, os pais não sabem, elas disseram que foram trabalhar, porque na realidade o tráfico ele se caracteriza não só quando a pessoa sai do estado, tem o tráfico interno. Diz à mãe que vem para trabalhar. Chega aqui não é para trabalhar numa casa nem num restaurante. Aquela casa é só uma fachada. Chega aqui é a prostituição. Muitas delas no começo aceitaram. Só que isso vai crescendo e vai se tornando uma escravidão, porque eles começam de uma maneira que a gente se encanta. Primeira paga, depois dá luxo e depois começa a cobrar. Quando começa a cobrar, essa dívida já tá tão alta, que elas não têm como sair dali de dentro.

Outra referente informação coletada sobre o perfil do tráfico de mulheres detectado pelo referido posto é que o destino primeiro é a capital Fortaleza

e algumas vezes para o Rio de Janeiro, Recife, Natal e Mossoró. Ou seja, poderíamos então, inferir que o tráfico internacional só se configuraria a partir de outras cidades.

Pensares conclusivos

A inclusão da violência de gênero na agenda dos direitos humanos é uma vitória política. É o resultado, sobretudo da luta do Movimento Feminista em prol da destituição da idéia, senso comum, que as ocorrências domésticas devem ser constrangidas aquele ambiente. Diversas podem ser as soluções para que a vítima livre-se deste drama. Procurar locais de apoio, nos órgãos do poder público pode ser uma delas. No entanto, faz-se necessária a qualificação profissional daqueles que atuam nestes locais, para dissipar possíveis constrangimentos por parte da mulher violentada.

Nesta direção, entendemos que uma investigação que priorize os aparatos públicos de apoio às mulheres vitimadas pela violência nessas três cidades (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha), pode nos contemplar com o preenchimento da carência de dados metodologicamente adequados, ao reconhecer e preconizar com maior propriedade os cenários que contornam as histórias dessas mulheres, bem como na identificação das razões que constituem o cenário em que foram vitimadas.

É compreensível que cada vez mais esteja se formando um corpus de pensamento que equipa e alerta a sociedade sobre esse problema social, que é a violência contra as mulheres. No entanto, ainda pouco se pode afirmar, por ausência de maiores dados, sobre os números e formato da violência perpetrada no âmbito doméstico, na região do Cariri. Uma das hipóteses que subsidiam nossas constatações até o momento pauta-se na ausência de aparatos melhor solidificados que estrutural e economicamente para atender aos objetivos para os quais foram criados. Desta forma, temos até o momento alguns pontos que podemos ressaltar que uma vez sanados, certamente contribuiriam para o melhor resultado no trabalho prestado ao público.

Questões como ausência de assiduidade e regularidade das reuniões naqueles aparatos onde estas são fulcrais para o seu funcionamento. Por outro lado, o escasso número de funcionários habilitados ao desenvolvimento das funções para as quais foram designados, em outros dos aparatos pesquisados. Ainda nesta mesma linha referente ao quadro de pessoas, temos observado em outros órgãos um pequeno número de atendentes, no horário voltado ao público. Outro dado reside na ausência de estrutura física adequada. Alguns funcionam em prédios ou salas cedidas por outros órgãos, nem sempre com funções ou designações assemelhadas. Infraestrutura de equipamentos (móveis, computadores, arquivos, entre outros) para o efetivo desempenho da função a que se destina. Baixo treinamento e capacitação dos funcionários para atendimento a um público tão específico, como mulheres já vulnerabilizadas distante de uma situação de violência. Claro está que cada uma destas ausências estruturais não se aplica a todos os órgãos de uma única manifestação. Podem ser encontrados em doses e níveis diferenciados de um aparato para outro, mas está consignada na maioria deles.

A necessidade de se estruturar o procedimento analítico circulariza algumas indagações que vêm sendo respondidas ao longo deste trabalho, ainda em andamento: Quais as ações de acolhimento e reintegração que estão disponíveis para a mulher vítima de violência doméstica? O estado promove alguma sorte de apoio psico-social, quando da reincidência de violência, no âmbito familiar? Qual o perfil das mulheres que são mais frequentemente vitimadas pela violência? Qual o perfil das que mais denunciam situações de violência perpetradas contra elas ou pessoas próximas? Há um perfil mais recorrente no mapa da violência contra as mulheres, praticada na região? Que novas modalidades de violência contra as mulheres foram detectadas pelas autoridades e pelos estudos acadêmicos? Além dos já identificados pela pesquisa, até o momento, que outros aparatos legais, de apoio às mulheres vitimadas pela violência, estão disponíveis em cada uma das cidades estudadas (Juazeiro do Norte, Crato e

Barbalha)? Estes e outros questionamentos nos remetem ao interesse de buscar cartografar a violência contra as mulheres, onde a doméstica tem sido um dos fatores mais recorrentes, na região.

Referências

ALMEIDA, Suely de Souza (Org.). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

BOURDIEU, P. *Poder simbólico*. Lisboa: Difel. 1989.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196 de 10 de outubro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde. Ministério da Saúde, 2003.

FERREIRA, Luciana da Silva; ESMAEL, Mariane Gonçalves. *Violência doméstica: um crime contra a mulher no espaço casa/lar*. Universidade Federal do Rio de Janeiro; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Escola de Serviço Social; Rio de Janeiro, 2005.

GIACOMINI, S.M. Tráfico de mulheres é crime! um sono, um passaporte, um pesadelo. *CEAP*. Rio de Janeiro: CEAP/ UERJ, 1995.

IPRI. *A defesa da mulher*. Instrumentos Internacionais. Brasília: Funtag: IPRI (Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais): Ministério das Relações Exteriores, 2003.

LAP, L. *Política y estrategias contra el trafico de mujeres*. Holanda: STV, 1991.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: UNESP. 2005.

TELES, Maria Amélia de Oliveira. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ARTIGOS

Uma amostra da produção científica da enfermagem no que tange ao aleitamento materno

Aline Mesquita Amaral
Carla Denari Giuliani
Eliana Faria de Angelice Biffi

Resumo: Trata-se de um estudo realizado por intermédio de um levantamento bibliográfico, cujo propósito foi quantificar e analisar uma amostra da produção científica da Enfermagem no que tange ao aleitamento materno. Foram pesquisados artigos em revistas e anais, no período de 2000 a 2007. Os artigos e resumos foram classificados segundo os critérios pré-estabelecidos: linhas de pesquisa, instrumentos utilizados e temáticas discutidas.

Palavras-Chave: Produção Científica. Enfermagem. Aleitamento Materno.

Abstract: It is a study accomplished through a bibliographical rising, whose purpose was to quantify and to analyze a sample of the scientific production of the Nursing

Aline Mesquita Amaral. Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal de Uberlândia. O presente artigo é parte da monografia de conclusão de curso *Uma amostra da produção científica da enfermagem no que tange ao aleitamento materno.*

Carla Denari Giuliani. Professora mestre do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia. End: Av vereador Carlito Cordeiro, 515, jardim botânico, Uberlândia-Minas Gerais cep-38410-000. Tel 34-32250555/34-99667754, e-mail: denarigiuliani@bol.com.br.

Eliana Faria de Angelice Biffi. Professora doutora do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: efabiffi@umuarama.ufu.br.

Texto recebido em 12/03/2009.

with respect to the maternal breast feeding. They were researched goods in magazines and annals, in the period from 2000 to 2007. The goods and summaries were analyzed according to the pré-established criteria: research lines, used instruments and discussed themes.

Keywords: Scientific Production. Nursing. Maternal Breast Feeding.

Introdução

No decorrer do Curso de Graduação em Enfermagem, da Universidade Federal de Uberlândia, surgiu a oportunidade de realizar atividades de apoio à gestante durante o pré-natal, parto e pós-parto, ocasionando assim um interesse em estudar com mais empenho as diferentes questões relacionadas à amamentação e ao aleitamento materno.

Esta temática é de grande importância para a saúde coletiva, considerando que a mulher precisa de amparo e orientação durante o ciclo gravídico puerperal, não só para o controle de sua saúde e do bebê, como também para aliviar possíveis dúvidas surgidas nessa fase.

Amamentar é um ato natural, porém complexo, necessitando a puérpera de muito apoio e orientação para que o aleitamento materno ocorra de forma adequada evitando assim o desmame precoce. A primeira quinzena após o parto é crucial para que a amamentação seja bem sucedida pois é nesse período que se estabelece a lactação. Sendo assim, visto a importância deste processo tanto para o bebê quanto para a mãe, é de extrema importância que o sistema de saúde prepare a mulher para a amamentação¹.

O(a) profissional de saúde deve ter uma atitude mais aberta à situação da mulher que amamenta, considerando sua bagagem de conhecimento e vivendo contemporaneamente os significados atribuídos pela mesma ao processo de amamentar, buscando estabelecer uma relação de familiaridade².

É função do(a) profissional de saúde envolvido(a) na assistência a mulheres e crianças promover o aleitamento materno na sua forma mais ampla, através

¹ CALDATO, V.G.; BERETTA, M.I.R.; FREITAS, M.A. Orientações acerca do aleitamento materno no sistema de alojamento conjunto em uma maternidade do município de São Carlos-SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 58. 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ABEn, 2006.

² SOUZA, M.H.N.; TOCANTINS, F.R.; SOUZA, F.R. Amamentação e relações sociais: uma perspectiva compreensiva de promoção e apoio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 58. 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ABEn, 2006.

de ações objetivando a sensibilização, promoção, incentivo e apoio a esta prática. É fato também que estas intervenções não devem estar restritas ao meio profissional, e campanhas de esclarecimento público, veiculadas pela imprensa técnica ou leiga, oferecem um subsídio no que se refere à implementação de tal hábito³.

Assim considera-se importante o levantamento de dados que possibilitem conhecer o que a Enfermagem tem pesquisado em relação a esta temática. O(a) enfermeiro(a) que se preocupa e defende o aleitamento materno está mais preparado(a) para oferecer cuidados e orientações às puérperas.

Desta forma, este trabalho apresentou como proposta principal analisar uma amostra da produção científica da Enfermagem, no que tange ao aleitamento materno e buscou atingir os seguintes objetivos específicos: verificar a produção científica sobre a importância do aleitamento materno para evitar a desnutrição; identificar nesta literatura as dificuldades maternas no processo de aleitamento; analisar a produção científica sobre o aleitamento materno em prematuros e buscar artigos que tratam da questão das puérperas que não podem amamentar por serem soropositivas.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório de uma amostra da produção científica da Enfermagem no que tange ao aleitamento materno. O material de estudo foi constituído de artigos referentes à temática publicados na Revista Brasileira de Enfermagem, no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2007; na Revista Latino-Americana de Enfermagem, de janeiro de 2004 a dezembro de 2007; na Nursing no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2007; nos Anais do Fórum Mineiro de Enfermagem do período de 2000 até 2006 e nos Anais do Congresso Brasileiro de Enfermagem de 2006.

Do material coletado, foram obtidos 4258 artigos referentes ao aleitamento materno. Estes foram analisados com os seguintes critérios estabelecidos:

– Linha de pesquisa: os trabalhos foram classifi-

³ REGO, J. D. *Aleitamento materno*. São Paulo: Atheneu, 2002.

cados como descritivos, exploratórios, qualitativos e quantitativos.

– Instrumentos utilizados: foram considerados neste item a pesquisa bibliográfica, a entrevista, o relato de experiência e a observação participativa. Também foram consideradas as associações entre dois instrumentos, como entrevista e questionário, entrevista e observação sistemática, entrevista e análise de documentos, relato de experiência e observação participativa, observação sistemática e análise de documentos.

– Temática abordada: foram identificadas cinco temáticas, o conhecimento da puérpera sobre aleitamento materno; a importância do aleitamento materno para evitar a desnutrição; as dificuldades maternas no processo de aleitamento; o aleitamento materno em prematuros e as mães que não podem amamentar por serem soropositivas.

Cabe informar que nem todos os artigos analisados apresentavam a descrição dos aspectos de nosso interesse, dificultando a análise do material, sendo considerada a característica de não-explicita para artigos que não se enquadravam nessa situação.

Aleitamento materno

Visão da puérpera sobre aleitamento

Segundo uma pesquisa realizada por Guerreiro; Lima; Oliveira⁵ que analisou o conhecimento de 40 puérperas sobre aleitamento materno, as mães reconhecem a importância da amamentação, porém não possuem conhecimentos básicos sobre a mesma, evidenciando que estas não estão sendo orientadas adequadamente. O baixo nível de conhecimento verificado e a escassez de informações recebidas sobre o assunto indicam a urgência de um programa de esclarecimento da gestante e promoção do aleitamento materno durante o pré-natal, estendendo-se até o período puerperal, onde essas orientações e informações devem ser reforçadas. É muito importante identificar os conhecimentos e atitudes que a gestante possui sobre amamentação, suas

⁵ GUERRERO, I.S.; LIMA, A.A.; OLIVEIRA, E. Percepção das puérperas sobre aleitamento materno: uma realidade hospitalar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 58. 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ABEn, 2006.

experiências e vivências, para assim, facilitar a introdução de informações que tornarão efetivo o desenvolvimento do processo de aleitamento materno.

As freqüentes alegações maternas justificando a não amamentação do filho, bem como o uso de chupetas, deixa explícito um pedido de ajuda frente às dificuldades vivenciadas no processo de amamentação. É neste momento que se torna fundamental o apoio de profissionais de saúde, orientando as mulheres e desfazendo os mitos que são criados em torno da amamentação. Amamentar é um ato que precisa ser resgatado e repensado, pois é a mulher que tem o poder de decidir pela amamentação de seu bebê e por isso ela deve ser bem orientada e entendida nos momentos de dificuldades para não se sentir a única responsável pela saúde de seu filho e também para que tenha êxito no processo de amamentação⁶.

Desnutrição e aleitamento materno

A desnutrição infantil é considerada um dos mais importantes problemas de saúde pública mundial, especialmente para os países em desenvolvimento. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que a desnutrição esteja associada a 29% das mortes de crianças de 0 a 4 anos, elevando-se este índice para 56% quando se incluem os efeitos potencializadores da desnutrição leve, tais como: anemia ferropriva e diminuição da resposta do organismo à infecções⁷.

O crescimento e desenvolvimento da criança, no seu primeiro ano de vida, estão calcados fundamentalmente na amamentação. São indiscutíveis as vantagens desta quanto aos benefícios imunológicos, nutricionais, fisiológicos, psicológicos, como também benefícios econômicos. Alguns estudos demonstram que as crianças amamentadas ao seio apresentam melhores resultados em teste de inteligência, como também, um aumento no desenvolvimento cognitivo proporcional à duração do aleitamento na infância⁸.

Sabe-se que a desnutrição pode ser prevenida e reduzida por meio de uma combinação de fatores como programas de pré-natal, incentivo ao aleitamento materno exclusivo, programas de combate à

⁶ AZEVEDO, L.P.; DELGADO, L.H.R. Um olhar direcionado para a amamentação do bebê. In: FÓRUM MINEIRO DE ENFERMAGEM, 4., 2004, Uberlândia. Anais. Uberlândia: 2004, p. 307.

⁷ OLIVEIRA, M.N.; SANTOS, J.J.S.; AZEVEDO, D.M. Perfil nutricional e fatores desencadeantes da desnutrição infantil. *Revista Nursing*. São Paulo, v. 103, n.9, p.1149-1150, 2006.

⁸ REIS, A.M.C. et al. Prevalência da desnutrição e do aleitamento materno exclusivo — estudo de alguns fatores. *Revista Nursing*. São Paulo, v.69, n. 7, p. 17, 2004.

desnutrição (suplementação alimentar), controle do crescimento e desenvolvimento, e controle das doenças infecciosas/parasitárias⁹.

Segundo Reis et al. (2004), existe uma alta prevalência do desmame precoce nos primeiros quatro meses de vida e, de crianças desnutridas, havendo uma relação com os fatores ambientais e socioeconômicos. Problemas de crescimento-desenvolvimento e mortalidade infantil estão associados à desnutrição, que por sua vez é desencadeada por um desmame precoce e práticas alimentares inadequadas.

Dificuldades no processo de aleitamento materno

Os trabalhos de pesquisa mostram que as razões apontadas como responsáveis pelo insucesso da amamentação nem sempre são assumidas pelas mães, que atribuem o desmame a “deficiências orgânicas” suas, como leite insuficiente, leite fraco, doenças, problemas como a mama; outras vezes, responsabilizam o bebê (chora muito, não dorme, não quer); em outras apontam os(as) profissionais de saúde, parentes, vizinhos(os) e amigos(as). Consideram que todos esses fatores a impossibilitam amamentar, independente de sua vontade¹¹.

O trabalho materno consta como uma das mais expressivas causas de desmame, em especial, entre mulheres de baixa escolaridade. A dificuldade de conciliar suas atividades fora do lar e a inadequação ou ausência de suporte nos ambiente doméstico e de trabalho, torna a continuidade da amamentação uma tarefa difícil de ser superada. Somam-se às trabalhadoras as mulheres que estudam e tentam conciliar a maternidade com sua formação profissional. Para elas, também, o amparo institucional para manter a lactação enquanto estudam, é bastante precário¹².

Outro fator que pode prejudicar a amamentação é a interferência da dor. Segundo Alexandre et al.¹³, no processo da maternidade, a dor da mulher é encarada de forma diferente das dores agudas de outras origens, o que leva também a diversas condutas, opiniões e convicções em relação a seu manejo em obstetrícia. A dor faz parte do cotidiano, pois é

⁹ *Ibidem*, p.21.

¹⁰ *Ibidem*, p.17.

¹¹ REGO, J. D. *Op. cit.*

¹² SILVA, I. A. A vivência de amamentar para trabalhadoras e estudantes de uma universidade pública. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v.13, n. 6, nov/dez, p. 641-642, 2005.

uma característica decorrente de muitas transformações fisiológicas que ocorrem no organismo da mulher, tais como: gravidez, parto e menstruação.

Assim, é adequado considerar a gestação, o trabalho de parto e o puerpério, como eventos psicobiológicos naturais, nos quais a dor pode estar presente com uma série de fatores associados. Na unidade de puerpério, observa-se que a dor é uma das queixas mais referidas pelas mulheres, desde as primeiras horas após o parto, persistindo, muitas vezes, por mais de uma semana. Nas maternidades, em especial, as que adotam o sistema de Alojamento Conjunto, as puérperas são estimuladas a realizar o autocuidado e prestar cuidados ao recém-nascido durante o período em que permanecem internadas.

Contribui também para o desmame precoce a lesão de mamilo que, segundo Shimoda; Silva; Santos¹⁴, sendo um elemento causador de dor e sofrimento, interfere na sensação de prazer e satisfação da mulher que amamenta, constituindo-se em uma das justificativas para a interrupção do aleitamento, dependendo da forma como ela enfrenta esta situação.

Aleitamento materno em prematuros

As mães de crianças nascidas pré-termo, que necessitam de cuidados especiais em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, vivenciam situações particulares em relação ao aleitamento materno, determinantes, de um lado, pela prematuridade e, de outro, pelos sentimentos de culpa, sofrimento e fracasso frente à situação de fragilidade e risco a que o filho está exposto¹⁵.

As vantagens do aleitamento materno para prematuros, segundo Serra; Scochi¹⁶ são as propriedades nutritivas e imunológicas do leite humano, seu papel na maturação gastrointestinal e formação do vínculo mãe-filho, aumento do desempenho neurocomportamental, menor incidência de infecção, melhor desenvolvimento cognitivo e psicomotor e menor incidência de re-hospitalização. O leite da própria mãe é o mais indicado para o prematuro, contendo, nas quatro primeiras semanas, alta con-

¹³ ALEXANDRE, C.W. et al. A interferência da dor nas atividades e necessidades da puérpera. *Revista Nursing*, São Paulo, v. 93, n. 9, 2006, p. 664–665.

¹⁴ SHIMODA, G.T.; SILVA, I.A.; SANTOS, J.L.F. Características, frequência e fatores presentes na ocorrência de lesão nos mamilos em nutrízes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. 529-530, set/out., 2005.

¹⁵ JAVORKI, M. et al. As representações sociais do aleitamento materno para mães de prematuros em unidades de cuidado Canguru. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v.57, n. 6, p.891, nov/dez, 2004.

¹⁶ SERRA, S.O.A.; SCOCHI, C. G. S. Dificuldades maternas no processo de aleitamento materno em prematuros em uma UTI neonatal. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 57, n. 4, p. 598, jul/ago, 2004.

centração de nitrogênio, proteínas com funções imunológicas, lipídeos totais, ácidos graxos, vitaminas A, D e cálcio e energia, quando comparado ao leite de mães de neonatos a termo.

Os(as) profissionais de saúde que atendem essas mães e bebês, frequentemente, são responsáveis pelas intervenções assistenciais que envolvem o processo de amamentação. Todavia, essas ações centram-se, quase sempre, nos aspectos biológicos do ato de amamentar; a mulher é vista como um ser cuja função se resume, naquele momento, a produzir leite para alimentar o filho. A mãe passa a ter a atenção da equipe, quando essa decide o momento em que o bebê deve sugar no seio materno¹⁷.

Somente mediante a prevenção dos agravos provocados pela separação mãe-filho durante o período de internação hospitalar, como, por exemplo, promovendo a interação precoce entre esses indivíduos, propiciando condições à mãe para que esta permaneça junto ao filho hospitalizado, incentivando a estimulação do leite materno pelo incentivo e treinamento da ordenha manual, é que poderá se obter sucesso na manutenção da lactação até a alta do recém-nascido¹⁸.

HIV e aleitamento materno

O aumento do número de indivíduos com infecção pelo HIV em idade reprodutiva e a maior expectativa de vida dos(as) portadores(as), em decorrência dos mais recentes recursos terapêuticos, fortalece nos casais o desejo de terem filhos. Tais fatores estão diretamente relacionados com o crescimento do número de casos da infecção pelo vírus em crianças. No Brasil, conforme se estima, existem 17.198 gestantes com HIV, mas o tratamento profilático das parturientes com AZT para diminuição da transmissão vertical (TV) é de apenas 34,7 %¹⁹.

Mães HIV positivas não devem amamentar os filhos, pois, nesse caso, o risco de infecção para a criança pode chegar a 45 %. Atualmente, o aleitamento materno é valorizado e estimulado, tanto pelo governo quanto pela mídia. Desaconselhá-lo constitui uma situação difícil na assistência à gestante e puérperas. Existem riscos de intercorrências mamá-

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ VIEIRA, C.S. Risco para amamentação ineficaz. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v.12, n. 6, p. 892, nov/dez, 2004.

¹⁹ PAIVA, S.S.; GALVÃO, M. T. G. Orientações às gestantes e puérperas portadoras de HIV/AIDS quanto à alimentação alternativa de seus filhos. *Revista Nursing*, São Paulo, v. 95, n. 9, p. 782, 2006.

rias de puérperas soropositivas. Estes podem ser ainda maiores em virtude da não orientação sobre o acesso à técnica e medicação para inibir a lactação. Além disso, as mães portadoras do HIV podem sentir-se constrangidas quando indagadas sobre o motivo pelo qual a criança não está sendo amamentada, especialmente nos casos em que a soropositividade é omitida em países onde o aleitamento natural é culturalmente incentivado²⁰.

Segundo Paiva; Galvão²¹, preferencialmente a alimentação láctea é recomendada para filhos de mães soropositivas, pois não depende de suplementação alimentar, exceto de vitaminas A e D. Exige, porém, cuidados quanto ao preparo, à diluição e à higiene dos utensílios e água utilizados. Sua maior desvantagem é o alto preço. Existe também a amamentação por ama de leite, no entanto, é desaconselhável em face da possibilidade de contágio infantil de infecções preexistentes nessas mulheres, inclusive HIV.

O risco de transmissão do vírus da AIDS pelo aleitamento materno não é conhecido percentualmente. Em nutrizes já infectadas, o risco de transmissão através do seu leite é considerado muito baixo. Este aumenta se a infecção materna primária ocorreu no periparto. Se a mãe adquire o vírus após o parto e está amamentando, como as concentrações de vírus no seu sangue logo após a infecção podem ser muito altas sem que ainda haja anticorpos, há riscos maiores de transmissão para o bebê, variando nestes casos de 14% a 50 %²².

Ações de Enfermagem no aleitamento materno

O(a) profissional de saúde deve identificar durante o pré-natal os conhecimentos, a experiência prática, as crenças e a vivência social e familiar da gestante a fim de promover educação em saúde para o aleitamento materno, assim como, garantir vigilância e efetividade durante a assistência a nutriz no pós-parto²³.

Ações educativas e assistenciais realizadas pela equipe de enfermagem são relevantes em todas as fases (pré-natal, parto e pós-parto) para a modificação do comportamento de lactentes no que diz

²⁰ *Ibidem*, p. 783.

²¹ *Ibidem*, p. 784.

²² LANA, A. P. B. *O livro de estímulo à amamentação: uma visão biológica, fisiológica e psicológica comportamental da amamentação*. São Paulo: Atheneu, 2001.

²³ ALMEIDA, N.A.M.; FERNANDES, A.G.; ARAÚJO, C.G. Aleitamento Materno: uma abordagem sobre o papel do enfermeiro no pós-parto. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, p. 358-367, 2004. Disponível em: < http://www.fen.ufg.br/revista/revista6_3/06_Original.html >. Acesso em: 09 out. 2007.

²⁴ OLIVEIRA, B.M.C et al. Estimulando o aleitamento materno: plano de intervenções para a equipe de saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 58. 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ABEn, 2006.

²⁵ ALMEIDA, N.A.M.; FERNANDES, A.G.; ARAÚJO, C.G. Aleitamento Materno: uma abordagem sobre o papel do enfermeiro no pós-parto. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, p. 358-367, 2004. Disponível em: < http://www.fen.ufg.br/revista/revista6_3/06_Original.html >. Acesso em: 09 out. 2007.

²⁶ SILVA, I.A. Enfermagem e aleitamento materno: combinando práticas seculares. *Rev. Esc. Enf. USP*, São Paulo, v.34, n.4, p. 364, dez. 2000.

²⁷ ALMEIDA, N.A.M.; FERNANDES, A.G.; ARAÚJO, C.G. Aleitamento Materno: uma abordagem sobre o papel do enfermeiro no pós-parto. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, p. 358-367, 2004. Disponível em: < http://www.fen.ufg.br/revista/revista6_3/06_Original.html >. Acesso em: 09 out. 2007.

²⁸ ALMEIDA, N.A.M.; FERNANDES, A.G.; ARAÚJO, C.G. Aleitamento Materno: uma abordagem sobre o papel do enfermeiro no pós-parto. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, p. 358-367, 2004. Disponível em: < http://www.fen.ufg.br/revista/revista6_3/06_Original.html >. Acesso em: 09 out. 2007.

respeito às intercorrências que possam afetar o sucesso da amamentação, evitando várias perdas oriundas do desmame precoce²⁴.

Como o(a) enfermeiro(a) é o profissional que mais estreitamente se relaciona com a mulher durante o ciclo gravídico-puerperal e tem importante papel nos programas de educação em saúde, durante o pré-natal, deve preparar a gestante para o aleitamento, para que no pós-parto o processo de adaptação da puerpera ao aleitamento seja facilitado e tranquilo, evitando assim, dúvidas, dificuldades e possíveis complicações²⁵.

Talvez um dos grandes desafios do(a) enfermeiro(a), e da equipe multiprofissional, para alcançar os objetivos dos projetos e programas de incentivo ao aleitamento materno, reside na dificuldade de compreender os reais motivos pelos quais muitas mulheres deixam de amamentar seus(as) filhos(as). Desafio maior, por conseguinte, é atuar junto a essas mulheres na tentativa de intervir nos aspectos obscuros que levam à decisão materna de desmame e introdução de outros alimentos na dieta do recém nascido²⁶.

Almeida, Fernandes, Araújo²⁷ afirmam que os(as) profissionais de saúde desempenham um papel muito importante na assistência à puerpera, assim, devem instrumentalizar-se com conhecimentos técnico-científicos atualizados. Por vez, estarão colaborando com a garantia do direito de toda criança de ser amamentada, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente. É importante evidenciar como o(a) enfermeiro(a) está atuando nesta prática, pois buscando compreender a realidade é que novas ações poderão ser estabelecidas, e os futuros profissionais poderão se posicionar de forma objetiva, efetiva e completa, evitando lacunas na assistência e com isso aumentar a adesão da puerpera ao aleitamento e reverter os índices de desmame precoce.

Estudar a atuação do(a) enfermeiro(a) na assistência ao aleitamento materno durante a hospitalização da puerpera é uma forma de evidenciar o seu papel e a importância de sua atuação, assim como da sistematização da assistência de enfermagem²⁸.

Análise dos resultados

A amostra selecionada foi composta de 4258 artigos, dos quais 60,52% foram publicados no Congresso Brasileiro de Enfermagem de 2006; 7,84% são dos Anais do Fórum Mineiro de Enfermagem (correspondente aos anos de 2000, 2002, 2004, 2006); 5,41% são da Revista Nursing; 13,46% são da Revista Brasileira de Enfermagem e 12,7 % da Revista Latino-Americana de Enfermagem. Do total de artigos encontrados, 1,34% abordam especificamente o aleitamento materno.

Linhas de pesquisas

Tabela 1. Distribuição dos artigos segundo a linha de pesquisa.

Artigos	Descritiva	Exploratória	Quantitativa	Qualitativa	Não-explicita
1			X		
2	X	X		X	
3				X	
4				X	
5			X		
6	X				
7	X				
8	X	X	X		
9	X				
10	X		X		
11		X			
12				X	
13					X
14	X	X	X	X	
15					X
16				X	
17				X	
18		X			
19				X	
20	X			X	
21	X			X	
22				X	
23	X	X	X	X	
24				X	

Tabela 1. Distribuição dos artigos segundo a linha de pesquisa (continuação).

Artigos	Descritiva	Exploratória	Quantitativa	Qualitativa	Não-explicita
25	X	X			
26	X			X	
27				X	
28	X				
29			X	X	
30	X			X	
31			X		
32	X		X		
33					X
34					X
35	X				
36	X	X			
37				X	
38				X	
39				X	
40				X	
41	X			X	
42		X			
43	X				
44	X				
45	X			X	
46			X		
47			X		
48		X	X		
49	X		X		
50				X	
51		X			
52					X
53				X	
54					X
55				X	
56	X				
57	X				

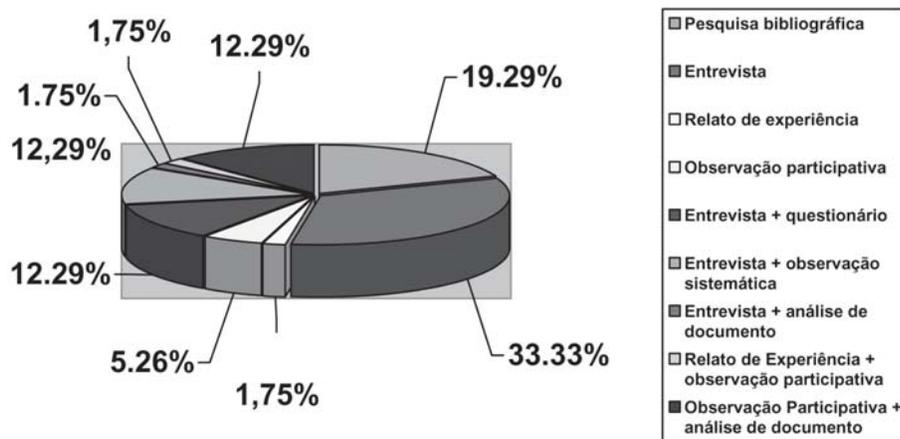
A linha de pesquisa mais utilizada foi a qualitativa, com 28,08%. Em seguida, a descritiva com 15,79%. Logo após, aparecem a quantitativa e exploratória com 8,78% e 7,01%, respectivamente.

Pode-se observar que em 29,82% dos artigos foram realizadas associações entre as diferentes linhas de pesquisa, prevalecendo a associação descritiva com a qualitativa e a descritiva juntamente com a exploratória.

É possível também notar que muitos artigos não têm definida a linha de pesquisa utilizada, representando 10,52% dos artigos. Isso faz concluir que há certa falha no conhecimento acerca das normas de publicação dos artigos e resumos.

Instrumentos utilizados

Gráfico 1. Distribuição das frequências dos instrumentos utilizados



Analisando o gráfico de distribuição das frequências quanto aos instrumentos utilizados, fica claro que o instrumento mais trabalhado foi a entrevista, com 33,33%, visando a busca de dados, entre eles os problemas e opiniões das gestantes.

Em seguida, tem-se a pesquisa bibliográfica, com 19,29% dos artigos. Os instrumentos associados como entrevista e questionário, entrevista e observação sistemática, entrevista e análise documental, tiveram a mesma prevalência, com 12,29% dos artigos.

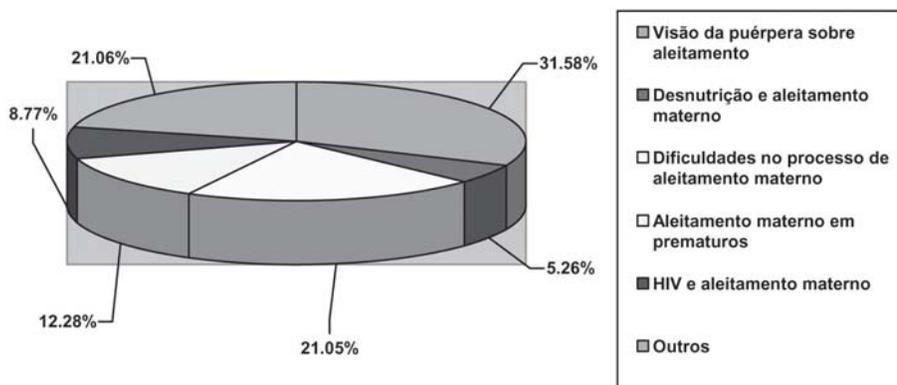
A observação participativa apareceu com 5,26%. E por último, apareceram os instrumentos como re-

lato de experiência, relato de experiência e observação participativa, observação participativa e análise documental, igualmente com 1,75% dos artigos.

A partir desses dados, pode-se verificar que o uso desses instrumentos é bastante significativo para entendermos as reais condições que envolvem o aleitamento materno e as gestantes, uma vez que grande parte dos instrumentos baseia-se no contato direto com a gestante e, conseqüentemente, com o aleitamento materno.

Temáticas abordadas

Gráfico 2. Distribuição das freqüências das temáticas abordadas



De acordo com o gráfico de distribuição das freqüências das temáticas abordadas, 31,58% dos artigos estão relacionados com a visão da puérpera sobre aleitamento materno, abordando o que as gestantes sabem sobre aleitamento, seus medos, suas dúvidas e inseguranças.

Logo após, 21,05% dos artigos trataram das dificuldades maternas enfrentadas no processo de amamentação, com ênfase nas fissuras do mamilo; dor associada ao parto; retorno ao trabalho; leite insuficiente, leite fraco, doenças, problemas com a mama entre outras dificuldades.

Em relação ao aleitamento materno em prematuros, 12,28% dos trabalhos mostraram a questão do desmame precoce associada às questões ineren-

tes ao cuidado com o recém-nascido prematuro, como internações prolongadas; a falta de estímulo para a produção do leite; as dificuldades de sucção do recém nascido; o sentimento da mãe que fica separada do seu filho prematuro; entre outros problemas.

O gráfico evidencia que os(as) profissionais de saúde estão preocupados(as) com a relação entre o aleitamento materno e o HIV, com 8,77% dos artigos, abordando os diversos sentimentos vivenciados pelas puérperas portadoras do HIV frente à impossibilidade de amamentar.

Houve também uma preocupação com a importância do aleitamento materno para o pleno desenvolvimento infantil, registrada em 5,26% dos artigos. Problemas de crescimento-desenvolvimento e mortalidade infantil estão associados à desnutrição, que por sua vez são desencadeadas por um desmame precoce e às práticas alimentares inadequadas.

Vale observar que 21,06% dos artigos encontrados sobre aleitamento materno, enfocaram outros aspectos além dos destacados acima, como por exemplo, o resgate histórico do aleitamento materno; a importância do apoio do pai no aleitamento materno; dentre outros temas.

Optou-se por dar ênfase aos temas destacados acima por considerar que eles englobam o aleitamento materno em grande parte dos seus aspectos importantes, considerando tanto a puérpera quanto o recém-nascido.

Considerações finais

O estudo desenvolvido possibilitou apresentar uma amostra da produção científica da enfermagem no que tange ao aleitamento materno. Pode-se observar que a produção de trabalhos sobre aleitamento não é expressiva, indicando que, na área de saúde da mulher, a pesquisa sobre essa temática precisa ser ampliada.

Analisando a produção científica da enfermagem nos últimos oito anos, percebeu-se que os temas mais discutidos foram a visão da puérpera sobre aleitamento materno e as dificuldades no processo de alei-

tamento materno, o que representa que o(a) enfermeiro(a) está preocupado(a) em descobrir o conhecimento das puérperas sobre aleitamento, seus medos e crenças, e também conhecer quais são os fatores que levam ao abandono do aleitamento materno, para poder preparar suas ações e intervenções de enfermagem visando solucionar o problema.

Observou-se também que nos trabalhos científicos da enfermagem publicados até o ano de 2007, há uma prevalência na utilização do instrumento da entrevista na elaboração dos artigos, que revela uma preocupação em conhecer a realidade dos fatos através das pessoas diretamente envolvidas no processo de aleitamento materno, ou seja, a puérpera, os familiares, o lactente e os profissionais de saúde, principalmente a enfermagem, que está bastante envolvida nesse processo.

Nesse contexto, a atuação do(a) enfermeiro(a) é fundamental, visto que se trata de um(a) profissional capaz de oferecer orientação e apoio à gestante e ao recém-nascido, a fim de garantir-lhes uma assistência com qualidade e contribuir para a prevalência do aleitamento materno.

Torna-se necessário uma reflexão crítica da equipe atuante na área da saúde da mulher e da criança, sobre o aleitamento eficaz, no sentido de ampliar a duração da amamentação, orientando os pais acerca da importância desta prática, evitando assim o aumento da desnutrição e mortalidade infantil.

É importante evidenciar como o enfermeiro está atuando no processo da amamentação, pois buscando compreender a realidade e com novos treinamentos, é que novas ações poderão ser implementadas, e os futuros profissionais enfermeiros poderão se posicionar de forma objetiva, efetiva e completa, evitando lacunas na assistência e com isso aumentar a adesão da puérpera ao aleitamento.

Referências

ALEXANDRE, C.W. et al. A interferência da dor nas atividades e necessidades da puérpera. *Revista Nursing*. São Paulo, v. 93, n. 9, 2006, p. 664–665.

ALMEIDA, N.A.M.; FERNANDES, A.G.; ARAÚJO, C.G. Aleitamento materno: uma abordagem sobre o papel do enfermeiro no pós-parto. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, p. 358-367, 2004. Disponível em: < http://www.fen.ufg.br/revista/revista6_3/06_Original.html >. Acesso em: 09 out. 2007.

AZEVEDO, L.P.; DELGADO, L.H.R. Um olhar direcionado para a amamentação do bebê. In: FÓRUM MINEIRO DE ENFERMAGEM, 4., 2004, Uberlândia. Anais. Uberlândia: 2004, p. 307.

CALDATO, V.G.; BERETTA, M.I.R.; FREITAS, M.A. Orientações acerca do aleitamento materno no sistema de alojamento conjunto em uma maternidade do município de São Carlos-SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 58. 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ABEn, 2006, p.347.

GUERRERO, I.S.; LIMA, A.A.; OLIVEIRA, E. Percepção das puérperas sobre aleitamento materno: uma realidade hospitalar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 58. 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ABEn, 2006, p. 1058.

JAVORKI, M. et al. As representações sociais do aleitamento materno para mães de prematuros em unidades de cuidado Canguru. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v.57, n. 6, p.891, nov/dez, 2004.

LANA, A. P. B. *O livro de estímulo à amamentação: uma visão biológica, fisiológica e psicológica comportamental da amamentação*. São Paulo: Atheneu, 2001.

OLIVEIRA, B.M.C et al. Estimulando o aleitamento materno: plano de intervenções para a equipe de saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 58. 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ABEn, 2006, p.1123.

OLIVEIRA, M.N.; SANTOS, J.J.S.; AZEVEDO, D.M. Perfil Nutricional e fatores desencadeantes da desnutrição infantil. *Revista Nursing*, São Paulo, v. 103, n.9, p.1149–1150, 2006.

PAIVA, S.S.; GALVÃO, M. T. G. Orientações às gestantes e

puérperas portadoras de HIV/AIDS quanto à alimentação alternativa de seus filhos. *Revista Nursing*, São Paulo, v. 95, n. 9, p. 782-784, 2006.

REGO, J. D. *Aleitamento materno*. São Paulo: Atheneu, 2002.

REIS, A.M.C. et al. Prevalência da desnutrição e do aleitamento materno exclusivo — estudo de alguns fatores. *Revista Nursing*, São Paulo, v.69, n. 7, p. 17, 2004.

SERRA, S.O.A.; SCOCHI, C. G. S. Dificuldades maternas no processo de aleitamento materno em prematuros em uma UTI neonatal. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 57, n. 4, p. 598, jul/ago, 2004.

SHIMODA, G.T.; SILVA, I.A.; SANTOS, J.L.F. Características, freqüência e fatores presentes na ocorrência de lesão nos mamilos em nutrízes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. 529-530, set/out., 2005.

SILVA, I.A.; A vivência de amamentar para trabalhadoras e estudantes de uma universidade pública. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v.13, n. 6, nov/dez, p. 641-642, 2005.

SILVA, I.A. Enfermagem e aleitamento materno: combinando práticas seculares. *Rev. Esc. Enf. USP*, São Paulo, v.34, n.4, p. 364, dez. 2000.

SOUZA, M.H.N.; TOCANTINS, F.R.; SOUZA, F.R. Amamentação e relações sociais: uma perspectiva compreensiva de promoção e apoio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 58. 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ABEn, 2006, p. 852.

VIEIRA, C.S. Risco para amamentação ineficaz. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v.12, n. 6, p. 892, nov/dez, 2004.

Dizer sim à experiência

Rosamaria Giatti Carneiro

Resumo: Este artigo problematiza a prática obstétrica brasileira à luz de reportagens jornalísticas bastante atuais e do conceito de biopolítica de M.Foucault para, a partir deles, e do operador 'linha de fuga' de G.Deleuze, tecer hipóteses interpretativas acerca da medicalização e controle dos corpos femininos, bem como, de outro lado, acerca do desejo de parir diferentemente constatado entre mulheres adeptas do ideário da humanização do nascimento. Considerando um caso, em especial, circunda idéias de resgate da experiência, autoridade, artes da existência e novas figurações do feminismo contemporâneo, na medida em que as mesmas possibilitaram-nos compreender o desejo de um parto outro, não mais o tecnocrático hospitalar e de controle médico, tido como seguro, mas de um parto domiciliar, tido como protagonizado, pessoal, familiar, por vezes sagrado e sexual.

Palavras-chave: Obstetrícia. Biopolítica. Parto Domiciliar. Experiência e Feminismo.

Abstract: This article works with the brazilian obstetric practice considering the actual newspapers and the concept of biopolitic of M.Foucault for, with them, and one another, 'linha de fuga', of G.Deleuze, conceives hypothesis about the women's body medicalization, and, especially, for other side, about the desire of the un other birth seem between the women adepts of the humanized birth. Considering un

Rosamaria Giatti Carneiro. Doutoranda em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) – Unicamp, área de pesquisa Cultura e Política. Bolsista Fapesp. rosagiatti@yahoo.com.br

Texto recebido: 10/10/2009.

case, in particular, debates ideas like experience's revival, authority, existence arts and new feminisms to we can understand this desire of a birth other, no more the birth at hospital and with medics, reads like the more secure, but for un birth at home, personal, familiar, sacred and sexual.

Keywords: Obstetric. Biopolitic. Home Birth. Experience and Feminism.

Os médicos, o poder-saber e a biopolítica

Na Folha de São Paulo de 12 de setembro de 2009, um artigo, da seção 'Tendências e Debates', tinha início com a seguinte questão: 'Será que a mãe tem realmente pleno domínio do processo de dar à luz e amplas condições de tomar tal decisão sozinha?'. No decorrer de suas linhas, o autor, um médico professor titular de clínica médica da Unifesp/EPM (Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina), sustentava ser o parto, além de um ato fisiológico, um ato médico, de propriedade e controle médicos. Pergunto-me: Essa assertiva nos dá pistas de um tipo de controle e expropriação? O que nela está em jogo, controle da saúde, dos futuros brasileiros, de um poder-saber? Poderíamos entendê-la como biopolítica em nossos dias? Para Foucault, a biopolítica é a assunção da vida pelo poder. O poder de 'fazer viver e deixar morrer'. Segundo a aula deste autor, de março de 1976, no Collège de France (2002), o poder de controlar um novo corpo, um corpo de 'múltiplas cabeças', ou seja, o corpo da população.

Pensar em biopolítica nesse caso seria um exagero? O Brasil é o atual recordista mundial no número de cesarianas. Em 2007, 43% dos partos foram realizados mediante cirurgia, ainda que a OMS, recomenda, há mais de duas décadas, que tão somente 15% dos nascimentos se dêem mediante cesariana.

Na cidade de São Paulo existe um programa da Secretaria de Saúde, o 'Mãe Paulistana', que visa oferecer o pré-natal mensal, roupas e alimentos para as mães da capital, sem necessariamente um recorte de classe. Em sua grande maioria tais gestações terminam em uma cesariana. Pois, ao que tudo in-

dica, os médicos foram condicionados para o risco, para a intervenção e proteção da prole brasileira.

Na semana seguinte a do artigo da Folha, agora na Revista Veja, de 19 de setembro, de 2009, um outro médico, norte-americano, numa matéria intitulada 'A pior dor do mundo? Esqueça!', referia-se a insuportabilidade da dor do parto; tida por ele, inicialmente, como indescritível, como a pior dor do mundo e, em seguida, como equivalente só à cólica renal (pedras nos rins) e, por isso, 100 vezes maior do que aquela da cólica menstrual.

Segundo ele, lhe causa espanto e horror que algumas mulheres queiram parir sem anestesia, numa espécie de retorno, ou, para dizer melhor, retrocesso, 'ao princípio de nossos tempos'. Isso porque, em suas palavras, 'Depois de horas e horas de dor indescritível, o bebê nasce perfeito e a mãe esquece tudo o que passou'. Permitam-me perguntar: Esquece-se mesmo?

O intuito desse profissional era notadamente enaltecer as benesses da epidural, analgesia ministrada no parto cirúrgico, e, por conseqüência, a intervenção médica na parturição. Expressão sobre a qual, quando refletimos bem, nos remete à somatória entre parir e agir (ação), ou seja, à ação feminina; que num parto cirúrgico desaparece, dado que atuação é exclusivamente médica, ou seja, a retirada do bebê depois de feita a incisão abdominal.

Para o médico, que afirmou, categoricamente e sem pudor algum, não permitir que uma mulher, que ele conheça e ame, tenha um filho sem epidural, tanto que pai de três meninas nascidas de cesariana mediante anestesia, 'sem dor, a parturiente consegue respirar, ler uma revista e sorrir' durante o nascimento de seu bebê. Pergunto-me novamente: as mulheres querem ler revista durante o nascimento de seus filhos? Querem sorrir ou gritar? O que querem essas mulheres nesse momento?

Para além disso, quando perguntado sobre outros modos de nascer e mais especificamente sobre o parto na água, modalidade difundida por Leboyer, obstetra francês, desde a década de 70, disse achar 'fantástico para peixes, mas para humanos não achar uma idéia tão boa'.

Essas duas reportagens logo deflagraram reações. Durante a semana que as sucedeu muitos se manifestaram contrariamente ao nelas escrito. O debate estabelecido, já que diariamente o jornal veiculava uma ou duas opiniões de leitores, teve por fio condutor indagações como: têm ou não têm as mulheres o poder e condições de decidir sobre o tipo de parto que querem experienciar? Estão ou são aptas para tanto? É a dor do parto a pior dor do mundo? Quem pode dizer? Quem pode decidir? Que pretendem os médicos? Poderia ser pensado como política?

Parece interessante ressaltar o posicionamento de um médico de São Paulo. Jorge Kuhn dos Santos, obstetra, ginecologista e professor da mesma universidade a qual pertence o autor da primeira reportagem, disse, no dia 18 de setembro de 2009, na contramão do primeiro, ser sim o parto um ato fisiológico, mas também um evento familiar, pessoal e sagrado, que, infelizmente, (pasmem), em mais de 80% dos casos, não deveria ser um ato médico. De acordo com ele, atualmente em nosso país, cerca de 80 a 90% das mulheres atendidas no setor privado são submetidas ao que denomina de 'desnecesárea'. Kuhn é bastante conhecido no nicho da alcunhada 'humanização do parto e do nascimento', uma espécie de movimento social, se é que assim se pode chamá-lo, que surgiu em fins dos anos 80 e que a cada ano congrega mais adeptos em prol da (des)medicalização e (des)instrumentalização do nascimento.

Instalava-se, então, a divergência entre os profissionais da saúde. Depois de Kuhn, outros dois médicos se posicionaram no mesmo sentido, pena não haver espaço e tempo para aqui discorrer sobre ambos, mas fica como sugestão de leitura e para futuros estudos. O que interessa é ressaltar a dissonância de vozes no interior do próprio campo médico e, principalmente, a adesão e militância de alguns poucos profissionais da saúde ao ideário da humanização do nascimento. Para Deleuze¹ (2007), isso não causaria espanto, já que, como bem nos disse, por toda a parte existem movimentos de 'captura' e 'reatualização', mas, de igual modo, também 'linhas de fuga'.

¹ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: 34, 2006.

Respostas e manifestações de repúdio à matéria de 12 de setembro de 2009 não pararam por aí. Também mulheres se posicionaram acerca dos ditos e contraditos naqueles dias. Cito duas, pois foram as que me chamaram mais a atenção. Tânia Carolina Gonçalves, moradora de São Paulo, na mesma seção da Folha, em 19 de setembro de 2009, escreveu: 'maravilhoso o texto escrito pelo Dr. Jorge Kuhn dos Santos. Senti-me respeitada como mulher e mãe.

Se 50% dos nossos médicos obstetras fossem assim não teríamos as vergonhosas taxas de cesariana que vemos atualmente no Brasil'. Pouco depois, Paula Johns, carioca, usando do mesmo veículo de comunicação, desabafou: 'graças a profissionais como o Dr. Jorge Kuhn é possível manter a convicção de que é ainda possível ser mulher, pois no que depender da maioria esmagadora dos médicos tradicionais, ela é um ser incapaz de parir o filho que gerou, a não ser que o médico pratique uma série de intervenções desnecessárias; que, além de tudo, não encontram respaldo algum na literatura científica'.

Em minha tese de doutorado analiso grupos de parturientes e de casais grávidos que se dispõem a parir de modo não tecnocrático-hospitalar, para usar Davis-Floyd,² antropóloga americana que tipifica os modelos de assistência dada ao nascimento em tecnocrático-hospitalar, humanizado e holístico. Procuro compreender as razões de tal escolha, a que eles resistem, se resistem, de que modo o fazem, em nome de quê e o que essa resistência lhe traz como retorno subjetivo. Por esse motivo, entrevistei até o momento cerca de 10 mulheres que já deram à luz fora do ambiente hospitalar, tenho acompanhado reuniões de dois grupos de preparo para o parto quinzenalmente, sendo um deles de iniciativa institucional, CAISM-Unicamp, e participado da Materna, uma lista de debate virtual sobre o parto humanizado, na qual 50 gestantes, parturientes ou mães que deram à luz diferentemente, quando nos damos conta de que a cesárea é a regra em nosso país, compartilham suas inseguranças, seguranças, desejos e medos.

Neste ensaio me concentrarei em um de meus casos empíricos, em uma de minhas entrevistadas.

² DAVIS-FLOYD, Davis. *Paradigmas do nascimento*. Disponível em < www.amigasdoparto.org.br >. Acesso em: 10 set. 2007.

Um caso de um parto domiciliar muito difícil, mas bem sucedido. Por motivos de ética, não posso revelar o seu nome, por isso lhe dou o nome de Deméter, deusa grega protetora das gestantes.

Démeter e Perséfone

Por parto domiciliar (PD) entende-se, dentre meus informantes, o parto realizado em casa, junto da família e amigos, em um ambiente construído e idealizado pelo casal, geralmente acompanhado de uma parteira, de uma enfermeira obstetrix ou, então, de médicos que se disponham a realizá-lo. Os convênios médicos se recusam a custeá-lo por entenderem-no de alto risco. Dentre os adeptos da humanização o parto domiciliar é o máximo, o auge ou o ápice do que se pode alcançar em termos de não intervenção médica e de respeito ao processo do nascimento.

Deméter engravidou intencionalmente aos 35 anos. Pouco, praticamente nada, sabia sobre outros modos de parir e, por isso, contou-me que procurou um médico com quem melhor se identificasse assim que soube que estava grávida. De início foi ao ginecologista que sempre a acompanhara, mas logo na primeira consulta lhe foi dito que o melhor seria não manter relações sexuais e praticar poucos exercícios físicos durante a gestação. Essas recomendações lhe causaram espanto e certa indignação. Por isso, decidida a procurar um outro profissional, passou a ser acompanhada por uma médica obstetra.

Poucos meses depois da notícia de sua gravidez, soube que uma amiga tinha dado à luz em casa. Ficou surpresa, pois desconhecia essa possibilidade. Conversou com essa amiga, assistiu ao vídeo do nascimento de Cauê e tomou contato com a idéia de parto domiciliar ou PD, sigla êmica do movimento de humanização. Confessa que achou um tanto estranho, mas ter se interessado. Em razão de ser atriz me disse sempre ter tido intimidade com seu corpo, seus limites e possibilidades de extensão. Há mais de 10 anos compõe um grupo de teatro muito renomado no Brasil e reconhecido pelo trabalho de alta qualidade na formação de atores. Sempre fez

ioga, preparo de atriz e natação. Aliás, vale notar, o que mais a aborrecia na situação médico-paciente, disse-me mais de uma vez, era o fato da médica nunca ter se dado o trabalho de perguntar que corpo era aquele; ao contrário, partia sempre do pressuposto de que Deméter tinha 35 anos, sem se preocupar em escutá-la ou ao seu corpo, buscando reconhecer suas potencialidades e possibilidades.

Seu marido, também ator, quando soube do PD da amiga do casal disse que apoiaria, caso fosse essa sua decisão. Deméter iniciou então o percurso pela 'tribo' das mulheres adeptas de um nascimento mais natural, como elas mesmas denominam. Listas de discussão online, contato com outras gestantes e mulheres que já tinham dado à luz em casa, mais especificamente um amiga de seu grupo de trabalho, e dessa maneira, aos poucos, se viu imersa no mundo da crítica à episiotomia, enema, ocitocina, fórceps, tricotomia e, mais exacerbadamente, ao parto cesáreo. Nessa ocasião soube, por meio de uma médica coordenadora da Materna, da existência de Hecate, uma parteira bastante respeitada de São Paulo.

Segundo Deméter, Hecate, uma oriental, pequena, já senhora, bastante fechada, pois de poucas palavras, mas, por outro lado, muito sensível, há anos atrás foi enfermeira obstetriz de uma casa de parto de São Paulo por muitos anos que depois de assistir a inúmeras interferências médicas desnecessárias e cesarianas precipitadas viu-se decepcionada e decidida a realizar partos domiciliares.

Deméter decidiu ir até São Paulo para conhecê-la e logo na primeira consulta pré-natal encantou-se com a abordagem de Hecate. De acordo com suas palavras, 'Hecate era sempre muito corporal. Do toque, coração, via pontos de tensão, fazia massagem nas costas e trabalhava minha, alimentação. Uma coisa mais do toque mesmo. Era uma terapia. Uma gostosa sensação. Havia acolhimento'.

Deméter esteve com a parteira oriental 5 ou 6 vezes. Embora estivesse entusiasmada com a parteira e sua filosofia, narra que não conseguia abandonar a médica tradicional de sua cidade, os pré-natais e os ultra-sons mensais. Não conseguia abrir mão do

respaldo médico ocidental e da tecnologia. Vivia entre um mundo e outro. Segundo ela, 'entre a razão e a intuição'.

No sétimo mês de gravidez o ultra-som revelou que Perséfone estava sentada. Deméter preocupou-se e sua médica logo lhe disse que caso não 'virasse' faria uma cesariana, que não correria riscos e não esperaria muito tempo. Desde então teve início o martírio de Deméter. Temendo uma cesariana às pressas e desnecessária, foi até Hecate e esta, por sua vez, lhe disse para ficar tranqüila, pois tudo correria bem e conforme o por ela desejado. Um parto em casa e o mais natural possível.

Dois meses se passaram e Perséfone seguia sentada. Sua médica passou a pressioná-la para uma cesárea. Hecate lhe pedia para não ir mais à médica, pois sempre que ia voltava deprimida, chorando e nervosa. O marido compartilhava dessa opinião. Mas Deméter conta que não conseguia deixar a médica.

No dia 16 de outubro de 2009, data provável para o parto, a médica lhe perguntou se queria marcar a cirurgia para aquele dia ou para o seguinte. Ela conta que combinaram de esperar um sinal. Mas a médica lhe dizia que, caso não operasse logo, estaria arriscando tanto a vida de sua menininha, quanto a sua. Nesse dia fizeram o 'exame da buzina', nome dado por ela, e foi constatado que Deméter possuía pouco líquido amniótico e que isso dificultaria ainda mais o nascimento de Perséfone. Ou seja, além de sentada, estava envolta em pouco líquido. Duas indicações para cesariana em âmbito hospitalar.

Ao chegar à sua casa, conversou com seu marido, chorou muito e telefonou para Hecate. Hecate lhe disse que era possível o parto em casa e que a médica estava precipitando o nascimento, que mesmo estando sentada e com pouco líquido, sua experiência lhe dizia que o PD era possível. Deméter, que já não agüentava mais a pressão de sua médica, decidiu abandoná-la, mas não teve coragem de dizer isso a ela.

No dia seguinte pediu que o marido desse a notícia à médica. Ele disse que haviam decidido esperar e que fariam o PD. Imediatamente a médica lhe dis-

se que ambos eram loucos e que estavam correndo um grande risco. Ele, então, lhe respondeu que Deméter conhecia o seu corpo, que era atriz, tinha uma percepção aguçada do que poderia ou não experimentar corporalmente, tinha o desejo de ter o bebê em casa e acompanhada de pessoas queridas e que, por isso, haviam tomado tal decisão.

Uma vez abandonada à médica, Deméter narra que assumiu para si o risco de um parto pélvico. Parto em que o bebê está sentado e nasce de 'bundinha' ou mediante a saída dos pesinhos em primeiro lugar. Segundo ela, mesmo na lista Materna, ambiente de apoio ao parto não medicalizado, quando escrevia dizendo que teria um parto pélvico em casa, as participantes se assustavam e muitas lhe diziam 'olhe lá! parto pélvico é parto pélvico'. Os médicos que atendem a partos domiciliares em geral também se recusam a realizar um pélvico, pois o mesmo de fato envolve muito risco.

O risco desse tipo de parto se deve a ausência de pressão na saída do bebê ou em sua passagem pelo canal de parto e períneo, já que a cabecinha, mais pesada e mais larga, contribui com o seu peso para abertura do mesmo. Quando um bebê está sentado essa pressão tem que vir da 'bundinha', mais fofa, menos dura e pesada e, por isso, de mais difícil passagem. Para além disso, como o pescoço passa por último, o cordão umbilical pode enforçar o bebê na saída de sua cabeça.

Deméter tinha acesso a todas essas informações, riscos e possibilidades de fracasso, mas ainda assim confiava em si mesma, em seu corpo e em Perséfone. Possível é; mas é preciso dizer que um pélvico sem cesárea possui uma alta taxa de risco de vida para parturiente e criança.

Confiando em si mesma, em seu corpo e na parteira oriental, decidiu espairer e naquela noite, já de 40 semanas, foi ao teatro e depois saiu para jantar com seu marido. Por volta das 02h00 da manhã começou a sentir contrações, ligou para Hecate, manteve-se tranqüila e combinaram de que no dia seguinte a parteira chegaria cedo à sua casa. Hecate já tinha lhes visitado para conhecer o local e observar as possibilidades que o mesmo lhe ofereceria em

termos de intervenções não medicamentosas. Por isso, Deméter se pôs tranqüila.

No dia seguinte as contrações vinham e cessavam, e assim passou todo o dia. Hecate chegou e o trabalho de parto caminhava bem. Por volta das 20h00 estava com 6 cm de dilatação, já havia recebido massagens, tomado chás, feito exercícios respiratórios e tudo caminhava bem. Deméter e o marido estavam acompanhados de Hecate e 4 amigos que tinham convidado para participar do nascimento de Perséfone, amigos queridos e bastante próximos, alguns filmavam, outros fotografavam ou somente os apoiavam com a presença e, portanto, emocionalmente.

Com a casa a meia luz e a dilatação aumentando, Deméter alcançou o clímax do trabalho de parto. Estava com dilatação total, mas Perséfone ameaçava a saída e reincidentemente retornava ao canal de parto. O trabalho de parto cessou, Deméter entrou em pânico. Hecate lhe pediu que fosse sentir e pensar no que tinha que fazer, pois ela sabia, mas precisa encontrar dentro de si mesma.

Deméter diz não ter entendido, mas foi, furiosa e sozinha, para o quarto. Lá, tomou para si a responsabilidade de sua escolha mais uma vez, decidiu que aconteceria e que seria capaz. Quando voltou para a sala, onde todos lhe esperavam, decidida e determinada, logo Perséfone nasceu; saudável, sentada e gritando. Hecate a colocou em seus braços e só depois de alguns minutos seu marido cortou o cordão umbilical.

Quando pensa em seu parto, em todas as inseguranças e seguranças que ele envolveu, em como lhe colocou à prova, em como colocou seu corpo à prova, sua confiança em si mesma e escolhas, diz ter sido o mesmo uma espécie de processo de iniciação, um rito de passagem, não só para ela, mas para sua família. Deméter se viu entre as mulheres do seu tempo, que buscam o racional, e o instinto, um trabalho que vinha do corpo, da intensidade de seu corpo, como ela mesma disse quando estivemos juntas.

Quando lhe pergunto sobre o momento do expulsivo, do nascimento mesmo, me responde ter sido 'um momento em que toda sua vida veio à tona', em

que houve uma revelação de quem era, de como construiu sua história, sem máscara alguma. 'Nua, totalmente nua'. Disse-me: 'Um sentimento de potência te invade, você arrebenta o mundo e sente muito poderosa. E nessa hora não tem máscaras! Se é meio bicho, meio mulher'.

Peter Pal Pelbart,³ ao distinguir a 'vida besta' de 'uma vida', diz que o corpo já não agüenta mais tudo o que o coage de dentro e de fora, assim como a mutilação da biopolítica e os resultados da disciplinarização. Por essa razão, defende que para a retomada da vida, de uma vida, é preciso retomar o contato do corpo com o mundo, sua afectabilidade, colocar-se entre a vida e morte e entre o homem e o animal. O 'ser meio bicho, meio mulher' de Deméter me remete a esse resgate da afetação do corpo de que nos fala o filósofo. E mais, faz-me cogitar a hipótese de que naquele momento de uma 'vida besta' pode ter brotado 'uma vida'. Ou então duas, a de Deméter e a de Perséfone, enquanto recém-nascida, corpo sem órgãos e na imanência de uma vida, como Deleuze⁴ colocara em seu último texto.

Pensando sobre Deméter, sobre as mulheres que se manifestaram no jornal naquela semana e em todas as outras com as quais tenho estado em contato, me vejo atordoada e entre questões do tipo: O que querem essas mulheres? O que querem esses corpos que sentem as contrações uterinas aumentando, indo e regressando, o colo do útero dilatando, a pressão na bacia, sua abertura, e para não dizer o alargamento ou o esgarçamento de seus períneos? O que querem esses corpos que vão de encontro à dor? Que a suportam, que a enfrentam? Que se vêem no limite? Que se vêem embebidos em uma intensidade nunca antes imaginada? O que querem essas mulheres que rejeitam os ditames médicos? Por que se vêem cara a cara com a dor, com o medo e entre a vida e a morte? Por que Deméter optou por um parto domiciliar mesmo tendo consciência de que tudo poderia dar errado? Por que decidiu, na contramão de quase todas as opiniões, enfrentar um parto pélvico sem cesariana? Por que o parto domiciliar?

³ PELBART, Peter Pál. *Vida e morte em contexto de dominação biopolítica*. Conferência de 03 de outubro de 2008, organizada pelo IEA da USP. Disponível em <www.iea.usp.br/textos>. Acesso em: 17 nov. 2008.

⁴ Deleuze. *Op. cit.*

Experiência e autoridade

Eu sei que as questões são muitas e profundas, mas tratarei de nesse curto espaço de tempo refletir sobre elas e apontar algumas possibilidades.

Agamben, em 'Infância e História',⁵ fala-nos sobre a destruição da experiência na contemporaneidade, pois, de acordo com suas palavras, 'é algo que não nos é mais dado fazer', e eu diria viver. Retomando 'Pobreza da Experiência', texto de Benjamin de 1933, sustenta que o homem, desde o advento da modernidade e mais marcadamente das duas guerras mundiais, foi expropriado de sua biografia e da faculdade de experimentar. Para Agamben, as experiências ainda acontecem, mas hoje fora dos homens, ao seu léu. Isso porque o projeto moderno fez da experiência o experimento científico, trouxe-lhe a certeza, o previsto e o esperado, pondo fim, portanto, a experiência, a surpresa e ao 'por vir' sempre incontrolável.

Por experiência, o filósofo italiano entende 'um aprender através de e após um sofrimento, que exclui toda possibilidade de prever, ou seja, de conhecer com certeza coisa alguma'⁶. E para discorrer sobre a experiência como limite, ou um estado crepuscular, lança mão de Montaigne e Rousseau. O primeiro teria experienciado ao deparar-se com a morte depois de ter sido 'atropelado' por um cavalo, enquanto o segundo teria passado por esse mesmo estado de inconsciência, de entre vida e morte, entretempo, ao ser atacado por um cão dinamarquês. Parece-me que o intuito de Agamben é chamar nossa atenção para a relação entre experiência e aventura; incontrolabilidade e intensidade e, por isso, joga com a morte no primeiro caso e nascimento no segundo. Pois Rousseau, afirma depois do ataque, ter nascido novamente. Fica-nos, então, a sensação de que a experiência é esse entre, esse não controlar, mas simplesmente estar para além de dicotomias e de seguranças. Nietzsche nos diz que a afirmação da vida é também um flerte com a morte.

Experiência, morte, nascimento, inconsciência, 'corpo sem órgãos', 'uma vida', dor, perineo, contrações uterinas, parto domiciliar e recém-nascido não

⁵ AGAMBEN, Giorgio. *História e infância*. Destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Op. cit.*, p. 27.

me parecem tão dissonantes e desencontrados quando leio Agamben. Não poderia ser essa a busca dessas mulheres? Não terá sido esse o desejo de Deméter? De experimentar? Experimentar em seu corpo e com sua autoridade algo que desde o século 18 passou a ser controlado pelos médicos?

Para Agamben existe uma in-fância da experiência é a ela que precisamos remontar. Por in-fância da experiência entende a experiência muda, a que antecede o discurso, a que se interpõe entre a fala e o discurso, que não coincide com a inserção do sujeito na linguagem. Não se trata, portanto, do estágio pré-linguagem, pré-lingüístico da psicanálise, mas antes o que o antecede. Para fazer-me mais clara, retoma suas palavras:

Pois a experiência, a infância que aqui está em questão, não pode ser simplesmente algo que precede cronologicamente a linguagem e que, a uma certa altura, cessa de existir para versar-se na palavra, não é um paraíso que, em determinado momento, abandonamos para sempre a fim de falar, mas coexiste originalmente com a linguagem, constitui-se aliás ela mesma na apropriação que a linguagem dela efetua, produzindo a cada vez o homem como sujeito. (...) como infância do homem, a experiência é a simples diferença entre humano e lingüístico. Que o homem não seja sempre já falante, que ele tenha sido e seja ainda in-fante, isto é a experiência⁷.

Tanto Agamben quanto Scott⁸ coadunam experiência e autoridade. Experiência e protagonismo, eu diria. Para a historiadora, a experiência precisa ser trabalhada pelos historiador@s não como evidência, como fora ou ainda o é pela história normativa, dado que mais interessante é poder depreender de que modo a visão de um sujeito é estruturada, como se estabelecem as diferenças, operam, de que modo constituem os sujeitos e como são deglutidas pelos mesmos.⁹ Já que não sendo esse o tratamento dado, a evidência da experiência somente reproduz os significados que lhe são dados previamente como transparentes, ao invés de contestá-los e de investigá-los.

⁷ *Idem*, p. 62.

⁸ SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione L.; LAGO, Mara C. de S. S. Ramos; OLIVEIRA, Tânia R. (Org.). *Falas de gênero*. Teorias, análises, leituras. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-56.

⁹ *Idem*, p. 26.

Scott, ao escrever sobre esse tratamento dado à experiência, me faz lembrar de Foucault (2002)¹⁰, em 'A arqueologia do saber' e ao tratamento que propõe aos documentos. Documentos entendidos como monumentos e não mais como transparência, como evidência. Segundo ele,

... em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.¹¹

Pode-se dizer que Scott nos convida a fazer a história das experiências tomando-as por monumentos a serem indagados, revirados de cabeça para baixo, de dentro para fora, de um lado para o outro, procurando reconhecer de que modo foram construídas e como construíram aos seus sujeitos.

Isso porque, de acordo com ela, 'não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos, é que são constituídos através da experiência'¹². Os sujeitos são constituídos discursivamente, mas existem conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles, múltiplos sentidos possíveis para os conceitos que usam, ser um sujeito, portanto, significa estar sujeito a condições de existência definidas, condições de designação de agentes e condições de exercício. Essas condições nos possibilitam escolhas, apesar de não serem ilimitadas. Experiência é, ao mesmo tempo e por consequência, já uma interpretação e algo que precisa de interpretação. É sempre político porque contestável.

Para Scott, em suma, a 'experiência é uma história do sujeito'. Pensando com ela e a partir disso tenho tentado me debruçar sobre meu objeto de pesquisa de tal maneira, procurando pensar na história da subjetividade das mulheres que hoje decidem por um parto domiciliar.

Por essa razão, em contato com as mulheres que tenho entrevistado tento reconhecer que tipos de saberes e de práticas discursivas incidiram e incidem

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. São Paulo: Forense Universitária, 2002.

¹¹ *Idem*, p.12.

¹² SCOTT, J. *Op. cit.*, p. 27.

em suas vidas de modo a orientar suas escolhas em prol de um parto humanizado. É certo que muitos são os agenciamentos, os atravessamentos e os jogos de verdade que repercutem em suas vidas. Cada uma constrói, tem sua experiência construída, é por ela construída e constrói a si mesma por meio de um feixe de influências de práticas discursivas ou de tecnologias discursivas, para usar Foucault e ora Lauretis. Cada uma delas tem uma experiência singular e assim me parece ser em virtude do parto desvendar ou carregar em si, enquanto experiência, a história desses sujeitos.

Não acredito que o preparo para o parto durante os 9 meses seja suficiente para o desejo do parto humanizado, me parece mais ser essa escolha o resultado de tudo o que essa mulher é, tem sido e já foi. Parece-me o cume, a síntese de escolhas anteriores, o resumo dos modos de sujeição a que esteve sujeita até então e dos modos de subjetivação dos quais lançou mão para constituir-se enquanto tal.

No caso de Deméter o que de início pude observar é uma 'relação generosa, poderosa e intensa', nos termos de Peter Pál Pelbart,¹³ com o seu corpo. Vida artística que se confunde em alguns momentos, como o de seu parto, com a vida artista de que nos fala Foucault. Perpassada por um discurso do corpo como *performance*, algo que se dilata, que pode ser trabalhado, ou seja, por uma prática discursiva originária do teatro, sua experiência de parto repercute tal incidência. Para além disso, adepta de um estilo de vida mais natural, entendendo como tal optar por viver na zona rural, alimentar-se de modo mais regrado e do tido como mais saudável, de uma rotina de exercícios, como natação e ioga, faz com que se possa perceber também a influência da prática discursiva ecológica e esportiva, da idéia de bem-estar que se tem atualmente, embora não coincida como o do mundo do *fitness* e do culto ao corpo.

Para não falarmos também no recorte de classe, de idade, raça e na teoria do capital humano. Deméter, mulher de classe média, branca, de 35 anos, que já viajou o mundo apresentando-se nos mais diversos países e teatros e doutoranda de uma das melhores universidades do país, em razão de tais

¹³ Peter Pál Pelbart. *Op. cit.*

atributos, representa uma parcela da população que tem acesso a informações sobre a realidade da assistência ao nascimento no Brasil que poucas mulheres brasileiras possuem. Por essa razão se diferencia das demais, destaca-se e revela ser portadora de uma maior capacidade de crítica ao que se passa em nosso país.

Pensar sobre todas essas influências, sobre a experiência de parto de Deméter como a história desse sujeito, como o resultado de tudo o que já lhe perpassou e lhe perpassa, nos aproxima, em minha leitura, ainda que superficialmente, da idéia de Foucault de genealogia. Para o filósofo,

o papel da genealogia é registrar sua história: a história das morais, dos ideais, e dos conceitos metafísicos, a história do conceito de liberdade ou da vida ascética; visto que essas histórias estão suscetíveis ao aparecimento de diferentes interpretações, deve-se fazer com que pareçam como eventos no palco do processo histórico.¹⁴

Por isso, para Foucault a experiência consiste 'na correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade'¹⁵. E em busca dessa correlação devemos ir quando precisamos analisar a construção ou a história da subjetividade e dos sujeitos.

Resgatando formas de nascer para pensar diferentemente...

Resgatar formas de nascer consideradas primitivas, do início de nossos tempos, como afirmou o médico na matéria da Revista Veja, não podem por essa razão, em meio à metodologia e pensamento foucaultianos, ser visto como 'a' evidência de um retorno ou retrocesso. É certo que as mulheres envolvidas com o ideário da humanização perseguem o que denominam de um modo mais natural de nascer e que, para isso, retomam conhecimentos tidos como tradicionais, a assistência de parteiras, a posição de cócoras para dar à luz, o uso de chás e ervas, massagens orientais e tudo o que numa primei-

¹⁴ FOUCAULT. *Op. cit.*, p. 47.

¹⁵ *Idem*, p.10.

ra leitura poderia nos parecer um retorno aos primórdios ou um retorno à natureza.

As imagens da história do nascimento de que hoje disponho e que se somam ao meu material empírico e documental me foram gentilmente fornecidas pelo Prof. Hugo Sabatino da FCM da Unicamp. Essas imagens compõem uma aula de história do curso de humanização do nascimento ministrado por essa universidade e, segundo o professor, não objetivam (re)atualizar posições ou modos de parir em nossa atualidade; servem muito mais para mostrar que parir de outro modo, que não o hospitalizado, mediante cesárea e todas as intervenções médicas de praxe, é possível, já que nem sempre foi assim. Com elas, o professor acaba historicizando os modos de nascer. Lançando mão do passado, despido de saudosismo ou enaltecimento, possibilita-nos, portanto, pensar diferentemente do que pensamos em nossos dias, como disse Foucault em *O uso dos prazeres*.

Se a cesariana é regra em nosso país, dadas as estatísticas antes enunciadas, se foi naturalizada como “o” modo de nascer, entendido como mais seguro e mais benéfico, as imagens, ao historicizarem a experiência do parto, demonstram-nos como a experiência da parturição se vê hoje, assim como também em outros tempos, em meio e como resultado de uma correlação de forças e de poderes, de saberes-poderes. Permitem-nos, então, ao menos questionar a necessidade dos médicos e de suas intervenções, a que e a quem eles servem e por que razões atuam. Permitem-nos pensar, ainda, sobre o ‘sobrevivencialismo biológico’ e ‘vida besta’ de que nos fala Peter Pál Pelbart. E, principalmente, sobre a importância da experiência do parto para algumas mulheres, sua autoridade e evidente esvaziamento em nossos dias.

Segundo Foucault não procurar a linearidade, mas as rupturas, o rompimento, o retorno e as dispersões possibilitam-nos entender a incidência das práticas discursivas nas experiências e me parece ser esse o melhor caminho ao debruçar-se sobre minha seara de pesquisa. Se assim não o fosse, poderia tomar o caminho mais fácil e engrossar as enxurrada

de críticas a essas mulheres dizendo que retornaram à natureza, que são antiquadas ou então que põem abaixo anos e anos de luta feminista.

Se essa tivesse sido minha opção, perderia a preciosa a oportunidade de pensar sobre esse dito resgate de formas antigas de nascer como experiência e como resultado da incidência de inúmeros discursos e dispositivos de poder-saber. Perderia a oportunidade, por consequência, de historicizar tais experiências e subjetividades. Perdendo, por fim, a possibilidade de aventar que podem representar resistência a uma 'vida besta'. Diante esse saldo de perdas, lhe digo que fico com a difícil, mas bem mais interessante, tarefa de cartografá-las em suas experiências de parto e de 'uma vida'.

Foucault, nas primeiras páginas do 'Uso dos prazeres', revela-nos que:

... em vez de perguntar quais são os elementos de código que o cristianismo pode tomar emprestado ao pensamento antigo, e quais são os que acrescentou por sua própria conta, a fim de definir o que é permitido e o que é proibido na ordem de uma sexualidade supostamente constante, conviria perguntar de que maneira, na continuidade, transferência ou modificação dos códigos, as formas da relação para consigo foram definidas, modificadas, reelaboradas e diversificadas.¹⁶

Por isso, partindo de sua metodologia, pretendo pensar o cuidado consigo, sua transformação e reelaboração por meio do que nos trazem essas mulheres na contemporaneidade, tratando-as em sua época, em seus atravessamentos e à luz do que o passado pode indicar-nos acerca do nosso presente, na medida em que tem o poder de problematizá-lo, desnaturalização e desestruturá-lo.

¹⁶ Foucault, M. *História da sexualidade II. O uso dos prazeres*. São Paulo: Graal, 2007.

¹⁷ MARTIN, Emily. *A mulher no corpo. Uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

Por 'uma vida'...

Martin¹⁷ (2006), uma antropóloga americana, equipara a assistência dada ao nascimento à lógica fabril. Diz que atualmente o hospital equivale à fábrica, assim como a mãe à máquina e o bebê ao produto final ou mercadoria. Existe uma rotina de atu-

ação, um controle e nada pode fugir do script, do ISO 9002, pois prima-se pela boa qualidade do produto final. Em sua etnografia sobre o caráter cultural da reprodução traz-nos situações reveladoras dessa lógica ao descrever que para os médicos as contrações uterinas têm que observar um *time* específico e que quando esse não se verifica de imediato entende-se pela cesariana. O útero é tido como um mecanismo, nos conta ela, como uma espécie de relógio que, uma vez, fora do prumo, do esperado e do planejado é tido como defeituoso, fora dos padrões e, portanto, alvo de assujeitamento. De novo me pergunto: biopolítica?

E a possibilidade da experiência, ou melhor, das experiências? Destruí-las ou privar uma mulher de vivê-las, seja mediante violência simbólica ou corporal, poderia configurar-se como fascismo cotidiano de nossa era? Se sim, retomo Foucault, no prefácio do 'Anti-Édipo', de Deleuze e Guattari, e mais especificamente o segundo princípio por ele elaborado, e lhes digo que mulheres, como Deméter, tem tratado de liberar-se das categorias do negativo que o pensamento ocidental sacralizou, preferindo o que é positivo e múltiplo, assim como a diferença e os agenciamentos móveis.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *História e infância*. Destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DAVIS-FLOYD, Davis. *Paradigmas do nascimento*. Disponível em <www.amigasdoparto.org.br>. Acesso: 10 set. 2007.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: 34, 2006.

DELEUZE, Gilles. La inmanencia: uma vida. In: *Ensayos de biopolítica*. Excesos de vida. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 35-40.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2002.

_____. *História da sexualidade II. O uso dos prazeres.* São Paulo: Graal, 2007.

_____. *Em defesa da sociedade.* São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Introdução à uma vida não fascista.* Disponível em < www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/ >. Acesso em: 18 nov. 2008.

MAFFESOLI, Michel. *Elogio da razão sensível.* Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTIN, Emily. *A mulher no corpo. Uma análise cultural da reprodução.* Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

OLIVEIRA, Susel. *Fazer viver é deixar morrer.* Texto disponível em < www.unicamp.br/~aulas/ >. Acesso em: 21 out. 2008.

PELBART, Peter Pál. *Vida e morte em contexto de dominação biopolítica.* Conferência de 03 de outubro de 2008, organizada pelo IEA da USP. Disponível em < www.iea.usp.br/textos >. Acesso: 17 nov. 2008.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione L.; LAGO, Mara C. de S. S. Ramos; OLIVEIRA, Tânia R. (Org.). *Falas de gênero. Teorias, análises, leituras.* Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-56.

Identidades de gênero e filmes infantis: um panorama sobre as novas perspectivas da construção das identidades de gênero em crianças

**Heitor Tavares Zanoni
Eliane Schmaltz Ferreira**

Resumo: O propósito deste trabalho é compreender as formas como os filmes infantis contribuem para a formação da identidade de gênero em crianças e buscar entender o motivo da abordagem de novas configurações de gênero pelos filmes infantis recentes, que adotam personagens com identidades de gênero alternativas (homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, etc.). Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica e a análise de dois filmes infantis clássicos e dois recentes (para a posterior comparação entre os mesmos). Os autores utilizados na pesquisa foram Teresa de Lauretis, Maria Celeste Mira, Ralph Linton e Daniel Welzer-Lang, recuperando desses autores o conceito de gênero utilizado no trabalho, as formas de construção da identidade de gênero, tanto em homens como em mu-

Heitor Tavares Zanoni. Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisa a relação entre construção da identidade de gênero em crianças e filmes infantis sob orientação da Professora Dra. Eliane Schmaltz Ferreira, do Departamento de Ciências Sociais da UFU. Atualmente é estagiário na Biblioteca do Campus Santa Mônica, participando da BDPT (Biblioteca Digital de Peças Teatrais).

Eliane Schmaltz Ferreira. Professora Departamento de Ciências Sociais da UFU.

Texto recebido: 20/11/2009.

lheres, e a influência da cultura na personalidade dos indivíduos. Os filmes infantis analisados foram: Cinderella e A Bela Adormecida, como clássicos, e Shrek e Deu a louca na Chapeuzinho, como recentes. As conclusões às quais é possível chegar, através da análise dos filmes com base no referencial teórico pesquisado são: é inegável a influência dos filmes infantis na construção da identidade de gênero nas crianças, uma vez que os personagens são envolventes e se tornam exemplos a serem seguidos pelas crianças; que as novas configurações de gênero adotadas pelos filmes infantis mais recentes podem influenciar positivamente as crianças adaptando-as a essa realidade das identidades de gênero alternativas percebidas na sociedade contemporânea, e que os motivos que levaram os produtores de filmes infantis a adotarem essas novas configurações de gênero são inúmeros, considerando que esses profissionais são tanto vítimas quanto produtores de cultura.

Palavras-chave: Identidade de Gênero. Educação. Filmes Infantis. Educação Infantil.

Abstract: The aim of this work is to understand how the infantile films contribute for the formation of the identity of sort in children and (to search) to understand the reason of the boarding of new configurations of sort for the recent infantile films, that adopt characters with alternative identities such as homosexuals, bissexuais, transexuais, travestis, etc. For this, a bibliographical research was made and an analysis of two classic infantile films and two recent ones (for the later comparison between the same ones). The authors used in the research were Teresa de Lauretis, Celestial Maria Aiming, Ralph Linton and Daniel welzerlang, taking back of these authors the concept (of sort) used in the work, the forms of construction of the identity, as both in men as in women, and the influence of the culture in the personality of the characters. The analyzed infantile films were: Cinderella and Sleeping Beauty, as the classic ones, and Shrek and Hoodwinked, as the recent ones. The conclusions we made in the work were: the influence of the infantile films in the construction of the identity of sort in the children is undeniable, once that the characthers are so catchy and become examples to be followed for the children; that the new configurations of sort adopted by the more recent infantile movies can influence the children positively adaptating them to this reality of the alternative

identities of sort noticed in the contemporary society, and the reasons that had taken the producers of infantile films to adopt these new sort configurations are incontable, considering that these professionals are at the same time producers and victims of this culture of now a days.

Keywords: Infantile Identity of Sort. Education. Films Infantil. Education.

Introdução

Príncipe encantado? Princesas em apuros? Bruxas cruéis e vilões que sempre querem estragar o final feliz? Este trabalho procura relacionar todos esses personagens que povoam os contos de fadas com a construção da identidade de gênero nas crianças. Procuro descobrir como os filmes infantis podem influenciar nas atitudes das crianças e desenvolver uma certa mentalidade nelas a respeito do que é ser homem e do que é ser mulher.

No mundo em que vivemos ainda existe uma tendência a considerar o padrão heterossexual de relacionamentos (sexo masculino, gênero homem, prática sexual com mulheres e desejo sexual por mulheres, ou o inverso) como normal e aceitável. As demais sexualidades alternativas (homossexuais, bissexuais, transexuais, etc.) são consideradas estranhas e meras perversões. Mas acredito que o indivíduo social não adquire essas idéias apenas na fase da adolescência, na qual ele opta por uma ou outra sexualidade. Essas idéias já atormentam a cabeça das crianças desde muito pequenas e é através da educação(escola, pais, amigos) e do meio em que a criança vive que ela vai desenvolver e consolidar suas noções de gênero. Por isso, neste trabalho, tentarei analisar um dos fatores que compõem o meio em que a criança vive e que acredito ter fundamental importância na construção da identidade de gênero da mesma: a mídia e, mais especificamente, os filmes infantis.

Mas não é possível falar de gênero sem conceituá-lo, uma vez que essa categoria de análise social é muito abstrata¹ e, se não se utilizar de um conceito específico, o trabalho se tornaria confuso e proble-

¹ Considero a categoria gênero abstrata, uma vez que ela deve ser analisada no interior da sociedade sem poder ser manipulada; é uma categoria que está implícita nas relações sociais e está interiorizada na personalidade de cada ser social.

mático. Por isso, pesquisei o conceito de gênero que melhor se adapta ao tema deste trabalho, e cheguei ao conceito elaborado por Teresa de Lauretis, que considera o gênero ao nível das representações, e representar é atribuir significado às relações sociais. Para essa autora, o gênero é uma construção sócio-cultural (um categoria criada e desenvolvida pela sociedade e que se apóia nas culturas para se interiorizar nas relações sociais e nos próprios indivíduos), mas é também um aparato semiótico (um sistema de representações) que atribui significados a indivíduos de uma sociedade. De Lauretis trabalha com a relação sexo-gênero, que é conseguir pensar a conjugação entre a representação da construção sócio-cultural e o aparato semiótico. A autora se utiliza da idéia de que o sujeito é múltiplo e dividido², e não único e contraditório. Esse sujeito se constitui através das chamadas tecnologias sociais³, que são os recursos utilizados pela sociedade para ditar regras de conduta aos indivíduos. Tais tecnologias podem ser exemplificadas pelo cinema, pelos discursos da ciência, pelos discursos epistemológicos, pelas práticas institucionalizadas (normas de conduta estabelecidas pela família, pela escola, etc.) e pelas práticas da vida cotidiana. Sendo assim, para De Lauretis, o gênero “molda” os indivíduos através de papéis sociais previamente estabelecidos, constituindo indivíduos concretos em sujeitos⁴.

² Sujeito múltiplo e dividido, para De Lauretis, aparece no sentido de que o sujeito é construído na intersecção de múltiplos elementos, ou seja, o sujeito é fruto da relação de uma série de fatores, como classe, gênero, códigos linguísticos, etc. (LAURETIS, de T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242).

³ Termo que Teresa de Lauretis pega emprestado de Foucault.

⁴ Idéia tirada da teoria de Althusser.

Considero que outras teorias são de suma importância para o desenvolvimento do presente trabalho, procurando, obviamente, não me limitar à teoria elaborada por Teresa de Lauretis. Por isso, utilizei também ao longo do trabalho a teoria de Daniel Welzer-Lang sobre a construção da identidade masculina, relacionando-a com os heróis dos filmes infantis; a teoria de Maria Celeste Mira sobre a construção da identidade feminina, relacionando-a com as donzelas e princesas dos filmes infantis, e me utilizei ainda da teoria do antropólogo Ralph Linton, que busca relacionar a cultura com a personalidade dos indivíduos. Acredito que a discussão que Linton faz é bastante introdutória para a abordagem que pretendo realizar ao longo deste trabalho. Sendo assim, tentarei introduzir minha discussão teórica

mais específica, partindo da teoria desse autor. Linton não discute especificamente as questões de gênero, mas sua teoria pode ser adaptada a este trabalho, uma vez que os filmes infantis fazem parte das culturas das sociedades e as identidades de masculino e feminino compõem a personalidade dos seres sociais⁵.

Para Linton, personalidade é a gama de reações que os indivíduos apresentam como produto de suas diversas experiências da vida cotidiana, experiências essas que derivam da interação entre o sujeito e o meio em que ele vive. Para o autor, as identidades de masculino e feminino pertencem ao que ele denomina de *Personalidades de Status*, um tipo específico de personalidade que é imposta ao *Tipo Básico de Personalidade* (elementos comuns que compõem as personalidades dos indivíduos de uma sociedade) da sociedade e integrada nesse tipo básico. Os padrões impostos pela personalidade de status chegam ao indivíduo em termos simples para que o ser social não tenha dificuldades em absorver tais padrões e utilizá-los em seu cotidiano. Toda sociedade tem suas próprias personalidades de status, que podem se alterar de acordo com a cultura ou, como muitos acreditam, de acordo com fatores biológicos, como fatores sexuais e a hereditariedade. Segundo Linton, a cultura influencia a construção da personalidade durante toda a vida do indivíduo e pode influenciá-lo através da educação (outros indivíduos apresentam comportamentos culturalmente padronizados para com a criança) e através da própria observação que o indivíduo faz dos padrões de conduta da sociedade em que vive.

Adaptando a teoria de Linton ao tema a ser abordado neste trabalho, podemos constatar que as identidades de gênero são frutos das experiências dos seres sociais, ou seja, das relações entre esses seres e o meio que os rodeia. Dessa forma, fica claro que se os filmes infantis fazem parte da cultura dos indivíduos e, conseqüentemente, do meio em que eles vivem, a influência desse aspecto cultural na construção das identidades de gênero é evidente. Isso se torna mais claro ainda quando Linton menciona as duas maneiras que a cultura pode influenciar o ser

⁵ LINTON, R. O papel da cultura na formação da personalidade. In: _____. *Cultura e personalidade*. São Paulo: Mestre Jou, 1973, p. 129-154.

social, ou seja, as crianças se baseiam na percepção que elas têm das personagens dos filmes infantis para “imitar”⁶ as atitudes e principais características (físicas e mentais) de tais personagens e, posteriormente, refletirem isso em suas próprias personalidades.

Tendo em vista todo o conteúdo abordado até o momento, é impossível negar a influência dos filmes infantis na construção da identidade de gênero em crianças. Dessa forma, já se tornou evidente o tema central deste trabalho (a articulação filmes infantis — construção da identidade de gênero) e os propósitos do mesmo. Analisando criticamente os filmes infantis que vêm surgindo recentemente, percebe-se uma tentativa de desconstrução dos padrões pré-estabelecidos de gênero, uma vez que as princesas lutam como homens e são corajosas e os príncipes são passivos e delicados como mulheres⁷. Tendo em vista essas novas configurações de gênero abordadas pelos filmes infantis recentes, procurarei, ao término deste trabalho, responder a duas perguntas que muito me intrigam: Quais são os motivos que têm levado a essa nova abordagem dos filmes infantis e quais são as possíveis conseqüências que isso pode apresentar na construção da categoria gênero para as crianças? Para responder a essas indagações, analisarei dois filmes infantis clássicos (*Cinderela* e *A Bela Adormecida*) e dois filmes infantis que desconstróem os padrões desenvolvidos pelos clássicos (*Shrek* e *Deu a louca na chapeuzinho*), contrapondo-os e buscando soluções para os problemas que me dispus a resolver.

⁶ Coloco a palavra imitar entre aspas, já que as crianças não imitam efetivamente as personagens em questão, mas sim buscam nessas personagens modelos a seguir, ou seja, a criança se espelha nas atitudes das personagens para desenvolver sua própria personalidade (como exemplo posso citar o garoto que se baseia na virilidade e na coragem do príncipe encantado e pretende ser viril e corajoso como ele em suas situações cotidianas).

⁷ O fato de colocar homens como fortes e viris e mulheres como passivas e delicadas não é uma opinião pessoal; só procurei reproduzir nesse trecho o padrão de homem e de mulher considerado normal pela sociedade, de maneira geral.

Desenvolvimento

Uma análise dos filmes infantis clássicos

Os filmes infantis clássicos são os que melhor consolidam a noção de gênero nas crianças, uma vez que povoam a imaginação das mesmas com príncipes encantados fortes, viris e corajosos; princesas meigas, delicadas e que sempre acreditam no amor ficando à espera de que o príncipe as salve dos perigos; bruxas ou outros tipos de vilões feios e profanos que sentem prazer em ser maus e fadas que estão sempre prontas a ajudar as pessoas boas e de

bom coração. Dos inúmeros filmes clássicos, criados principalmente por Walt Disney, dois muito me atraem a atenção por suas idéias de gênero tão bem consolidadas e, muitas vezes, escondidas nas entrelinhas. São eles: *Cinderela* e *A Bela Adormecida*. Procurarei fazer uma análise crítica a respeito das noções de gênero transmitidas às crianças por esses dois filmes, considerando o gênero no âmbito das representações, como uma categoria que atribui significado à sociedade e aos indivíduos, transformando-os em sujeitos sociais.

Começarei minha análise dos filmes, interpretando a construção da identidade feminina, me utilizando da teoria de Maria Celeste Mira, em seu artigo *O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar* (2003)⁸. Mira relaciona a construção da identidade feminina com o romance e o melodrama, evidenciando o primeiro fator que desenvolve a identidade de gênero nas crianças que é o fato de que mulheres devem ser românticas e as histórias de amor dos filmes infantis atraem a atenção das crianças do sexo feminino⁹. O importante apontado pela autora é que a maioria dos filmes de Hollywood (e podemos estender isso para os filmes infantis de maneira geral) giram em torno de um relacionamento amoroso, heterossexual e romântico. Dessa forma, acredito que qualquer criança é capaz de relacionar essas situações de relacionamento amoroso com sua realidade e, lamentavelmente, considerar como normal apenas os relacionamentos heterossexuais e românticos, discriminando as demais formas de sexualidade (bissexualismo, homossexualismo, transexualismo, etc.). Mira revela que quando as mulheres consomem romances e melodrama, seja em forma de livro, filmes ou novela, elas pretendem consumir, na verdade, a experiência romântica, sonhando com seus príncipes encantados e os apuros que eles teriam que enfrentar para conquistá-las. Considero que as crianças do sexo feminino também pretendem viver contos de fadas na vida real, e por isso aceitam tão facilmente os padrões de gênero impostos por eles. É nesse sentido que Mira mostra que as narrativas românticas penetram no cotidiano das mulhe-

⁸ MIRA, M. C. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero. *Pagu*. Universidade Estadual de Campinas. v.21, 2003, p. 13-38.

⁹ Coloco aqui o termo sexo feminino para deixar claro que a criança é biologicamente feminina, ou seja, tem características anatômicas femininas, mas isso não significa que ela tenha atributos que a classifiquem como componente do padrão heterossexual de gênero feminino.

res e acabam constituindo um estilo de vida padronizado e constroem o senso de identidade que as mulheres elaboram sobre si mesmas (e a expectativa de viver uma experiência romântica e ser feliz faz parte dessa construção da identidade feminina).

Uma série de aspectos dos filmes em questão muito me intrigou, pois dissimulam uma idéia de gênero padronizada e bem elaborada, adotada pelas crianças às vezes inconscientemente. Começando a análise pelo filme *Cinderela*, pretendo apontar os principais aspectos observados por mim. O narrador da história, logo no início do filme, após a morte do pai de Cinderela, explicita as principais características da jovem, que era meiga, bela, sonhadora, tinha uma linda voz (cantava muito bem), era delicada e passiva (aceitava se submeter à madrasta e a suas filhas sem se aborrecer). Implicitamente, o narrador revelou os atributos que a criança deve ter para ser uma “princesa”¹⁰. O fato de Cinderela ser responsável por todos os afazeres domésticos do castelo e ter um final feliz na história também deixa implícito as funções da mulher no lar para ser feliz. A madrasta e suas filhas são feias, robustas e grosseiras, pois assim se deixa claro para as crianças que mulheres preguiçosas e invejosas se tornam feias e odiadas por todos. A presença da fada madrinha no enredo da história faz com que as crianças entendam que garotas “boazinhas”, que amam incondicionalmente e são passivas, recebem ajuda das forças mágicas do bem e, inevitavelmente, se tornam felizes. O fato de a magia se acabar à meia-noite manipula as crianças a serem obedientes e não fugirem aos padrões impostos, pois elas querem ser sempre “princesas” e não querem voltar a ser “gatas borralheiras”.

¹⁰ Utilizo o termo princesa aqui no sentido de que a criança quer ser tratada como uma princesa pelos seus pais, ou seja, quer ser mimada, elogiada e quer ainda viver uma história de amor como a Cinderela viveu. E, para ser uma “boa moça” (para utilizar um termo mais moderno) é necessário que a criança tenha os atributos já citados.

No filme *A Bela Adormecida* também existem aspectos que evidenciam a construção da identidade feminina. No dia de nascimento da princesa Aurora, as fadas deram-lhe como presente a beleza e o dom de cantar, atributos padronizados como femininos e absorvidos pelas crianças que assistem ao filme. O próprio nome da princesa, Aurora, e o codinome que as fadas dão a ela quando a adotam como camponesas, Rosa, expressam beleza e deli-

cadeza, que também são atributos tipicamente femininos. Mulheres com poderes, ou seja, que se destacam, são ridicularizadas, como é o caso das três fadas que ao assumirem a forma de camponesas decidem não usar seus poderes por dezesseis anos e não conseguem fazer trabalhos domésticos, como cozinhar e costurar, trabalhos esses que são padronizados como tipicamente femininos; pode-se interpretar que as três fadas não “servem” para serem mulheres. A bruxa Malévola é feia, profana, invejosa, e tem poderes, fugindo aos padrões pré-estabelecidos de mulher, e por isso sendo odiada e discriminada. A princesa Aurora dorme um sono profundo, enquanto príncipe Felipe passa por dificuldades para salvá-la, o que representa simbolicamente que a mulher deve ser passiva e delicada, esperando que seu verdadeiro amor a resgate de todos os perigos, e ensina as crianças do sexo feminino que assistem ao filme a se tornarem passivas e meigas diante dos problemas da vida cotidiana, que exigem delas atributos que elas não foram influenciadas a adquirir por serem considerados atributos masculinos¹¹.

Ambos os filmes que estão sendo analisados também trabalham com a construção da identidade masculina. Para analisá-los utilizarei o artigo *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia*, escrito por Daniel Welzer-Lang (2001)¹². Esse autor se baseia em um duplo paradigma naturalista: a pseudo natureza superior dos homens, que se consideram no direito de dominar as mulheres, e a heterossexualidade sendo considerada como a única forma de sexualidade normal e natural. Welzer-Lang critica a educação de crianças do sexo masculino¹³, considerando-a como paradoxal e revelando que tal educação se baseia na idéia de que um homem de verdade deve combater qualquer atributo que seja considerado como típico do gênero feminino. Os lugares e espaços freqüentados apenas por homens e onde ocorre parte significativa da educação das crianças do sexo masculino (clubes esportivos, colégios, cafés, etc.) são denominados pelo autor de “*casa-dos-homens*”¹⁴. Welzer-Lang diz que os homens mais velhos têm a função de modelar os iniciantes para que se tornem viris. A criança do sexo

¹¹ Tais atributos podem ser exemplificados por força de vontade, coragem, racionalidade, entre outros.

¹² WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos feministas*. Ano 9, 2º sem. 2001, p. 460-481.

¹³ Coloco aqui o termo sexo masculino para deixar claro que a criança é biologicamente masculina, ou seja, tem características anatômicas masculinas, mas isso não significa que ela tenha atributos que a classifiquem como componente do padrão heterossexual de gênero masculino.

¹⁴ Daniel Welzer-Lang utiliza este termo se referindo aos trabalhos de Maurice Godelier (1982).

masculino deve aceitar a lei dos maiores, aceitar a lei daqueles que lhes ensina as normas para o acesso à virilidade, que lhes ensinam o “saber ser homem”. O autor do artigo explicita que a educação das crianças do sexo masculino se faz pelo sofrimento (sofrimentos psíquicos, através das críticas e humilhações pelas quais a criança deve passar, e sofrimentos físicos, através do esforço que devem fazer para modelar seus corpos em padrões estabelecidos¹⁵ e não serem mais alvo das críticas dos colegas). O sofrimento pode ser visto de forma simbólica nos próprios filmes infantis, quando, em *Cinderela*, o príncipe não tem interesse em se casar e seu pai lhe obriga a escolher uma esposa para preservar a honra da família e para garantir a procriação (sofrimento psíquico) ou quando, em *A Bela Adormecida*, o príncipe Felipe precisa passar por uma floresta de espinhos e lutar contra um dragão para resgatar a princesa Aurora (sofrimento físico). Welzer-Lang revela que o homem deve se submeter ao modelo e regras que lhe são impostos, mas também obtém privilégios desse modelo, pois tal modelo o considera superior às mulheres e lhe dá o direito de dominá-las. Os homens se submetem, segundo o autor, a uma hierarquia masculina, uma vez que nem todos têm os mesmos privilégios (Welzer-Lang denomina de “*grandes-homens*” aqueles que têm mais poder que os demais, seja esse poder de cunho religioso, político, econômico, científico, administrativo, entre outros). Partindo de todas as abordagens do autor quanto à educação de crianças do sexo masculino, que se tornam crianças não só do sexo, mas também do gênero masculino¹⁶, ele discute o surgimento da homofobia, que é a discriminação de pessoas que apresentam qualidades e características padronizadas como sendo típicas de outro gênero.

Muitos aspectos dos filmes aqui analisados me chamaram a atenção visto que podem ter uma forte influência na construção da identidade masculina nas crianças. Em *Cinderela*, o pai da princesa se casa de novo, pois é viúvo e sentia falta de algo para se completar, o que representa, para mim, duas das características atribuídas ao gênero masculino, que é a virilidade e a dominação da mulher, pois o pai

¹⁵ A modelagem dos corpos se baseia em desenvolver a musculatura, ou em fazer muito exercício físico para que seja sempre vencedor nos esportes.

¹⁶ Utilizo o termo gênero masculino no sentido de atribuir à criança as características que se atribui a um homem que se adapta ao padrão heterossexual de gênero.

de Cinderela sentia falta de uma mulher para reger a casa (cuidar da casa com delicadeza e passividade). O rei, pai do príncipe, acredita no casamento do filho como mero meio de procriação (o rei quer ter netos) e também como uma obrigação do príncipe que deve manter sua honra, uma vez que o rei não admite a idéia de que seu filho não pretende se casar. O príncipe é forte, elegante, bonito, corajoso e viril, evidenciando de forma simbólica em sua imagem todos os atributos admirados como normais em homens pela sociedade, e induzindo as crianças a considerarem que só serão homens de verdade quando apresentarem em sua personalidade e em seu físico tais atributos.

No filme *A Bela Adormecida*, o príncipe também apresenta todos os atributos considerados como normais para homens, ainda mais evidentes do que em *Cinderela*; o príncipe Felipe é forte, bonito, corajoso, sedutor e viril, e influencia a criança do sexo masculino que assiste ao filme a ter esses mesmos atributos. Por questões de honra, o pai de Felipe não aceita a idéia de que seu filho está apaixonado por uma camponesa (já que ambos não sabem que a camponesa é, na verdade, a princesa Aurora), e ensina a criança a sempre defender sua honra e cumprir suas promessas (Felipe estava prometido a se casar com uma princesa); em outras palavras, ensina as crianças a ter “atitudes de homem” padronizadas pela educação, que Welzer-Lang tanto critica, dos mais velhos sobre os mais jovens. No momento em que as fadas resgatam o príncipe do castelo da bruxa Malévola, elas lhe dão um escudo e uma espada para que ele possa enfrentar os perigos que o esperam no resgate de sua amada, mas elas denominam os objetos como sendo o escudo da virtude e a espada da verdade, resumindo todos os atributos padronizados como masculinos, ou seja, um Homem¹⁷ deve ser dotado de virtude e de verdade, incentivando as crianças a acreditarem que os homens sempre são abundantes em qualidades e sempre têm a razão (verdade) nas situações. Além do mais, o príncipe Felipe enfrenta uma série de dificuldades no resgate da princesa Aurora (que dorme em seu sono eterno, tão delicada e passiva) que, a meu ver,

¹⁷ Utilizo a palavra Homem com o “agá” maiúsculo para se fazer entender a visão idealizada e consolidada que se tem de homem, como o dominador, viril, forte, corajoso, inteligente e racional; seria um homem universal que dificilmente se encontraria na realidade.

se assemelha muito ao “rito de passagem” que Welzer-Lang menciona em seu artigo, uma vez que o príncipe precisa passar por essas situações (lutar contra os súditos de Malévola, atravessar uma floresta de espinhos e lutar contra a bruxa, que se autotransformou em dragão) para provar sua virilidade e sua coragem e ser digno de se casar com a donzela; isso se assemelha aos sofrimentos (psíquico e físico) pelos quais as crianças do sexo masculino precisam passar para provar que conseguiram se tornar homens de verdade, com todos os atributos que um Homem deve apresentar.

Uma análise dos filmes infantis contemporâneos

Novos filmes infantis surgem a todo ano. É fácil notar que esses filmes que vêm surgindo (os denominarei de filmes infantis contemporâneos) apresentam significativas diferenças em relação aos clássicos, já analisados anteriormente. Essas diferenças aparecem em vários âmbitos e podem ser estudadas por diferentes ramos da ciência, mas acredito que as diferenças de noções de gênero são evidentes e merecem destaque. Os príncipes encantados não são mais tão corajosos e viris; as princesas não são mais tão delicadas e passivas e os vilões não me parecem tão maus nem tão feios. Procurarei, então, analisar essas novas configurações de gênero que estão sendo transmitidas às crianças através de dois filmes contemporâneos, nos quais posso notar que essas configurações aparecem de forma cômica¹⁸ e muito clara. Analisarei, portanto, os filmes *Shrek* (2001) e *Deu a louca na Chapeuzinho* (2006).

É inevitável perceber que os personagens femininos dos filmes em questão fogem à convenção de delicadeza e passividade, características que qualquer pessoa que acredita fielmente no padrão heterossexual de noções de gênero espera encontrar em uma mulher¹⁹. Mira relaciona a construção da identidade feminina com o romance e o melodrama, e isso ainda pode ser percebido na princesa Fiona que, embora seja uma princesa menos passiva e delicada do que aquelas dos filmes clássicos, ainda espera viver uma história de amor e espera que um príncipe derrote o dragão e a salve no quarto mais alto da

¹⁸ Não pretendo, usando o termo “cômica”, considerar formas de sexualidade alternativas e configurações de gênero diferentes do padrão heterossexual como motivos de piadas. Apenas utilizo o termo em questão, uma vez que as novas configurações de gênero apresentadas nos filmes que serão analisados têm o intuito de causar um estranhamento a todos que estão impregnados pelas idéias do padrão heterossexual e, assim, gerar o riso e a piada.

¹⁹ Uso o termo “mulher” aqui no sentido de ser biológico, anatomicamente feminino. Mas isso não significa que esse ser do sexo feminino esteja adaptado aos padrões heterossexuais pré-estabelecidos.

torre mais alta do castelo, com um doce beijo de amor. Apesar do filme *Shrek* ainda girar em torno de um relacionamento amoroso heterossexual e romântico (romance entre Shrek e Fiona), ele mostra outras formas de sexualidade, como é o caso do romance entre Burro e o dragão fêmea que guardava a princesa, uma vez que são animais muito diferentes e ainda assim se amam. Além do mais, nos filmes *Shrek 2* e *Shrek terceiro*, que não são analisados neste trabalho, existe um personagem travesti. O diferencial dos filmes *Shrek* e *Deu a louca na Chapeuzinho* é que as personagens não são idealizadas, uma vez que a princesa Fiona opta por ser permanentemente uma ogra no final do filme, com hábitos nojentos e não dignos de uma princesa, tomando esse termo no sentido que os filmes infantis clássicos atribuem a ele. Além do mais, Chapeuzinho Vermelho não é uma vítima passiva no filme *Deu a louca na Chapeuzinho*, como acontece com tal personagem na história original. A garota é campeã nacional de karatê e consegue derrotar o Lobo quando luta contra ele. A Vovozinha também não é doente e frágil, mas sim uma senhora ativa e radical que gosta de viver aventuras.

Os filmes aqui analisados têm diversos aspectos que desconstróem as noções de gênero construídas e consolidadas pelos filmes clássicos. Em *Shrek*, a princesa é bonita, tem uma linda voz (canta bem), mas adquire hábitos que uma princesa clássica não adotaria, como comer ratos no espeto, arrotar e lutar contra um grande número de homens sozinha e derrotar todos eles. É interessante observar a evolução da princesa ao longo do filme: ela aparece com suas noções de gênero bem consolidadas, esperando que um príncipe bonito, viril e corajoso a salve e a desperte com um doce beijo de amor, mas, quando ela se apaixona por Shrek, ela começa a aceitar sua personalidade forte e egoísta e abandona o ideal de encontrar um príncipe encantado. Em *Deu a louca na Chapeuzinho*, Chapeuzinho Vermelho não é uma garota passiva e delicada, mas sim uma garota corajosa que quer ser heroína, pois pretende salvar as receitas de sua avó do ladrão guloso.

Para analisar a construção da identidade mas-

culina nos filmes infantis contemporâneos, continuarei utilizando a teoria de Daniel Welzer-Lang. Esse autor critica a educação das crianças do sexo masculino, que se baseia na idéia de que homens não podem apresentar nenhum atributo que seja padronizado como feminino. Welzer-Lang revela que a educação das crianças do sexo masculino se dá através do sofrimento (psíquico e físico). O autor considera que o homem deve se submeter às regras e aos padrões impostos, mas adquire benefícios disso por ser considerado superior às mulheres.

Diversos aspectos me atraem a atenção por apresentarem uma configuração da identidade masculina diferente daquela elaborada pelos filmes infantis clássicos, nos filmes infantis contemporâneos. Em *Shrek*, o protagonista e herói da história não é um príncipe ideal, mas sim um monstro verde, grande e assustador, que tem bons sentimentos, reprimidos pela exclusão social que ele sofre por ser um ogro. O ogro passa pelos sofrimentos físicos os quais Welzer-Lang menciona em seu artigo, mas ele passa por esses sofrimentos não com o intuito de resgatar sua amada (como um rito de passagem que o incluiria no gênero masculino), mas apenas para salvar a princesa em nome de Lord Farquaad e obter seu pântano novamente só pra si. O “príncipe”²⁰ da história é feio, muito baixo, covarde e cruel, características rejeitadas na personalidade de um homem de verdade (pertencente ao gênero masculino impregnado pelas idéias heterossexuais). Aquele que pretendia se casar com a princesa é que deveria passar pelos sofrimentos físicos e salvá-la, mas não é isso o que acontece; o Lord tem interesse em se tornar rei, mas não quer passar pelos sofrimentos que provam que ele é digno de pertencer ao gênero masculino²¹ e, portanto, digno de ser rei.

Em *Deu a louca na Chapeuzinho*, o Lobo, que sempre foi visto como vilão dos filmes e histórias infantis, aparece como um repórter investigativo que pretende ser herói, pois está atrás de pistas que o levem a descobrir quem é o ladrão guloso. O lenhador, que na história original, é o herói que salva a garotinha e sua avó, ambas indefesas, é o personagem que menos tem a acrescentar ao caso dos rou-

²⁰ Uso o termo príncipe entre aspas, uma vez que Lord Farquaad é, na verdade, o vilão da história, mas se ele quer se casar com a princesa, ele assume o papel de um príncipe dos filmes clássicos, embora sua personalidade e suas características físicas sejam tão diferentes das dos príncipes dos filmes clássicos.

²¹ Gênero masculino aparece aqui no sentido dos padrões heterossexuais pré-estabelecidos.

bos das receitas de doces e só apareceu na cena da confusão, no início do filme, por mero acaso. Tal personagem não tem características de herói, pois é desastrado e desprovido de inteligência. O coelhinho, um animalzinho bonito e felpudo que está sempre perto de quem precisa de ajuda, é o verdadeiro vilão da história, embora tenha aparência inocente e apresente atributos em sua personalidade dignos de um herói; ele sabe lutar muito bem, derrotando Chapeuzinho Vermelho em uma luta e é completamente sem escrúpulos.

Logo se percebe que os filmes infantis contemporâneos têm apresentado novas configurações de gênero para as crianças que os assistem. Os personagens desses filmes não são idealizados, com atributos padronizados e fixos, mas sim são personagens singulares com características diferentes e surpreendentes. A pergunta que se faz é: quais são os motivos do surgimento dessas novas configurações de gênero nos filmes infantis e quais são as possíveis consequências disso para os pensamentos e as ações das crianças?

Considerações finais

Em virtude de todas as análises já feitas e se baseando nas teorias dos autores aqui utilizados, torna-se evidente o fato de que os filmes infantis interferem, e muito, na construção da personalidade das crianças que os assistem. Procurei, ao longo de todo o trabalho, mostrar como os filmes infantis influenciam na construção da identidade de gênero em crianças tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, me baseando em quatro filmes (dois clássicos e dois contemporâneos). Mas procurei, acima de tudo, mostrar o aparente paradoxo que tem ocorrido nos filmes infantis contemporâneos, que ensinam às crianças diferentes configurações de gênero não abordadas nos enredos dos filmes infantis clássicos.

Tendo em vista essa evolução²² dos filmes infantis, me propus a entender os motivos e as possíveis consequências da mesma. Após muito refletir, não consegui chegar a uma conclusão própria a respeito dos reais motivos que têm gerado essa evolução já

²² Essa é uma opinião pessoal, pois realmente considero que evidenciar a existência de sexualidades alternativas e de diferentes configurações de gênero e aceitá-las como normais é uma evolução moral em relação às pessoas que ainda acreditam no padrão heterossexual idelaizado.

descrita. Mas me apoiando nas teorias dos quatro autores utilizados neste trabalho, pude obter quatro hipóteses que respondem à essa indagação.

Teresa de Lauretis, a autora de quem peguei emprestado o conceito de gênero utilizado neste trabalho, elabora em seu artigo que o conceito de gênero se apresenta em quatro proposições: gênero é uma representação que tem implicações concretas na vida material dos indivíduos; a representação do gênero é a sua construção; a construção do gênero hoje ocorre da mesma forma que ocorreu no passado e ela acontece não apenas onde se espera que aconteça (ela ocorre na mídia, nas escolas, na família, mas também na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas, etc.) e a construção das noções de gênero se faz também através da sua desconstrução (o gênero vai além da representação, pois é também o que está fora do discurso de gênero como um “trauma em potencial”²³). Pode-se deduzir, partindo das proposições elaboradas por De Lauretis, que ela considera que a construção da identidade de gênero ocorreu no passado e continua a ocorrer no presente, mas não só na mídia, nas escolas, na família, ocorrendo também na própria comunidade intelectual, na comunidade artística, etc. Logo, percebe-se que a autora admite que a mídia influencia as pessoas quanto às suas noções de gênero, tanto no passado (filmes clássicos) quanto no presente (filmes contemporâneos). Mas o mais interessante pensado por De Lauretis é que ela considera que a construção da identidade de gênero ocorre também por sua desconstrução, ou seja, ampliar os horizontes para que a sociedade possa perceber que existem diferentes configurações de gênero, muito mais complexas e reais do que o padrão heterossexual idealizado. Talvez os produtores de filmes infantis tenham notado que chegou o momento de influenciar a construção da identidade de gênero nas crianças através da desconstrução das noções de gênero já consolidadas pelos filmes clássicos, evidenciando para as crianças que nada é tão idealizado como os clássicos mostram. Imagino que eles queiram que as crianças entendam que “príncipes encantados”²⁴ podem não ser bonitos e também arro-

²³ Termo usado por De Lauretis em seu artigo.

²⁴ Príncipes encantados, aqui, são homens que têm bons sentimentos, mas que, apesar de tudo, podem cometer erros e mesmo assim continuam pessoas confiáveis e amigáveis.

tam e acordam com remela nos olhos e que “princesas”²⁵ nem sempre são bonitas e também podem ser heroínas ativas.

Maria Celeste Mira, a autora que utilizei para fazer minhas análises a respeito da construção da identidade feminina, revela em seu artigo que os fãs de determinado gênero literário acabam por desenvolver uma competência na leitura desse gênero e tornam-se, assim, leitores exigentes provocando alterações nos textos dos autores. Podemos estender essas considerações da autora para o âmbito da mídia, concluindo que fãs de determinado gênero de filme (filmes infantis, por exemplo) se tornam cada vez mais exigentes quanto a esse gênero provocando mudanças nos enredos do mesmo. Dessa forma, constata-se que talvez os produtores de filmes infantis perceberam que as crianças já não se interessavam mais por aqueles personagens idealizados e padronizados que os clássicos apresentavam e, por isso, precisaram alterar os enredos dos filmes infantis, criando personagens que fogem ao padrão estabelecido pelos filmes clássicos e que, por causarem estranhamento (afinal, são personagens dotados de atributos nunca observados antes pelas crianças), pudesse atrair a atenção do público alvo dos filmes infantis.

Daniel Welzer-Lang, o autor que utilizei para fazer minhas análises a respeito da construção da identidade masculina, escreve em seu artigo que existe a tendência a surgirem cada vez mais sexualidades alternativas, que fogem aos padrões heterossexuais pré-estabelecidos. O autor considera que as “fronteiras de gênero”²⁶ têm a tendência a se decompor e o masculino se mostrará em suas diversas formas. Welzer-Lang revela que a dominação masculina em relação às mulheres ainda continua, mas tem a tendência a diminuir e deixar de ser opressiva. Ele acredita que mudar nossa visão crítica e aceitar as novas análises referentes às noções de gênero oferece instrumentos para desconstruir nossas noções uniformes e padronizadas da categoria gênero. Partindo dessas considerações, pode-se deduzir que talvez os produtores de filmes infantis tenham percebido a atual tendência ao surgimento de novas con-

²⁵ Princesas, aqui, são mulheres que aceitam o fato de que os homens podem cometer erros e de que elas também erram, mas isso não as impede de serem pessoas boas, que gostam de fazer o bem a quem quiserem.

²⁶ Termo utilizado por Welzer-Lang em seu artigo.

figurações de gênero, criando personagens menos idealizados e procurando desconstruir a idéia de dominação masculina que as crianças têm, consolidada pelos filmes clássicos. Talvez os produtores em questão tenham percebido o que Welzer-Lang tão brilhantemente teoriza, considerando que podem mudar a visão crítica das crianças, criando condições para que elas aceitem as novas configurações de gênero que vêm surgindo e desconstruindo as idéias do padrão heterossexual consolidadas na personalidade do público alvo dos filmes infantis.

Ralph Linton, o autor utilizado para introduzir este trabalho, revela que a cultura tem participação essencial na formação da personalidade dos indivíduos. À medida que as pessoas amadurecem, devem constantemente abandonar antigos padrões de pensamento e de conduta e aprender novos, mais apropriados ao momento que a sociedade vive. E, nesse processo, a cultura guia os indivíduos na elaboração dos novos padrões. Dessa maneira, a partir desse processo, raras serão as vezes que os indivíduos agirão de forma incompatível com suas personalidades. Partindo das considerações de Linton, acredito que os produtores de filmes são vítimas da cultura, pois devem seguir os padrões culturais (que não foram criados por eles) da sociedade, mas também são construtores da cultura, pois transmitem esses padrões aos demais indivíduos através dos filmes produzidos. Sendo assim, talvez os produtores de filmes infantis estejam amadurecendo e adquirindo novos padrões, mais flexíveis e menos idealizados e fixos, em relação à noção de gênero. Dessa forma, tais produtores talvez estejam criando filmes que apresentem novas configurações de gênero, para transmitir os novos padrões às crianças e permitindo que elas se adaptem mais facilmente ao momento em que a sociedade vive, um momento de grandes transformações relacionadas às noções de gênero, uma vez que está se admitindo a existência das diversas sexualidades alternativas e a desconstrução dos papéis sociais de homens e de mulheres, antes muito bem elaborados e consolidados.

Apresentados os possíveis motivos que estão gerando a já descrita evolução dos filmes infantis, fal-

ta-me apenas perceber as possíveis conseqüências de tal evolução para a construção da personalidade nas crianças e, mais especificamente, para a construção da identidade de gênero nas crianças. Através das teorias dos autores utilizados neste trabalho não consegui encontrar nenhum aspecto que mostrasse as conseqüências que procuro. Mas, depois das análises dos filmes infantis clássicos e contemporâneos, dos conhecimentos que as teorias dos autores já puderam me proporcionar e da análise da minha realidade (observando o comportamento de crianças após o surgimento dos filmes infantis contemporâneos), fui capaz de elaborar minhas próprias hipóteses a respeito das conseqüências da evolução dos filmes infantis. Acredito que as crianças estão desenvolvendo em si uma personalidade mais apta a aceitar as diferenças, em todos os âmbitos da sociedade, mas mais precisamente as diferenças de gênero, se adaptando mais facilmente às sexualidades alternativas que têm surgido e as considerando como normais. Considero que é exatamente essa falta de adaptação das pessoas mais velhas a essas novas configurações de gênero que tem causado tanto preconceito e discriminação e gerado uma relação tensa entre as pessoas “dominadas” pelos padrões heterossexuais pré-estabelecidos e as pessoas que adotam uma, ou várias, das sexualidades alternativas. Além disso, acredito que as crianças estão se tornando mais críticas quanto à realidade em que vivem e mais perspicazes para apreenderem os aspectos dessa realidade que não correspondem à idealização elaborada pelos filmes infantis clássicos, uma vez que os filmes contemporâneos apresentam situações e conflitos que as crianças vivem em suas realidades. Por isso, acredito que os filmes infantis contemporâneos preparam melhor as crianças para a vida real, onde não existem princesas e príncipes (no sentido adotado pelos filmes clássicos), mas pessoas reais com problemas reais. Partindo dessas minhas hipóteses, considero que as crianças, com mais consciência e senso crítico, poderão fazer um futuro melhor para a sociedade, com menos discriminação e menos opressão das pessoas que optam por uma sexualidade que fuja ao padrão heterossexual pré-estabelecido.

Para finalizar este trabalho, quero evidenciar que, embora eu tenha criticado muito os aspectos idealizados apresentados pelos filmes infantis clássicos, não acredito que eles tenham transmitido esses aspectos às crianças propositalmente. Conforme já expliquei anteriormente, os produtores de filmes são vítimas e, ao mesmo tempo, construtores da cultura. Sendo assim, acredito que tais produtores foram educados nos padrões heterossexuais padronizados e idealizados e só transmitiram às crianças as suas visões de mundo, baseadas em suas realidades. Não pretendo com este trabalho elaborar uma teoria de que os produtores de filmes infantis tinham algum tipo de complô contra a sociedade, para desenvolver uma nova sociedade ideal, formada por príncipes e princesas (tomados aqui no sentido adotado pelos filmes infantis clássicos), onde pessoas feias e sensíveis seriam rejeitadas e eliminadas. Fim do esse aspecto pendente do presente trabalho, gostaria de concluir que é fato que os filmes infantis têm especial importância na formação da personalidade das crianças que os assistem e que nunca se pode duvidar do poder da cultura sobre a personalidade dos indivíduos a ela submetidos. Dessa forma, é de suma importância que a sociedade submetida a determinada cultura defina que tipo de crianças elas querem desenvolver, levando em consideração a forma como a cultura dessa sociedade interfere na construção da identidade das crianças. Quanto às configurações de gênero, as crianças já estão sendo educadas (seja pelos pais, ou pela mídia ou pela escola) para aceitar as diversas sexualidades alternativas que vêm surgindo e já estão se tornando mais tolerantes em relação às mesmas, o que me faz crer em um futuro com mais tolerância e menos opressão.

Referências

LAURETIS, de T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LINTON, R. O papel da cultura na formação da personalidade. In: _____. *Cultura e personalidade*. São Paulo:

Mestre Jou, 1973, p. 129-154.

MIRA, M. C. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero. *Pagu*. Universidade Estadual de Campinas. v.21, 2003, p. 13-38.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos feministas*. Ano 9, 2º sem. 2001, p. 460-481.

Futebol e gênero no Brasil

Denaldo Alchorne de Souza

Resumo: O presente trabalho procura investigar a relação entre a idéia de nação verde-amarela, traduzida pelo futebol, e a dominação tradicional masculina no Brasil através das hierarquizações contidas nas relações entre gêneros.

Palavras-chave: Nação Brasileira. Gênero. Futebol.

Abstract: This work aims to investigate the relationship between the idea of Brazilian nation, translated by the football, and traditional male domination in Brazil through the hierarchies contained in the relations between genders.

Keywords: Brazilian Nation. Gender. Football.

O futebol é um campo de observação particularmente rico, principalmente no Brasil, pois exerce um papel fundamental na construção da identidade nacional. As possíveis articulações e análises sobre o tema podem contemplar diversas esferas da vida social e fornecer elementos valiosos para a compreensão da relação entre o indivíduo e a sociedade.

Porém, quando tentamos relacionar o reconhecido potencial do futebol para os estudos sobre a identidade nacional e a questão do gênero, as certezas não são assim tão consistentes. Nas torcidas, a quantidade de mulheres é bem menor que a de homens e, por mais que tenha ampliado, as torcedoras

Denaldo Alchorne de Souza. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Docente do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). E-mail: denaldo@yahoo.com.br.

Texto recebido em 07/10/2009.

continuam sendo marginalizadas e constantemente agredidas se ultrapassarem limites determinados pelas torcidas organizadas. Quanto às jogadoras de futebol, a relação é de preconceito: ou são consideradas masculinizadas e “sapatões”, ou são objetos de desejos masculinos quando participam de times formadas por modelos. Já no cotidiano, a tendência é associar o futebol ao mundo masculino. Por exemplo: quando chega o fim de semana, homens se encontram para disputar um “racha”, uma “pelada”, onde a única regra pré-definida é a não-presença de “suas mulheres”. E nas narrativas futebolísticas são comuns os termos machistas e fálicos, como fazia o locutor Raul Longras ao associar a baliza com o “véu de noiva” e o ato de fazer um gol — o “pimba” — com uma espécie de desvirginização.

Desta forma, podemos considerar que a prática do futebol no Brasil, como torcedor ou como “pela-deiro”, é parte integrante do processo de socialização dos homens. Segundo Simoni Lahud Guedes, o futebol é um:

Esporte amplamente difundido no país, que retém impressionante capacidade de ser utilizado como veículo para significado os mais diversos, é praticado por homens de todas as classes e segmentos sociais, servindo a projetos e cumprindo funções muito diferentes em cada caso.

O lugar que ocupa entre os trabalhadores urbanos é muito significativo, representando, simultaneamente, lazer, exercício corporal, interação entre homens, carreira profissional. É ainda, mais do que isso, locus de produção e reprodução simbólica, onde colocam em jogo e negociam, em situações sociais diversas, os valores que orientam sua vida.¹

Então, como considerar o futebol um campo de observação privilegiado para os estudos da identidade nacional se em países como o Brasil ele pode simbolizar uma atividade cultural compartilhada por homens de diferentes classes sociais, raças e regiões; porém apreendida limitadamente a partir das mulheres? Em outras palavras, por mais que saibamos que os estudos sobre a identidade nacional ten-

¹ GUEDES, Simoni Lahud. *O Brasil no campo de futebol*. Niterói: EdUFF, 1998, p. 199.

dam a ser generalizantes; como fazê-los, de forma calculada, sem a participação substancial das mulheres ou de grande parte delas?

Faço estas considerações pois, acredito, que já tenha sido alvo de tais críticas. Em congressos que apresentei a minha pesquisa de mestrado², fui questionado sobre a validade de estudar a identidade nacional através do futebol se, de saída, excluía as mulheres desse campo de observação. Procurei ser o mais calmo possível nas respostas. Disse que atualmente muitas mulheres já participam do “universo do futebol”³, seja como torcedoras, seja como jogadoras. Disse também que mesmo uma mulher que não participasse deste universo, não poderia ficar indiferente ao que ocorre no país durante uma Copa do Mundo: o comércio iria fechar, os ônibus iriam parar e as conversas seriam constantemente sobre a temática futebolística.

Confesso que estas respostas não foram convincentes e fizeram-me repensar algumas palavras de Sylvia Walby quando diz que “a literatura sobre as nações e o nacionalismo raramente aborda a questão do sexo, a despeito do interesse geral na participação diferencial dos variados grupos sociais nos projetos nacionalistas”.⁴ Neste momento, procuro fazer uma nova tentativa de resposta.

Defendo, agora, que a associação entre futebol e masculinidade é resultado de uma construção histórica de tradições nacionais que buscou hierarquizar e submeter o gênero feminino ao masculino. O que estou dizendo é que existe uma relação entre a idéia de nação verde-amarela traduzida pelo futebol e a dominação tradicional masculina no Brasil que utiliza-se das hierarquizações contidas nas relações entre gêneros para estabelecer que “tipo” de cidadania é pensado para cada sexo.

Para validar esta defesa, escolhi quatro momentos esparsos e diferenciados: o processo de normatização do Conselho Nacional de Desportos (CND), em 1941; a criação dos Jogos da Primavera, em 1949; a regulamentação da prática de esportes femininos em 1965; e o retorno do futebol feminino nas décadas de 1980 e 1990. É uma tentativa provisória e de caráter ensaístico. Porém, desta forma, poderemos

² Procurei abordar, na minha pesquisa de mestrado, a construção da identidade nacional através do futebol no primeiro governo Vargas (1930-1945). Ver: SOUZA, Denaldo Alchorne. *O Brasil entra em campo! Estado, trabalhadores e imprensa na construção da identidade nacional através do futebol (1930-1947)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

³ Expressão forjada a partir do título do clássico livro: DAMATTA, Roberto (Org.). *Universo do futebol: Estado e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

⁴ WALBY, Sylvia. A mulher e a nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 249.

verificar a possibilidade de realizar um estudo mais aprofundado sobre a identidade nacional através do futebol a partir de um viés interpretativo que privilegiava a construção e a hierarquização dos gêneros no Brasil.

Para entendermos a associação feita por brasileiros entre futebol e nação, temos que recuar até, no mínimo, as décadas de 1930 e 1940. O Estado brasileiro que se consolidou neste período não ficou indiferente diante do fenômeno esportivo. Para os novos governantes era fundamental a retomada da construção da identidade nacional, articulando a comunicação entre as elites e a massa da população.⁵ O futebol e, particularmente, a seleção brasileira seriam veículos perfeitos a dar concretude a idealização de democracia social do Estado Novo. Não como fora durante a República Velha, quando os esportes eram formados por homens brancos e de boa família. Mas com pobres e ricos, negros e brancos, representando uma única nação.

Muitos representantes do governo, como Lourival Fontes, Francisco Campos e Gustavo Capanema, já davam a devida atenção aos esportes, compreendendo o poder ideológico e educacional que possuíam. Para eles, os esportes enquanto educação cívica eram fundamentais na construção de uma solidariedade e de uma identidade entre seus praticantes, levando-os a abandonar qualquer vestígio de individualismo ou “estrangeirismo”. Já os esportes enquanto parte da educação eugênica contribuíam:

Primeiro, para a construção da riqueza da nação, onde o atleta proletário teria mais condições de suportar um dia de labuta com muito mais vigor e otimismo e longe da ética da malandragem. Em segundo, contribuíam na preparação da defesa da nação, onde o aprimoramento da força física do jovem esportista e a constância do aprendizado facilitaria a tarefa das Forças Armadas.⁶

Porém, no caso feminino, a prática tinha que ser comedida. As mulheres eram vistas como as guardiãs da família e a sua educação deveria priorizar o lar e os afazeres domésticos. Segundo Gustavo Capanema:

⁵ Ver: GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁶ SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 98.

Se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educa o da mulher terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa organiza o social e por isto colocada sob a prote o especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como   também por suas mãos que a família se destrói.⁷

Quanto aos esportes, as mulheres somente poderiam praticar os que fossem adequados ao seu organismo e   sua sensibilidade.

Entretanto, no final da década de 1930, alguns clubes do Rio de Janeiro organizaram times femininos de futebol que contaram com o apoio da imprensa. Imediatamente o assunto passou a ser discutido entre os membros do governo que estavam envolvidos com a regulamenta o dos esportes. Segundo um parecer de 1940 enviado   Presidência e assinado pela Subdivisão de Medicina Especializada:

O movimento que se esboçou nesta Capital, para a forma o de vários quadros femininos de futebol, e que tomou corpo com o apoio de alguns jornais cariocas deram,   desses que merecem a reprova o das pessoas sensatas, já pelo espetáculo ridículo que representa a prática do association pelas mulheres, como também pelas razões de ordem fisiológica, que desaconselham sumariamente um gênero de atividade física tão violenta incompatível mesmo com as possibilidades do organismo feminino.⁸

O parecer argumentava que o futebol obrigava a atleta a executar marchas, corridas de velocidade ou moderadas durante um longo período, paradas bruscas, saltos, choques com os adversários ou com a bola possibilitando a ocorrência de "traumatismo que podem afetar departamentos do organismo feminino especialmente delicados e de importância vital." Se entre os homens era constante o número de acidentes, "imagine-se, então, o que dizer do futebol feminino!"⁹

A Subdivisão se baseava num estudo feito por cientistas ingleses que determinou quais desportos

⁷ *Arquivo Gustavo Capanema, GC/Capanema, Gustavo, 02/12/1937, série pi.*

⁸ *Arquivo Gustavo Capanema, rolo 42, fot. 115, FGV/CPDOC.*

⁹ *Idem.*

eram “aprovados”, com destaques para: o tênis, o voleibol, o críquete, as corridas, etc. O hóquei foi considerado saudáveis apenas para as mulheres adultas. A natação e o ciclismo, praticado moderadamente, foram também aprovados. Já o futebol e as competições de remo foram desaconselhados. As respostas dos médicos foram favoráveis à educação física, inclusive os jogos e os desportos para moças, mas uma exceção foi feita para o futebol.

O parecer concluía com o seguinte texto:

Na conveniência, portanto, em executar uma campanha de propaganda mostrando os malefícios causados pelo futebol praticado pelas mulheres, afim de evitar lamentáveis conseqüências, enquanto se aguarda medidas tendentes a permitir a interferência dos Poderes Públicos em tais questões, medidas estas que muito bem poderiam constar na Regulamentação dos Desportos, presentemente em estudos.¹⁰

Os desportos foram regulamentados no ano seguinte, em 1941, no Decreto-lei nº 3.199, que criou o Conselho Nacional de Desportos (CND). Nele, os apelos do parecer da Subdivisão de Medicina Especializada foram ouvidos ao normatizar que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”¹¹, como o exemplo do futebol.

Assim, os esportes se adequavam à política de contenção das mulheres proposta pelos governantes e a uma representação de nação, a partir do futebol, machista e hierarquizante.

Porém, após o Estado Novo esta forma de representar a nação se manteve. Um exemplo disso foi a criação em 1949 dos Jogos da Primavera, no Rio de Janeiro. Com a iniciativa do *Jornal dos Sports* do jornalista Mario Filho e o apoio do governo federal, os Jogos se tornaram, nas próximas décadas, uma verdadeira olimpíada feminina. Para o jornalista, a competição era uma forma de incluir as mulheres no universo esportivo que, naquele momento, era exclusivamente masculino.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Decreto-lei nº 3.199*, de 14 de abril de 1941.

A seleção das atletas era a mais diversificada possível. Podia participar qualquer pessoa que tivesse

interesse, podendo pertencer a um clube, uma escola ou não. Na primeira edição participou um grande número de clubes e escolas e mais de quinhentas atletas. Segundo o *Jornal dos Sports*:

A abertura dos “Jogos da Primavera” [...] antecipa-se um acontecimento social-desportivo à altura do ineditismo resultante da realização, pela primeira vez, entre nós, de uma Olimpíada feminina. Dessa jornada de esporte e beleza, irão participar graciosas jovens.¹²

As atletas podiam participar das provas de atletismo, basquete, ciclismo, esgrima, hipismo, natação, tênis e tênis de mesa, vela ou vôlei. Novamente, diferentes atividades esportivas não eram indicadas às mulheres, pois eram consideradas pouco adequadas, de acordo com os padrões físicos da época. Algumas eram até proibidas, como é o caso do futebol. As justificativas eram de caráter médico, como a possibilidade de ocorrerem lesões nas glândulas mamárias e o fato de que o esforço constante poderia causar danos permanentes aos órgãos reprodutores das mulheres; de caráter estético, já que consideravam que os esforços físicos poderiam dar formas masculinas às mulheres; e de caráter psicológico, já que o futebol poderia desenvolver o espírito combativo e agressivo, qualidades incompatíveis com a “essência feminina”.¹³

Mas, o grande momento da competição era a escolha da Rainha dos Jogos da Primavera entre as esportistas. No julgamento estavam presentes quesitos como: os traços femininos da participante, a sua esportividade e a disciplina. Na escolha da rainha dos Jogos de 1949, o *Jornal dos Sports* noticiou que:

Aclamada pelo júri e aplaudida pelos que presenciaram o desfile de tão graciosas atletas — símbolo de uma época em que a mulher renunciou à condição de simples torcedora — a Srta. Margaret Schmidt do Icarai loureou-se Rainha dos Jogos da Primavera.¹⁴

A eleição da Rainha deixava claro que, para os organizadores, a introdução da mulher no mundo

¹² *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, de 29 de setembro de 1949.

¹³ Ver: MOURÃO, Ludmila. *Representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação a democratização*. 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

¹⁴ *Jornal dos Sports*, de 19 de novembro de 1949.

esportivo, assim como na nação brasileira, seria feita de forma cuidadosa, naturalizante e hierárquica, procurando sempre que possível associar a esportividade às características femininas consideradas naturais, como a graciosidade e a beleza. Também ficava evidente que futebol não era “coisa de mulher”. Pertencia ao universo masculino, assim como a nação que pretendia representar.

O sucesso da iniciativa do *Jornal dos Sports* foi significativo. Os Jogos da Primavera foram realizados no Rio de Janeiro até 1972. Em suas páginas, o *Jornal* mostrava imagens das mulheres praticando esportes e desfilando para a eleição de Rainha dos Jogos. Estas imagens eram exploradas sistematicamente como forma de deleite aos olhos masculinos.

Assim, apesar do crescente acesso das mulheres à prática desportiva no período, o modelo brasileiro continuou sendo marcado pelo preconceito e, no caso do futebol, pela exclusão.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), as preocupações dos governantes com o desenvolvimento dos esportes femininos e com o papel da mulher na sociedade brasileira eram evidentes. Um ano após o Golpe Civil-Militar, o CND estabeleceu regras para a participação feminina nos esportes. Segundo a *Deliberação n° 7*:

n° 1 — Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação.

n° 2 — Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rúgbi, halterofilismo e baseball.¹⁵

Novamente, a legislação era ratificada através da crença no mito do sexo frágil e pela necessidade de proteção à reprodutora. A *Deliberação n° 7* somente foi revogada em 1979. Até esta data estava proibida qualquer tentativa de organizar competições de futebol feminino ou de introduzir esta modalidade nas aulas de educação física para as mulheres.¹⁶

O futebol feminino teve um maior desenvolvimen-

¹⁵ Conselho Nacional dos Desportos. *Deliberação n° 7*. Apud: CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.

¹⁶ A *Deliberação n° 7* foi revogada pela *Deliberação n° 10*, de 1979. O CND somente reconheceu a necessidade de estimular à participação das mulheres em modalidades desportivas como o futebol, o futebol de salão e o futebol de praia em 1986 através da *Recomendação n° 2*.

to depois de 1982, quando foi fundado no Rio de Janeiro o E. C. Radar. Este clube difundiu o esporte pelo Brasil conseguindo inclusive vitoriosas campanhas no exterior. Em 1994, a Confederação Brasileira de Futebol repassou os direitos de administrar o futebol feminino para a Sport Promotion. Com o objetivo de formar uma nova geração de atletas, esta empresa patrocinou o primeiro Campeonato Paulista de Futebol Feminino em 1997.¹⁷ Os resultados começaram a aparecer. As jogadoras brasileiras conseguiram o quarto lugar nas Olimpíadas de Atlanta em 1996 e de Sydney em 2000 e um terceiro lugar no Mundial dos Estados Unidos em 1999.

Apesar do sucesso, quando perguntavam aos homens, e até mesmo às mulheres, sobre o futebol feminino; as respostas eram freqüentes: “Futebol é para homem!”; “As jogadoras parecem homens!”; “Elas são ‘sapatões!’”. As mulheres finalmente conseguiram ocupar o espaço anteriormente reservado exclusivamente aos jogadores masculinos; porém, o preço desta ousadia foi o preconceito com que até hoje as atletas são recepcionadas pela imprensa e pelos espectadores.

Outra estratégia foi desenvolvida pela SAAD/Indaiatuba, percebendo o crescente interesse da juventude pelo futebol feminino, a empresa fez um projeto de marketing para atrair atletas com um novo perfil: elas tinham que ser jovens, atraentes, delicadas e femininas. Clubes tradicionais, como o Corinthians, o Grêmio e o Fluminense seguiram esta tendência. Numa carta distribuída à imprensa, a diretoria do Fluminense assim se posicionava em relação ao futebol feminino:

Diz o velho ditado “que é pra frente que se anda”, e é por pensar assim que o Fluminense Football Club resolveu investir fundo no tão falado “sexo frágil”. Como todos sabem, a mulher foi criada para embelezar, para dar um toque especial em tudo que toca e é por isso que o clube tricolor resolveu criar um time de futebol feminino. Mas para jogar neste time, não basta ser mulher, tem que ser inteligente, bonita, simpática, formosa, enfim, cheia de charme.¹⁸

¹⁷ Ver: DARIDO, Suraya Cristina & SOUZA JR., Osmar Moreira de. A prática do futebol feminino no ensino fundamental. *Motriz*, v. 8, n.1, p. 1-9, 2002.

¹⁸ Jornal *O Dia*, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1996.

Reproduzia-se novamente a imposição de um ideal masculino para os corpos femininos. Da mesma forma, reproduzia-se um ideal masculino de nação brasileira.

Para as mulheres, restavam poucas opções: ou eram “bonecas”, “gatas” e “gostosas” a serviço do deleite dos homens; ou eram “anormais”, “estranhas” e “sapatões” sujeitas a todo tipo de preconceito. Porém, havia algo em comum nos dois modelos propostos ao futebol feminino, a sua valoração par-tia do universo masculino e de seus interesses.

Nação e gênero são termos relacionais. O imaginário de gênero relacionado à nação permite simbolizar e essencializar a hierarquização dos homens e das mulheres. Pensadas como diferenças impostas pela natureza, a distinção entre o masculino e o feminino se torna uma metáfora perfeita para a naturalização da identidade nacional. Constrói-se assim uma tradição específica do corpo masculino e do feminino que perpassa o cotidiano das pessoas. Sobre um menino recai toda uma expectativa de segurança e domínio de um macho. Chuteiras são penduradas na porta do quarto. Camisas de clubes de futebol são presenteadas. As brincadeiras são realizadas nas ruas; pois, se ficar em casa, acaba atrapalhando. Já sobre as meninas, pairam toda uma expectativa de fragilidade, beleza e proteção. Jogar futebol não é conveniente. Em vez de bola, ganham bonecas e utensílios domésticos. As brincadeiras são feitas dentro de casa. Além disso, são estimuladas a agirem com delicadeza e bons modos, bem como ajudarem as mães nos serviços domésticos, a fim de se tornarem esposas bondosas e submissas.¹⁹ Mantém-se assim uma gradação já existente na sociedade brasileira, que é representada no futebol através da diferenciada e hierarquizada relação dos homens e das mulheres com o esporte.

Desta forma, o futebol, no Brasil, possibilita naturalizar uma representação de nação que se constitui, entre outras características, autoritária e machista.

Nos últimos anos, as atletas brasileiras têm ampliado as suas participações em eventos internacionais. Em 2003, elas ganharam a medalha de ouro

¹⁹ Ver: DAOLIO, Jocimar. A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em ‘antas’. In: ROMERO, Elaine (Org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas: Papyrus, 1995, p. 99-108; DEVIDE, Fabiano. *Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos*. Ijuí: EdUnijuí, 2005; GOELLNER, Silvana. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista de Educação física*. 1. ed. Ijuí: EdUnijuí, 2003; MOURA, Eriberto Lessa. O futebol como área reservada masculina. In: DAOLIO, Jocimar (Org.). *Futebol, cultura e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 131-147.

nos Jogos Pan-americanos de Santo Domingo. Um ano depois, conseguiram a medalha de prata nas Olimpíadas de Atlanta. Em 2007, as brasileiras foi bicampeãs nos Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro e vice-campeãs na Copa do Mundo da China. E, no ano seguinte, ainda conquistaram a medalha de prata nas Olimpíadas de Pequim, enquanto Marta era eleita pela FIFA a melhor jogadora do mundo, pela terceira vez consecutiva. O número de torcedoras também tem aumentado. Seja pela televisão ou diretamente nos estádios, muitas têm participado avidamente do “universo do futebol”, vibrando e chorando as vitórias e as derrotas de seus clubes e seleções.

Porém, apesar das mudanças, este esporte continua fazendo parte da simbologia da masculinidade. A socialização dos meninos, e não das meninas, continua sendo feita, em grande parte, a partir da prática de futebol, de suas memórias e de seus mitos. Os torcedores comuns continuam vendo o futebol feminino com preconceito e/ou como uma curiosidade a mais. Para estes, o futebol continua sendo uma prática masculina e, por isso mesmo, uma representação eficaz da nação que se pretende perpetuar.

Referências

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.

DAMATTA, Roberto (Org.). *Universo do futebol: Estado e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DAOLIO, Jocimar. A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em ‘antas’. In: ROMERO, Elaine (Org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas: Papirus, 1995.

DARIDO, Suraya Cristina & SOUZA JR., Osmar Moreira de. A prática do futebol feminino no ensino fundamental. *Motriz*, v. 8, n.1, p. 1-9, 2002.

DEVIDE, Fabiano. *Gênero e mulheres no esporte: história*

das mulheres nos jogos olímpicos modernos. Ijuí: EdUnijui, 2005.

GOELLNER, Silvana. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista de Educação physica*. Ijuí: EdUnijui, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GUEDES, Simoni Lahud. *O Brasil no campo de futebol*. Niterói: EdUff, 1998.

Journal dos Sports, de 19 de novembro de 1949.

Journal dos Sports, Rio de Janeiro, de 29 de setembro de 1949.

Journal *O Dia*, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1996.

MOURA, Eriberto Lessa. O futebol como área reservada masculina. In: DAOLIO, Jocimar. (Org.). *Futebol, cultura e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2005.

MOURÃO, Ludmila. *Representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação a democratização*. 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, Denaldo Alchorne. *O Brasil entra em campo! Estado, trabalhadores e imprensa na construção da identidade nacional através do futebol (1930-1947)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

WALBY, Sylvia. A mulher e a nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Diferentes corpos se apresentam: fragmentos da história do futebol feminino no Brasil

Enny Vieira Moraes
Maria Odila Leite da Silva Dias

Resumo: Esse texto é parte integrante das reflexões desenvolvidas em nosso doutoramento, em processo na PUC de São Paulo¹, e tem como objetivo trazer alguns elementos e impressões iniciais sobre a história do futebol feminino no Brasil. É importante lembrar que vivemos num país que se desenvolveu, alicerçado fortemente por valores conservadores, consequência do pensamento patriarcal, imbricados em nossa cultura, gerando processos de exclusão a toda forma de ser e viver e que se diferenciam das normas cotidianas, reafirmando constantemente traços de “normalidade” referentes àquilo que deve ser um homem ou uma mulher. Valores estes que, entre outras coisas, contribuíram para silenciar a história de mulheres que, a partir de seus *diferentes corpos* construíram e vêm construindo a história do futebol feminino no Brasil. Entretanto, acreditamos que é mesmo diante de toda dinamicidade do cotidiano das vidas de inúmeros sujeitos sociais e, portanto, também desses *diferentes corpos* que estamos reescrevendo nossa história e auxiliando na transformação desses valores.

Palavras-chave: Mulher. Corpo. Futebol feminino.

Enny Vieira Moraes. Professora Assistente do Curso de Educação Física da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, doutoranda no Curso de História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Maria Odila Leite da Silva Dias. Professora Doutora em História Social do Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, orientadora do presente trabalho.

Texto recebido:

¹ Nossa preocupação no início do doutoramento tratava inicialmente de esportes ditos masculinos praticados por mulheres; após discussões com orientação da Professora Dra Maria Odila Leite da Silva Dias, definimos centralizar na tese a história do futebol feminino no Brasil entre as décadas de 1970 a 1990.

Abstract: This paper results from some reflexions developed in my doctorate studies taken at PUC-São Paulo. It aims at bringing out some elements and initial thoughts about the history of female soccer in Brazil. It is important to remind that we live in a country which has been developing based on conservative principles. They emerge from a patriarchal thought, and are inserted in our culture, what generates all kinds of exclusion processes. They also can be seen as different in everyday life rules, and often reassure traces of “normal life” related to what should a man/woman be. These values have contributed to silence the history of some women that with their *different bodies* have constructed to the history of female soccer in Brazil. We then believe that the dynamic everyday life of a number of social subjects and their *different bodies* can help us to rewrite our history and modify those values.

Keywords: Woman. Body. Female soccer.

² A epígrafe acima integra a introdução do importante livro *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*, organizado pelas pesquisadoras Guarcira L. Louro, Jane Felipe e Silvana Goellner, que tem como objetivo identificar temáticas atuais relacionadas aos processos educativos, especialmente focalizados nas discussões de gênero e sexualidade. Sugerimos sua consulta: LOURO, Guarcira Lopes. FELIPE, Jane. GOELLNER, Silvana Vildre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 192 p. 8.

³ Optamos nesse trabalho por definir os corpos de mulheres, praticantes do futebol no Brasil, como *diferentes corpos*, pois, fundamentalmente, eles ex-

Eles (os discursos) nos dizem o que é um corpo educado, saudável, bonito, decente, moderno, “sarado”...

Eles nos falam, ao mesmo tempo, das “posições” que os sujeitos ocupam na sociedade.

Eles expressam e exercitam jogos de poder.²

Um pouco da história desses diferentes corpos

Como sugere a epígrafe acima, através dos discursos e da linguagem definimos e reafirmamos diferenças de várias naturezas, incluindo-se aí as corporais. Nossos corpos refletem idéias presentes em nossa cultura e, por esse motivo, somos valorizados, ou não, de acordo com nossas marcas corporais. Essas marcas, por sua vez, reforçam os discursos quando refletem, no espaço social, o local que cada sujeito ocupa: seja nas margens ou no centro de supostas perspectivas que sustentam padrões de normalidade e/ou de “anormalidade”. Entretanto, mesmo tendo normas que definem modelos de corpos e comportamentos, outros modelos se fazem presentes no corpo social, mesmo diferenciando-se e desafiando normas e padrões históricos e culturais que tentaram definir e valorizar o que deve ser um cor-

po feminino, ou masculino, e como esses deveriam se portar. Nesse trabalho, a intenção é tratarmos de corpos de mulheres que buscaram romper com esses padrões e, por esse motivo, foram negados pela história: enfocaremos, então, fragmentos da história do futebol feminino no Brasil e elementos que sustentam, até nossos dias — sua invisibilidade.

A invisibilidade histórica associada às mulheres praticantes do futebol no Brasil é um reflexo e consequência do preconceito presente ainda nas relações sociais direcionadas a esses *diferentes corpos*³, o que gerou como desdobramento processos de exclusão social impostos a essas mulheres. Tais discussões que, aqui servirão de base diretiva de nossas reflexões, precisam ser impulsionadas, objetivando gerar maior profundidade e visibilidade a essa realidade que está em transformação, auxiliando na tentativa de reconstruir a histórias de mulheres que ficaram num passado e, mesmo gerando conflitos e resistências, ajudaram a (re) construir nossa própria história que precisa se tornar mais plural e justa, como a própria história das mulheres.

Quando decidimos optar por contar um pouco da história desses *diferentes corpos*, tínhamos como elemento basilar reflexões sobre a Lei 3.1999 de 1941, que em seu Decreto 7º, proibia a prática de alguns esportes ditos masculinos, ou masculinizantes pelas mulheres, como apontam alguns autores/as⁴. Nosso questionamento se concentrava numa pergunta simples, mas que concomitantemente exigia uma resposta complexa: por que, até os dias de hoje, não há reconhecimento do futebol feminino, num país que considera como elemento de sua cultura essa modalidade esportiva? Em outras palavras: por que há tanta glória e fortuna ligada ao futebol masculino e tanto esquecimento e desmerecimento quando se trata dessa modalidade esportiva quando praticada por mulheres?

Essas questões já estavam presentes para nós desde o início do processo do doutorado, e foi se aprofundando com leituras posteriores que discutiam, essencialmente, aspectos sobre a invisibilidade imposta à história das mulheres⁵, o que iríamos constatar claramente no caso das mulheres do fute-

pressam histórias de corpos femininos que rompem com padrões de uma normalidade que busca na feminilidade e fragilidade sua marca definidora.

⁴ Alguns estudos, especialmente os que tratam da história da educação física brasileira mostraram, de modo polêmico, o surgimento da Lei 3.199/41, primeira lei que busca definir as normas de funcionamento do esporte brasileiro e que trás em sua proposta o impedimento legal da prática de esportes como o futebol, o polo aquático, as lutas e o halterofilismo, por serem considerados impróprios a natureza feminina. Sobre esse aspecto o trabalho das professoras Ludmila Mourão e Gabriela C. de Souza é bem elucidativo e explica fatos sobre o judô no Brasil: Narrativas sobre o Sul-Americano de judô de 1979: a legalização do judô feminino no Brasil, In: Goellner & Jaeger (Org.). 2. ed. *Garimpando memórias: esporte, educação física, lazer e dança*. UFRGS, 2007, p. 57.

⁵ Michelle Perrot, importante feminista francesa, trás em algumas de suas obras, pistas importantes que nos ajudam a entender elementos que contribuíram para a invisibilidade da história das mulheres. Sugerimos portanto, para maiores aprofundamentos um de seus mais lidos livros: *Minha história das mulheres*. Trad. Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto 2007. 190 p.

bol brasileiro. Sobre esse aspecto, podemos tomar como exemplo o caso do Museu do Futebol de São Paulo⁶, local em que essa invisibilidade se torna clara ao não tratar, em nenhum momento, do registro de ex-jogadoras e jogadoras brasileiras da atualidade em seus arquivos.

Ou seja, embora tenhamos hoje duas das consideradas melhores jogadoras do mundo, premiadas, inclusive pela FIFA (Federação Internacional de Futebol Amador), em nenhum momento suas histórias são lembradas e, muito menos, as histórias de suas antecessoras, já que o futebol feminino do Brasil participa, desde os anos de 1990 de competições internacionais. No caso do referido Museu, seus mentores e organizadores se propuseram a contar a história dessa modalidade esportiva em nosso país, o que se percebe em referência à história das mulheres é o mais absoluto silêncio, ou a presença de ausências numa história parcial, restringidas apenas às histórias dos homens, suas vitórias e derrotas, mas, principalmente, suas glórias, configurando-se num grave equívoco, visto que silencia outras histórias e memórias de mulheres que igualmente se dedicaram a construir a história do futebol no Brasil.

Registrar esse fato para nós é importante, pois denuncia a injustiça, a hipocrisia e a desvalorização social da mulher, traduzindo um conjunto de valores, como afirmamos anteriormente, fortemente embasados pelas ideias conservadoras de nossa sociedade. No caso das atletas do futebol e daquelas praticantes de qualquer esporte ainda considerado masculino (especialmente na mídia esportiva), prima-se pela necessidade em se apresentar essas mulheres, demonstrando certa “normalidade” sobre sua sexualidade. É sempre necessário enquadrá-las nos moldes da feminilidade, no sentido de justificar que, embora pratiquem o futebol, isso não compromete em nada sua sexualidade. Lembramos ainda que essa “normalidade” está associada a maternidade, além da sua “natural feminilidade”, como afirma Romero⁷:

A mídia pode parecer simplesmente reportar o que acon-

⁶ Recentemente publicamos na *Revista Record* uma resenha sobre o Museu do Futebol de São Paulo, intitulado: Uma história parcial do futebol; ou: não existe futebol feminino no Brasil? Disponível em: www.sport.ifcs.ufrj.br/record

⁷ Propomos a leitura desse trabalho, pois a autora faz uma crítica importante ao jornalismo esportivo que, até os dias de hoje, reforçam padrões de corpo e comportamento de homens e mulheres, priorizando a fragilidade como um atributo exclusivo das mulheres, enquanto a virilidade e o poder são associados a figura masculina, o que auxilia no reforço e na reprodução de papéis sociais e sexuais distintos, em que um sempre exerce poder e força sobre o outro: Elaine Romero. *A Hierarquia de gênero no jornalismo esportivo. III Fórum de debates sobre mulher & esporte – mitos e verdades – Fórum Internacional, setembro de 2004.* (sem paginação)

tece, mas na realidade constrói, por intermédio dos responsáveis pelas matérias, notícias permeadas por estruturas, valores e convenções. Ao dar cobertura significativamente maior à aparência física e ao comportamento feminino, freqüentemente comparando seu desempenho com os dos atletas do sexo masculino, a mídia constrói o esporte a partir da diferença entre gêneros e a hierarquia entre os sexos. Em outras palavras, a mulher pode ser uma atleta, mas, primariamente, é uma fêmea e, mesmo as melhores fêmeas nunca podem superar os melhores machos.

Por outro lado, observando estudos⁸ já realizados com mulheres e adolescentes, seja no futebol ou em outras modalidades esportivas consideradas pertencentes ao universo masculino, percebe-se a necessidade quase sempre presente que elas têm de se mostrarem ou serem vistas diante dos padrões (conservadores) de normalidade — aqui entendido como feminilidade. Essa afirmativa reflete a presença, quase onipotente, do medo de uma castração social imposta a todas aquelas que ousam subverter essa “normalidade” e escrever em seus corpos qualidades físicas como: agilidade, força, resistência e hipertrofia muscular.

No entanto, outros modelos de mulheres e seus *diferentes corpos* sempre estiveram presentes em nossa história, atuando em diversas atividades da vida cotidiana. Buscando retratar como viviam mulheres da classe popular, num Brasil do final do século XVIII, observamos o importante trabalho de Dias⁹, em que revela o trabalho dessas mulheres na construção de estradas, na construção civil, na lida com o transporte de gado, no sustento de seus lares e no controle de suas economias; trabalhavam, ainda, na distribuição de jornais e em várias outras atividades consideradas masculinas. Como aponta a historiadora, tratava-se da construção de um novo e diferenciado processo social:

A separação de esferas de atuação de homens e mulheres não corresponderia apenas às normas e convenções herdadas de Portugal, mas a uma realidade concreta de redistribuição de necessidades, com o processo de

⁸ Nesse sentido, indicamos observar as seguintes publicações: Jorge Dorfman Knijnik & Esdras Guerreiro Vasconcelos. *Com a cabeça na ponta da chuteira* – ensaios sobre a psicologia do esporte. São Paulo, Annablume/Ceppe, 2003. E ainda: Mirian Adelman. *A mulher como instrumento de poder no esporte de rendimento. III Fórum de debates sobre mulher & esporte – mitos e verdades – Fórum Internacional*, setembro de 2004. (sem paginação)

povoamento; as tarefas específicas de cada sexo, nas diferentes classes sociais do processo de colonização, não eram complementares e sim alternativas: procedia-se à substituição e à improvisação de atribuições de homens ausentes. As mulheres eram forçadas a desempenhar, na sua ausência temporária ou definitiva, muitos papéis “masculinos”, entre os quais, os que diziam respeito à administração dos bens, incluindo roças e propriedades de criação de gado...

Provavelmente pela ausência de homens, essas mulheres executavam atividades consideradas masculinas. Por esse motivo, mas também pelo fato de pertencerem a camadas mais pobres da população e por não serem brancas, ou serem brancas empobrecidas, somava-se um conjunto de elementos que contribuíam para sua exclusão social. Com isso, viviam na informalidade e criavam grupos familiares que fugiam ao padrão das classes abastadas. Por esses fatores, ficaram fora da história oficial, embora sua contribuição no desenvolvimento do nosso povo tenha sido inegável, como afirma a mesma autora¹⁰: “Papéis informais, por sua própria natureza, não são oficialmente reconhecidos nem socialmente muito valorizados, embora sejam importantes no processo concreto da vida cotidiana.”

Essas formas de exclusão tinham origens nas idéias e nos discursos oficiais que definiam o que era considerado, na época, um modelo de mulher: educada para o cuidado com a casa, com marido e filhos. Saber costurar, por exemplo, era tido como uma tarefa a ser desenvolvida pelas mulheres, já saber ler era uma atividade voltada aos homens.

No período histórico que se seguiu esses *diferentes corpos*, trataram de construir e reconstruir novas feminilidades em diversos espaços sociais, lugares de disputas constantes de poder entre os diferentes sexos. Na vida diária, eles se apresentaram, embora o reconhecimento oficial não tenha acompanhado tais mudanças, especialmente porque insistiam em impulsionar e desenvolver um sentido de “normalidade feminina”, baseado na fragilidade e subserviência ao poder masculino.

No entanto, as resistências aconteciam e o espor-

⁹ A relevância do estudo da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias é bastante clara, pois serviu de referência para diversos outros estudos na área de gênero no Brasil. Assim, indicamos a leitura da obra: *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 56.

¹⁰ *Id.* p. 52.

te foi um desses espaços de luta experimentado por diversas mulheres que trataram de escrever, através de seus corpos, esse espaço igualmente de luta — suas identidades, sua histórias, essas outras histórias de corpos que subverteram um padrão de feminilidade, padrão esse absolutamente questionável hoje.

Pode a mulher praticar o futebol?¹¹

Goellner utilizou o subtítulo acima num trabalho em que buscava problematizar a relação da mulher com essa modalidade esportiva. Em sua argumentação, a autora parte das análises de Hollanda Loyola que, ao comentar sobre torneios de futebol feminino, já na década de 40 no Brasil, aponta para aspectos curiosos sobre essa prática. Loyola antecede, naquele período, questionamentos que vão nortear essa prática e que se fazem presentes até a atualidade, como: a fragilidade do corpo feminino que estaria ligada a saúde (reprodutora) da mulher e da violência presente no esporte, como apresenta em suas palavras:

Mais uma conquista de Eva... o futebol. Há cerca de uns três meses um grupo de moças dos mais conceituados clubes esportivos dos subúrbios de nossa Capital iniciou a prática do futebol feminino entre nós (...). Tal acontecimento, pelo sabor da novidade provocou sensação e a imprensa esportiva explorou- a habilmente através de um noticiário minucioso e propaganda intensa, aumentando o entusiasmo do público e o élan das jogadoras¹²

Nesse interessante trabalho, sugere-se o pertencimento dessas jogadoras a uma determinada classe social, o que posteriormente se apresentará como uma das características da maioria das mulheres que se atreveram a ingressar nessa atividade. Outro aspecto que merece maiores aprofundamentos será aquele que buscará localizar o futebol feminino no imaginário de nossa população: o lugar da curiosidade, ou melhor, da ex-centricidade.

Sobre esse aspecto, o da curiosidade, que na rea-

¹¹ Essa pergunta é o tema de um artigo publicado pela professora Silvana Vilodre Goellner, que registra um dos primeiros jogos de futebol feminino no Brasil ocorrido em 1940 e que sugerimos para análise: Pode a mulher praticar o futebol? In: Carrano, Paulo César (Org.). *Futebol: paixão e política*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000, p. 79.

¹² *Op. cit. Revista Educação Física*, n. 46, setembro de 1940.

lidade é gerador do questionamento inicial (pode a mulher praticar o futebol?), ele não se faz necessário quando essa mesma prática é associada aos homens. Na realidade, essa curiosidade será uma marca do futebol para mulheres, notadamente por se considerar seu corpo como elemento essencialmente frágil e nordeado por elementos como subserviência e docilidade — características, natural e culturalmente, associadas às mulheres.

Mildred Didriksen no dardo.
Foto: Acervo COI



Na realidade, um corpo feminino que se transforma com o tempo e se desenvolve moldando e expondo músculos hipertrofiados ou, mesmo delineados até hoje, ainda chama a atenção. Os discursos, pautados num ideal de feminilidade, reproduziram social e culturalmente um corpo de mulher que deveria se enquadrar no padrão da docilidade, fragilidade e, principalmente na atualidade, na magreza. Um corpo feminino que se distancia desse padrão é logo questionado, inclusive em sua sexualidade.

Vemos, imbricados nesse processo, importantes elementos para discussão, em que o preconceito em relação a esses *diferentes corpos* femininos advém principalmente dos seguintes fatores: pelo distanciamento de um padrão de normalidade ligado a feminilidade; por essas mulheres pertencerem, em sua maioria, a uma classe social considerada “inferior” e por ser o esporte um espaço de domínio ainda ligado ao universo masculino.

No entanto, a exclusão a esses *diferentes corpos* femininos não é exclusividade brasileira, pois no “mundo do esporte” são percebidas histórias de mulheres que sofreram as conseqüências por terem ousado serem diferentes. Fabiano Devide, em sua tese de doutoramento¹³, aponta o caso de algumas atletas banidas do esporte pelo fato de terem comportamentos “inadequados” para os padrões de seu tempo.

É o caso de Mildred “Bebe” Didriksen que, de acordo com o autor, desenvolveu uma forma de vida apenas associada aos homens daquela época, pois praticava diversos esportes, incluindo o futebol, futebol americano, remo, lutas e cavalgadas. Profissionalmente se consagrou no golfe, vencendo dezessete torneios seguidos, entre 1946 a 1947, sendo eleita cinco vezes a melhor atleta do ano pelos americanos. Só não gostava de brincar de bonecas e foi, inexplicavelmente, banida do esporte por participar de uma campanha de venda de automóveis¹⁴. O autor ainda aponta histórias referentes a duas outras atletas, igualmente banidas do esporte por seus corpos exuberantes e seu comportamento ligado mundo masculino: Suzanne Lenglen e Dawn Fraser.¹⁵

¹³ O trabalho de Devide é muito traz informações consistentes e bastante interessantes, portanto, sugerimos sua consulta: *Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos*. Ijuí: UNIJUÍ, 2005, p. 102.

¹⁴ Devide, *Op.cit.*, p. 102.

¹⁵ Um pouco das histórias dessas duas atletas está presente na obra de Devide (Id), mas suas fotos podem ser vistas em alguns endereços eletrônicos como: http://search.gazetaesportiva.net/historia/seculo/natacao/nat_dawn.htm e <http://www.google.com.br/search?q=Dawn+Fraser+fotos&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a>



Dawn Freser

Futebol feminino no Brasil: e a questão da excentricidade como marca...

Retornando a idéia da ex-centricidade, na qual localizamos o futebol feminino, lembramos as considerações feitas por LOURO¹⁶, em seu texto sobre os atuais desafios impostos pela dinâmica social diante do contexto educacional. Nele a autora retrata a necessidade de revermos conceitos fixos e certezas diante de uma realidade mutante. Considera, ainda, que, especialmente a partir dos anos 1960, diversos grupos sociais, anteriormente submetidos e silenciados pela história, hoje se fazem ver e ouvir, impondo desafios, instabilidades e incertezas frente a padronizações e modelos convencionais baseados na figura do homem branco:

Uma outra política passava a acontecer, uma política que se fazia no plural, já que era — e é — protagonizada

¹⁶ *Id.*, p. 42

por vários grupos que se reconhecem e que se organizam, coletivamente, em torno e identidades culturais de gênero, de raça, de sexualidade.

Assim, aponta para a necessidade urgente de abordarmos e fundamentarmos nossas atuais análises rompendo com uma lógica que tinha como foco e centro a figura do homem branco, heterossexual e de classe média. Para LOURO¹⁷, portanto, é fundamental que uma nova perspectiva inclua grupos, anteriormente considerados ex-cêntricos, ou seja, fora do centro, situados à margem dos processos sociais:

Não há como negar que outro movimento político e teórico se pôs em ação, e nele as noções de centro, de margem e de fronteira passaram a ser questionadas. É preciso, no entanto, evitar o reducionismo teórico e político que apenas transforma as margens em um novo centro. O movimento não pode se limitar a inverter as posições, mas, em vez disso, supõe aproveitar o deslocamento para demonstrar o caráter construído do centro — e também das margens (p. 43).

A autora propõe uma nova leitura da realidade social considerando seus conflitos, suas resistências e os diversos atores sociais diante da dinamicidade cotidiana, portanto plural. Somente desse modo, e nós estamos de acordo com seu pensamento, poderemos ter uma dimensão maior sobre a construção dialética de nossa própria história e de nossa cultura.

Compreendemos, então, que somente a partir da perspectiva da ex-centricidade é que podemos identificar a história do futebol feminino no Brasil, como as histórias dos *diferentes corpos* de mulheres que a escreveram. Exatamente por destoarem de uma suposta normalidade, essas e outras histórias foram excluídas, esquecidas, exatamente por não comporem um foco ou centro de preocupações para que investigações fossem realizadas.

Outro aspecto precisa ser destacado é o que dá movimento e desloca do centro de análise do próprio centro, no momento em que esse centro dialo-

¹⁷ *Id.*, p. 43

ga com as margens e os elementos que as constituem. Compreendemos deste modo, que não basta investigar o que constitui as margens, mas também os elementos que continuam dando sustentação para que o centro permaneça nesse lugar e continue se relacionando com as margens, sugerindo uma reciprocidade e dinamicidade nessas relações, mas que mantém uma centralidade e uma ex-centralidade que socialmente se complementam.

Buscando dialogar com nosso objeto, lembramos de um texto escrito por Marcus Veras¹⁸ intitulado: “A primeira musa do futebol brasileiro: no rádio e na TV, Carmem Verônica fez suspirar torcedores de todos os times”. Nele, o comentarista descreve o sucesso de Carmem vencedora do programa Miss Campeonato de 1955, programa da antiga TV paulista e que fez tanto sucesso que se estendeu para outras cidades. Carmem Verônica, hoje atriz atuante da Rede Globo de televisão, quando consultada sobre o futebol feminino, afirma:

... aprova o futebol feminino, porque acha que as garotas resgatam o melhor de nosso futebol, e gostou da idéia de se fazer um programa chamado ‘Mister Campeonato’ para elas: ‘Bem, o bonitão só não pode ser gay, não é?’ dispara, entre gargalhadas.

Essa reportagem, logo em seu início trata de registrar a importância em se associar mulher bonita e futebol, como diz o autor: “... duas das maiores paixões dos brasileiros”. Compreende-se assim que a relação “natural” da mulher com o futebol é aquela em que, primordialmente, ela deva ocupar o lugar de espectadora, mas caso queira contribuir de forma mais ativa com esse esporte direcionado ao público masculino, que ela exerça a posição de objeto do desejo sexual, a ser cobiçado.

Diante dessa lógica, questionamos: desde quando, em nossa sociedade, permeada, como dissemos anteriormente, por valores reacionários e conservadores advindos de nossa cultura patriarcal, uma mulher deve exercer lugar de liderança? Entre um homem e uma mulher, no espaço público de modo geral, a mulher ainda é tida, como um apêndice do

¹⁸ Sugerimos consultar o site www.globoesporte.com do Rio de Janeiro, 05 dez.2007, atualizado em 05/12/2007 – 16h42min.

marido, irmão, pai... Mas quando se trata de dar lugar de visibilidade a mulher, ela precisa ocupar um lugar onde o poder masculino a manipule e subjogue — aliás — esse é o lugar demarcado para que a(s) musa(s) do futebol o ocupem!

Essa relação nos dá pistas sobre o lugar da margem e do centro, como apontamos anteriormente: no centro os homens jogando futebol, lugar considerado seu por “pertencimento e direito”; na margem, as mulheres, especialmente quando elas também tratam de exercer seus interesses e suas possibilidades, inclusive corporais, por exemplo: jogar futebol.

A mesma lógica aparece quando as mulheres resolvem assumir o lugar para o qual foram social e historicamente destinadas (nada de espantos), como quando assumem sua participação em comerciais de cerveja, ou participam de campeonatos para se tornarem musas do futebol ou coisas do gênero.

Fica, então, mais claro identificar o lugar da excentricidade do futebol feminino no Brasil, quando vemos que esse tipo de pensamento sobre essa suposta centralidade aparece. Nela, o homem ocupa o centro de análise e preocupação — logicamente o homem viril, heterossexual. E aquilo que extrapola essa centralidade é exatamente o que vai lhe conferir sustentação: a mulher como expectadora e objeto de desejo; além destas, as mulheres jogadoras de futebol ocupam igualmente o lugar da excentricidade, além da figura do homem gay, que, aliás, não deve surgir nesse cenário com ar de “normalidade”.

Deste modo, estamos buscando demonstrar, com base nos argumentos de LOURO, que se estabelece uma relação em que posicionamentos se definem entre aquele que ocupa o centro, o local da normalidade, da naturalidade, e aquele que se configura como margem. Nesse contexto, e partindo dessa perspectiva, surge a indagação: seria demais afirmar o lugar da marginalidade ocupado pelo futebol feminino no Brasil?

Diante desse questionamento, lembramos que no cenário brasileiro do século passado, de 1941 até 1979, vigorou a Lei 3.199, que impedia a prática de alguns esportes pelas mulheres, mais especificamen-

te àqueles que não privilegiassem sua “natureza”, compreendida como essencialmente maternal e procriadora. Em nossa interpretação, a existência e permanência dessa Lei durante tantos anos, tratou, de modo exemplar, de cercear a liberdade de escolha, não apenas das práticas esportivas pelas mulheres, mas, primordialmente, de limitar possibilidades oferecidas a elas de escolhas, inclusive as que lhes sugeriam perceber e explorar seu próprio corpo, seu desejo próprio, suas possibilidades corporais, seus limites, suas superações — suas identidades plurais.

¹⁹ Essa foto de mulheres, jogadora de futebol a década de 40, consta no site do Guarani Futebol Clube, que sugerimos a consulta para maiores informações: <http://www.guaranifutebofeminino.hpg.ig.com.br/curiosidades.rk707791872bhtml>. Acesso: 26 ago. 2009 às 10:00 h.

Ou seja, essa é outra circunstância que deixa expressar outras e diferenciadas formas de dominação masculina: uma imposição social à mulher brasileira, que se estabeleceu a partir e sobre seu corpo — essencialmente um lugar de poder que deveria ser absolutamente individual, portanto, um lugar onde o poder também se estabelece, onde cria formas de resistências, superações ou, limitações. Mas corpo esse que, independentemente das diversas formas de dominação, sempre é lócus de possibilidades inúmeras de transgressões.

19



Futebol feminino — esse lugar de ex-cêntridades

Continuando nossas reflexões sobre o futebol feminino brasileiro como local de ex-cêntridades, lembramos das discussões já apresentadas por Geollner: pode a mulher jogar futebol? Sobre essa questão e diante do aspecto biológico, na atualidade, não há dúvidas de que fisicamente a mulher pode desenvolver essa e outras tantas atividades que demandam altos esforços físicos. Mas, quando a questão envolve valores intrínsecos de nossa cultura, esse questionamento ainda ganha contornos preconceituosos. Caso reste dúvidas sobre essa afirmativa, sugerimos outro questionamento: por onde andam as atletas de futebol da geração de 80? Há registros de sua contribuição para a história do esporte nacional? Há, ou houve reconhecimento social por essa contribuição?

No trajeto que buscamos traçar nesse trabalho, para apresentar possibilidades de argumentação que fundamentam e discutem a invisibilidade do futebol feminino no país e sobre seu lugar de ex-centralidade, encontramos, em pesquisas recentes, dados que reforçam nossas reflexões.

No site do Garani Futebol Clube de Campinas, podemos ver exemplos que reforçam a visão conservadora de nossa sociedade quando o assunto é o futebol feminino. Nesse espaço, é possível constatar um número significativo de jogadoras e ex-jogadoras que precisaram sair do Brasil para construir suas carreiras, pois, até o momento, sequer temos um torneio oficial, seja em esfera estadual ou nacional dessa modalidade, embora o futebol seja considerado parte integrante da nossa cultura.

Nesse mesmo site, é possível ver que, nos primórdios do futebol feminino brasileiro, havia inclusive a participação de homens (tra) vestidos de mulheres, integrando os times nos anos de 1913 e, além disso, como consta na referida página:

Nos anos seguintes o esporte chegou a ser exibido em circos (foto acima à direita), como curiosidade, não sendo levado a sério por muitas décadas. Nos anos 40 o esporte foi proibido em vários países, inclusive no Bra-

sil, sob a alegação de ser prejudicial à saúde da mulher. Até os anos 60 o futebol feminino só ganhava destaque no Brasil em partidas beneficentes ou quando praticado por “vedetes” (...). Finalmente, nos anos 70 houve grande evolução da modalidade em alguns países europeus e em 1982 o CND (Conselho Nacional de Desportos) decidiu liberar a prática desse esporte para as mulheres brasileiras²⁰.

Sobre esses fatos, destacamos que a temática abordada no site traz, em seu título, o termo *curiosidades* para falar a respeito da modalidade, mesmo que desde a década de 1990 o referido clube já venha desenvolvendo trabalhos com o futebol feminino. Mas o detalhe mais importante que traz o site é o registro deste esporte e sua prática em circos (como mostra a foto acima), provavelmente nas décadas de 1930 e 1940 no país.

Em 11 de janeiro deste ano, o programa Esporte Espetacular da Rede Globo de Televisão exibiu matéria sobre ex-jogadoras de futebol feminino da cidade de Araguari²¹, interior mineiro. Na época em que ocorreram os jogos (na década de 1960), foi uma verdadeira revolução que ocorrera na cidade, pois todos queriam ver se era possível mulher jogar futebol, o que reforça o caráter ex-cêntrico dessa atividade quando praticada por mulheres.

Continuando nossas buscas em torno dessa modalidade esportiva, estamos agora investigando como se deu essa prática no interior baiano, local onde residimos e que nos chama atenção por se situar no nordeste brasileiro, região do país considerada conservadora e sexista. Atualmente, a investigação ocorre no município de Jequié, cidade a 390 km de Salvador, localizada no sudoeste baiano. Ali encontramos várias situações e épocas em que o futebol feminino aconteceu, além de narrativas de homens e mulheres que fizeram parte de um passado que temos como objetivo estudar, investigar com maior profundidade, visando dar visibilidade a essas histórias.

Até o momento, tivemos conhecimento da existência de diversos times femininos de futebol na cidade, como também em regiões vizinhas, como na

²⁰ Sugerimos consultar o site do Guarani Esporte Clube através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.guaranifutebol.feminino.hpg.ig.com.br/curiosidades.html>. Acesso: 26 ago. 2009 às 10:00 h.

²¹ Essa reportagem, exibida em janeiro de 2009 pôde ser vista no site abaixo, que sugerimos consulta, intitulada “As pioneiras do futebol feminino no Brasil”: <http://video.globo.com/Videos/Busca/0,7959,00.html?t=futebol.feminino>. Acesso: 19 mar. 2009, às 14:30 h.

cidade de Ipiaú, Feira de Santana e Vitória da Conquista, só para citar alguns municípios em que esse fato se deu. O primeiro time feminino de que temos conhecimento surgiu no início da década de 1970 e deu origem a diversos outros que surgiram a partir do final dos anos 70 e se estabeleceram de forma um pouco mais estruturada a partir da década de 80. Atualmente, existem vários times de futebol na cidade de Jequié, mas poucas pessoas sabem como começou, quais foram os atores e atrizes sociais que iniciaram essa história, especialmente naquele período, com sabor de curiosidade, de ex-centricidade, como demonstra a foto abaixo²².

Começamos a viajar por esse caminho cheio de surpresas e emoções. Quando iniciamos o contato com as ex-jogadoras, foi realmente uma surpresa para elas que alguém pudesse ter se interessado por esse assunto. Já nas entrevistas, podemos verificar como esse momento foi importante na vida dessas mulheres, sugerindo ser aquele um espaço de reforço e construção de identidades e podemos também

²² A foto trás no centro a ex-jogadora de futebol Maria Neide S. Sampaio, acompanhada de duas amigas, nos anos de 1970 na cidade de Jequié (BA), local no qual continuou residindo. Neide atualmente é funcionária pública municipal e ativa dirigente sindical, integrando a direção do SINDISMUJE (Sindicato dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jequié).



perceber que categorias como classe e raça/etnia estão presentes nessa história do futebol feminino brasileiro.

Um detalhe que nos chamou atenção foi o fato de que, nas décadas em que elas atuaram jogando, entre 1970 e 1980, não se sabia da existência de outras meninas ou mulheres “jogando bola” no país e, naquele período, na Bahia, aconteceram campeonatos estaduais com a participação de várias seleções municipais. Pelos depoimentos, o público era atraído para ver aquelas mulheres jogando, coisa que motivava a participação de espectadores pela novidade pela curiosidade que cercava aquele universo que rompia, a partir daquele momento, com o universo masculino, passando a ser percebido, talvez, de modo mais democrático.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de não terem sido preservadas fotos e registros dos jogos, reuniões, encontros entre as jogadoras, talvez porque nem elas tivessem noção da história que começavam a escrever no interior baiano. É válido registrar a importância da participação e colaboração dos irmãos, namorados, pais e mães das atletas para que tudo acontecesse, como nas reuniões aos domingos em que as feijoadas eram feitas e vendidas para angariar dinheiro para ajudar a financiar os times “das meninas”. Essas e outras histórias que aqui apenas começamos a investigar fazem parte de um passado ainda presente no imaginário de mulheres e homens que ousaram compor esse universo de diversidades. Essas mesmas histórias podem constituir momentos em que conceitos sobre o que é ser um homem ou ser uma mulher, puderam ser revistos. Mas, principalmente, a afirmação dessas identidades e subjetividades femininas através do futebol provavelmente ajudaram a provocar questionamentos sobre as possibilidades do ser mulher socialmente, especialmente, para aquela geração.

É importante observar que histórias como essas existiram e existem, permanecendo na contramão de um processo social questionador da ideia de linearidade que ainda marca a percepção que temos de nossa história, como se ela fosse possível sem conflitos e contradições. A perspectiva apresentada por

LOURO, quando nos fala da presença de uma margem e que, portanto, pressupõe um centro, fala-nos ao mesmo tempo de uma norma, de um ponto de partida que igualmente pressupõe que tudo o que se distancia desse centro é colocado como fora de foco, ou seja: fora de uma suposta “normalidade”.

Mas outro aspecto precisa ainda ser valorizado quando observamos essa centralidade e ex-centralidade: é da relação entre esse centro e essa margem, ou seja, aquele das relações possíveis, decorrentes desses locais sociais. Não é possível haver apenas centralidades, a não ser se considerarmos que o corpo social é um espaço sem dinamicidade. É preciso falar, então, dos caminhos e das possibilidades que existem quando se estabelecem movimentos entre esse suposto centro e suas margens, suas periferias.

Nessa oportunidade, lembramos das palavras de RAGO²³, quando sugere que mesmo diante das imposições e dominações sócio-culturais e históricas, os sujeitos são capazes de rever seu lugar social e redefinir posicionamentos e atitudes:

(...) compreende-se que está presente nessa discussão a possibilidade de as pessoas, no cotidiano da experiência vivida, escaparem aos micropoderes, assumirem diferentes formas de resistência e formarem ativamente distintas e singulares trajetórias de vida (...). Essas noções são importantes para a historiografia (...) e propiciam apreender o sujeito como identidade fixa ou indivíduo dado, pronto e acabado; mas sim como “resultado” de um processo — e que, portanto, se estende no tempo. Além do que esses processos de subjetivação, evidentemente, são inseparáveis das transformações mais gerais, bem como das mais miúdas, de uma sociedade e de uma cultura espacial e temporalmente contextualizadas.

Compreendemos que formas distintas e complexas de opressão estão presentes nos diversos espaços nos quais as relações sociais e humanas são construídas. Entretanto, não podemos deixar de observar que as diversidades ou pluralidades inerentes aos sujeitos também estão presentes no corpo

²³ Nossa compreensão vai ao encontro das noções que RAGO apresenta em seu livro que sugerimos para consulta: *Outras falas – feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. 274 p. 61.

social, gerando conflitos, contradições, questionamentos sobre o cotidiano e sobre seus próprios processos identitários.

Assim, quando falamos sobre esses *diferentes corpos*, não queremos perder de vista suas possibilidades de gerarem neles e — a partir deles — novas possibilidades de ver e de ser no mundo, seja questionando não somente normas como aquelas que definem a feminilidade, mas, fundamentalmente, aquilo que vem a ser uma mulher, suas atitudes, possibilidades e limites diante do que a própria RAGO considera como “cárcere social”, diante de um tempo e de um espaço igualmente em constante transformação.

Conclusões iniciais

Acreditamos que um “novo” e fértil espaço de investigação começa a ser alvo de interesse de diversos pesquisadores/as nas mais diversas áreas do conhecimento: aquele das práticas e atividades corporais ditas masculinas praticadas por mulheres (e aqui não estamos nos referindo apenas as práticas esportivas). O aprofundamento dessas práticas investigativas nos trazem possibilidades de descortinar vidas de mulheres que a história não registrou, mas vidas que ajudaram a contar e recriar nossa própria história num plural de diversidades e subjetividades, inerentes a esses: *diferentes corpos*.

Nesse contexto, discutir a história do futebol feminino em nosso país, portanto, é um desafio não apenas por percebermos que um profundo resgate de histórias cotidianas precisa ser realizado, histórias que sucumbiram ao esquecimento e a uma invisibilidade que lhes foram impostas, mas também estarmos tratando de memórias que trazem luz a temas e pessoas consideradas “desviantes” e questionadoras de normas e padrões sociais, ou seja, sujeitos ex-cêntricos. Esse desafio ganha outra dimensão quando percebemos que precisamos colocar em lugar de destaque histórias cotidianas que tratam de modo genérico, de nossas próprias histórias enquanto um corpo social perpassado por valores conflitantes, sobreviventes e presentes numa dina-

micidade mutante, inerente a pluralidades e subjetividades, enquanto característica humana, que por si só é pulsante.

Referências

ADELMAN, Mirian. A mulher como instrumento de poder no esporte de rendimento. In: *III Fórum de debates sobre mulher & esporte – mitos e verdades – Fórum Internacional*, setembro de 2004. 239 p.

DEVIDE, Fabiano. *Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos*. Ijuí: Unijuí, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. 262 p.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Pode a mulher praticar o futebol? In: Carrano, Paulo César (Org.). *Futebol: paixão e política*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000. 155p.

KNIJNIK, Jorge Dorfman & VASCONCELOS, Esdras Guerreiro. *Com a cabeça na ponta da chuteira – ensaios sobre a psicologia do esporte*. São Paulo, Annablume/Ceppes, 2003. 132 p.

LOURO, Guarcira Lopes. FELIPE, Jane. GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 192 p.

MORAES, Enny Vieira. Uma história parcial do futebol; ou: não existe futebol feminino no Brasil? *Recorde: Revista de História do Esporte*. Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer e Programa de Pós-Graduação em História Comparada/IFCS/UFRJ. v. 2, n. 1, jun. 2009. Disponível em: www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde

MOURÃO, Ludmila. SOUZA, Gabriela C.: Narrativas sobre o Sul-Americano de judô de 1979: a legalização do judô feminino no Brasil. In: Goellner & Jaeger (Org.). *Garrimpando memórias: esporte, educação física, lazer e dança*. 2. ed. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007. 160 p.

PERROT, Michelle: *Minha história das mulheres*. Trad. Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.190 p.

RAGO, Elisabeth J. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007. 274 p.

ROMERO, Elaine. A Hierarquia de gênero no jornalismo esportivo. *III Fórum de debates sobre mulher & esporte – mitos e verdades – Fórum Internacional*, setembro de 2004.

<http://www.globoesporte.com>, Rio de Janeiro, de 05 dez. 2007, atualizado em 05/12/2007 – 16:42 h.

<http://www.guaranifutebolfeminino.hpg.ig.com.br/curiosidades.html>, Acesso: 26 Ago. 2009 – às 10:00 h.

<http://video.globo.com/Videos/Busca/0,7959,00.html?t=futebolfeminino>. Acesso: 17 Mar. 2009 – às 10:23 h.

http://search.gazetaesportiva.net/historia/seculo/natacao/nat_dawn.htm, Acesso: jun. e jul. 2009

<http://www.google.com.br/search?q=Dawn+Freser+fotos&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a>, Acesso: jun. e set. 2009 – às 11: 25 h.

Desterradas na própria terra? O nacional e o estrangeiro nos diários de Helena Morley e de Cecília de Assis Brasil

Marinete dos Santos Silva

Resumo: Este artigo analisa alguns exemplos de hibridismo cultural presentes nos diários de Helena Morley e de Cecília de Assis Brasil, e o modo como, através de seu ponto de vista feminino, conciliam em suas idéias sobre temas variados (moral do trabalho, escravidão, política, vida no campo) influências culturais nacionais e estrangeiras.

Palavras-chave: Cecília de Assis Brasil. Helena Morley. Identidade Feminina. Identidade sociocultural. História das Idéias.

Abstract: This article examines some examples of cultural hybridism in the journals of Helena Morley and Cecilia de Assis Brasil, and how they, by a female point of view, are able to combine in their ideas on various topics (moral labour, slavery, politics, country life), national and foreign cultural influences.

Keywords: Cecília de Assis Brasil. Helena Morley. Female Identity. Sociocultural Identity. History of Ideas.

Daniela Kern. Doutora em Letras (PUCRS), Pesquisadora PRODOC e Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS. danielapmkern@yahoo.com.br.

Texto recebido em 27/02/2009.

O diário de Helena

Estimulada pelo pai, Alice Dayrrel Caldeira Brant, entre seus 13 e 15 anos, manteve um diário no qual escrevia tudo o que acontecia a ela e aos seus em Diamantina. Alice era neta de um médico inglês, seu pai procurava diamantes, e sua mãe, de tradicional e rica família da cidade, cuidava da casa e dos filhos. A menina Alice cresceu, os diários foram deixados de lado até que seu marido, Mario Brant, com quem se casara aos 18 anos e que se tornara um importante banqueiro em Minas Gerais, estimula-a a publicá-los, o que acontece em 1942. Na obra editada, Alice transforma-se em Helena Morley, e seus diários recebem o título de *Minha vida de menina*.

A jovem Helena convive em Diamantina com códigos culturais diversos (a ética do trabalho inglesa do pai, a religiosidade católica da família materna, de origem portuguesa, e a fabulação dos ex-escravos) e precisa fazer com que, juntos, tais códigos façam sentido para ela. Além disso, há seu temperamento, suas preferências. Helena vai direto ao ponto: gosta de festas, de alegria, gosta de aproveitar a vida, como escreve em 4 de maio de 1893, quinta-feira.

O dia pior para mim é o dia seguinte a qualquer festa. Mamãe é que tem pena de mim porque diz que eu não vou ser feliz com este gênio de querer aproveitar tudo; que a vida é de sofrimentos. Mas eu é que não serei tola de fazer de uma vida tão boa uma vida de sofrimentos.¹

Ao seu gosto por festas ela deve ajustar a necessidade de trabalhar. Seu pai, Alexandre, como inglês típico, valoriza sobretudo o trabalho com as próprias mãos. E sua mãe, Carolina, adere integralmente à moral do trabalho do marido. Ela, que fora criada servida por vasta escravaria e cujas irmãs estão também acostumadas a serem servidas, faz questão de trabalhar nos afazeres domésticos e de estimular os próprios filhos ao trabalho, conforme a entrada de 26 de julho de 1893, quarta-feira:

¹ MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 52.

Passei roupa até agora e ainda não acabei tudo. Amanhã vou me levantar cedinho, arear meu quarto, terminar a roupa e deixar tudo prontinho. Como vamos sempre às oito horas, terei tempo. Levo os livros e estudo as lições no campo. Mamãe não gosta de ter criada porque diz que nós precisamos de trabalhar.²

Os irmãos de Helena, como ela, são acostumados a trabalhar, em contraste com seus primos de origem portuguesa, que apenas brincam e estudam. Tal costume, no entanto, por vezes entra em conflito com a visão colonial portuguesa do trabalho como tarefa de escravos, o que Helena perspicazmente percebe quando, em 27 de setembro de 1893, quarta-feira, conta o que aconteceu com seu irmão Nhonhô na Santa Bárbara:

Mamãe contou que na Santa Bárbara, quando iam para a Água Quente de manhã, Bibiana fazia uma trouxa das toalhas e das roupas e dizia a Nhonhô: “Toma, Joãozinho, leva; você gosta”. Mamãe não se importava. Meus irmãos são criados no trabalho. Meu pai diz que na Inglaterra não há negros e são os brancos que trabalham. Diz que um homem do povo, se for inteligente, trabalhador e direito, pode chegar a ser ministro da Rainha.³

Em outra ocasião, quando passeavam na fazenda de seu João Pereira, Bibiana, prima de Helena, não admite que seu irmão mais novo, Zezé, carregue o feixe de caninhas que seu João ofereceu aos meninos, pois não é “negrinho de senzala”; por outro lado, não vê problema em que o primo, o pequeno Nhonhô, faça a mesma tarefa. A mãe de Helena indigna-se, deixa que sua criação como dona de escravos fale mais alto do que a ética do trabalho do marido e impede que Nhonhô carregue o tal feixe. O marido, ao saber do ocorrido, seguro da identidade inglesa do filho, isto é, convicto da superioridade racial e cultural dos ingleses sobre os africanos, manda que Nhonhô trabalhe como antes. Ou seja, se para a mãe de Helena o trabalho ainda é um fator que, em momentos decisivos, distingue a identidade de negros e brancos, para o pai essa identidade

² *Idem*, p. 70.

³ *Ibidem*, p. 90-91.

se apóia em outras bases, o que deixa intacta a moral do trabalho inglesa. Se para a mãe de Helena um branco trabalhando pode assemelhar-se a um negro, para o pai dela, trabalhando ambos ou não, brancos e negros são essencialmente diferentes. O raciocínio do pai é explicado por Helena em outra passagem, de 14 de dezembro de 1895, sábado:

Meu pai não deixa meus irmãos ficarem sem trabalhar, dizendo que o trabalho só desonra aqui, porque só os escravos é que trabalhavam e que onde não havia escravos o trabalho é honroso. Na nossa família nunca ninguém deixou um filho carregar um embrulho na rua. Só pensavam em fazê-los doutores. E agora como vai ser?⁴

Helena descreve em 10 de fevereiro de 1894, sábado, outra situação em que conflito semelhante se fez presente:

Nunca nos aconteceu, desde que meu pai minera na Boa Vista, voltarmos tantos dias antes de acabarem as férias como agora. [...].

Fomos indo muito bem até a menina adoecer. Virgínia dormia no quarto pegado ao nosso. De noite a menina dela acordou chorando de dor de barriga. Pulei da cama, corri ao quarto e tomei a menina para ninar. Apertei a barriguinha de um jeito que a pobrezinha calou e fiquei passeando com elas cantando até que ela ferrou no sono. Pus a menina na cama e ela foi num sono só, até o dia seguinte.

Na outra noite a mesma coisa. Levantei-me e fiz como na véspera. No terceiro dia mamãe me segurou: “Não vá! Que bobagem é essa agora de passar as noites pajeando negrinha?”. E não me deixou sair.⁵

Helena, impedida pela mãe, não atende a menina. A mãe da menina, Valéria, constrangida pelo choro, dá uma palmada na pequena, e Helena não se agüenta: “[...] fui buscar a menina. Deixá-la chorar de dor e ainda por cima apanhar, eu não podia ver. Não cheguei a ficar com ela meia hora. A coitadinha soluçou, até dormir”.⁶ É interessante como ela concilia, nessa história, as influências das diferen-

⁴ *Ibidem*, p. 322.

⁵ *Ibidem*, p. 124-125.

⁶ *Ibidem*, p. 125.

tes visões de mundo da família do pai e da mãe. Mais uma vez, aqui, seu pai e sua mãe comportam-se de modo diverso diante do problema que se apresenta: Helena está pajeando uma negrinha. Que fazer? Para o pai isso não é incômodo: “Se não temos outro jeito a dar, é ter paciência”.⁷ Como já vimos, não é no trabalho que ele localiza a diferença entre negros e brancos. Já para a mãe de Helena a situação é intolerável: “Você não sabe como eu fico aborrecida de vê-la sair da cama com este frio, e ficar descalça carregando negrinha dos outros”.⁸ Servir um negro para ela é rebaixar-se. A própria Helena afirma que se a menina fosse branca, não haveria problema algum. Helena gosta muito de crianças, independentemente de sua cor:

Eu dou razão a mamãe de ficar zangada comigo. Mas que hei de fazer se não posso mudar meu gênio? Penso que se a menina fosse branquinha mamãe não se incomodava. Mas ela sempre ralha da gente pajejar negrinhos. Que culpa têm os pobrezinhos de serem pretos? Eu não diferença, gosto de todos.⁹

Nesse seu modo de ver existe, se atentarmos bem, um pouco da postura do pai no momento em que não há problema para ela em servir a um negro, não é o trabalho que define sua identidade, como deixa claro nessa passagem de 26 de abril de 1894, quinta-feira, em que descreve as suas muitas tarefas domésticas e conclui com uma inusitada comparação entre o trabalho escravo e o seu:

Eu sou a mais pobre da minha roda. Vejo a diferença da minha vida e das outras e não as invejo. Se elas soubessem os meus serviços em casa e na Chácara teriam pena de mim; no entanto eu gosto muito de todos eles. Em casa tenho de passar as roupas a ferro, fazer a arrumação e nas quintas-feiras arear a metade da casa. [...]. Na Chácara ajudo a apanhar jabuticabas e espremer para fazer vinagre, a apanhar café, a colher frutas. Ajudo a fazer molhos de verduras para vender, a fazer velas e outras coisas mais. [...].

Não sei por que até hoje todo o mundo diz que tinha pena dos escravos. Eu não penso assim. Acho que se

⁷ *Ibidem*, p. 125.

⁸ *Ibidem*, p. 125.

⁹ *Ibidem*, p. 126.

fosse obrigada a trabalhar o dia inteiro não seria infeliz. Ser obrigada a ficar à toa é que seria castigo para mim.¹⁰

Helena gosta de festas, como já destacamos, mas é muito ativa e o trabalho é por ela encarado como uma boa maneira de gastar seu tempo e sua energia. Logo, seu entendimento do trabalho é bem mais pragmático do que o de seu pai, que transforma o trabalho em um ideal, em uma forma de enobrecimento do homem — Helena não pensa que trabalhando será mais nobre; ela acha, isso sim, que trabalhando evitará o tédio. Em seu pragmatismo, o trabalho, tanto para ela, quanto para os antigos escravos, é uma benção que impede o aborrecimento que é ficar “à toa”.

A diferença essencial entre a visão de Helena e a de seu pai no que diz respeito à definição da própria identidade por meio do trabalho reside, contudo, no seguinte: ainda que na prática adote a ética do trabalho, a menina não está convicta da superioridade de sua identidade inglesa, não se identifica com a cultura da Inglaterra e não acha que seja melhor do que a que encontra em Diamantina. Em gostos e modos de agir, são mais familiares para Helena os ex-escravos que a rodeiam do que os ingleses. Quando sua tia Madge a obriga a ir para a escola com uma sombrinha inglesa, Helena morre de vergonha e trata de esconder o malfadado objeto. Quando seu pai tenta lhe ensinar inglês, Helena se aborrece mortalmente e não faz questão nenhuma de aprender a língua. O trabalho, o desempenho das mesmas tarefas facilita a identificação, em alguns aspectos, de Helena com os ex-escravos, e a frouxíssima ligação com a cultura inglesa acaba por facilitar tal aproximação. Além disso, pela parte da família da mãe, há o exemplo do envolvimento afetivo com ex-escravos tratados como filhos desde pequenos. Esse envolvimento não é característico, sem dúvida, da parte inglesa da família, que mantêm distanciamento maior. Sobre o gosto que sua avó materna e sua tia tinham em criar crianças negras, Helena escreve o seguinte, em 18 de agosto de 1894, sábado:

¹⁰ *Ibidem*, p. 148-149.

Meu pai e mamãe sempre conversam em casa sobre a mania de vovó e Dindinha nunca passarem sem um crioulinho para criar e gostarem tanto como se fosse branco. Cada uma tem sempre o seu. Se aquele cresce já vem outro para o lugar.

Vovó sempre cria negrinhas e Dindinha negrinhos. Quando são pequenos eu não me admiro, porque eu também gosto muito de menino pequeno e acho muita graça no Joaquim que Dindinha está criando agora. Ela o manda fazer gracinhas para nós e ele é muito engraçadinho. Mas gostar de negrão é que eu acho uma coisa esquisita.

Nestor é um negrão muito entonado e faz muita jeriza na gente a liberdade que ele toma na Chácara. Abre os armários de Dindinha e tira o que ele quer. Dindinha já o pôs no ofício de sapateiro mas ele não pára na tenda; está sempre em casa.¹¹

O hibridismo entre as diferentes visões de mundo herdadas por Helena também se faz presente nessa passagem. Como a avó e a tia, Helena gosta de criar crianças negras. Mas como o pai, ainda que por motivos diferentes, Helena valoriza o trabalho. Como Helena não é propriamente igualitarista, acredita piamente que negros e brancos são de naturezas distintas. Exemplo é seu comentário sobre Margarida, integrante de uma família de “negros limpos e bem-educados”. Ao saber que ela teve um filho e não observou resguardo, voltando ao trabalho imediatamente, Helena conclui, espantada, em 28 de dezembro de 1895, sábado: “Não é tudo tão diferente com essa gente?”¹² Assim, poucas coisas parecem irritar mais Helena do que um negro adulto que não trabalha. A condescendência que ela apresenta para com os primos brancos, na mesma situação, desaparece quando se trata de Nestor, o filho de criação negro de sua tia. Se um branco adulto que não trabalha é tipo por mimado, um negro adulto é visto, para dizer o mínimo, como vagabundo. O não-igualitarismo de Helena também se percebe quando narra o casamento de uma das ex-escravas de sua avó, Florisbela:

Vou escrever aqui o que aconteceu hoje na Chácara de

¹¹ *Ibidem*, p. 178-179.

¹² *Ibidem*, p. 332.

vovó e que é muito triste. As negras da Chácara do tempo do cativo são todas pretas, mas não sei por que saiu uma branca e bonita. Chama-se Florisbela mas nós a tratamos de Bela. Ela casou com um negro que faz até tristeza. No dia do casamento houve uma mesa de doces e fazia pena ver Bela sentada perto do noivo, coitada. Marciano é o negro mais estimado da Chácara. Aprendeu o ofício de ferreiro e entra na sala para cumprimentar vovó e minhas tias. Mesmo assim eu não queria que Bela casasse com ele. Ela é tão bonitinha! Parece até uma rosa-camélia, clara, corada e com uns dentes lindos. No dia do casamento meu pai disse: “É um brilhante no focinho de um porco”. Todo mundo teve pena. Mas ela quis e vovó diz que gostou porque Marciano é muito bom e trabalhador.¹³

Florisbela, “branca e bonita”, merecia partido melhor do que um negro, na opinião da inglesinha. Aqui a admiração de Helena pelo trabalho cede lugar ao convencimento estético de que brancos são mais bonitos do que negros. Sua avó, surpreendentemente, é que toma o partido mais “esclarecido” na situação. A única que gostou do casamento, ela não levou em consideração a cor de Marciano na hora de emitir opinião, e sim o seu caráter (“muito bom e trabalhador”).

Quando questões estéticas não estão envolvidas (negros casando com brancas), muito menos o pouco gosto de alguns negros adultos pelo trabalho, verdade seja dita, Helena mostra toda a sua simpatia para com os ex-escravos que habitam Diamantina. Na escola, chega mesmo a preferir os professores negros, contrariando as crenças de seu pai, e assim se justifica, em 22 de novembro de 1895, sexta-feira:

Fiquei no banco de trás, abri o livro e estava copiando o ponto sossegada; quando olho para a mesa, vejo Dr. Teodomiro olhando para mim e rindo. Levei um grande susto, peguei o livro e escondi na gaveta. Ele percebeu meu sobressalto, tomou um jornal e tapou a cara para não ver. E não disse nada.

Como se pode ser tão bom como o nosso professor Dr. Teodomiro! Depois meu pai ainda diz que gente escura

¹³ *Ibidem*, p. 127.

não presta. Na Escola, pelo menos, os melhores são ele e Seu Artur Queiroga. Os brancos são crus de ruindade.¹⁴

A visão complexa de Helena sobre os negros e sobre o trabalho mistura, em diferentes medidas, tanto atitudes “esclarecidas” quanto atitudes “preconceituosas” decorrentes dos modos de pensar inglês e colonial brasileiro. Roberto Schwarz, no ensaio *Outra Capitu*, vê Helena como uma heroína das Luzes, uma menina esclarecida perdida no meio da “barbárie” colonial: “Digamos que a escrita de Helena é impulsionada por uma força de ligação cujo adversário são as segregações e formas de estupidez peculiares à sociedade brasileira de matriz colonial”.¹⁵ Essa afirmação, no entanto, não parece condizer com a realidade. O pensamento de Helena não apresenta “idéias fora do lugar”, não se trata de olhar o país com liberais olhos ingleses. O pensamento de Helena extrai empatia para com o próximo da “matriz colonial” criticada por Schwarz (como sua avó, adora cuidar de crianças negras), e também extrai o respeito ao trabalho da cultura inglesa. Se ele é, em boa medida, consideravelmente liberal para sua época, é por misturar, de uma forma peculiar, duas culturas diferentes, e não por representar, como quer Schwarz, a superioridade de um sistema de pensamento (seja a ética do trabalho inglesa, seja o Iluminismo francês) sobre o outro.

O diário de Cecília

Cecília de Assis Brasil nasceu em Washington, no dia 26 de maio de 1899. Seu pai, Joaquim Francisco de Assis Brasil, era, então, embaixador brasileiro nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, Assis Brasil constrói o castelo de Pedras Altas, no município que viria a se chamar Pinheiro Machado, e para lá se muda com a família em 1914. A jovem Cecília inicia, no Castelo, a escrita de um diário que, ao longo dos anos, servirá tanto para guardar suas impressões de leitura, suas observações sobre a natureza, quanto para registrar o cotidiano da família a fim de manter seu pai, constantemente viajando, informado.

¹⁴ *Ibidem*, p. 316.

¹⁵ *Ibidem*, p. 70.

Seus diários não foram publicados em vida. Apenas em 1983 foram organizados pelo jornalista Carlos Reverbel que, com a permissão de Joaquina de Assis Brasil, a Quimquim, irmã de Cecília, pôde publicá-los em livro. Note-se que os diários publicados não contêm o texto integral: são uma seleção de Reverbel, que escolheu junto aos cadernos, muitos incompletos (alguns foram perdidos, como os referentes aos anos de 1919 a 1922), os trechos que lhe pareceram mais interessantes.

Nos diários publicados de Cecília, desde o primeiro caderno percebe-se o gosto da autora pela cultura e pela linguagem gaúcha. Cecília, que vive no campo, em primeiro lugar deixa bem claro que não o troca por nada, como se percebe nessa entrada do dia 24 de outubro de 1916, terça-feira:

Demos umas voltas a pé, de tarde, e as minhas companheiras tentaram convencer-me que São Paulo ou Paris são melhores do que o Ibirapuitã. Quando for a esses lugares saberei ao certo, mas por enquanto agarro-me ao meu ideal: a vida do campo. Sou assim, e agora? Tenho plena confiança de que meu amor ao campo nunca cessará de crescer.¹⁶

Cecília envolve a vida no campo em uma aura poética: trabalhar junto à natureza, ajudá-la a fazer o seu trabalho cultivando a vida, é o que embeleza o mundo, e não há melhor lugar para isso do que o campo. Esse credo de Cecília está exposto em outra entrada de 1916, do dia 25 de dezembro, uma segunda-feira, na qual discorre sobre sua vontade de cozinhar para a família:

De noite pedi à Mamãe que me deixasse um dia cozinhar. Ela me deu licença para fazer o almoço amanhã. [...]. Todos deviam nascer com o firme propósito de embelezar e tornar perfeito o canto do mundo em que vivem; por menor que seja, o esforço sempre há de aparecer. Tenho verdadeira pena de quem nunca comeu sequer uma batata plantada pelas suas próprias mãos, bem como dos que não conhecem os encantos que há na criação de um guacho, que nunca souberam como é bom colher flores no jardim onde se tenha acompa-

¹⁶ ASSIS BRASIL, Cecília de. *Diário* (1916-1928). Porto Alegre: L&PM, 1983. p. 12.

nhado o desenvolvimento da planta, desde o primeiro broto saído da terra negra até alcançar os raios do sol, até o abrir das pétalas em flor.¹⁷

Já o amor pelo Rio Grande do Sul, cujos campos são idealizados por Cecília, é francamente expresso no início da Revolução de 1923, em trecho de carta enviada à amiga Alzira que copiou em seu diário em 16 de maio daquele ano, quarta-feira:

Se for possível, manda-me notícias da minha terra e da nossa gente. Agora, mais do que nunca, tenho orgulho de ser rio-grandense. Repara bem: só o Rio Grande teve coragem de reagir contra esse governo infame, e Deus sabe com que sacrifícios. Creio mesmo que o atual esforço do Rio Grande é o princípio da reabilitação da República, pois nunca se viu neste País movimento político igualmente nobre.¹⁸

Seu pai acabara de perder as eleições para a presidência da Província, resultado notoriamente fraudulento. O pleito ocorreu em novembro de 1922, mas a apuração dos votos (32.216 para Assis Brasil contra 106.360 para Borges de Medeiros) foi realizada apenas em janeiro de 1923.¹⁹ Foi esse o estopim para a Revolução de 1923, e é a ela que Cecília se refere no trecho que acabamos de citar.

Mas voltemos a 1917. Cecília presta muita atenção na linguagem dos gaúchos. As expressões que considera pitorescas cita sempre entre aspas, como as que aparecem no relato da demonstração do uso de boleadeiras, por seu pai, em 3 de março daquele ano, domingo: “No meu conceito, o dr. Martinho ‘lavrrou um tento’ hoje. Papai trouxe as boleadeiras do escritório para mostrar aos paulistas como se faz um ‘tiro de bolas’”.²⁰ Outro exemplo é o comentário que faz sobre a lua que apareceu após um temporal, no sábado, 2 de janeiro de 1926:

Ontem veio um pé de vento. O tempo armou-se, fuzilou, caíram mesmo uns pingos. Mas daí a pouco subiu a lua encarnada e “desgastou as nuvens”, como dizem os gaúchos. O Papai disse bem: “em tempos de seca até chuva é sinal de seca...”²¹

¹⁷ *Idem*, p. 24-25.

¹⁸ *Ibidem*, p. 60-61.

¹⁹ TAVARES, José Antônio Giusti. *Representação política e governo: J. F. de Assis Brasil dialogando com os pósteros*. Canoas: Ed. ULBRA, 2005, p. 19.

²⁰ ASSIS BRASIL, Cecília de. *Op. cit.*, p. 41.

²¹ *Ibidem*, p. 96.

E a linguagem tipicamente gauchesca adotada por um hóspede, João Cavalheiro, definitivamente a diverte, como registra no dia 28 de julho de 1927, quinta-feira:

Chegou um moço, com um cavalo de tiro. Vem fugindo das perseguições dos chimangos. Trouxe um cartão de recomendação do Zeca Martins, em cuja estância ele estava. Chama-se João Cavalheiro. É revolucionário de 24 e 25 e fez toda a cruzada de 26 com a gente do coronel Favorino, na coluna do Zeca Neto. Chegou ao posto de capitão. Ele tem nos contado muita coisa interessante [...]. O capitão João Cavalheiro recebeu nove balaços no corpo e teve uma perna quebrada. Conta suas aventuras na linguagem pitoresca dos gaúchos, dando graças a Deus que a bala que lhe atravessou o “figo” não lhe tivesse furado o “felix”. Teve o pulso, o estômago e o pulmão varados à bala. Ferido, esteve escondido nuns matos, sendo afinal encontrados pelos companheiros, abichado numa perna. E agora anda por aqui, são e salvo. Nem rengueia.²²

Até aqui destacamos apenas as passagens em que Cecília está atenta à cultura regional. Mas ela também presta atenção no contato entre a cultura gaúcha e a platina, e nos resultados dessa mistura, desse hibridismo cultural, como se pode apreender nessa passagem de 9 de janeiro de 1928, segunda-feira:

O velho Cantalício está aqui. Ontem de noite, ele nos contou uma porção de histórias de fadas e a do Ali Babá. Tudo naquela linguagem pitoresca, misturando brasileiro com castelhano. Nas suas histórias os reis recebem os príncipes com um mate e mandam desencilhar e atar o cavalo na ramada. Quando Ali Babá e os 40 ladrões chegam na pedra da caverna encantada, gritam: “Abrite, perejil sin ojas”.²³

E também nessa outra, registrada em 10 de janeiro do mesmo ano, terça-feira, que dá prosseguimento à anterior:

²² *Ibidem*, p. 148-149.

²³ *Ibidem*, p. 173-174.

Papai preparou uma guampa, com fundo de salso, para tomar apoio e coalhada. Há muito tempo que ele dese-

java ter uma guampa para esse fim. Enquanto raspava e limava o pedacinho de salso para adaptar no fundo da guampa, mandou-me ler alto uma viagem maravilhosa de Fernão Mendes Pinto (o Marco Polo português), publicada em 1614. O velho Cantalício despediu-se e voltou para o Berachi. Antes de sair fez considerações sobre as vantagens do cavalo de trote bem duro e mau cômodo, principalmente no verão. Ei-las, nas suas palavras: “Você empeza uma viagem num cavalo de cômodo bom, vai troteando ou marchando e vai aquecendo; agora, num cavalo de trote duro, você vai sacudindo e saltando e a fresca vai passando por baixo”.²⁴

Pelas passagens citadas, poderíamos imaginar Cecília como uma moça gaúcha típica do campo, amante da natureza e dos costumes de sua terra, e curiosa com relação aos hábitos dos vizinhos. No entanto, em vários outros trechos dos diários, como veremos, a atipicidade de Cecília e de sua família aparece com clareza. E essa atipicidade reside justamente no modo como os Assis Brasil incorporam no seu dia-a-dia idéias e costumes recebidos de diferentes estratos culturais e de diferentes países. Os Assis Brasil diferiam da média dos gaúchos da época, a começar pela educação. Assis Brasil contratava governantas estrangeiras para ensinar os filhos em casa, proporcionando-lhes tanto o domínio de diversas línguas (francês, inglês, alemão) quanto uma visão cosmopolita da vida. Quimquim, em uma entrevista, nos conta o que os chimangos, inimigos de seu pai, então pensavam sobre essa forma de educar:

Esse sistema de educação que papai deu aos filhos, os chimangos achavam muito antipatriótico. Diziam que se alguém quisesse ver um caso de anti-patriotismo, era só ir a Pedras Altas para ouvir sussurros em inglês, francês e alemão. Achavam isso muito freio (risos).²⁵

A crítica dos Chimangos não alterou a educação recebida em Pedras Altas. Sem nenhuma afetação, Cecília utiliza expressões em inglês e francês no relato sobre uma de suas travessuras, a fritada de cobra preparada por Quimquim com sua conivência,

²⁴ *Ibidem*, p. 174.

²⁵ ENTREVISTA com Joaquina de Assis Brasil. In: ROCHA, Arthemiza Weimann et al. *J. F. de Assis Brasil: interpretações*. Santa Maria: Ed. UFSM, 1995. p. 129.

relato escrito em 29 de outubro de 1916, domingo:

A Quim preparou a fritada de lambaris com cobra. E ela mesma a serviu, no almoço. Tivemos um *succès fou*. No prato da Bá ela descarregou quase unicamente pedaços de cobra. *Are you linking them?* A Bá respondia dizendo que só deixara o que não podia comer. E afastava delicadamente o espinhaço da cobra para a beira do prato. A Maninha e a Dina também comeram, mas em menor quantidade. Quando revelamos, no fim do almoço, o que haviam ingerido, elas ficaram horrorizadas. Depois Maninha, ainda horrorizada, passou-nos tremenda capina.²⁶

A brincadeira inglesa dos irmãos convive pacificamente com uma referência ao Antônio Chimango, a famosa obra de Ramiro Barcelos, nessa outra entrada do diário, de 1 de novembro de 1916, quarta-feira:

[...] Brincamos o jogo do *I'm seeing a person that you can't see*. Mateamos tanto que esvaziamos duas chaleiras. Armava-se um temporal, como está no Antônio Chimango: “Quem isto sabe não erra:/Um cheirinho assim de terra,/ Que vem de lá não sei d’onde/ Avisa que não se ronde,/ Mas que se busque uma encerra”.²⁷

E também não há conflito algum entre a leitura de Kipling em inglês e o cultivo de uma gauchíssima plantação de cuias, conforme lemos nesse trecho de 10 de janeiro de 1917, quarta-feira: “Li até a madrugada, terminando *Days Work*, de Kipling. A Iolanda está um pouco melhor. Encontrei uns poronguinhos, recém-nascidos na minha plantação de cuias”.²⁸

Expressões em inglês aparecem mesmo quando Cecília fala sobre a preparação para o eminente conflito de 1923, na quarta-feira, 3 de janeiro daquele ano: “Os jornais continuam a trazer notícias alarmantes. Parece que o Chimango está distribuindo armamentos. *We are prepared!*”.²⁹

Carlos Reverbel já havia observado muito bem que uma das peculiaridades do diário de Cecília é o fato de reverberar o *modus vivendi* de sua família: “[...] bem diferente é este Diário, pois Cecília de As-

²⁶ ASSIS BRASIL, Cecília de. *Op. cit.*, p. 14.

²⁷ *Idem*, p. 15.

²⁸ *Ibidem*, p. 34.

²⁹ *Ibidem*, p. 52.

sis Brasil nele projetou não apenas sentimentos, vivências e observações individuais, mas sobretudo o singular estilo de vida de sua família, extraordinariamente coerente e bem estruturado”.³⁰ Isto é, a maneira cosmopolita de amar sua terra de origem é, sem dúvida, herança das idéias recebidas por seu pai, idéias que podemos acompanhar em um de seus alentados discursos, *Ditadura, Parlamentarismo, Democracia*, proferido no Congresso que criou o partido Republicano Democrático, em Santa Maria, a 20 de setembro de 1908.

Antes de mais nada, Assis Brasil é um árduo defensor da educação em uma época na qual se cogitava que os problemas da nação poderiam ser uma questão de raça:

O modo de livrar o povo d’essa funesta illusão e de outras eguaes é fazel-o educado e prospero. Ora, parece que, proclamando esta verdade, eu não pretendo virtude alguma especial para o nosso partido; porque não é admissível que nenhum outro partido deixe de ter tão bons desejos como o nosso de desenvolver a educação e a riqueza da comunidade, e sou o primeiro a admitir muito sinceramente da existencia de um partido, não só aqui, mas em qualquer parte do mundo já liberta das tristes aberrações do obscurantismo medieval, composto de monstros taes que não desejassem ver a patria esclarecida e próspera. Não bastam, porém, bons desejos. É o caso de repetir uma sentença de que já fiz uso: — todos amam a pátria; nem todos *sabem* amal-a.³¹

Além disso, Assis Brasil, ao contrário dos chismangos, entre os quais muitos simpatizavam com o separatismo, defende sempre que o Rio Grande do Sul seja pensado em termos nacionais:

Esta tem sido a principal causa do frisante contraste que se nota entre o brilhantismo e a innocuidade do papel que o Rio Grande tem representado na política brasileira. Ainda que tal não digam claramente, parece que os nossos mais conspicuos conterraneos teem sempre entendido que é preciso ser mais Riograndense que Brasileiro. Compreende-se que tal concepção do patriotismo pôde ser tudo, menos sympathica aos nossos ir-

³⁰ REVERBEL, Carlos. Introdução. In: ASSIS BRASIL, Cecília de. *Diário* (1916-1928). Porto Alegre: L&PM, 1983. p. 5-6.

³¹ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Dictadura, parlamentarismo, democracia*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1927. p. 44.

mãos das outras secções do territorio da Patria. Eu não; eu considero-me muito mais Riograndense, sendo Brasileiro, do que sendo apenas Riograndense.³²

O bairrismo deve ser evitado a todo custo, em áreas importantes como a política:

A verdade que resalta d'esses ensinamentos é que o que faz o estadista não são simplesmente as qualidades pessoaes, mas sobretudo o principio, o espirito que o homem representa. Se o Rio Grande quer collaborar nos negócios da nação, aspirando a alguma cousa mais que ter assento nos conciliabulos da intriga politica, onde se architectam combinações ephemeras ou negativas — é preciso que compareça na arena da grande e saudavel competencia nacional, ostentando principios em harmonia com a opinião e o sentimento do paiz. E os partidos aqui formados, por mais dignos de respeito que sejam os seus sustentadores, estão condenados pela logica das cousas a debater-se perpetuamente na jaula estreita do bairrismo, emquanto não abrirem mão da pretensão absurda de submeter o Brasil ás suas novidades ou ás suas velharias.³³

O bairrismo, para Assis Brasil, é danoso pela atitude que implica, a de ignorar a cultura alheia, fechando-se na própria cultura. Esse tipo de atitude faz com que seus adeptos, muitas vezes, acreditem ingenuamente que estão inventando a roda, como assevera Assis Brasil na irônica crítica que dirige a Borges de Medeiros:

Estas idéas, como tudo quanto aqui digo teem um merito, se lhe faltarem quaesquer outros: é que não são inventadas por mim. São antigas e sabidas como a sciencia (sic) de bem governar. O que ellas não podem realmente é ser inventadas. Aos distinctos patricios que nos teem governado, por exemplo, ellas não impressionaram tanto como o prurido de inventar systemas originaes de govêrno, porque ellas deviam participar da soffregudão propria da adolescencia do espirito inexperiente, Tudo quanto elles não viram era e é como se não existisse. Não foi certamente falta de boa vontade o que fez a esterilidade patente dessa decima parte

³² *Idem*, p. 49.

³³ *Ibidem*, p. 58.

do seculo durante a qual nos governou o nosso honrado conterraneo sr. Borges de Medeiros. Que podia elle ter aprendido, limitando o seu ardor de viajante, por agua e por terra, ao trajecto de Porto Alegre à Cachoeira e da Cachoeira a Porto Alegre, e ainda assim privado de ver e observar, com o cerebro sempre povoado dos intrincados problemas de fazer e — sobretudo de desfazer — eleições? (Grandes risadas e applausos)³⁴

Olhar para outras culturas, no entanto, não significa copiá-las pura e simplesmente. Assis Brasil argumenta que, mesmo para a criação de instituições originais, o intercâmbio cultural é necessário:

Em palavras anteriores eu alludi á espontaneidade com que elle [Pedro Moacyr] acolheu o meu conceito de que — não deviamos copiar os Anglo-Saxões da Europa, nem os da America, mas que deviamos reger-nos por uma organização original. Naturalmente, originalidade não quer dizer precisamente invenção. Nada há novo debaixo do sol, e menos ainda em materia de constituições politicas. A nossa originalidade deve consistir em não admittirmos instituição alguma só porque opera bem em determinado povo. Devemos, antes de tudo, verificar se iria igualmente bem entre nós.³⁵

Os diários de Cecília são a concretização narrativa de um modo de vida que conseguiu ser coeso e bem estruturado ao fundamentar-se na interação com culturas estrangeiras sem nunca abandonar as raízes regionais, e é o exemplo acabado de mais uma das teorias de seu pai, a de que a unidade reside na variedade, teoria com a qual encerramos:

A minha theoria era então, como continúa a ser, que a unidade reside na variedade. Não é preciso que um ser qualquer esteja formado todo elle da mesma e unica substancia para não deixar de ser uno. Tal unidade só seria possível, quanto ao mundo material, nos corpos simples, e quanto ao mundo moral, nas ideias primarias. É o que propriamente se chama identidade. A unidade dos organismos consiste na affinidade dos organs, em vista da harmonia do seu funcionamento. Cada organ, não sómente pôde, mas deve, ser diferente do

³⁴ *Ibidem*, p. 230-231.

³⁵ *Ibidem*, p. 275.

outro e dos outros, e isso não impede que todos trabalhem para uma finalidade única; essa diversidade é mesmo uma condição da unidade final, como a análise é uma condição da *synthese*.³⁶

Referências

ASSIS BRASIL, Cecília de. *Diário* (1916-1928). Porto Alegre: L&PM, 1983.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Dictadura, parlamentarismo, democracia*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1927.

_____. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1982.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ENTREVISTA com Joaquina de Assis Brasil. In: ROCHA, Arthemiza Weinmann et al. *J. F. de Assis Brasil: interpretações*. Santa Maria: Ed. UFSM, 1995. p. 125-131.

REVERBEL, Carlos. Introdução. In: ASSIS BRASIL, Cecília de. *Diário* (1916-1928). Porto Alegre: L&PM, 1983. p. 5-10.

ROCHA, Arthemiza Weinmann. Cronologia histórica. In: ROCHA, Arthemiza Weinmann et al. *J. F. de Assis Brasil: interpretações*. Santa Maria: UFSM, 1995. p. 35-99.

SCHWARZ, Roberto. Outra Capitu. In: _____. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 43-144.

TAVARES, José Antônio Giusti. *Representação política e governo: J. F. de Assis Brasil dialogando com os pósteros*. Canoas: Ed. ULBRA, 2005.

³⁶ *Ibidem*, p. 153.

**Situación económica y social de
las juventudes urbanas desde
una visión de género:
El caso de los Jóvenes Universitarios de
la Unidad Académica Profesional UAEM
Universidad Autónoma del Estado de México,
Campus Ciudad Nezahualcóyotl***

**Carlos Fonseca Hernández
Ma. Luisa Quintero Soto**

Resumo: Este documento analiza la situación económica, social y cultural de jóvenes universitarios de la Universidad Autónoma del Estado de México, sobre datos obtenidos a través del Programa de Tutorías. En el trabajo se observa la distribución del ingreso, la situación económica, los factores sociales y su incidencia en el aprendizaje escolar. Los jóvenes estudiados cursan sus estudios en la Unidad Académica Profesional Nezahualcóyotl, ubicado en el Municipio del Estado de México, Ciudad Nezahualcóyotl, que pertenece a la zona periférica del Valle de México, que tradicionalmente ha sido injustamente marginada como

Carlos Fonseca Hernández. Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad Complutense de Madrid, actualmente es investigador de la Unidad Académica Profesional UAP Nezahualcóyotl de la Universidad Autónoma del Estado de México UAEM. E-mail: carlosfonsecahernandez@hotmail.com.

Ma. Luisa Quintero Soto. Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad Iberoamericana, actualmente es investigadora de la Unidad Académica Profesional UAP Nezahualcóyotl de la Universidad Autónoma del Estado de México UAEM. E-mail: quinluisa@yahoo.com.mx.

Artigo recebido em 18/09/2009.

* Este artículo hace parte del proyecto denominado Evolución y situación actual del Desarrollo sustentable en el Municipio de Nezahualcóyotl, analizado desde la Categoría de Género. Estudio de caso del rescate ecológico del Basurero del Bordo de Xochiaca hacia el Proyecto Ciudad Jardín en Ciudad Nezahualcóyotl. Financiado por la Universidad de Autónoma del Estado de México y el Programa de Mejoramiento del Profesorado PROMEP; 01 octubre 2008–30 septiembre 2010.

“ciudad dormitorio” y lugar con pocas oportunidades de desarrollo. Este estudio analiza que la incorporación a estudios universitarios abre nuevas posibilidades a relaciones laborales, sociales y profesionales.

Palavras-chave: Jóvenes Universitarios. Pobreza. Desarrollo.

Abstract: This document analyzes the economic, social and cultural situation of university young people of Universidad Autónoma del Estado de México, on data collected through Programa Institucional de Tutoria Académica (Proinsta). In this document it is observed different factors such as the distribution of the incomes, the economic situation, factors and their incidence in the scholastic learning. The young people, who were subject to this work, attend their studies in the Academic Unit Professional Nezahualcóyotl, located in the Municipality of the State of Mexico, Nezahualcóyotl City, that belongs to the peripheral zone of the Valley of Mexico, that traditionally has been unfairly marginalized like “dormitory city” and a place with few development opportunities. This study analyzes that the incorporation to university studies open new possibilities to labor relations, social and professional.

Keywords: University Youngter. Poverty. Development.

Conceptos preliminares

El crecimiento económico es una de las metas más importantes que persigue toda sociedad, que implica un incremento notable en el ingreso y de la calidad de vida de los individuos que conforman un colectivo social. Para medir el crecimiento de una sociedad se puede hacer desde diversos ángulos como el nivel de consumo, la inversión, las tasas de interés, las políticas gubernamentales, el ahorro, etcétera. Sin embargo, existen otras variables no materiales que se consideran, como son la libertad de pensamiento, asociación, religión, intelectual, la democracia, el acceso a la educación y a la información y la opinión pública autónoma.

Metcalf¹ señala que el crecimiento económico tiene una compleja relación con el crecimiento del

conocimiento, a través del concepto de “capitalismo incesante”, dado que la idea de “capitalismo en equilibrio” es una contradicción en sí misma, dado que la vida humana es cambiante, incesante, continua y en permanente cambio. De tal forma que el crecimiento en el conocimiento se realiza a través de la innovación, los mercados, las instituciones, y en este caso la formación universitaria. El interés moderno por la relación entre crecimiento económico-conocimiento proviene del desarrollo de la contabilidad del crecimiento y del descubrimiento de que la tasa de acumulación de capital tangible podía explicar una pequeña proporción de la expansión económica medida, por lo cual, que nuestra comprensión del crecimiento del conocimiento no es tan fácil medirla a través de los métodos de análisis tradicionales. Por esta razón, el crecimiento del conocimiento se ha dado a través de la incorporación de la inversión en los equipos y en las habilidades humanas.

Es importante reconocer que cada proceso de incorporación a la tecnología es distinto por contexto geográfico, sistema político y cultura determinada. En este sentido, países como China, tiene altos índices de ingreso per cápita, ahorro y consumo, acceso a la educación en todos los niveles; pero en su propia constitución se contempla al Estado como la “dictadura del proletariado” donde muchas libertades normales de los países occidentales son restringidas notablemente.

Igualmente, para observar lo desarrollado que está una nación se incluyen aspectos materiales de acceso a niveles mínimos de bienes y servicios de calidad. En este sentido una medida homogénea describe el bienestar de una nación en los aspectos puramente materiales, es el Producto Interno Bruto (PIB), que mide el valor de los bienes y servicios finales producidos al interior de una economía en un año determinado. Por lo cual, el PIB es considerado como la medida de desarrollo económico, y por lo tanto, su nivel y tasa de crecimiento son consideradas metas por sí mismas. Para Morales² el crecimiento de la economía mexicana en los últimos veinticinco años refleja paradójicamente cuentas

¹ METCALFE, J. Stan. El conocimiento del crecimiento y el crecimiento del conocimiento. *Análisis Económico*, segundo cuatrimestre, año/vol. XVIII, número 038. Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco. México, D.F., 2003.

² MORALES CASTAÑEDA, Raúl. El crecimiento de la economía mexicana en los últimos veinticinco años: Cuentas alegres y realidades duras. *El Cotidiano*. Septiembre-octubre, año/vol. 21, número 139. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco, 2006.

alegres y realidades duras; al reconocer que el modelo económico de México ha permitido un crecimiento ilimitado de monopolios empresariales frente a la desigualdad que padece el resto de la población; a consecuencia de la mala distribución del ingreso, la corrupción y la falta de empleo con buenas condiciones laborales. Con lo cual, aunque en los datos que proporciona el PIB son aparentemente alentadores, en la realidad son muy duros, al verse extinguida la clase media mexicana para engrosar las filas de la pobreza.

Como se ha visto, la crisis económica mundial presenta el reto para la sociedad moderna de reconocer que es necesario cambiar el modelo económico neoliberal, y que las medidas que miden el bienestar humano como el PIB no son el desarrollo en sí, sino sólo son una medida un tanto ilusoria ya que es necesario garantizar que el crecimiento económico no alcance sólo a una pequeña minoría, sino que exista una adecuada distribución de la riqueza, conservando los recursos naturales para garantizarlos a generaciones futuras. De esta forma, la pobreza, la desnutrición, la corrupción y el analfabetismo, deben ser eliminadas para generar un crecimiento económico.

El ámbito del desarrollo sustentable puede dividirse conceptualmente en tres partes: ambiental, económica y social. Se considera el aspecto social por la relación entre el bienestar social con el medio ambiente y la bonanza económica. Deben satisfacerse las necesidades de la sociedad como alimentación, ropa, vivienda y trabajo, pues si la pobreza es habitual, el mundo estará encaminado a catástrofes de varios tipos, incluidas las ecológicas. Asimismo, el desarrollo y el bienestar social, están limitados por el nivel tecnológico, los recursos del medio ambiente y la capacidad del medio ambiente para absorber los efectos de la actividad humana. En otro trabajo consideramos que la sustentabilidad se entiende como el mejoramiento de las condiciones y relaciones naturales en que se reproduce la humanidad y se reconoce la necesidad de buscar el desarrollo sustentable como una alternativa frente a la economía depredadora.³ De esta forma, el

³ QUINTERO SOTO, Ma. Luisa; FONSECA HERNÁNDEZ, Carlos. *Desarrollo Sustentable: Aplicaciones e Indicadores*. México: M. A. Porrúa-Cámara de de Diputados, 2008.

crecimiento económico basado en modelos mercantilistas agravan el uso, manejo y aprovechamiento de los recursos naturales, ocasionando pérdidas cuantiosas ocultas en prácticas comerciales basadas en el engaño, en la dependencia del consumo y que lamentablemente acaban tanto con la solidaridad como con la especie humana.⁴

De esta forma, el desarrollo sustentable se entiende como el mejoramiento de las condiciones y relaciones naturales en que se reproduce la humanidad, dejando atrás la visión de que el ser humano es el centro del universo y su satisfacción excusa el agotamiento de los recursos naturales. Bajo este modelo, es necesario la modificación hacia una nueva relación con las condiciones naturales. Puesto que desde la teoría marxista se reconoce que la principal condición natural del ser humano es su reproducción social.⁵ (Marx, 1973).

El desarrollo sustentable no está reñido con el desarrollo económico, mucho menos cuando va de la mano del uso de la tecnología para mejorar el aprendizaje a través del uso de Tecnología de Información y Comunicación. Para Vilchez⁶ los avances tecnológicos apuestan a un cambio en los procesos de enseñanza aprendizaje, puesto que son un soporte en la enseñanza que aventaja a otros medios por su alto nivel de interacción, al verla no sólo como una herramienta de apoyo, sino como aquella transformadora de los métodos tradicionales que permita generar procesos más dinámicos y agradables, gracias a sus capacidades gráficas y facilidades de manipulación.

De esta forma, el uso de tecnología de información y comunicación en la educación plantea la posibilidad de favorecer el seguimiento académico y la organización social de forma que se haga conciencia que el medio ambiente es capaz de recuperarse al mismo ritmo que es afectado por la actividad humana. Desde esta posición, la Universidad Autónoma del Estado de México ha creado a través de la tecnología informática el Sistema de Tutoría Académica que funciona como un registro de calificaciones y de algunos factores relacionados con la estructura familiar, laboral, económica y alimenta-

⁴ *Idem*, p.16.

⁵ MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*, t. I, Ciencias Sociales, La Habana, 1970.

⁶ VILCHEZ QUESADA, Enrique. Análisis de la Gestión del aprendizaje virtual microcampus en la Universidad Estatal a Distancia de Costa Rica. *Revista Electrónica Actualidades Investigativas en Educación*. Enero-abril, año-vol. 7. núm. 001. San José: Universidad de Costa Rica, 2007.

ria de los estudiantes. Si bien, el sistema informático no recoge aspectos subjetivos de la situación de los alumnos; la interacción entre tutor y alumno, favorece un intercambio humano de enriquecimiento mutuo, completando la parte afectiva del proceso. Dado que no es suficiente contar con un registro de calificaciones y factores sociales, sino que se pretende llegar a comprender a fondo las causas relacionadas al rendimiento escolar. De esta forma, se puede observar que el índice de reprobación puede estar vinculado a una estructura familiar especial, o a una alimentación insuficiente, o a hábitos de estudio limitados, etcétera.

Por otro lado, es importante destacar; que si bien el Programa de Tutorías tiene ventajas observables sobre el seguimiento particular de un profesor con el alumno; está todavía en el proceso de mejoría. Algunas de las desventajas que tiene el sistema informático, es que en la actividad quita mucho tiempo en sí misma, considerando que tanto alumnos como profesores tienen una carga de trabajo abrumadora. No obstante, a pesar de trabajar bajo la presión del tiempo, el intercambio humano es altamente posible. En consecuencia, para algunos alumnos, el simple hecho de que un profesor esté al tanto, y quizá preocupado por su desempeño escolar; sirve de aliciente para su desempeño académico. De igual forma, durante la carrera académica, es frecuente para el alumno toparse con obstáculos burocráticos y desencuentros con algunos profesores; es cuando el profesor asignado como tutor puede dar alternativas posibles.

De esta manera, al desarrollar las actividades académicas de tutoría, se advierte que cada alumno y alumna son un universo único e irrepetible. Así, se amplía el concepto de juventud a juventudes, pues existe un ámbito enorme de identidades, subjetividades y modos de ser en el determinado conjunto de jóvenes universitarios de la Unidad Académica Nezahualcóyotl. No obstante, todos comparten el estigma social que representa vivir en una localidad periférica a la Ciudad de México, habitualmente relacionada con delincuencia, inseguridad, pobreza y marginación.

Dadas las condiciones económicas del municipio de Ciudad Nezahualcóyotl, se puede reconocer que los problemas antes descritos son los mismos que en otras comarcas de México, sólo que son más observables por la densidad de población que tiene el Municipio, con 19,324 habitantes por kilómetro cuadrado, mientras que en España es de 84 habitantes por kilómetro cuadrado, Alemania 231 hab. por km², Reino Unido 243 hab. por km². Siendo Ciudad Nezahualcóyotl una de las densas del mundo.

El interés por estudiar la población juvenil de Ciudad Nezahualcóyotl es por la propia naturaleza de la localidad, puesto que la mayoría de la población es menor de 30 años. El mayor rango de edad está de 15 a 35 años. Siendo más representativa las personas de 25 a 29, después de 20 a 24 años, de 30 a 34 años y de 15 a 19 años. Igualmente, existe un gran número de niños (as) que cuando crezcan demanden acceso a escuelas, trabajo, hospitales y lugares de recreación. No obstante, hablar de juventud es difícil porque lo integran distintas identidades tales como los estudiantes, trabajadores, desempleados, todos en búsqueda de su propia identidad y lugar en la sociedad; que crean sus propias subculturas de afirmación hacia el mundo. En este contexto tenemos a los anarquistas, hip-hop, ska, emos, skate, cholos, psychos, darks, punks, rastas, gays y un largo etcétera.

La Unidad Académica Nezahualcóyotl es una sede de la Universidad Autónoma del Estado de México, está situada al oriente de la Ciudad de México; donde se ha observado la imperiosa necesidad de ofrecer alternativas educativas a los jóvenes de la región. Ciudad Nezahualcóyotl cuenta con otras instituciones de educación superior públicas como la Universidad Tecnológica de Nezahualcóyotl, el plantel "Aragón" de la UNAM Universidad Autónoma de México, y existen también ofertas de educación superior privadas tales como la Universidad "La Salle". Se observa que a pesar de que existen alternativas de educación, la demanda es creciente y los lugares insuficientes.

Por ejemplo, en la Convocatoria 2008 de ingreso a la Unidad Académica Profesional Nezahualcóyotl hubieron 566 solicitudes de ingreso, presentaron 551

exámenes de admisión, de los cuales sólo fueron aceptados 153. No obstante, sólo 123 de los alumnos aceptados completaron el trámite de inscripción. Con lo cual, 443 alumnos se quedaron sin acceso a estudios universitarios. Dado que la solicitud fue hecha vía Internet, se presume que son más alumnos interesados en ingresar a la unidad académica que no tuvieron acceso a Internet o no tuvieron conocimiento de la convocatoria a tiempo.

Tabla 1. Demanda de ingreso a la Unidad Académica Profesional UAEM Nezahualcóyotl.

Solicitudes de ingreso	566
Exámenes de admisión	551
Alumnos aceptados	153
Alumnos inscritos	123

Fuente: Servicios Escolares UAP Nezahualcóyotl.

Los costos son otro factor importante, el examen de ingreso a la Unidad Académica Profesional Nezahualcóyotl perteneciente a la Universidad Autónoma del Estado de México tiene un valor \$662 pesos mexicanos (\$63.47 dólares americanos aproximadamente)⁷; la inscripción a nuevo ingreso \$2500 pesos (\$239.69 dólares), la reinscripción a tercer semestre \$2415 pesos (\$231.54 dólares). Más los costos adicionales de los cursos de inglés \$300 pesos (\$28.76 dólares). Y si reprobaron alguna asignatura, el costo de los exámenes extraordinarios es de \$169 pesos (\$16.20 pesos), el examen a título de suficiencia cuesta \$267 pesos (25.59 dólares).

Entre las Universidades Públicas Locales; con presupuesto local o estatal, los costos son similares, si bien en la Universidad Tecnológica de Nezahualcóyotl el semestre cuesta aproximadamente \$3000 pesos (\$284.63 dólares) por seis meses; mientras que en la Unidad Académica Profesional UAEM Nezahualcóyotl, donde se realiza el estudio es de \$2500 pesos (\$239.69 dólares). No obstante, el costo de inscripción en universidades públicas se eleva significativamente. Así, en la Universidad "La Salle" el costo aproximado por cursar un semestre en licenciatura es de \$15000 pesos (\$1438.15 dólares).

⁷ Tipo de cambio: 1 Dólar a 10.43 pesos mexicanos. Al día 15 de Julio de 2008.

Sin embargo, en la universidad pública federal que opera con costos federales, los costos son prácticamente gratuitos. Ese es el caso de la Universidad Nacional Autónoma de México, donde la inscripción cuesta \$0.10 centavos de peso (\$0.0009 centavos de dólar). También hay una filial de la Universidad Nacional Autónoma de México UNAM en Ciudad Nezahualcóyotl, la FES Aragón que ofrece la posibilidad de estudios de licenciatura. No obstante, igualmente, la demanda supera a la oferta.

Tabla 2. Cuota de Inscripción a estudios Universitarios

UAEM Unidad Académica Profesional Nezahualcóyotl	\$ 2500 pesos	\$239.69 dólares
UTN Universidad Tecnológica de Nezahualcóyotl	\$ 3000 pesos	\$284.63 dólares
Universidad La Salle	\$15000 pesos	\$1438.15 dólares
UNAM universidad Nacional Autónoma de México	\$0.10 centavos de peso	\$0.0009 centavos de dólar

Fuente: Elaboración Propia.

De cualquier forma, se puede observar, que la característica de desigualdad y no reparto de la riqueza, está presente en el acceso a la educación universitaria. Por lo que en algunas ocasiones la necesidad económica hace que los jóvenes prefieran incorporarse al mercado de trabajo que acceder a estudios universitarios, que en su mayoría son costosos.

Perfil de los estudiantes de la Unidad Académica Profesional UAEM Nezahualcóyotl

Los estudiantes encuestados respondieron las preguntas durante el segundo semestre de la licenciatura en Comercio Internacional, de febrero a julio de 2008. Sus edades fluctúan entre los 18 y 25 años, 10 son hombres y 7 mujeres. Estaban repartidos entre los tres grupos de la carrera de Comercio Internacional. En su mayoría son de raza mestiza y uno de ellos es de raza negra mezclada que proviene de la provincia del país.

En su mayoría son estudiantes exclusivamente, aunque el 11% trabaja jornada completa de 8 horas después de estudiar. Muestran una amplia diver-

idad cultural que incluye la práctica de deportes (fútbol y básquetbol), trabajos ocasionales, actividades recreativas propias de la región como la asistencia a bailes populares, bares y discotecas, relaciones de noviazgo propias de la etapa, etcétera.

Una característica importante es la diversidad familiar que presentan los jóvenes universitarios. A la pregunta ¿Con quién vives actualmente? 67.7% respondió que con “Padre, madre y hermanos”, mientras que tanto “Sólo madre” y “Sólo hermanos” respondieron 11.6%, y “Madre y hermanos” y “Padre y hermanos” 5.8%.

Tabla 3. ¿Con quién vives actualmente?

Padre, madre y hermanos.	67.7%
Solo madre	11.6%
Sólo hermanos.	11.6%
Padre y hermanos	5.8%
Madre y hermanos	5.8%

Fuente: Elaboración Propia.

De esta forma se observa que la estructura familiar tradicional en la que viven padre, madre y hermanos se está transformando a unidades familiares diversas, donde incluso el jefe de familia es el padre solo. Curiosamente se encontró el caso de una estudiante mujer viviendo sola durante la semana de clases y regresando a vivir con su madre durante los fines de semana, dada la distancia de su domicilio. Lo cual también genera un factor distinto de interacción social con lo que conlleva la independencia.

Con respecto a la situación laboral, la mayoría de los alumnos se dedican casi exclusivamente a estudiar, únicamente un 11.6% tienen empleos de 40 horas a la semana. Lo que representa un esfuerzo significativo a la asistencia y preparación de clases como a la jornada laboral.

Tabla 4. ¿En la actualidad estás trabajando?

NO	88.4%
SI	11.6%

Fuente: Elaboración Propia.

El ingreso en las familias de Nezahualcóyotl

En México la cuestión del reparto de la riqueza es un asunto no resuelto todavía. Existen familias con ingresos que acaparan el 90% de la riqueza. El resto obtiene ingresos que les permiten satisfacer necesidades básicas principalmente. En los jóvenes encuestados encontramos igualmente mucha disparidad al respecto de los ingresos familiares.

A la pregunta ¿Cuál es el ingreso familiar mensual? El rango de frecuencia se ubicó entre los \$3,000 a los 6,000 pesos mensuales (\$287.63 a los 575.26 dólares), lo que revela que la mayoría de las familias tienen ingresos medianamente bajos, aunque existen todavía algunos que perciben menos que eso y otros más que tienen ingresos superiores. Lo que llama la atención es que para estos alumnos, el concepto de pobreza es lejano; aunque consideran que les falta dinero para algunas cosas, como al inicio de semestre el pago de la inscripción, o el pago de materiales como fotocopias, etcétera; pero en general, consideran que pueden salir adelante a través de la ayuda que les proporcionan sus padre y algunos trabajos eventuales.

Tabla 5: ¿Cuál es el ingreso familiar mensual?

Pesos mexicanos	Dólares americanos	Frecuencia
De \$2,000 a 3,000 pesos	De \$191.75 a 287.63 dls.	5.8%
De \$3,000 a 4,000 pesos	De \$287 a 383.50 dls.	5.8%
De \$3,000 a 6,000 pesos	De \$287.63 a 575.26 dls.	53.6%
De \$6,000 a 7,000 pesos	De \$575.26 a 671.14 dls.	5.8%
De \$6,000 a 9,000 pesos	De \$575.26 a 882.89 dls.	5.8%
De \$9,001 a 10,000 pesos	De \$882.89 a 958.77 dls.	5.8%
De \$9,000 a 15,000 pesos	De \$882.89 a 1,438.15 dls.	5.8%
De \$12,501 a 15,000 pesos	De \$1,198.56 a 1,438.15 dls.	5.8%
De \$15,001 a 25,000 pesos	De \$1,438.15 a 2,396.93 dls.	5.8%

Fuente: Elaboración Propia.

De los alumnos que contestaron a la pregunta ¿Cuál es el ingreso personal mensual? Se obtuvieron pocas respuestas debido a que en su mayoría no

trabajan. No obstante, se observa que su ingreso personal es muy bajo, debido a que son hijos de familia y estudiantes de tiempo completo y con pocos ingresos extras en trabajos eventuales. La mayor parte de los estudiantes tienen ingresos de \$1001 a 2000 (de \$95.97 a 191.75 dls.), aunque otros tienen ingresos inferiores a \$1000 y otros tienen ingresos de \$2000 a 3000. Sólo un alumno tiene ingresos de \$8000 a 9000 pesos mensuales (\$767 a 862.89 dls.)

Tabla 6 ¿Cuál es tu ingreso personal mensual?

Pesos mexicanos	Dólares americanos	Frecuencia
Menos de 1000 pesos	\$95.97 dls.	22.22%
1001 a 2000 pesos	De \$95.97 a 191.75 dls.	44.44%
De 2000 a 3000 pesos	De 191.75 a 287.63 dls.	22.22%
De 8000 a 9000 pesos	De \$767 a 862.89 dls.	11.11%

Fuente: Elaboración Propia.

Tabla 7. Servicios con los que cuenta en casa.

Drenaje	94%
Agua entubada	100%
Alumbrado público	100%
Calles pavimentadas	70%
Recolección periódica de basura	94%
Calentador de gas para agua	76%
Un cuarto propio para dormir	76%
Un lugar exclusivo para estudiar	52%
Automóvil familiar o propio	58%
Teléfono	94%
Teléfono celular	82%
Televisión	100%
Televisión por cable o satélite	17%
Videgrabadora	58%
Reproductor de DVD	76%
Calculadora	100%
Computadora	76%
Diccionario o enciclopedia	70%
Suscripción a revista o periódico	11%
Conexión a Internet	35%

Fuente: Elaboración Propia.

De esta forma, se observa cómo la vida de estudiante está llena de apuros económicos con la esperanza que al término de los estudios puedan mejorar el aspecto económico.

No obstante, a pesar de los esfuerzos del Estado de México por dotar a la población con drenaje, agua potable, pavimentación, etcétera; se observa que existen alumnos viviendo sin estas condiciones mínimas; mientras que otros cuentan con servicios más avanzados como conexión a Internet, televisión por cable, computadora, etcétera.

De esta forma, se observa que un 100% de los alumnos cuenta con agua entubada, el alumbrado público, televisión y calculadora. Es decir, agua y electricidad como servicios básicos, televisión para la recreación y calculadora para organizar el gasto. Mientras que un 94% cuenta con drenaje, recolección de basura y teléfono; observando que un 6% no cuenta con servicio de desagüe y recolección periódica de basura, lo cual es alarmante pues puede ser fuente de infección. Al respecto del teléfono, quienes no cuentan con servicio telefónico sí cuentan con telefonía celular. De esta forma, un 82% de los encuestados tiene teléfono celular.

Un 76% cuenta con calentador de gas para agua, un cuarto propio para dormir, reproductor de DVD y computadora, mientras que un 70% tiene las calles pavimentadas y diccionario o enciclopedia. Este dato llama la atención al comprobar que a pesar de los esfuerzos del estado de México por pavimentar las calles; un 30% no cuenta con asfalto en sus calles; en tanto que igualmente, un 30% no cuenta con un diccionario o enciclopedia básica. Se dice que en algunos casos, los libros de texto gratuitos que se dan en la escuela primaria son los únicos libros que tienen algunas familias en casa. De ahí al nivel escolar precario latente en las escuelas.

58% de los alumnos encuestados tiene automóvil familiar y videograbadora, un 52% cuenta con un lugar exclusivo para estudiar, sólo un 35% tiene conexión a Internet en casa, y un 12% tiene una suscripción a periódico o revista. Esta situación revela algunas cuestiones interesantes; por un lado, que acceden al transporte público para trasladarse

a su centro de estudios, de trabajo y de recreación; lo que los hace más vulnerables a la inseguridad de las calles, que en Municipio es alta. Los robos, asaltos y extorsiones no son ajenos, tanto que algunas veces son perpetuados por la propia autoridad.

Por otro lado se observa que las condiciones en las que los alumnos son difíciles, en cuanto a la cuestión económica, pero también en la parte académica, pues no tienen suficientes libros en casa, acceso a noticias que no sean de la televisión, que algunas veces llega a ser manipulada. Los alumnos no leen prensa escrita, que es donde existe mayor libertad de expresión, no acceden a revistas políticas, culturales o ambientales; más allá de las revistas del corazón. Aunque es importante decir, que el acceso a Internet es gratuito en la biblioteca de la Unidad Académica, por lo que pueden informarse sobre la actualidad del momento y realizar tareas escolares.

Si bien el acceso a Internet tiene ventajas, también las nuevas tecnologías tienen como desventaja que la investigación no la realizan directamente de los libros ni de los autores que han pasado por un proceso de dictaminación de sus libros a través del trabajo editorial; sino que algunas veces, pueden entrar a tal cantidad de páginas que pueden contener datos erróneos, incorrectos o falsos. Igualmente, el uso de la tecnología de las computadoras puede favorecer a prácticas deshonestas, como copiar los trabajos de los compañeros, bajar trabajos de la red, y acceder a la pornografía y la violencia donde no se muestra el mejor lado del ser humano.

Abordando este tema, queremos aprovechar para sacar a la luz un tema complejo que sugiere muchas interrogantes; la intención de ingreso de los alumnos al trabajo sexual. Si bien la causa de la desigualdad obliga a las personas con necesidades urgentes a ofrecer servicios sexuales, se ha observado durante las sesiones de tutoría que algunos alumnos manifiestan su intención de anunciarse en el periódico para intercambio económico por favores sexuales. Si bien, la necesidad de pagar la inscripción, los libros, el transporte y la alimentación es grande, entre los alumnos se aconsejan las mejores tácticas

para este tipo de intercambio económico, con protección y menores riesgos. Dado a que no existe plena confianza hacia el tutor, las referencias se hacen sutiles y encubiertas. Lamentablemente no se cuentan con datos exactos sobre el ingreso o no de los estudiantes universitarios a la industria del sexo, sin embargo; la mera intención supone por un lado, la imperiosa necesidad de recursos económicos, y por otra, la falta de visión para otras posibilidades de acceso a dinero.

A modo de conclusión

El ingreso a la educación universitaria significa para los jóvenes universitarios la posibilidad de mejorar su situación económica a través de un empleo mejor remunerado. En el discurso de los jóvenes está muy presente la idea de estar estudiando “para salir adelante”, y en realidad lo logran, puesto que acceden a una formación académica y humana que les permiten abrir nuevos caminos a su existencia humana.

El municipio de Ciudad Nezahualcóyotl ha sido considerado una “ciudad dormitorio” donde la mano de obra se desplaza a su centro de trabajo para realizar actividades económicas. La UAP Unidad Académica Profesional Nezahualcóyotl filial del la UAEM Universidad Autónoma del Estado de México fue inaugurada en agosto de 2007, en terrenos donde anteriormente se asentaban los basureros del Bordo de Xochiaca, mediante un proyecto de rescate ecológico llamado “Ciudad Jardín”. El simple hecho de construir una universidad sobre un basurero representa un impulso de desarrollo sustentable para la región.

En una comunidad estigmatizada por ser un lugar de delincuencia e inseguridad, la llegada de instituciones universitarias, supone una oportunidad de desarrollo para la sociedad y principalmente para los individuos que la conforman. De esta forma se observa en los resultados obtenidos que los jóvenes acceden a la información, la recreación, la educación y el estudio de una manera en la que parece que la brecha de desigualdad se va cerrando.

Referencias

Arenas Ruiz Lorenzo/Leoncio Martínez Garibaldi. *Nezahualcóyotl*, monografía de la ciudad. Toluca: Editorial del EDM, 1990.

Ayuntamiento Constitucional de Nezahualcóyotl 1991-1993: *Plan Estratégico de Desarrollo Municipal de Nezahualcóyotl 1991-1993*.

Ayuntamiento constitucional de Nezahualcóyotl 1997-2000, *Nezahualcóyotl*, Historia de una Gran Ciudad. Toluca: Editorial del EDM.

Gobierno de Estado de México. *Panorámica Socioeconómica*. Toluca: Editorial del EDM, 1993.

Gobierno del Estado de México. *Plan de Desarrollo del Estado de México: 1993-1999*.

Gobierno Federal/Gobierno del Estado de México. *Los Municipios de México*, Estado de México, Colección. Toluca: Editorial del EDM.

Gobierno del Estado de México, 1993: *Directorio de los Servidores Públicos de los Poderes Legislativo y Judicial*, Representaciones Federal y Presidentes Municipales 1997, Enciclopedia de los Municipios de México, Talleres Gráficos de la Nación, México 1988.

Gobierno del Estado de México. *Instituto Nacional para el Federalismo y el Desarrollo Municipal*, Toluca: Editorial del EDM, 2005.

Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática. INEGI. *Anuario estadístico del Estado de México*. México: INEGI, 1995.

Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática. INEGI. *Cuaderno Estadístico Municipal: Nezahualcóyotl*. México: INEGI, 2001.

Neza Hoy. Revista del Ayuntamiento de Nezahualcóyotl 1997-2000, N° 1 febrero de 1998.

Gobiernos del Distrito Federal, Gobierno del Estado de México. *Programa de Ordenación de la Zona Metropolitana del Valle de México*. México: GDF-G.EDO.MEX, 1997.

MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*, t. I, Ciencias Sociales, La Habana, 1970.

METCALFE, J. Stan. El conocimiento del crecimiento y el crecimiento del conocimiento. *Análisis Económico*, segundo cuatrimestre, año/vol. XVIII, número 038. Universidad Autónoma Metropolitana- Azcapotzalco. México, D.F, 2003.

MORALES CASTAÑEDA, Raúl. El crecimiento de la economía mexicana en los últimos veinticinco años: Cuentas alegres y realidades duras. *Revista: El Cotidiano*. Septiembre-octubre, año/vol. 21, número 139. México: Universidad Autónoma Metropolitana- Azcapotzalco, 2006.

QUINTERO SOTO, Ma. Luisa; FONSECA HERNÁNDEZ, Carlos. *Desarrollo Sustentable: Aplicaciones e Indicadores*. México: M.A. Porrúa- Cámara de Diputados, 2008.

VILCHEZ QUESADA, Enrique. Análisis de la Gestión del aprendizaje virtual microcampus en la Universidad Estatal a Distancia de Costa Rica. *Revista Electrónica Actualidades Investigativas en Educación*. Enero-abril, año-vol. 7. núm. 001. San José: Universidad de Costa Rica, 2007.

Páginas de internet consultadas

<http://www.nuevasociedad.org/frames/rezagosretos.htm>. Consultada 22 enero de 2008.

<http://www.nezahualcoyotl.gob.mx/index.php?id=numeralia>. Consultada 22 enero de 2008.

<http://www.edomexico.gob.mx/portalgem/sedeco/dimipymex/Regiones/region9.pdf>. Consultada 22 enero de 2008.

http://seduv.edomexico.gob.mx/planes_municipales/nezahualcoyotl/DOCUMENTO%20NEZA%2002-09-04.pdf. Consultada 22 enero de 2008.

<http://www.e-local.gob.mx/work/templates/enciclo/mexico/mpios/15058a.htm>. Consultada 22 enero de 2008.

<http://sinais.salud.gob.mx/poblacion/> consultada el 28 de febrero de 2008.

Participação política feminina em cargos públicos decisórios municipais: um estudo de caso

Gisele de Cássia Galvão Ruaro
Guilhermo Alfredo Johnson
Flávio Ramos

Resumo: Este estudo analisa a participação da mulher no primeiro escalão na gestão pública municipal de Blumenau (Santa Catarina), ensaiando comparação das gestões de 2000 e 2006. A escolha das duas experiências deve-se ao fato da primeira ter sido exercida por um partido considerado de esquerda (PT) e a segunda por um partido de direita (PFL – hoje DEM).

Palavras-chave: Participação Política. Gênero. Administração Pública.

Abstract: The study analyzes the woman's participation in the first level in the municipal public administration of Blumenau (Santa Catarina) based in the comparison of the administrations of 2000 and 2006. The choice of the two experiences is due to the fact of the first was exercised by a party considered left (PT) and the second one by a right party (PFL – today DEM).

Keywords: Political Participation. Gender. Public Administration.

Gisele de Cássia Galvão Ruaro. Assistente Social e Mestre em Gestão de Políticas Públicas (UNIVALI). gisele_ruaro@hotmail.com

Guilhermo Alfredo Johnson. Psicólogo e Doutor em Sociologia Política (UDSC). guijohnson@uol.com.br

Flávio Ramos. Economista e Doutor em Sociologia Política (UFSC). flauni@univali.br.

Texto recebido em 17/09/2009.

Introdução

A participação social da mulher vem se consolidando como importante espaço de compreensão das transformações políticas e econômicas na contemporaneidade. Tendo a compreensão de se tratar do processo de construção da participação feminina nas arenas políticas, nesta investigação, nos ocupamos de verificar a dimensão e intensidade do poder que as mulheres desempenham no espaço estatal. Assim, ao mencionar cargos públicos decisórios estamos nos referindo aos postos no poder executivo e legislativo nos quais as mulheres exercem a possibilidade de interferir diretamente nos rumos da sociedade.

O estudo analisa a participação da mulher no primeiro escalão na gestão pública municipal na cidade de Blumenau (Santa Catarina), com abordagem comparativa entre as duas gestões no período de 2000 a 2006. O escopo temporal de uma gestão partidária completa e outra somente a primeira metade baseia-se meramente na exequibilidade da presente investigação.

A escolha das duas experiências de administração municipal reside no fato da primeira ter sido exercida por um partido considerado de esquerda (Partido dos Trabalhadores) e a segunda por um partido de direita (Partido da Frente Liberal – atual Democratas). Embora no Brasil e no mundo as ideologias políticas estejam em questionamento, entendemos que esquerda e direita ainda proporcionam discursos distintos e algumas práticas com diferenças substantivas. A direita preserva seus fundamentos teóricos básicos, como o livre mercado e a não intervenção do Estado na economia e na sociedade; e a esquerda, na atualidade, defende direitos sociais e uma significativa predisposição às políticas econômicas distributivas¹.

A investigação apresenta dados quantitativos, relativos ao desempenho das funções executivas no governo municipal, como o número de mulheres que ocuparam o primeiro escalão exercendo o cargo de Secretárias por indicação do Executivo municipal e de mulheres eleitas para funções representativas em

¹ BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995; GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP, 1996.

nível local no período. Os discursos dos gestores públicos são analisados no trabalho. Para tal, foram entrevistados os prefeitos em exercício assim como as mulheres que desempenharam cargos executivos e as mulheres eleitas pelo sufrágio em nível municipal.

A esquerda, historicamente, sempre esteve na vanguarda da defesa dos direitos da mulher. A proposta deste trabalho, portanto, apesar dos limites inerentes ao recorte estabelecido, é analisar se no município de Blumenau (SC) tal hipótese se comprova. As possíveis generalizações devem ser cuidadosas, pois o escopo da pesquisa é limitado por um recorte geográfico e temporal.

A pesquisa com gestores em nível local

Dia 2 de setembro de 1850 é a data da fundação de Blumenau, chegando à categoria de Município. Blumenau logo foi despontando no cenário industrial, político, cultural e turístico, tendo passado até os dias de hoje, por 44 administradores e prefeitos. Para a Prefeitura de Blumenau já foram reeleitos prefeitos, assim como membros da mesma família em períodos diferentes, mas, até a última eleição para o Executivo Municipal de Blumenau, em 2004, nenhuma mulher foi eleita para esse cargo.

A pesquisa sustenta-se em duas perspectivas metodológicas. A primeira é uma abordagem comparativa entre as duas gestões públicas na cidade de Blumenau (SC), no período de 2000 a 2006, apresentando num primeiro momento, dados quantitativos sobre a ocupação de cargos do primeiro escalão no governo municipal em duas gestões de partidos políticos com tradições distintas (PT e PFL). Num segundo momento, a partir de informações qualitativas decorrentes de entrevistas, analisamos o discurso dos gestores públicos da administração local na interpretação da questão de gênero no espaço público decisório e, principalmente, como as próprias mulheres se perceberam e/ou percebem no papel de gestoras, ocupando cargos de relevância política e organizacional.

Dimensão da representação municipal de gênero

É importante, inicialmente, expressar quantitativamente a participação das mulheres no secretariado municipal nas gestões do Partido dos Trabalhadores (2000-2004) e do Partido da Frente Liberal (2004-2006).

Com os resultados absolutos ou percentuais deste indicador, pretendeu-se apontar para uma maior ou menor atenção às questões de gênero e a questão de respeito às capacidades do gênero feminino. Consideramos que a participação em maior número da mulher na gestão pública reflete, diretamente, na melhora da qualidade desta gestão.

Tabela 1. Secretários municipais por gênero de Blumenau

PARTIDO	PERÍODO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
PT	2000/2004	19	03	22
PFL	2005-	16	04	20

Fonte: Os autores

Com os dados apresentados na tabela acima, pode-se perceber o quanto ainda é forte a questão da desigualdade de gênero ou, no mínimo, desproporcional, a ocupação dos cargos públicos por mulheres, se fizermos uma comparação com a porcentagem que constitui a população feminina: aproximadamente 50%. As mulheres ocuparam apenas 9,5% dos cargos no período 2000/2004, e ocupam 20% a partir da nova gestão em 2005 (sendo que diminui para 10% em 2007). Com análise baseada na premissa da lei de cotas de 1995, alterada em 2000, que prevê a representação de gênero em no mínimo 30% nos partidos, pressupõe-se tanto a ocupação dos cargos eletivos como os cargos políticos do quadro administrativo do governo e verifica-se que: os números são tímidos, e não correspondem ainda ao espaço necessário a fim de que as mulheres possam contribuir para a construção de uma representação política mais equitativa.

É importante ressaltar que, para o período atual, somente uma mulher foi eleita para a casa legis-

lativa. Ou seja, uma única vereadora de um partido de esquerda, para o período de 2005-2008, representando 5,5%, coincidindo com o período administrado pela coligação de direita. No ano de 2007, mais uma mulher que ocupava uma suplência de um partido de direita coligado com o governo atual, assumiu uma das cadeiras do legislativo. Com os dados de mulheres eleitas colhidos, pretende-se demonstrar que, o cumprimento da lei de cotas é atendido de forma superficial, sem haver um comprometimento sério dos partidos em colocar à disposição da sociedade para o pleito, candidatas com condições reais de vitória, preparadas e conscientes de seu papel na comunidade².

Os gestores e a representação política feminina em nível local

Com o objetivo precípuo de obter informações que auxiliem na formulação de indicadores qualitativos foi realizado um conjunto de entrevistas com gestores públicos locais, procedendo, a seguir de uma análise essencialmente descritiva.

No total, foram encaminhados por e-mail dez questionários no período de 9 de abril a 16 de maio de 2007, obtendo-se retorno de sete respondidos, sendo quatro da gestão de 2000 a 2004 e três de 2004 a 2006. Da gestão do partido de esquerda: um ex-prefeito, uma ex-secretária municipal e atual deputada estadual, uma ex-secretária municipal e atual vereadora e um ex-secretário municipal. Da gestão do partido de direita: um secretário municipal, uma secretária municipal e uma presidente de fundação municipal.

Para os entrevistados foram realizadas três questões, sendo que as gestoras foram inquiridas reflexivamente sobre a sua atuação política. Visando facilitar a análise dos discursos recorreremos a nomenclaturas E1, E2, E3... , para identificar os entrevistados.

A seguir procede-se à análise das informações coletadas.

² MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, out. 2000, p. 91-102.

Distribuição dos cargos do Executivo Municipal por gênero

Um ex-prefeito de Blumenau (SC) justifica que, historicamente, os cargos públicos são majoritariamente ocupados pelo gênero masculino, ressaltando a participação ainda recente da mulher no meio político: “[...] A participação das mulheres em cargos públicos, em nossa história política ainda é recente e se reflete também na esfera municipal”. (E1)

Uma ex-secretária municipal, atual deputada estadual, ressalta que a representatividade do gênero feminino no âmbito municipal também é pequena, atribuindo ao contexto histórico que o espaço político sempre pertenceu ao gênero masculino. Reflete, ainda, que não há grandes perspectivas de crescimento da participação da mulher para que seja considerado relevante.

Destaca-se que o cenário da sub-representação política das mulheres é mundial, com média de 16,8% de mulheres nas Câmaras dos Deputados ou Câmara Baixa, no conjunto dos países que têm Poder Legislativo. No poder Executivo Municipal, a que você se refere, infelizmente é diferente. Embora essa realidade atinja quase todos os países, o Brasil ocupa uma das piores posições no ranking e, em Santa Catarina, é ainda pior, continua a passos lentos. Essa realidade tem um viés histórico: política como sendo coisa de homem. É preciso repensar esta realidade, a partir das lutas das mulheres em nosso país e Estado (E2).

Outra entrevistada, ex-secretária municipal e atual vereadora apresenta, igualmente, uma visão bastante rigorosa sobre questões de gênero e política, pois ressalta a diferença “escandalosa” entre homens e mulheres em cargos de comando e liderança. Interessante observar também, que a entrevistada analisa os partidos políticos como “verdadeiros feudos”³.

[...] O mundo masculino ainda detém o discurso político. Os partidos políticos continuam sendo verdadeiros feudos masculinos, verdadeiros retratos da sociedade patriarcal [...] por tudo aquilo que representa a manu-

³ Debate em torno dessa temática pode ser encontrado em PINTO, C. R. J. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H. I. B. e MUÑOZ-VARGAS, M. (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p.195-230.

tenção do patriarcado e do machismo. O poder e a decisão, principalmente nos espaços públicos, ficam com o masculino para garantir a soberania e o controle que tem seu DNA na divisão sexual do trabalho. Esta ideologia [...], com suas relações e papéis construídos, tem nos espaços públicos de poder e decisão, aquele que representa sua perpetuação. Isto também ocorre nas escolas e famílias. Os espaços políticos de decisão e de poder, a escola e a família são, com certeza, o triângulo da milenar perpetuação desta desigualdade e opressão entre homens e mulheres (E3).

Reforçando esta situação parte considerável das mulheres contribuem para perpetuar este cenário, tornando-se algozes co-partícipes da dominação masculina. Apesar disto, o movimento de mulheres, da década de 90, foi um marco em questões de conquistas de direitos sociais, pois, além de participar ativamente da Constituinte, entre tantos avanços é necessário destacar as cotas por sexo para as eleições, o registro da paternidade, entre outras tantas.

Mas, a consolidação no texto constitucional de leis que asseguram a igualdade de direitos e obrigações para homens e mulheres, transformou o movimento de mulheres em um forte interlocutor com o os poderes do Estado. Consoante com a entrevistada, é possível afirmar que perante a persistência da opressão e desigualdades decorrentes das relações de gênero tornam-se imperiosas as “intervenções públicas de caráter estrutural”⁴, na tentativa de incentivar a transformação dos valores e da cultura política predominante nas relações sociais⁵.

O ex-prefeito parece ter opiniões diferentes de sua ex-secretaria municipal, pois o mesmo concorda que ainda é pequena a participação das mulheres nas esferas municipais, estaduais e federais. Mas, no exercício do poder executivo local não conseguiu mudar essa realidade, sendo de um partido que manifestamente diz apoiar o feminismo, os movimentos populares, e as causas dos direitos femininos.

Um atual secretário municipal, ao explicar a pouca presença feminina na esfera pública em Blumenau, desenvolveu a seguinte reflexão:

⁴ RODRIGUES, A. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. *CFEMEA*, Caderno 12: Estudos de Gênero, Goiânia, 2003, p. 2.

⁵ RODRIGUES, A. As mulheres e a política: uma análise de gênero e etnia no espaço da política, *CFEMEA*, jul. 2005, p. 2.

Na realidade, não vejo relação direta com o gênero (masculino ou feminino). Acredito que os homens estão mais ligados a estas atividades públicas, em virtude do próprio envolvimento nesta área, ao longo dos últimos tempos. Porém, observa-se que, já há um grande despertar das mulheres neste meio e que, a médio prazo, este quadro deva se equiparar. Outro fator é o próprio envolvimento das mulheres com o mercado de trabalho. Apenas há poucos anos, é que vem se reconfigurando esta realidade e, da mesma forma, a médio prazo deve haver um equilíbrio (E5).

Nessa argumentação presenciamos a persistência da afirmação machista, o que torna-se preocupante quando se percebe ser essa a visão ainda de muitas mulheres, em parte causada pelo domínio masculino, mas em grande parte causada pela ainda incipiente mobilização feminina.

Uma secretária municipal argumenta que, apesar de a mulher estar conquistando paulatinamente considerável espaço na esfera pública empresarial, o mesmo não acontece na esfera pública de governo, fato que ela atribui à difícil compatibilização dos diferentes papéis femininos privados e também à atitude conservadora dos gestores⁶.

A ocupação desse espaço é recente, em alguns casos expressiva. A grande questão, em minha opinião, não está na competência profissional, mas na compatibilidade dos diferentes papéis femininos: mulher, mãe, dona de casa e profissional. Acho que depende muito do perfil do gestor. Não sinto essa diferença no dia a dia do trabalho (E6).

As diferenças de papéis entre homens e mulheres sempre existiram em nossa sociedade, mas como eram aceitas de forma passiva, não havia questionamentos. As mulheres, no Brasil, até o final da década de 1960 tinham baixa escolaridade, pouca participação no mercado de trabalho, altas taxas de fecundidade e estavam submetidas a regras impostas pelos pais, maridos, igreja, escolas, sociedade e partidos políticos⁷. Efetivamente, essas diferenças aparecem com mais ênfase nas décadas de 1970 e 1980, quando a desigualdade dos sexos começava a ser questionada por alguns segmentos da sociedade

⁶ Para uma abordagem alternativa abrangente ver: AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung: UNESP, 2001. 188p.

⁷ PRÁ, J. R. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM): 2001, p.187.

em temas como a escolarização da mulher, seu comportamento sexual, o trabalho feminino com salários iguais para trabalhos iguais aos dos homens e o papel da mulher na família, na sociedade e na política. Neste período, as mulheres começaram a participar das lutas de classes e dos sindicatos de suas categorias, proporcionando uma maior conscientização sobre elas mesmas. Inicia-se então o movimento denominado feminismo, “[...] uma doutrina que preconiza a ampliação dos direitos e do papel da mulher na sociedade”⁸. Desde então, o termo ‘feminismo’ vem sofrendo alterações e o que ele representava nos anos 1970 já não é o mesmo de hoje e, com certeza, não representará o mesmo nos próximos anos. Até porque, podemos observar que, com o passar dos anos, as mulheres vêm construindo sua identidade coletiva, com objetivos comuns, migrando de um feminismo exacerbado de clara oposição ao sistema vigente para um movimento de ocupação do espaço que lhe é devido, com uma visão de não feminismo, mas também de não submissão. O feminismo é considerado, [...] como uma construção cultural, social e histórica que, com base biológica no sexo, determina valorativamente o masculino e o feminino na sociedade [...] O gênero também condiciona a valorização social assimétrica para homens e mulheres e a relação de poder que entre eles se estabelece⁹.

A questão de gênero abordada aqui analisa a subordinação feminina e as transformações nas relações sociais nos diferentes espaços da sociedade como: a família, a escola, a religião, os meios de comunicação, os clubes, esferas que definem os códigos de conduta dos indivíduos e que estão em constante transformação. Segundo Silveira (2002), El concepto de género refiere a la asignación social y a la valoración diferenciada de responsabilidades y roles a hombres y mujeres, que condiciona sus opciones, hábitos y desempeños. Ha reservado, prioritariamente, para el hombre, la esfera pública de la producción; y, para la mujer, la esfera privada de la reproducción y el cuidado de los otros. Es una variable socioeconómica y en ella influyen la clase social, la raza, la religión, el entorno económico, la edad, etc.¹⁰

⁸ MICHEL, A. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.7.

⁹ CIM - COMISIÓN INTERAMERICANA DE MUJERES. *Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres e da Equidade e Igualdade de Gênero*. Washington: Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos/OEA, 1998, p.42.

¹⁰ SILVEIRA, S. La dimensión de género y sus aplicaciones en la relación entre juventud, formación y trabajo. Mesa V. *Simposio Latinoamericano “Los jóvenes y el trabajo: la educación frente a la exclusión social”*. México, 7-9 de junio de 2000, p.1.

Apesar da feminização do trabalho e o acentuado crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho formal, ainda persiste uma significativa predominância masculina. Não podemos esquecer que as mulheres têm a dupla jornada de trabalho e, desta forma, procuram empregos de tempo parcial, conseqüentemente, com baixos salários. Outro fator é que os empregadores entendem que o salário feminino é um complemento na subsistência da família. A mulher, quando consegue um emprego, não só alcança sua emancipação, mas também conquista o “direito” de lutar pelos seus direitos trabalhistas, pois passa a fazer parte do conjunto da classe trabalhadora.

Percebe-se uma diferença nas classes sociais das mulheres brasileiras, pois grande parte das mulheres de classes menos favorecidas assume o sustento da família. No Brasil, 27,5% dos lares tem nas mulheres a maior referência familiar, em termos de suporte financeiro¹¹.

Sobre a mulher e suas conquistas no mundo da política, e com as respostas dos entrevistados, consideramos que existe ainda uma grande distância a ser percorrida pela mulher na conquista da igualdade de gênero. Os entrevistados apresentaram posicionamentos distintos e, dentre eles, evidenciamos aspectos de conservadorismo do sistema vigente, inclusive por parte de algumas entrevistadas que reforçam a existência de duas esferas distintas: a pública, aos homens e a privada, às mulheres¹².

A representação de gênero no cenário político nacional

O desafio a ser enfrentado pelas mulheres, no campo político, é complexo. A presença da mulher nesse meio é considerada uma intrusão, como um “corpo estranho” no ninho masculino. A política é um jogo masculino, com regras criadas por homens. Quando elas entram, têm de dialogar com isso e parte delas vai sucumbir e jogar o jogo, enquanto outras vão tentar reinventar esse espaço. É complicado aprofundar uma interação de gênero onde ela não existe. A política é um dos últimos redutos do mundo masculino¹³.

¹¹ FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.8, num.esp., 2003, p.31-38.

¹² CUNHA, M. A. de A. Gênero no trabalho: desemprego, exclusão e precariedade. *Trabalho & Educação*, v. 6, p. 125-141. Minas Gerais: UFMG, 1999; AVELAR. *Op. cit.*

¹³ MATOS *apud* ATHAYDE, P. de. Jogo de damas. *Carta Capital*, São Paulo, n. 389, p.12-16, 19 abr. 2006, p.13.

Há que se empreender, ainda, muito esforço para se equiparar este jogo. O gênero feminino está apenas começando o diálogo e a ocupação de seu espaço de direito, isto pode ser percebido levando em consideração as lutas realizadas para as conquistas já alcançadas.

O ex-prefeito ressalta a entrada recente da mulher no cenário político como sujeito de direitos, a partir da conquista do direito ao voto em 1934. Apresenta também as conquistas das mulheres em âmbito nacional, ocupando ministérios, e em âmbito internacional, inclusive à frente de algumas nações. Neste sentido, afirma que “na esfera municipal, a Câmara de Vereadores de Blumenau conta com a participação simultânea de duas mulheres, pela primeira vez, contribuindo para a melhoria do processo democrático” (E1).

A deputada estadual ressalta que a representatividade do gênero feminino no âmbito estadual também é pequena. Afirma que, apesar da conquista de cotas, isto não se traduz em mulheres eleitas visto que, de maneira hipócrita, os partidos cumprem a obrigatoriedade da legislação, mas, não dão o apoio necessário às candidaturas femininas. Afirma que “conquistamos as cotas nos processos eleitorais, mas as desigualdades permanecem, pois os partidos não possuem políticas de formação, e não dispõem de estruturas que permitam a disputa eleitoral em condições de igualdade entre homens e mulheres” (E2).

Não podemos deixar de considerar que os partidos políticos são organizações em constante transformação, sempre procurando se adequar a atual conjuntura e à cultura política do momento, bem como ao sistema eleitoral vigente. Conforme a organização do partido, a participação das mulheres é ou não melhor aceita pelos dirigentes¹⁴.

Com o decorrer do tempo as mulheres organizaram-se em movimentos sociais, sindicais, profissionalizaram-se. Mas, como podemos observar as mulheres ainda ocupam um espaço pequeno na esfera decisória do poder governamental considerando-se sua proporção numérica na população, em torno de 50%. Os partidos políticos são instituições masculini-

¹⁴ ARAÚJO. *Op. cit.*

nas, em termos de sua direção, de seu funcionamento, de suas pautas. Embora as mulheres participem dos partidos, normalmente são excluídas de suas direções, e são preteridas no cotidiano partidário e nos processos eleitorais¹⁵.

Essa situação tem incentivado as mulheres militantes em partidos políticos a se organizar e a criar instâncias de Mulheres (Secretarias, Coordenação, Comissão) com o objetivo de incluir na pauta partidária a reivindicação dos direitos das mulheres e ampliar sua participação nos partidos e nas eleições.

A atual vereadora de Blumenau, gestão 2006-2010, constata que apesar da desigualdade de gênero na ocupação de cargos de comando nos espaços públicos na atualidade, a participação da mulher está crescendo. O que não se verifica nos espaços políticos que ainda apresentam participação muito pequena. Apresenta, também, uma visão realista e crítica da história da mulher. Relata as lutas pelo empoderamento das mesmas e os enfrentamentos já vivenciados.

Analiso, como um fator fundamental, o “empoderamento” teórico e conceitual sobre este papel imposto às mulheres e aos homens, em todos os tempos (importante a participação de Simone de Beauvoir com o livro “O Segundo Sexo”). Este empoderamento, causado principalmente pelo movimento mais revolucionário do século XX, o Movimento Feminista, permitiu a rebeldia, a resistência e as ações desafiadoras, até mesmo aos poderes constituídos, e permitiu viver um tempo mais libertário para nós mulheres, nossos filhos e filhas, netos e netas (E3).

O termo “empoderamento” das mulheres expressa basicamente o “[...] desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e ao aprimoramento de percepções, pela troca de idéias, com o objetivo de fortalecer as capacidades, as habilidades e as disposições das mulheres para o exercício legítimo do poder”¹⁶. A partir deste conceito podemos concluir que o sujeito da história pode e deve desenvolver suas habilidades, definir seus próprios planos potencializando e transmitindo esse saber a todos.

Em 1995 quando surgiu a lei de cotas reservava 20% das vagas em partidos e coligações para mu-

¹⁵ RODRIGUES, 2005. *Op. cit.*, p.2.

¹⁶ YANNOULAS, S. C. Notas para a integração de gênero na Educação Profissional. In: VOGEL, A. (Org.). *Trabalho com a diversidade no Planfor*. Raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais. São Paulo: Unesp; Brasília: FLACSO do Brasil, 2001, p.83.

¹⁷ AVELAR. *Op. cit.*, p.79.

lheres. Essa lei sofreu alteração em 2000, quando foi aprovada que a representação de cada sexo deve ser no mínimo de 30% e, no máximo, de 70%. É possível vislumbrar que “as cotas de mulheres na política são parte das ações afirmativas para corrigir injustiças em relação às mulheres, no tocante ao monopólio da representação masculina representativa de determinados interesses”¹⁷.

Na perspectiva da ampliação dos espaços de participação a ex-secretária municipal, faz uma crítica ao sistema eleitoral e aos partidos políticos sobre as cotas.

As mulheres continuam, muitas vezes, candidando-se apenas para cumprir as cotas, o machismo evidencia-se, as mulheres ficam sem financiamento de campanha, não têm apoio dos companheiros, o falso moralismo as persegue, a desconfiança as assusta, fica prevalecendo que a política ainda é coisa de homem (E3).

A Presidente da Fundação refere-se à instituição das cotas como algo depreciativo, que somente fortalecerá as diferenças entre homens e mulheres, “soa como algo que não possui poder legítimo, e a mulher possui este poder” e afirma ainda que a criação das mesmas “contribuirá para alimentar a diferença entre homens e mulheres” (E7).

Apesar da lei das cotas reservar os espaços femininos, podemos perceber que se trata apenas de um jogo de cena, visto que, os partidos, efetivamente, não apóiam as candidaturas femininas com a mesma ênfase dadas às candidaturas masculinas. Verifica-se, na prática, que “as vagas para mulheres não representaram uma diminuição no número de candidatos homens. Por fim, a lei é omissa quanto à distribuição dos recursos de campanha”¹⁸, pois se vive ainda o preconceito e o estereótipo das mulheres terem nascido para as atividades domésticas, deixando para os homens as atividades políticas. No âmbito da representação política contemporânea “as mulheres candidatas a cargos eletivos têm de enfrentar o estereótipo que coloca os homens nos cargos de liderança política, reservando às mulheres o trato dos problemas domésticos”¹⁹.

Nas relações de poder, o significado do masculini-

¹⁸ MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p.363-385. Florianópolis, CFH/UFSC, 2006, p. 366.

¹⁹ FINAMORE, C. M.; CARVALHO, J. E. C. de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 347-362. Florianópolis, CFH/UFSC, 2006, p. 353.

no e do feminino num determinado grupo social acaba representando o próprio poder político. Embora “haja muito para evoluir”, de acordo com E3, observa-se que: “pode ser constatado através do desempenho histórico das mulheres candidatas a cargos eletivos, que, de fato, vem, mesmo que vagarosamente, melhorando ao longo do tempo, tendo sofrido um expressivo crescimento durante a década de 1990”²⁰.

Características dos cargos públicos decisórios exercidos por mulheres

As áreas de maior incidência da força de trabalho feminina estão nos setores de serviço com perfil de atividades femininas. Constata-se, portanto, a restrição de participação da mulher em grande parte dos espaços de trabalho. Pois “a segmentação ocupacional de gênero reflete a concentração do emprego feminino em um número reduzido e determinado de setores e ocupações consideradas tipicamente femininas, mantendo restrito seu acesso a outras profissões e qualificações”²¹.

²⁰ HTUN, M. A política de cotas na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p.225-230. Florianópolis, CFH/UFSC, 2001, p. 225.

²¹ ABRAMO *apud* CUNHA, M. A. de Almeida. Gênero no trabalho: desemprego, exclusão e precariedade. *Trabalho & Educação*, v. 6, p. 125-141. Minas Gerais: UFMG, 1999, p. 132.

²² CALÁS, M. B.; SMIRICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998, p. 276.

²³ *Idem*, p. 281.

Ao abordarmos as condições da mulher no mercado de trabalho, torna-se importante compreendermos com mais exatidão o conceito de gênero, assim, “entendemos ‘sexo’ como algo biologicamente definido e ‘gênero’ como sociologicamente construído, um ‘produto da socialização e vivência’”²². Importante registrar que a teoria organizacional tem se caracterizado por uma “literatura escrita por homens, para os homens e sobre os homens”²³.

A partir dos anos 1990 temos assistido ao surgimento de novos partidos políticos. Com isso, aumenta a possibilidade da mulher para conquistar novos espaços nas questões políticas partidárias, apesar de que, em alguns partidos novos e pequenos, o machismo ainda seja muito significativo. Durante os anos 1990 alguns partidos atualizaram seus estatutos ressaltando o sistema de cotas por sexo, entre esses o PT, PDT, PPS e o PV. Dessa forma, alguns partidos começaram a entender a importância das mulheres nas esferas públicas e nas construções de políticas públicas para os cidadãos e cidadãs. Nesse sentido, [...] a situação brasileira pode ser ilustrativa

dessa análise. Se observarmos o cenário das candidaturas, notamos que os partidos denominados de “nanicos” tendem a apresentar elevado percentual de candidatas quando comparados aos partidos maiores. Contudo, a elegibilidade das mulheres é muito pequena, não obstante elas somarem votos para que alguns candidatos possam eleger-se²⁴.

O ex-prefeito, ao ser questionado para expor as razões que levam a que as mulheres, quando ocupam cargos públicos decisórios, predominantemente estão relacionados com as áreas de assistência social, educação e cultura fez uma sucinta análise de sua gestão e a participação das mulheres em suas secretarias municipais.

De pouco mais de 20 secretarias municipais, durante minha gestão como prefeito de Blumenau, três foram ocupadas por mulheres, justamente nas áreas de assistência social, educação e cultura. Além das excelentes referências técnicas, as três eram filiadas a partidos da base do governo e foram responsáveis por importantes políticas públicas nessas áreas, posicionando-se como importantes interlocutoras na implantação de um governo popular, ficando à frente de suas pastas praticamente durante os oito anos de minha gestão. No segundo escalão, diversas mulheres também contribuíram para a implantação e consolidação de políticas públicas (E1).

Nas suas duas gestões a Secretaria de Assistência Social e da Educação eram pessoas pertencentes ao seu partido. Já sobre o representante da cultura realmente era filiado a um partido coligado, mas era um secretário; no segundo escalão, o cargo de maior importância, era de uma mulher. Mas, especificamente nesta pergunta, estamos nos referindo ao primeiro escalão.

A entrevistada E3 considera que o papel da mulher cuidadora do lar ainda permanece forte, influenciando nas escolhas profissionais e no desempenho dos cargos públicos.

Para a mulher, a construção ideológica de detentora do zelo, do carinho, da delicadeza, da caridade, da emoção. Tal idéia ainda está muito presente quando se escolhe a profissão e quando alguém é indicado para cargos públicos. Porém, já observa-

²⁴ ARAÚJO. *Op. cit.*, p.198.

mos este quadro com alterações significativas. Basta rever os indicadores das profissões, das tarefas já divididas, homens em trabalhos domésticos, mulheres motoristas de caminhão, apenas para ilustrar. O processo de mudança está se dando, mas é lento. Mais debates precisam estar na agenda de gênero, para discutir estes fatos históricos que determinam a manutenção da sociedade desigual (E3).

O ex-secretário municipal ressalta a importância da renovação dos partidos e suas propostas: “mas, nos partidos políticos de vanguarda (pós-modernos) e, com políticas voltadas para o futuro, as mulheres, de forma crescente, ocupam posições importantes para a civilização que vem aí” (E4).

Quanto às características das funções desempenhadas pelas mulheres nos cargos decisórios pode ser considerado paradigmático o discurso proferido por um secretário municipal em exercício [2007]. Penso que tenha relação com a própria área de formação ou de dedicação de cada um(a). Ou seja, observa-se no mercado, um maior envolvimento das mulheres nas áreas citadas, assim como se observa um maior envolvimento masculino em outras áreas. Porém, cito que, outras áreas como a da saúde, tem tido grande envolvimento feminino (E5).

Uma das entrevistadas cita que alguns governos reservam para as mulheres outras áreas de trabalho que não sejam a assistência social, educação e cultura.

Existe muita afinidade na formação feminina nestas áreas. Faça uma análise nas faculdades, cursos de assistência social e pedagogia que são predominados por alunas. Na atual gestão, as pastas da assistência social e da educação, estão sendo ocupadas por homens. E a saúde, por exemplo, por uma mulher. Pode servir como exemplo de que não existe uma regra fixa para a ocupação destes cargos (E6).

A relação da mulher no mundo privado e no mundo público, duas realidades deste século, é apresentada pela Presidente de uma Fundação: “Hoje não existem mais profissões femininas e masculinas. Mulheres lideram, constroem, fazem cirurgias de

alto risco e governam, logicamente, em número ainda muito inferior aos homens” (E7).

Nas últimas décadas foram significativos os avanços das mulheres nas conquistas de seus direitos, principalmente, no âmbito do privado. A ocupação intensiva dos espaços públicos decisórios ainda é um desafio para as organizações feministas, ainda que seja perceptível a crescente inserção feminina nos diversos espaços de exercício do poder político, com maior ênfase nas organizações civis ou privadas.

Percepção reflexiva da participação política feminina

Como podemos constatar, são muitos os avanços das mulheres no contexto da política, espaço esse, até pouco tempo, predominantemente masculino. As mulheres participaram de muitas lutas em defesa dos direitos de votar e de serem votadas, dos direitos das crianças, dos idosos, dos sem-terras, dos sem-tetos, da assistência social, das aposentadorias, entre outras tantas. Mas, ainda lutam para estabelecer igualdade de gênero na política, tendo que lutar, inclusive, contra o preconceito do próprio gênero.

[...] ainda fica faltando vencer o preconceito disseminado entre eleitores e eleitoras, que faz com que a mulher seja vista como estando deslocada no campo político, fora de seu meio 'natural', e portanto tenha menos chance de ser votada.²⁵

A atual vereadora pensa em sua ação política da mesma forma que pensa no desenvolvimento de sua família. Apresenta os seus valores da vida privada e pública.

Tenho dito que, quando nós, mulheres, ocupamos cargos de direção e de poder político, precisamos estar envolvidas com as lutas das mulheres no mundo. Não podemos correr o risco de sermos voluntaristas, machistas e preconceituosas [...] as relações de gênero construídas a partir do modelo patriarcal e machista, expressas na divisão sexual do trabalho e na constatação dos avanços e desafios [...] (E3).

²⁵ MIGUEL e QUEIROZ. *Op. cit.*, p. 365.

Uma Secretária Municipal ressalta o desafio de conciliar seus compromissos como esposa, mãe e profissional.

Tenho uma filha de 5 anos e um marido que trabalha na iniciativa privada. A imprensa demanda respostas do governo, nos finais de semana, nos feriados, à noite [...] pois a tevê, o jornal, os meios de comunicação em geral precisam produzir as notícias. Como mãe quero estar presente na educação da minha filha; como esposa, cuidar da casa e, como profissional, desempenhar um papel de excelência (E6).

A mulher, quando atinge a esfera pública, geralmente está sendo constantemente analisada e avaliada. Quando está no trabalho, não pode deixar seus problemas particulares interferirem. Da mesma forma, quando está em casa não pode deixar o cansaço abatê-la.

O papel reservado para as mulheres na política parece dever se equilibrar, como de resto todas as mulheres dedicadas às duplas jornadas de seu trabalho remunerado e às 'tarefas do dia a dia' sabem reconhecer, entre de um lado ser o político (pragmático, malicioso, individualista) e de outro ser a mulher (mãe, dona de casa, preocupada com a família).²⁶

Esta dupla jornada prepara a mulher para uma gestão pública mais ponderada, mais equilibrada, já que a administração da esfera privada encerra uma complexidade que o gênero masculino desconhece; uma experiência de gestão voltada para as questões sociais e humanas.

A Presidente de uma Fundação da Prefeitura de Blumenau, fala da sub-representação da mulher em todos os níveis de poder.

Percebo que a representação feminina ainda é bastante desigual. Sem dúvida, somos sub-representadas em todos os níveis de poder e, no mercado de trabalho, como um todo. Mas também penso que as oportunidades são para todos. Com mais ou menos esforço, todos podem ingressar na política e no mercado de trabalho em ge-

²⁶ FINAMORE e CARVALHO. *Op. cit.*, p.357.

ral. Mas, qual a importância de sermos em maior ou menor número na política ou no mercado de trabalho? A luta da mulher deve se voltar para a igualdade de direitos e para a busca da liberdade (E7).

No início a entrevistada fez uma constatação histórica real da sub-representação da mulher na esfera pública e, na seqüência, expõe involuntariamente as raízes dessa desigualdade, desvinculando a busca de mais espaço na política e no mercado de trabalho da conquista de igualdade de direitos, em uma atitude de conformismo e submissão ao “mundo masculino”.

Para que o número de mulheres filiadas aos partidos aumente, e que haja interesse das eleitoras em nelas votar, o grupo de filiadas deve organizar reflexões e estudos sobre as questões feministas, cidadania das mulheres e a igualdade de gênero, para que formem novas lideranças que possam atuar na sociedade civil, na política e na formação de novas políticas públicas. “[...] Os partidos políticos têm papel fundamental na organização das demandas institucionais para o ingresso do cidadão e da cidadã na vida política (como eleitor/a e como aspirante ao cargo eletivo) de um país”²⁷.

Considerações finais

Ao analisarmos a questão de gênero feminino e masculino nos espaços público e privado, é relevante lembrar que “A mulher não é apenas a metade da população, é mãe de toda a humanidade”²⁸. A mulher tem, portanto, um papel fundamental nesta mudança pela ampliação dos direitos do gênero feminino, pois na maioria das vezes, como presenciamos na história, é responsável pela educação dos filhos. O espaço privado não pode ser visto somente como de aprisionamento, mas também como um espaço de poder.

Analisamos as entrevistas dos sete gestores públicos (três homens e quatro mulheres), a fim de comprovar as hipóteses levantadas. Constatamos que os depoimentos apresentam certa ambigüidade. Embora as mulheres entrevistadas demonstrassem uma

²⁷ ÁLVARES, M. L. M. Mulheres em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e o perfil de candidatas(os) nas eleições parlamentares de 1998-2002. *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 29, 2005, Caxambu, MG. São Paulo: ANPOCS, 2005, p.4.

²⁸ TELES. *Op. cit.*, p.10.

melhor compreensão das dificuldades e desafios da mulher na esfera pública estatal, quatro dos entrevistados, inclusive duas mulheres, relativizaram o problema, acentuando os melhoramentos ocorridos nesses últimos anos no que diz respeito à participação da mulher na política institucional. A terceira entrevistada, ex-secretária municipal e atual vereadora desenvolveu uma reflexão mais sociológica e histórica do tema, não deixando de constatar a gravidade da condição da não-inclusão ou participação da mulher no legislativo, executivo ou judiciário.

O número de mulheres participantes da administração pública e ou em cargos eleitos no município ainda é muito pequeno, não apresentando expressividade no contexto geral que possa proporcionar dados que demonstrem avanços promovidos pelo gênero feminino na gestão pública.

O cumprimento da lei de cotas é atendido de forma superficial, sem haver um comprometimento sério dos partidos em colocar à disposição da sociedade para o pleito, candidatas com condições reais de vitória, preparadas e conscientes de seu papel na comunidade.

Em 1995, foi implantado no Brasil o sistema de cotas, tendo sofrido alterações no ano 2000. É pouco tempo para posições definitivas, mas, perante os resultados apresentados na pesquisa qualitativa e no decorrer deste trabalho, pode-se questionar a eficácia deste sistema, perante um contexto político extremamente desigual entre os sexos. Apesar das cotas serem essenciais apresentam-se insuficientes para que ocorram as mudanças necessárias no perfil das candidaturas. Os dados são incontestáveis a respeito da hipótese levantada, quando observamos o número de mulheres eleitas para as Prefeituras em Santa Catarina em 2004: 4,1% do total, sendo que no Brasil somente 7,3% desses cargos são ocupados pelo gênero feminino.

É importante ressaltar que, apesar das mulheres serem mais da metade do eleitorado brasileiro, a elas é estipulada a cota de apenas 30% das candidaturas. De alguma maneira, a consagração da reduzida participação da mulher nas esferas decisórias

ergue-se em manifestação da dicotomia entre espaços público e privado, que por sua vez condiciona o exercício de seus direitos. Acreditamos que, quando as mulheres começarem a ocupar seus espaços — de fato e de direito — no cenário político, realmente poderemos pensar em falar e discutir sobre o tema de democracia representativa. Um dos grandes desafios contemporâneos da mulher é provocar a mudança de valores e práticas discriminatórias em relação ao gênero feminino, como pressuposto para a garantia do exercício pleno da cidadania da mulher nas esferas pública e privada.

Parte das mulheres entrevistadas apresenta resultados relevantes nas respectivas administrações públicas, entretanto, de forma geral, o papel do gênero está muito aquém do que poderia oferecer. Atribuímos tal fato ao contexto partidário e, também, à atitude de alguns dos gestores que não reconhecem a importância da inserção do gênero feminino de forma mais densa na administração pública.

Tanto a administração pública quanto a mulher estão, gradativamente, somando esforços no sentido de reduzir as desigualdades de gênero, bem como todas as outras desigualdades já citadas ao longo do trabalho. Sobre esta hipótese podemos dizer que, nas respostas dos membros do partido de esquerda, aparece mais claramente este aspecto; em suas falas expressam que a participação da mulher está em crescimento e que os administradores também estão valorizando mais essa questão. Quanto às respostas dos representantes do partido de direita, um dos entrevistados nem percebe, como problema, a diferença de gênero; outra, pensa que o homem desempenha melhor as atribuições públicas por não ter compromisso com as atribuições privadas. Infelizmente, não podemos comprovar integralmente a quarta hipótese, quanto à administração do partido de direita, pois alguns gestores da administração pública atual não se manifestaram à respeito. Quanto à gestão do partido de esquerda compreendemos que, apesar dos resultados modestos, o processo de inserção do gênero na administração, bem como a busca pela redução das desigualdades está presente em suas ações.

Constatamos que as divisões dos papéis desenvolvidos por homens e mulheres tiveram origem na divisão do trabalho em que o homem é responsável pela produção e a mulher é responsável pela organização do lar. Com o processo de industrialização do sistema de produção, intensifica-se a divisão sexual do trabalho. O homem fica responsável pela produção dos valores de troca (produção social) e, à mulher, a responsabilidade pela produção dos valores de uso (serviços domésticos privados). Essa divisão sexual do trabalho galvaniza-se como a “precedência da produção de valores de troca sobre a de valores de uso, a mulher passa a trabalhar para o marido e para os filhos, e o homem trabalha para a troca e aquisição de propriedade”²⁹. Desta forma estabelecem-se, na sociedade, papéis distintos para o homem e para a mulher: “a pressão da mulher, portanto, não seria algo natural, mas determinado pela localização da mulher e do homem no sistema de produção e reprodução de sociedades determinadas”³⁰. Podemos dizer que as mulheres vêm sendo oprimidas no decorrer dos anos. O trabalho determinado ao homem se transforma em meios de produção e, o da mulher, vem carregado de valores, crenças e preconceitos impostos pela sociedade. Esta valorização do trabalho masculino acentua-se com o capitalismo que, ao mesmo tempo o fragmenta, desqualificando-o.

Concluimos o trabalho com a constatação de que, independente de se ter uma gestão de esquerda ou de direita, é ainda insignificante a participação da mulher na política institucional em Blumenau (SC). As explicações para tal fato têm raízes históricas, culturais, sociais ou sociológicas e, não poderíamos, a partir dessas constatações empíricas, relacionadas ao executivo municipal e também ao legislativo, ousar concluir em definitivo sobre as hipóteses levantadas.

A intenção do trabalho é de contribuir com o debate em torno da inserção feminina nos espaços de poder, como forma de dimensionar a consolidação da participação social e política.

²⁹ TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, p.29.

³⁰ *Idem*, p. 31.

Referências

ABRAMO *apud* CUNHA, M. A. de Almeida. Gênero no trabalho: desemprego, exclusão e precariedade. *Trabalho & Educação*, v. 6, p. 125-141. Minas Gerais: UFMG, 1999.

ÁLVARES, M. L. M. Mulheres em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e o perfil de candidatas(os) nas eleições parlamentares de 1998-2002. *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 29, 2005, Caxambu, MG. São Paulo: ANPOCS, 2005.

AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung: UNESP, 2001.

BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998.

CIM – COMISIÓN INTERAMERICANA DE MUJERES. *Programa Interamericano sobre a promoção dos direitos humanos das mulheres e da equidade e igualdade de gênero*. Washington: Secretária General de la Organización de los Estados Americanos / OEA, 1998.

CUNHA, M. A. de A. Gênero no trabalho: desemprego, exclusão e precariedade. *Trabalho & Educação*, v. 6, p. 125-141. Minas Gerais: UFMG, 1999.

FINAMORE, C. M.; CARVALHO, J. E. C. de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 347-362. Florianópolis, CFH/UFSC, 2006, p. 353.

FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.8, num.esp., 2003.

GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP, 1996.

HTUN, M. A política de cotas na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p.225-230. Florianópolis, CFH/UFSC, 2001.

MATOS *apud* ATHAYDE, P. de. Jogo de damas. *Carta Capital*, São Paulo, n. 389, p. 12-16, 19 abr. 2006.

MICHEL, A. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, out. 2000.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n.2, p.363-385. Florianópolis, CFH/UFSC, 2006.

PINTO, C. R. J. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H. I. B. e MUÑOZ-VARGAS, M. (Org.). *Mulher brasileira è assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p.195-230.

PRÁ, J. R. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM): 2001.

RODRIGUES, A. As mulheres e a política: uma análise de gênero e etnia no espaço da política, *CFEMEA*, jul. 2005, p. 2.

RODRIGUES, A. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. *CFEMEA*, Caderno 12: Estudos de Gênero, Goiânia, 2003, p.2.

SILVEIRA, S. La dimensión de género y sus aplicaciones en la relación entre juventud, formación y trabajo. Mesa V. *Simposio Latinoamericano "Los jóvenes y el trabajo: la*

educación frente a la exclusión social". México, 7-9 de junio de 2000.

TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, p.29.

YANNOULAS, S. C. Notas para a integração de gênero na Educação Profissional. In: VOGEL, A. (Org.). *Trabalho com a diversidade no Planfor*. Raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO do Brasil, 2001.

RESENHA

RESENHA: *A Construção dos Corpos. Perspectivas feministas.* STEVENS, Cristina M. T. e SWAIN, Tania Navarro. Florianópolis: Mulheres, 2008.

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro

A Construção dos Corpos, perspectivas feministas é mais um título da Editora Mulheres lançado no Brasil que evidencia o interesse crescente de estudiosas/os, leitoras/es e, também, do mercado editorial, pelo tema da construção da diferença sexual. Trata-se de problemática central no âmbito das teorias e das lutas feministas que, investigada sob aspectos e abordagens distintas, não por acaso emerge nos quatro cantos do mundo, fertilizando a reflexão acadêmica, o diálogo e a intervenção cotidiana.

Doze capítulos apresentam estudos e pesquisas realizadas por intelectuais que atuam em diferentes campos disciplinares — economia, sociologia, educação, psicologia, comunicação, história e literatura — e suas inquietações definem um campo de reflexões, lutas e o foco político de teorias e práticas feministas, publicadas na obra organizada por tania navarro-swain (HIS/UnB) e Cristina Stevens (LIT/UnB). A coletânea revela um conjunto de comunicações apresentadas no colóquio “A Construção dos Corpos: violência material e simbólica”, realizado no Simpósio Internacional Fazendo Gênero

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro. Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, no momento atua como professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia / INHIS/UFU. mariaer Carneiro@gmail.com

7, promovido pela UFSC, e realizado em agosto de 2006 em Florianópolis/SC.

Heleieth I. B. Saffioti, referência inegável no campo dos estudos feministas no Brasil, no capítulo *A Ontogênese do Gênero*, retoma conceitos e categorias elementares — gênero, patriarcado, sujeito —, também para salientar sua historicidade, ou alguns sentidos que definem seus usos em relação a certos quadros de pensamento. A categoria analítica do gênero que se alastra rapidamente no Brasil nos anos 90 permite pensar relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, apesar dos limites localizáveis em algumas acepções e usos. Adentrar o 'reino da História' seria o caminho que, para ela, possibilita que sujeitos plurais leiam, compreendam e transformem a relação entre homens e mulheres e, também, intervenham em desigualdades, injustiças e iniquidades de uma ordem política androcêntrica.

No capítulo *O Estranhamento Queer*, Guacira Lopes Louro aborda a perspectiva que surge com os movimentos e estudos gays e lésbicos nos anos 1990. Se inicialmente a expressão *queer* funcionou como enunciado performativo que fez e faz existir a quem nomeia com a marca da marginalidade, o termo passa a ser assumido orgulhosa e afirmativamente por um conjunto de excluídos da posição sexual dominante, para marcar outra posição que, paradoxalmente, não se pretendia fixar. Ela constata a conquista de direitos e a construção de políticas de inclusão social, mas quer sublinhar a conotação teórica e política da expressão que aponta para o espaço de uma diferença que não quer ser integrada, a posição de sujeitos que questionam a norma e se colocam contra a normatização: para ela, o estranhamento *queer* é uma forma "instigante de pensar a cultura, a sociedade, para pensar o próprio pensamento", ou seja, "para romper os limites do pensável em muitos espaços, em muitos domínios".

Em *Sobre gênero, sexualidade e O Segredo de Brokeback Mountain: uma história de aprisionamentos*, Diva do Couto Gontijo Muniz nos apresenta um exercício de leitura feminista do filme dirigido por Ang Lee, — cineasta nascido em Taiwan e

radicado nos Estados Unidos —, com o uso de lentes teóricas que ela explicita: reconhecendo-se como “sujeito constituído dentro do sistema sexo-gênero e também fora dele, reconhecendo sexo-gênero como indissociáveis, como produtos e processos de diferentes tecnologias sociais, e o cinema como uma delas”. Sob as luzes em movimento dessa análise, a autora desvela uma “história de aprisionamentos”, de enquadramento dos personagens e do enredo no interior da lógica binarizante, esta que orienta a proposta do diretor. Através das lentes analíticas do sexo-gênero, ela enxerga, nos encontros furtivos dos *cowboys* no isolamento da montanha, apenas fissuras, e não rupturas, e constata que a morte de um e a sobrevivência solitária do outro remetem à “clássica associação entre crime e castigo, pecado e punição, desvio e exclusão”. Na interpelação feita ao público com o recurso a tais imagens, portanto, o diretor não consegue transpor os limites das grades generizadas da identidade sexual, dos quadros da heterossexualidade normativa ou das “concepções maniqueístas da tradição judaico-cristã”.

Margareth Rago e Luana Saturnino Tvardovskas, no capítulo *O corpo sensual em Márcia X*, focalizam a obra de uma das mais inquietantes artistas dos anos 80. As historiadoras se re-apropriam do diálogo que Márcia X (1959-2005) propõem com as temáticas do corpo e do erotismo, para pensá-lo entre as interferências perturbadoras da ordem falocêntrica, em meio aos processos positivos e singularizantes que se podem instaurar. As autoras iluminam nas obras um conjunto de “intensidades criadoras que podem subverter um contexto de homogeneização, como o que vivemos, e as novas potências de vida possíveis na era das biopolíticas”. O capítulo faz reviver a imaginação sexualizada, viva e libertina de Márcia X e potencializa a ironia da artista em relação ao discurso do poder. A expressão de Márcia e a reflexão de Margareth e Luana, portanto, somam-se às contribuições de uma crítica da cultura, baseada em deslocamentos que incidem no terreno das artes, das ciências, das narrativas e linguagens, esforços que enfocam/desfocam/desvelam corpos, subjetividades e sexualidades.

Relações hiperbólicas da violência da linguagem patriarcal e o corpo feminino é o capítulo em que Marie-France Depêche aborda a questão da importância das palavras na construção / reconstrução das coisas, para pensar a partilha política que cria seres sexuados. A incitação discursiva atua não só no controle das enunciações, mas na produção da diferença, da sexualidade e dos corpos que a exercem. A autora destaca expressões da cultura popular ocidental e metáforas poéticas da cultura erudita que associam a mulher a figuras desprezíveis, por exemplo à privada (Baudelaire), à cloaca (Nietzsche) ou outras, em clássicos como Balzac, Zola, Kant e Lévi-Strauss. Assim, ela revela como funciona todo um sistema de opressão e a prática vocabular em diferentes idiomas que exprime, tanto pela palavra escrita quanto oral, um exercício não menos violento do que o representado por agressões físicas. Como uma espiral que se retroalimenta, ela explica, o ato físico e o lingüístico movimentam a linguagem do patriarcado e encerram, inclusive, regiões não menos violentas de silêncio acerca das experiências femininas.

No capítulo *Bestiários*, Norma Telles investe em um mergulho no universo dos manuscritos que circularam e inspiraram a literatura e as artes na Europa medieval, e descreviam figuras reais ou fantásticas compostas de animais, vegetais e minerais. Tal mergulho, entretanto, é uma forma de proceder a um outro, este, na produção de Leonora Carrington e Remédios Varo, artistas inglesa e espanhola, respectivamente. Encontraram-se, primeiro, no movimento surrealista em Paris, em seguida, no México, varridas da França ocupada pelo nazismo e da Europa em guerra, e tornaram-se amigas. Ao retomar trechos da obra pictórica e textual das artistas, Telles re-apresenta as figuras híbridas, inusitadas, criadas pelas duas, que aproximam realidades distantes e oferecem ao olhar seres que transcendem fronteiras e construções sociais de gênero. A liberdade das artistas e os significados mais ou menos prováveis de suas obras são amplificados na análise da autora, que, assim, contribui para alargar as vias de inteligibilidade e o reino dos viventes, ao tempo

em que recomenda a variedade, a multiplicidade de leituras de bestiários antigos ou inovadores.

Ana Liési Thurler, em *A Construção de corpos sexuados e a resistência das mulheres: o caso emblemático de Juana Inês de la Cruz*, ilumina a trajetória da monja mexicana Juana Inês e de sua escrita. A monja-poeta admite ter buscado uma vida de estudo, quando optou pelo claustro no convento das Carmelitas descalças. Ao discutir os princípios da política moderna, que inventa a liberdade, a igualdade e o *consentimento livre* da mulher à subordinação ao homem pelo contrato de casamento, — premissas da democracia liberal nascente —, Liési contrapõe e sublinha a marca da transgressão feminina nos vestígios deixados pela monja. A obra da Juana Inês revela uma luta para resistir aos dispositivos da educação feminina e monástica, voltada para o exercício da humildade, do silêncio e da obediência nos domínios da vida profana ou sagrada. Fazendo repercutir sua fala e sua recusa ao silêncio, o capítulo de Liési contribui para inscrever e sublinhar o nome da poeta na história.

A escrita de Cristina Stevens neste livro percorre o corpo da mãe refigurado em matrizes fundadoras: no Gênesis, em Aristóteles, São Tomás, Santo Agostinho, nos escaninhos da psicanálise de Jung, Freud, Lacan, na concepção de Engels, entre outras. A autora nos convida a realizar uma travessia desse oceano de representações, conceitos e estereótipos, que perpassa, ainda, a literatura inglesa oitocentista (Charles Dickens, Jane Austen, George Eliot) e culmina nas plagas movediças do romance contemporâneo (Jeanette Winterson, Michèle Roberts, D.M. Thomas). Fertilizando o campo das reflexões feministas de Jane Gallop, Germaine Greer e Luce Irigaray, Stevens desmascara a tradição da “glória radiante” da maternidade e encontra estruturas narrativas polissêmicas, polifônicas, que buscam encenar experiências femininas e imagens maternas por caminhos não-convencionais. O capítulo desvela *pari passo* a criação de significantes e significados alternativos aos corpos e maternidades definidos pela engrenagem da cultura montada sobre o sistema da natureza e desvela a presença de corpos outros, tam-

bém esculpido por instrumentos afiados, em práticas libertárias da literatura contemporânea.

A Cláudia Maia interessa reler a construção dos corpos de “solteironas”, estes que representavam um indício de desestabilização do modelo desejado de ‘mulher verdadeira’. No capítulo *Corpos que escapam: as celibatárias*, ela revela como esses corpos foram sistematicamente desqualificados na prolífica literatura médica do início do século XX, em discursos que construíram signos, patologias e sintomas, definindo normas e perversões, para classificar e controlar os prazeres. Percebidos como estratégias políticas na análise da autora, esses saberes possibilitam observar como a imagem da castidade teve (talvez ainda tenha) papel importante na sociedade brasileira: associada à moral sexual da sociedade, no esforço de controle da honra e da virgindade feminina, a construção reiterada dessa imagem em sua disseminação normativa produz “corpos puros para uso exclusivo do marido a serviço da maternidade sadia”, e faz reproduzir a idéia de um corpo social. Ao perseguir discursos que investem em imagens de “frustração, carência, do corpo estéril, danificado, frígido, recalçado, inútil” de mulheres “não-verdadeiras”, Maia se desloca entre enunciados disciplinares do mundo social e desfere seu olhar crítico para deslindar territórios da cultura, onde cuidadosamente são modelados corpos femininos ‘nem tão dóceis ou úteis’, particularmente os que “não se reproduzem”, que “não se desejam” (quem?), locais onde habitam corpos de “solteironas”.

Silvana Vilodre Goellner, em *A cultura fitness e a estética do comedimento: as mulheres, seus corpos e aparências*, pretende denunciar a autoridade do “imperativo da beleza”, que se manifesta por meio do que denomina cultura *fitness*, veiculada em discursos e práticas que se investem nos corpos, incitam nossos desejos, e produzem uma profusão de artefatos midiáticos e científicos direcionados para o mercado do belo, da saúde e do bem-estar. Trata-se de um conjunto de instituições performantes que, ao moverem-se, ela ressalta, “carregam muito mais que músculos, ossos e aparências. Carregam significados, tornam carne representações e discursos que

operam, no detalhe, o controle, a vigilância, o esquadrinhamento, a fixidez”. No mundo contemporâneo, corpos-espetáculos invadem e capturam as mulheres (e também homens), movimentando sonhos, fantasias e desejos, desenhando corpos e subjetividades, ainda que não consigam apagar o movimento e a afirmação de corpos e comportamentos outros, excêntricos, transbordantes, que insistem em não aderir, reagindo aos dispositivos do mundo *fitness*.

O “imperativo da beleza” também é objeto do capítulo de Tânia Fontenelle-Mourão, *Mutilações e normatizações do corpo feminino – Entre a Bela e a Fera*. Nele, ela explora o corpo-texto, o corpo-agente ou metáfora da cultura, corpo-lugar de controle social e desvela reações que neles se manifestam. São, para ela, patologias de protesto que emergem historicamente sob a forma de ‘desordens mentais e alimentares’ — neurastenia, histeria, anorexia, bulimia, agorafobia —, as primeiras desde a segunda metade do século XIX e as últimas mais recentemente. Consideradas manifestações nos corpos, estas funcionam paradoxalmente, como se estivessem em conluio com as condições culturais que as produzem, reproduzindo em vez de transformar justamente aquilo que provoca o protesto. A autora nos mostra como o culto à imagem ideal atua como referência de inserção social e, sem desprezar as prescrições de saúde, recomenda não ceder às formas da “beleza vazia” do “corpo idealizado socialmente”. E sugere entender os corpos como locais de luta: “é preciso *trabalhar* para manter nossas práticas diárias a serviço da resistência à dominação de gênero e não a serviço da ‘docilidade’ e da normatização”.

Em relação aos “imperativos da sexualidade”, Tania Navarro-Swain afirma ser possível, necessário e urgente resistir. No capítulo *Entre a vida e a morte, o sexo*, desencrava construções que de forma incessante contornam e sublinham a norma, forjando a pedagogia que provoca “cegueira social”, responsável por velar “as estratégias de diferenciação dos sexos para melhor instaurar uma ‘natural’ diferença política entre homens e mulheres”. Ela revela como as imagens da menstruação, da reprodução, da menopausa e da TPM atuam de forma

iterativa, conferindo às mulheres o sinal indelével do fracasso, da fraqueza e da instabilidade, fazendo operar inúmeros dispositivos que modelam e agem cotidianamente sobre os corpos sexuados, segundo seu pertencimento à classe binária dos gêneros. Nessa/dessa trama insistente e cotidiana, ela observa a ação do “dispositivo amoroso” que, acionado nas malhas disciplinares da cultura, configura uma necessidade, uma razão de viver e de ser, mais um fundamento identitário que constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem.

Este último capítulo revela-se um produto e um momento no processo da trajetória das práticas e das resistências feministas, mas serve principalmente como um instrumento, uma lanterna, um alimento e uma arma. Não apenas o capítulo, mas o livro como um todo, é objeto de leitura obrigatória para aquelas/es que se inquietam, que querem transformar o mundo, que lutam para ampliar as fronteiras da crítica política e social, e para isso, procuram adentrar ou invadir temporalidades e lugares inusitados do pensamento e da ação.

AOS COLABORADORES

Das normas para apresentação de originais

O *Caderno Espaço Feminino* é uma revista **multidisciplinar** que mesmo possuindo seu Conselho Editorial, não se responsabiliza pelos conteúdos de cada texto publicado, à medida em que o objetivo é polemizar e nunca enquadrar os artigos dentro de uma única perspectiva teórico-metodológica.

Seguindo a premissa anterior da multidisciplinaridade, é necessário que cada colaborador(a) trabalhe conceituando em nota de rodapé, ou no próprio texto, esclarecendo o(a) leitor(a) o que necessariamente não pertence à área do(a) autor(a).

Ao aceitarmos artigos inéditos para a publicação, exigimos que os mesmos venham revisados quanto à ortografia e sintaxe.

O material para publicação deverá ser submetido à versão eletrônica da revista disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.phd/nequem>, ou encaminhado para o e-mail: nequem@inhis.ufu.br. O artigo deve ser digitado em **espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12** e obedecendo, para **margens, as medidas: direita e inferior: 2,5cm; superior: 3cm; esquerda: 4cm.**

Os trabalhos digitados devem estar de acordo com aspectos formais segundo técnicas e procedimentos científicos, bem como padrões atualizados da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

As colaborações a serem publicadas na Revista *Caderno Espaço Feminino* poderão ter os seguintes formatos:

- a) Artigos que estejam relacionados com traba-

lhos na área de gênero e afins. Incluem-se aqui os resumos de trabalhos com resultados parciais e/ou finais originados de projetos de pesquisa. Devem conter: Títulos, Referências Bibliográficas.

b) Os trabalhos devem conter resumo em português e em inglês, com o máximo de 04 linhas; palavras-chave em português e em espanhol ou inglês (mínimo de três e máximo de cinco); referências bibliográficas e notas no pé de página. Os trabalhos não devem exceder a vinte e cinco laudas, incluídos anexos.

c) Artigos considerados de relevância para a área ainda que não tenham caráter acadêmico.

d) Resenhas que devem conter um mínimo de 03 e um máximo de 05 páginas e respeitar as seguintes especificações técnicas: dados bibliográficos completos da publicação resenhada no início do texto, nome(s) do(s) autor(es) da resenha com informações, no pé da página, sobre a formação e a instituição a que esteja vinculado; referências bibliográficas e notas no pé de página.

e) Biografias

f) Entrevistas

Ao enviar o material para publicação, o(a)(s) autor (a)(es) está(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, concordando com as diretrizes editoriais.

Todos os artigos serão apreciados pelo Conselho Editorial. A simples remessa dos originais, implica em **autorização para a publicação** do mesmo.

Os originais submetidos à apreciação do Conselho Editorial não serão devolvidos. A Revista *Caderno Espaço Feminino* compromete-se a informar os autores(as) sobre a publicação ou não de seus textos.

